



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

LARISSA FERREIRA NUNES

**“MINHA VIDA TOMOU COR”: TRAJETÓRIAS, LUTAS E (R)EXISTÊNCIAS
DE MULHERES LÉSBICAS NO CEARÁ**

FORTALEZA

2024

LARISSA FERREIRA NUNES

“MINHA VIDA TOMOU COR”: TRAJETÓRIAS, LUTAS E (R)EXISTÊNCIAS DE
MULHERES LÉSBICAS NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Ciências Humanas. Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N926" Nunes, Larissa Ferreira.
"Minha vida tomou cor": : Trajetórias, lutas e (r)existências de mulheres lésbicas no Ceará / Larissa Ferreira Nunes. – 2024.
424 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

1. Lesbianidades. 2. Psicologia. 3. Gêneros. 4. Sexualidades. 5. Sapatão. I. Título.

CDD 150

LARISSA FERREIRA NUNES

“MINHA VIDA TOMOU COR”: TRAJETÓRIAS, LUTAS E (R)EXISTÊNCIAS DE
MULHERES LÉSBICAS NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Ciências Humanas. Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 27/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Anna Paula Uziel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dra. Cândida Maria Bezerra Dantas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dra. Jaileila de Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dra. Simone Brandão Souza
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

À minha mãe, Leide, quem me deu a vida e possibilitou minhas conquistas. Assim como minha irmã que me acompanha e impulsiona meus desejos.

À Penny, o amor mais puro que eu recebi. Sua estadia foi curta, mas nossas lembranças, eternas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, desde janeiro de 2023, mas também contou com o financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) entre abril de 2020 e agosto de 2022. Desse modo, agradeço às duas autarquias pelo apoio financeiro, sobretudo à FUNCAP, que possibilitou minha sobrevivência financeira durante a pandemia de COVID-19. Em um país em que, desde 2018, a ciência vem sofrendo cada vez mais ataques, incentivos como estes possibilitam-nos retrucar as falácias e inverdades tão difundidas nos últimos anos.

É preciso, contudo, comentar que, embora eu estime a alegria de ter tido tal bolsa e conseguido passar financeiramente de forma mais tranquila durante a pandemia, a dedicação exclusiva atrelada à bolsa da FUNCAP impediu-me de alçar novos voos, já que ela não permitia, até então, nenhum outro tipo de trabalho, nem mesmo docente. Fico contente em saber que isso mudou e que novas pessoas estão tendo a possibilidade de fazer uma carreira docente mais sólida. Foi por essa impossibilidade que, em agosto de 2022, abandonei a bolsa da FUNCAP para trabalhar, ganhando até menos, mas com essa comprovação trabalhista almejei garantir futuramente a empregabilidade. Em janeiro de 2023, concorri novamente à seleção de bolsa e consegui a bolsa da CAPES, que permitiu, mesmo com ressalvas, a atuação profissional

Finalizo esta tese após o término do tempo de bolsa, ou seja, vivendo da carreira docente que foi iniciada timidamente. Esse foi meu último desafio, para além dos pessoais, para concluir esta tese. Confesso que trabalhar com uma carga horária excessiva de aulas e viagens e ser ativa em uma pós-graduação são coisas inviáveis. Tive sorte de estar em um grupo de pesquisa no qual fiz amigos e amigas que levarei para sempre comigo, e com um orientador paciente. A Universidade Federal do Ceará me proporcionou bases sólidas que

sustentaram os dias mais pesados em que eu quis desistir. Por isso, seguem alguns agradecimentos mais direcionados:

Ao Prof. Dr. e meu querido orientador João Paulo Pereira Barros, por todo o apoio, afeto e ensinamentos. Desde 2018 temos traçado vários desafios, e a cada vez tenho aprendido mais, inclusive a acreditar em meu próprio potencial. Não há palavras que possam expressar minha admiração e meu agradecimento. Tento aqui apenas materializar que, sem o JP (como carinhosamente muitos o chamam), sem seu depósito de confiança, provavelmente eu teria parado de nadar no meio da corrente. Foi árduo ouvir, escrever e analisar cientificamente; sem uma orientação humanizada, eu não teria conseguido. Meu muito obrigada.

Às professoras que toparam fazer parte dessa primeira empreitada, que é a qualificação, momento importantíssimo para minha pesquisa. Agradeço imensamente por cada contribuição, não só no texto, mas na luta acadêmica e cotidiana que é tecida por vocês: Simone Brandão Souza, Carolina dos Reis, Cândida Dantas e Beatriz Adura Martins. À Mariana Liberato, por ter participado da banca como suplente e possibilitado a defesa.

Aos amigos e amigas que fiz e faço no VIESES desde 2018. Esse espaço chamado VIESES compõe não somente um grupo, mas uma família em que nos potencializamos. Em especial, aos que têm me acompanhado nessa jornada que é o doutorado: Laisa Forte, Aldemar Costa, Lívia Gurgel, Layane Castelo, Jéssica Rodrigues, Mayara Nishiyama, Alana Veras (Flor), Luis Fernando, Dalguaberto Silva, Lúcia Bertini e também às que já foram e sempre estão, Ingrid Sampaio e Clara Cavalcante, sobretudo a Carla Jéssica e Cássia Cardoso, por terem me ajudado na construção desta tese, especialmente nos últimos momentos e com prazos “estourados”, assim como minha irmã e sua noiva, Marianne, que também me ajudaram nesse momento de sufoco. Ao corpo docente da UFC, que me ajudou de alguma forma, sobretudo Érica Atem, Vlândia Jucá, Emanuel Meireles, Luciana Miranda e demais

professores/as e administrativos/as do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, especialmente na figura da Eveline, que perturbei durante todos esses anos. E, por fim, aos demais amigos/as e colegas do corpo discente que, mesmo distantes (por questões da vida e da trajetória acadêmica), compuseram minha jornada, em especial Tadeu de Lavor Filho, Rochelly Holanda, Vilkiane Barbosa e Conceição Gomes. Fica aqui meu agradecimento a vocês!

Muito obrigada aos amigos/as que me proporcionaram alegria quando tudo era tristeza e desespero. São muitos nomes, mas em especial aponto aqui minhas amigas sapatonas, bissexuais ou entendidas e simpatizantes (para usar termos históricos, rs): Gerlane Farias, Jéssica Nunes, Natália Almeida, Emmanoelly Rocha, Cecília Gois, Verusca Diana, Adriana Teófilo e Alliany Macêdo. Agradeço também ao meu grupinho — Edgard Freitas, João Victor, Érica Alves, Felipe Benício, Mariana Fernandes, Karla Araújo, Renata Vitória, Maria Mítia, Aline e Itamara — que graciosamente me (re)acolheu e contribuiu para que eu não surtasse nos dias mais estressantes. Por fim, embora estejamos mais distantes hoje, aos amigos e amigas que fizeram parte desde o momento em que decidi seguir o caminho acadêmico, ainda quando era estudante de graduação: Renato Bessa, Bruna Ribeiro, Marcos Daniel, Sandy Nascimento e Luiz Henrique.

À minha esposa, Maria Iara, que chegou à minha vida na reta final e, mesmo assim, tem feito tanta diferença com seu apoio. À minha família, que, mesmo diante de todas as suas limitações, busca me respeitar e ainda me deu um tema de tese (mesmo tendo sofrido muito com isso). Espero que um dia, quem sabe, as crenças limitantes não sejam tão fortes a ponto de permanecerem sob o véu do cristianismo e colocarem a homossexualidade como algo marginal, e que um dia ninguém na família precise “se assumir”, pois, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero, o amor seja central, sem

preconceitos ou fobias veladas. Em especial, à minha mãe, Jucicleide, e à minha irmã, Mikaela, por sempre me apoiarem!

Também não poderia deixar de agradecer a Alice Oliveira, Fernanda Colares, Mitchell Meira, Marcyanna Gomes, Luanna Marley, Renata Maranhão, Lídia Rodrigues, Lila M. Salú, Edna Moura, Cláudia, Rebeca e Valdenizia Peixoto. Meu agradecimento sincero pela gentileza de terem topado esse desafio, pelo compartilhamento de suas trajetórias, redes de apoio e afeto; por lutarem bravamente e cotidianamente por nós e por se desafiarem ao compartilhar suas trajetórias de vida e permitir que esta tese, levando o nome de vocês, se constitua como uma produção narrativa de memória coletiva das movimentações e transformações lésbicas no e do Ceará. Agradeço também à Snoh, por compartilhar sua vida e por sua luta no coletivo que compõe. Snoh pediu anonimato, e assim foi respeitado. Sua luta cotidiana é de extrema relevância, e sua participação nesta tese também foi muito potente.

Cabe ainda lembrar que sou filha de um governo de esquerda e que não deixarei de celebrar o fato de que uma lésbica da periferia se torna doutora graças às lutas de classe. Essa conquista não é individual, mas coletiva, fruto de políticas públicas, de resistências históricas e de disputas que possibilitaram que corpos como o meu ocupassem espaços antes negados.

Para concluir, quero ressaltar que, se hoje estou aqui em uma posição privilegiada, é porque, antes de mim, pessoas possibilitaram isso, mesmo que (infelizmente) com suas próprias vidas. Saúdo essa ancestralidade que toma formas e dimensões distintas. No mundo e, especialmente, no Brasil, sobretudo desde o levante do Ferro's Bar, mudanças sociais têm ocorrido e direitos sociais foram conquistados. Tem sido árdua e lenta a transformação, que não está fixa, mas é constantemente fruto de projetos que buscam retrocessos. Mesmo cansativo, é necessário permanecer nas trincheiras, para não voltar ao que era e para seguir evoluindo. Escrever esta tese me fez ver um pouco de como tem sido sair da dimensão do

vexame e da humilhação para o orgulho, a ocupação da cidade e da vida. Um exemplo disso foi ouvir das participantes sobre o Meio do Mundo, bar LGBT dos anos 2000 no bairro Benfica, administrado por Valéria Mendonça. Recordo-me de uma vez conversando com Valéria Mendonça, quando ela disse que manter o bar era difícil, mas representava um posicionamento ético em sua luta. Ela contou que, por diversas vezes, o bar foi apedrejado ou pichado com palavras de baixo calão, e dizia que, apesar disso, no dia seguinte estava lá novamente, como quem dizia: “existimos e vamos resistir”. Posteriormente, nas narrativas das entrevistas, a ocupação territorial não se restringia mais aos becos e vielas escuras, mas a uma ocupação efetiva da cidade. Finalizo meus agradecimentos reiterando minha gratidão às mulheres lésbicas, sapatonas, desfem, bissexuais, assim como aos demais sujeitos da comunidade LGBTQIA+ que fizeram e fazem a história.

Seguimos juntas, juntos e juntas, pois em uma sociedade que rotineiramente quer nos moer e/ou aniquilar, a luta não cessa e as alianças LGBTQIA+ precisam estar coesas.

Continuemos insistindo, existindo e resistindo!

“Nem todo mundo vai compreender isso tudo que você é
o que não significa que você deva se esconder ou se calar
o mundo tem medo de mulheres extraordinárias” (Leão, 2017, p. 7).

RESUMO

O Ceará tem apresentado dos anos 2000 para cá avanços no tocante às políticas públicas para pessoas LGBTQIA+, os movimentos sociais formados por esses sujeitos são os principais precursores das transformações legislativas, culturais e epistemológicas. Diante disso, essa pesquisa investiga as mulheres que se autointitulam lésbicas, sobre a constituição de suas lesbianidades e os modos de enfrentamento à lesbofobia. Na pesquisa, é utilizado a ideia de lesbianidades por remeter às singularidades e pluralidades vivenciais de mulheres lésbicas, ou seja, uma perspectiva mais subjetiva sobre como mulheres lésbicas se entendem e se colocam no mundo. Outros recortes como raça, classe, território e geracional, podem contribuir para essa processualidade. Partindo da seguinte pergunta: quais práticas de (r)existência à lesbofobia são tecidas por mulheres lésbicas em suas trajetórias? O objetivo geral é analisar práticas de (r)existência à lesbofobia nas trajetórias de mulheres lésbicas no Ceará. Sendo os específicos: conhecer como as mulheres narram a constituição de suas experiências de lesbianidades, por um olhar intergeracional e interseccional; analisar com mulheres lésbicas as expressões e estratégias de enfrentamento contra a lesbofobia em suas trajetórias e, por fim; discutir desafios e possibilidades da organização política de luta de mulheres lésbicas em organizações, movimentos, coletivos e/ou grupos que pautem sobre questões LGBTQIA+. Para tanto, a pesquisa de cunho qualitativa, baseia-se na pesquisa participante como *modus operandi*, tanto na entrevista com 13 mulheres lésbicas, como também na inserção de atividades e manifestações de enfrentamento à lesbofobia. As ferramentas metodológicas são: entrevista autobiográfica e construção de diários de campo. Utilizou-se de pressupostos feministas e descoloniais para radicalizar não somente o modo de fazer pesquisa, mas de produzir um conhecimento situado, localizado em tempo e história, ou seja, uma atitude ético-política corporificada. Os resultados apontam para a diversidade das vivências lésbicas, que são atravessadas por contextos sócio-históricos, políticos e culturais distintos. As principais expressões de lesbofobia identificadas incluem invisibilidade, estigmatização e violência emocional, que se manifestam em ambientes familiares, escolares e profissionais. As estratégias de enfrentamento dessas mulheres envolvem a construção de redes de apoio, a busca por espaços seguros e a participação ativa em movimentos políticos e sociais. Essas práticas são fundamentais para a afirmação de suas identidades e a resistência à discriminação. A pesquisa também destacou a importância de uma abordagem inclusiva e

interseccional na Psicologia e sugere que futuros estudos explorem mais a fundo as interseccionalidades e o impacto das políticas públicas nas experiências lésbicas.

Palavras-chave: lesbidanidades; psicologia; gêneros; sexualidades; sapatão.

ABSTRACT

Since the 2000s, Ceará has presented advances in terms of public policies for LGBTQIA+ people, the social movements formed by these subjects are the main precursors of legislative, cultural and epistemological transformations. Therefore, this research investigates women who call themselves lesbianities, about the constitution of their lesbianities and ways of coping with lesbophobia. In the research, the idea of lesbianides is used because it refers to the singularities and pluralities of lesbian women's experiences, that is, a more subjective perspective on how lesbian women understand and place themselves in the world. Other clippings such as race, class, territory and generation can contribute to this process. Starting from the following question: what practices of resistance to lesbophobia are woven by lesbian women in their trajectories? The general objective is to analyze practices of (r)existence to lesbophobia in the trajectories of lesbian women in Ceará. The specifics being: knowing how women narrate the constitution of their lesbian experiences, from an intergenerational and intersectional perspective; to analyze with lesbian women the expressions and coping strategies against lesbophobia in their trajectories and, finally; discuss challenges and possibilities of the political organization of lesbian women's struggle in organizations, movements, collectives and/or groups that deal with LGBTQIA+ issues. Therefore, the qualitative research is based on participant research as a *modus operandi*, both in the interview with 13 lesbian women, as well as in the insertion of activities and manifestations of coping with lesbophobia. The methodological tools are: autobiographical interview and construction of field diaries. Feminist and decolonial assumptions were used to radicalize not only the way of doing research, but of producing situated knowledge, located in time and history, that is, an embodied ethical-political attitude. The results point to the diversity of lesbian experiences, which are permeated by distinct socio-historical, political and cultural contexts. The main expressions of lesbophobia identified include invisibility, stigmatization and emotional violence, which manifest themselves in family, school and professional environments. The coping strategies of these women involve building support networks, seeking safe spaces and actively participating in political and social movements. These practices are fundamental for the affirmation of their identities and resistance to discrimination. The research also highlighted the importance of an inclusive and intersectional approach in Psychology and suggests that future studies explore intersectionalities and the impact of public policies on lesbian experiences in greater depth.

Keywords: lesbianities; psychology; genders; sexualities; sapatão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Boletim Chanacomchana 1	63
Figura 2 – Boletim Chanacomchana 2 (continuação)	64
Figura 3 – Jornal Lampião	123
Figura 4 – Boletim Chanacomchana 3	125
Figura 5 – Boletim Chanacomchana 4	137

SUMÁRIO

1	A SAPATONICE É UM ATO POLÍTICO: A TESSITURA TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA E OS CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DO SEU PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	17
2	LESBIANIDADES: APONTAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA POR LENTES FEMINISTAS	43
2.1	Análise histórica dos conceitos: gênero, sexualidade, mulher e identidade	44
2.2	A formação histórica e invisibilização das lésbicas e sapatonas	54
3	PERCURSO METODOLÓGICO: TRAVESSIAS SOBRE PESQUISAS SOBRE LESBIANIDADES NO “FIM DO MUNDO”	70
3.1	Pesquisa corporificada: apostas feministas e de(s)coloniais	73
3.2	Local de pesquisa e o seu caráter (inter)inventivo	84
3.3	Entrevistas autobiográficas: apostas na oralidade e o encontro com a experiência	86
3.4	A pesquisa como artesanaria: análise das entrevistas	97
3.5	Aspectos éticos da pesquisa: a potência de nomear na construção da memória	104
4	“SE ALGUÉM ME CHAMAR DE SAPATÃO, SOU SAPATÃO SIM, É UM ELOGIO”: LESBIANIDADES EM ANÁLISE	112
4.1	“Nós só queremos ser felizes, vivenciar nossa sexualidade e viver fora da normatividade”: narrativas de experiências lésbicas	114
4.2	“A partir do reconhecimento dessas identidades vem a luta”: identidades, performatividade, lesbianidades e processos de subjetivação	167
5	“EU ME RECONHECI COMO NEGRA ANTES DE ME RECONHECER COMO SAPATÃO” LESBIANIDADES E INTERSECÇÃO COM QUESTÕES RACIAIS NO CEARÁ	207

6	“SABER QUE EU AJUDEI ALGUÉM A VIVER, NÃO TEM PREÇO QUE PAGUE”: EXPRESSÕES DE LESBOFOBIA COTIDIANA	244
6.1	Família, Religião e Psicologia: expressões de lesbofobia e/ou acolhimento familiar	244
6.2	Expressões de lesbofobia: uma análise socioinstitucional	279
7	“EU VENHO ME FORTALECER DENTRO DESSE PROCESSO POLÍTICO”: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA NO CEARÁ	297
7.1	“Nenhum amor na minha vida pode ser maior do que a minha militância”: desafios e possibilidades da organização política a partir das narrativas das experiências de militância de mulheres lésbicas	299
7.2	“A gente é reconhecida como sapatão e essa é a minha identidade política”: lesbianidades militantes cearenses	361
8	“EU FUI EM BUSCA DA FELICIDADE”: CONSIDERAÇÕES FINAIS	397
	REFERÊNCIAS	402

1 A SAPATONICE É UM ATO POLÍTICO: A TESSITURA TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA E OS CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DO SEU PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Ao ler essa tese, espero que você conheça um pouco mais sobre as experiências de mulheres lésbicas e a constituição de suas lesbianidades¹ a partir de suas próprias trajetórias, bem como suas formas de enfrentamentos contra a lesbofobia cotidiana. Assim, por meio de tais trajetórias, espero que você entre em contato com, ao menos, um pouco do “universo” sapatão no Ceará. Ou seja, de como têm sido montadas e remodeladas não somente as práticas de luta pela própria existência, mas também um pouco do cotidiano, da intimidade e das trajetórias de mulheres que se autointitulam como lésbicas por se relacionarem afetivamente e sexualmente com outras mulheres, embora essa categorização receba críticas de algumas participantes. Universo esse do qual também compo², por isso, em certa medida, além das trajetórias de vida das entrevistadas, um pouco de mim e do meu percurso também estará presente. Afinal, e sobretudo a partir do processo da tese, tenho participado de forma mais ativa dessas transformações das pautas LGBTQIA+³¹ na cidade de Fortaleza.

Para fins de compreensão, essa tese toma a prática afetivo-sexual entre mulheres com outras mulheres um universo sem fronteiras. Sobre isso, Rich (2019) aponta para um *continuum* lésbico ou existência lésbica como uma forma de sugerir “tanto o fato da presença

¹ O termo lesbianidade é fruto dos movimentos lésbicos brasileiro em contraponto à ideia de lesbianismo, com esse sufixo “ismo” ligada à doença (Gonçalves & Carvalho, 2019). Entender o vivenciar o ser lésbica a partir da lesbianidade é trazer à tona que essa processualidade é fruto de produção de subjetividades.

² Boa parte da escrita da tese é em primeira pessoa, mas às vezes está no plural por me colocar e reconhecer como sujeito coletivo e integrante do mesmo campo de força e por isso o plural. Quando escrevo no plural, refiro a nós lésbicas, participantes das pesquisas, feministas e/ou cientistas que tecem sobre nossas questões.

Entendo que faço parte dessa trama insurgente e subversiva.

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersex, e demais orientações sexuais, identidade de gênero que não sucumbem a hegemonia cisheterossexual. Opto por essa sigla por entender, a partir das entrevistadas, serem atualmente parte de movimentos políticos brasileiros, sendo o T (trans) o que engloba outras identidades de gênero que discordam da imposição de gênero e sexo normativas. Embora ao falar de políticas públicas eu irei usar LGBTQIA+, já que assim em geral está configurado nas resoluções e leis. Contudo, saliento que já esteja sendo comentado uma possível atualização de tais normativas e legislações. Cabe ainda dizer, que em alguns momentos utilizo de denominações outras como homossexualidade, para me referir à essa população ou mesmo outras siglas que na época se destinavam a comunidade diante o tempo histórico da pesquisa a qual faço referência. Justifico não mudar para assim mostrar sua transformação social na história.

histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência” (Rich, 2010, p. 35). Tomando a realidade brasileira e seguindo estudos mais recentes, opto por lesbianidades (Lessa, 2003; Trevisan, 2018; Toledo & Teixeira Filho, 2010; Silva, 2018; Soares, Faria & Brandão, 2021; Soares, Brandão & Faria, 2021), por entender que há inúmeras variedades de vivenciar a relação afetivo-sexual com outra mulher, sem ignorar sua contínua criação de experiências que rejeita um modo compulsório de vida (parafraseando Rich). No entanto, apesar das distinções e sem ignorar os estigmas e estereótipos associados aos diferentes nomes que se referem às mulheres que se relacionam afetivo-sexual com outras mulheres, nesta tese, embora me utilize as categorias lésbicas e lesbianidades, em alguns momentos uso o termo sapatão. Faço isso pelo termo sapatão, ao menos em minha perspectiva, ser uma bandeira de luta, uma tentativa de retirar o peso da ofensa e reconhecer a força identitária e política de um nós.

Alguns movimentos de mulheres lésbicas ou do feminismo lésbico têm feito isso com esse intuito de ressignificar (Souza, 2018). Além disso é uma forma de não centrar somente no termo lésbica, sobretudo diante de uma certa higienização que está atrelado a essa categoria (Sousa & Figueiredo, 2022), já que “a lésbica” não deturparia ou negaria o feminino, ao contrário das “sapatonas” que desestruturam a feminilidade, ou ao fetiche masculino com lésbicas e assexualização destas, ou ainda denuncia sua inconsciência fixa acerca do feminino. Sobre isso Rich (2010, p. 37) salienta que o termo lésbica está comumente associado às clínicas,

[...] limitadas com definição patriarcal, a amizade e o companheirismo feminino são colocados à parte do erótico, limitando, portanto, o erótico em si mesmo. Quando, porém, nós nos aprofundamos e ampliamos o conjunto do que definimos como existência lésbica, quando delineamos um continuum lésbico, começamos a

descobrir o erótico em termos femininos: como ele não é confinado a qualquer parte do corpo ou apenas ao corpo em si mesmo; como uma energia não apenas difusa, mas a ser.

Gonzaga (2024) problematiza sobre isso trazendo a ideia de lesbianidades. Segundo ela, a noção de lesbianidade é complexa e multifacetada, refletindo a partir de uma abordagem interseccional que considera como o gênero, sexualidade, raça e classe interagem na formação das experiências lésbicas. O conceito é tratado no plural, reconhecendo que não há uma única forma de ser lésbica ou de expressar a sexualidade lésbica, além disso considera que a vivência lésbica não pode ser isolada de outras dimensões da identidade social e pessoal. Dessa forma, a lesbianidades é descrita como uma "materialidade" que surge da junção de diferentes categorias sociais, como gênero, sexualidade, raça e classe. Isso implica que ser lésbica, especialmente dentro de um contexto de outras identidades interseccionadas, cria uma realidade social específica que vai além da soma das partes individuais. Além disso, a lesbianidade é vista como um ato de resistência contra normas heteronormativas e patriarcais.

A afirmação pública da própria sexualidade e as práticas de visibilidade, como andar de mãos dadas com uma parceira ou afirmar a orientação sexual, são consideradas formas de resistência e re-existência diante da lesbofobia e outras formas de opressão. Ela também aborda como a lesbianidade é frequentemente marcada por desafios e violências específicas, como a lesbofobia e a marginalização. Apesar de serem muitas vezes invisibilizadas como sujeitos plenos de direitos, a visibilidade das lesbianidades pode também servir como uma forma de resistência e afirmação. A visibilidade é frequentemente distorcida por estigmatizações e patologizações, refletindo uma marginalização perversa que visa silenciar e desumanizar as identidades lésbicas.

Assim como nas conversas com as entrevistadas, está escrita é uma construção analítica, reflexiva e de partilha de experiências de vida. Renunciai à utópica perfeição em relação à pesquisa e ao texto da tese e espero apenas que ela apresente artimanhas singulares e coletivas de um “submundo” inviabilizado e, talvez por isso, como disse uma entrevistada, Alice, ainda hoje a pauta é visibilidade. De certo modo, as lésbicas recebem uma forma de visibilidade que é perversamente alienante e desumanizadora. Essa visibilidade se manifesta por meio de estigmas e rótulos excludentes, muitas vezes associando-as a um status de anormalidade e infâmia, conforme os padrões da heteronormatividade. Em vez de serem reconhecidas como sujeitos plenos de direitos e dignidade, são destacadas pelo que falta ou excede em relação ao padrão normativo heterossexual, o que resulta em uma invisibilidade no que diz respeito à sua humanidade e às suas vidas como plurais e dignas de respeito. Portanto, a luta por visibilidade envolve a reivindicação de uma visibilidade que não seja meramente uma exposição às normas de exclusão e estigmatização, mas que reconheça e valorize a diversidade e a dignidade das vidas lésbicas. É crucial qualificar a discussão sobre visibilidade para garantir que não se torne uma forma de despotencialização, e que esteja integrada nas complexas dinâmicas de poder e subjetivação.

Historicamente, o movimento lésbico tem lutado por visibilidade e reconhecimento desde a década de 70, quando começou a se organizar politicamente durante o golpe militar no Brasil. A invisibilidade das lésbicas, acentuada durante a epidemia de AIDS nos anos 80, demonstrou a falta de reconhecimento científico e social, com ideias errôneas sobre a proteção das lésbicas contra infecções. Essa invisibilidade não é um fenômeno passageiro, mas uma estratégia contínua para manter a heterossexualidade compulsória e marginalizar suas existências. É fundamental para o fortalecimento do movimento lésbico e para o avanço das pesquisas acadêmicas que se concentrem nas

singularidades das mulheres que se relacionam afetivamente e sexualmente com outras mulheres.

Sobre isso Alves (2023) aponta que historicamente os debates sobre lesbianidades foram escassos e genéricos, dentro da ampla categoria LGBTQIA+, sem reconhecer suas especificidades, o que é conhecido como "visibilidade transparente". Esse fenômeno ocorre quando as lésbicas são mencionadas de forma superficial, sem o devido destaque para suas próprias experiências e identidades. Essa tese é, portanto, uma denúncia a esse sistema lesbofóbico e uma possibilidade de o desestabilizar, inclusive na Psicologia, lugar que parto. Inspiro-me em Glória Anzaldúa (2021) acerca da escrita como uma prática de “cura⁴”, de liberdade⁵, do meu fazer na condição de produtora de conhecimento dissidente⁶ e de memória coletiva⁷, marginalizada ao longo da história. Essa escrita marginal, partindo de bell hooks (2019a), é uma forma de expressão que emerge das experiências e perspectivas de grupos marginalizados. A autora acredita que essa escrita é fundamental para contestar e redefinir as narrativas dominantes, oferecendo uma visão alternativa e crítica sobre o poder e a opressão. hooks (2019a) vê a escrita marginal como uma ferramenta poderosa para a transformação social, proporcionando um espaço onde as vozes marginalizadas podem ser ouvidas e reconhecidas, além de desafiar as estruturas hegemônicas que perpetuam desigualdades.

Ao sugerir realocar a margem para o centro, hooks (2019a) colabora para transformar nossa compreensão das estruturas de poder e das identidades. Para ela, ao

⁴ As entrevistadas relataram que ao retomar ao passado e refletir sobre ele, experiências foram rememoradas e alguns pontos de suas trajetórias foram mais bem compreendidos.

⁵ Ao buscar me livrar das amarras cisheteronormativas e não sucumbir aos dispositivos de matabalidades.

⁶ A lógica colonial é torcida ao fomentar uma epistemologia na fronteira entre centro-periferia e invertida, por ser o sujeito que produz conhecimento e não mais objeto de pesquisa. Emerge uma epistemologia marginalizada e insubmissa (Collins, 2019).

⁷ Para Simon (2004), a memória coletiva é formada por fatos julgados importantes e guardados como memória oficial da sociedade, elas se expressam em monumentos, memoriais, hinos oficiais, obras literárias escritas e pintadas, das quais expressam uma versão de um passado consolidado. Contudo, essa memória oficial é instituída por grupos dominantes, ignorando outras versões da realidade ou da própria formação social e cultural, chamada pela autora de memórias subterrâneas ou marginais. Por não terem nenhum tipo de registro, quiçá há uma tentativa de apagamento, essas memórias são evocadas por meio da oralidade, sobretudo a partir de narrativas autobiográficas e a história oral. No geral, sua documentação fica à mercê de conflitos sociais que evocam pesquisas sobre a temática.

reconhecer e valorizar as experiências e perspectivas das margens, como as das mulheres negras e lésbicas, podem desafiar e desestabilizar as normas dominantes que frequentemente as marginalizam. Essa abordagem propõe uma mudança de foco, permitindo uma reavaliação dos padrões estabelecidos e das hierarquias sociais.

Ao centrar as vozes e experiências historicamente ignoradas, hooks (2019a) visa criar uma visão mais justa e inclusiva da sociedade, que valorize a diversidade e a complexidade das identidades. Além disso, essa realocação do centro atua como uma ferramenta crítica para dismantelar normas opressivas e construir novas formas de entendimento e solidariedade, essenciais para a transformação social e a justiça. Uma chave de leitura para compreender a lesbianidade como experiência marginal é reconhecer que ela está à margem da heteronormatividade, que é considerada o centro e o padrão normativo. Ao subverter essa marginalização, podemos ver que aqueles que foram excluídos ou afastados do centro normativo agem, resistem e reinventam suas vidas. Eles reconstróem suas trajetórias e experiências com base em suas próprias referências, desafiando o centro. É justamente nessas produções marginais que reside a potencialidade de descolonização das nossas formas de viver.

Fazer esse giro, é transformar os engendramentos de saber-poder-Subjetivação que perpetuam as dinâmicas coloniais, sobretudo em torno das desigualdades de gênero e sexualidade. Na leitura de Ochy Curiel (2019), sobre a importância de decolonizar o conhecimento, ela pontua que há uma divisão entre conhecimento puro (objetivo e teórico) do conhecimento ideologicamente contaminado (ativismo político), a qual sobressai um diante da deslegitimação do outro. Tal fundamentação prova a existência de uma relação de poder que opera e estrutura a ciência. Essa transformação (descolonização) deve ocorrer, sobretudo, nas instituições acadêmicas, de ensino e de produção do conhecimento que ainda se baseiam

somente em epistemologias tradicionais e pouco se utilizam de autoras e autores latino-americanos.

Além disso, parto também de Grada Kilomba (2019) no tocante à decolonização subjetiva e da análise episódica, a partir de experiências de lesbianidades e da lesbofobia cotidiana. A partir disso, e junto com essas mulheres, apresentam-se aqui nossas lesbianidades (sapatonices/sapatonas⁸) e algumas das inúmeras estratégias, linhas de fuga e cura (Veiga, 2021), e/ou expressões de enfrentamento à lesbofobia⁹ tecidas no contexto cearense. Quando falamos/escrevemos, estamos rompendo com a lógica de poder que nos nega (Anzaldúa, 2021), visibilizamos e registramos nossas causas, memórias e existências.

Pessoalmente, quando mais nova, por gostar de praticar esportes e de querer a mesma liberdade de brincar na rua que meus primos tinham, eu recebia de algumas pessoas o “apelido” de sapatão e, obviamente, apesar de não saber o que significava, sabia que estava sendo chamada assim como um tipo de xingamento. Sendo assim, durante muitos anos da minha vida, eu repudiei “ser sapatão”, mesmo depois das minhas primeiras experiências homoafetivas. Fato que será visto pelo/a leitor/a no decorrer da tese que é mais comum do que deveria nas trajetórias de mulheres lésbicas. Sobre a ideia de sapatão, assim como se verá ao longo da tese, a lesbianidade não é única, mas a união em uma categoria de diferentes experimentações e vivências homoafetivas dentre as quais está a sapatão em suas diferentes associações, assim como também foi visto na pesquisa de Gonzaga (2024).

Então, escrevo também a partir dessa materialidade produzida pela memória ressignificada e reitero aqui que SAPATÃO hoje para mim não se refere a um xingamento, ao contrário, remete a uma identificação com uma população que não sucumbe às tecnologias biopolíticas de gênero e de sexualidade (Foucault, 1998; Louro, 2010). O conceito de

⁸ O termo sapatão é tido como um xingamento da cultura brasileira às mulheres que se relacionam afetivo-sexual com outras mulheres, sobretudo para mulheres que não performam a feminilidade, também taxadas de caminhoneiras, mulher macho e mulher que quer ser homem.

⁹ Violência específica cometida contra mulheres lésbicas ou socialmente lidas como tal.

biopolítica é apresentado por Foucault para designar como, a partir do Século XVIII, busca-se racionalizar as problemáticas para a regulação governamental ao ditar, por meio de tecnologias de controle, o poder sobre a vida e a gestão sobre a morte (Foucault, 1998, 2010). Essas tecnologias são reguladas por instituições sociais, tais como prisões, quartéis, hospitais e escolas, que contribuem para a docilização ou conformidade dos corpos diante dos moldes impostos por elas aos sujeitos.

Em leituras mais atuais, partindo da noção de necropolítica instituída por Achille Mbembe (2017). Esse autor explora como os governos utilizam políticas de controle e violência para determinar quem tem o direito à vida e quem é exposto à morte. Mbembe (2017) argumenta que, enquanto a biopolítica se concentra na gestão da vida e da saúde, a necropolítica define a morte e a violência como ferramentas para governar. No Brasil, a necropolítica se manifesta na violência direcionada a pessoas LGBTQIA+, muitas vezes promovida ou negligenciada pelo Estado. LGBTQIA+ enfrentam uma violência sistemática que inclui agressões físicas, assassinatos e discriminação institucionalizada, exacerbada por uma cultura de intolerância e desigualdade (Gomes Filho et al., 2021; Nunes & Barros, 2021; Nunes et al., 2022; Silva et al., 2022; Nunes et al., 2023; Nunes et al., 2024). Estudos mostram que essas formas de violência são muitas vezes invisibilizadas ou minimizadas, o que reflete uma política de indiferença ou até mesmo cumplicidade do Estado em relação aos crimes cometidos contra essas pessoas, estes tendo a raça e a generificação como engrenagem de seu acometimento (Silva, 2019; Nunes et al., 2022; Nunes, Sousa & Barros, 2023; Gonzaga, 2024).

Nesse sentido, mesmo diante de tais imposições, mulheres refutavam essas amarras, frequentavam espaços e experimentavam trocas de afetos com outras mulheres. Como Wittig (2019) destaca, sapatão é revolução. Embora, sabendo que essa fuga é estritamente difícil diante das re-capturas diante das tecnologias sociais dominantes

(cisheteronormatividade), por exemplo, o exercício do papel de cuidadora generificado, de responsável pelo lar ou de sonhar com a instituição casamento e constituição familiar, assim como é pautado em casais heteronormativos. Bom, e por que estou aqui escrevendo sobre isso? Inclusive, a ponto de virar tema da minha tese. Talvez a pergunta apropriada seja, por que somente agora estou falando sobre isso?

Durante anos da minha vida acadêmica, debruicei-me sobre diferentes assuntos, tais como a clínica psicanalítica, saúde mental e atenção psicossocial, violência urbana e a Psicologia Social, até mesmo estudei sobre Psicologia da educação e aprendizagem. Não é muito, mas são aproximadamente dez anos que tenho me dedicado à Psicologia e a ser uma profissional que entende e tem capacidade científica de analisar a realidade social em que vive, a partir do diálogo com as trajetórias e experiência de pessoas subalternizadas. Embora questões de gênero tenham feito parte desse percurso acadêmico, as orientações sexuais não foram meu centro de estudo. Não até agora.

O processo de se reconhecer como alguém que foge da curva heterossexual raramente é fácil, marcado por discriminação, violência, sofrimento, fragilização da autoestima, adoecimentos e experimentações de lesbofobia. Persistir e insistir em ser aquilo desejado e não esperado é um processo doloroso, embora libertador, e exige uma ética e estética da existência¹⁰ (Foucault, 1998). Popularmente conhecido como “sair do armário¹¹”, sustentar e afirmar ser “diferente” é ter também um alvo nas costas que não se sabe quando será atingido. Exatamente por isso fui me retraindo e com o passar do tempo eu criei uma certa “bolha” protetiva, me afastando de pessoas com certos comportamentos e ideias retrógrados e preconceituosos. Em 2018, fiz isso também nas redes sociais, excluindo pessoas

¹⁰ Segundo Foucault (1998), a ética deve ser baseada nos princípios da liberdade, escolha e resistência às imposições normativas, já a estética da existência seria a reinvenção singular e plural subjetiva de si, através de práticas e técnicas de cuidado de si.

¹¹ O termo “armário” é uma metáfora que sugere um espaço de segredo e ocultação, onde a pessoa LGBTQIA+ se esconde por medo de rejeição, discriminação, preconceito ou outras consequências negativas que podem advir da revelação de sua verdadeira identidade. Estar “no armário” pode ser uma fonte de grande angústia emocional e psicológica para indivíduos que desejam ser autênticos, mas sentem-se obrigados a esconder quem realmente são por causa das pressões sociais ou familiares.

que apoiavam a candidatura de políticos reacionários e que apoiavam o bolsonarismo. Situação está também relatada pelas entrevistadas. Pensei que fazendo isso estaria mais segura.

Em 2021, ainda em meio à pandemia e com a efervescência bolsonarista entranhada nos ciclos familiares, finalizando meu primeiro ano de doutorado - com a incerteza de continuar a pesquisar na unidade socioeducativa de privação de liberdade para adolescentes e jovens mulheres, comecei a reavaliar meu tema e, por fim, a mudar. Foi durante esse momento caótico de incertezas e elevados números de mortes que, mesmo com tantos mecanismos de defesa, sofri lesbofobia de uma pessoa por quem tenho um carinho profundo e talvez por isso tenha doído tanto. Eu que senti, sei que foi lesbofobia velada, mas as outras pessoas que ouviram não acharam nada demais, “coisa de gente velha”. Essa experiência me fez pensar em Jota Mombaça (2021), apesar de (no meu caso da lesbofobia), eu continuo a (re)existir, assim como tantas outras. Foi a partir disso que neguei ficar triste e tornar essa vivência em raiva e energia para pesquisar, e então pensei primeiramente em estudar o movimento LGBTQIA+, posterior as estratégias de enfrentamento à lesbofobia por parte de mulheres lésbicas que constroem o movimento lésbico no Ceará.

O problema de uma pesquisa emerge de inquietações no cotidiano, das situações limites e problemas, da necessidade de aprofundar um campo de saber, de produzir novos conhecimentos e/ou do desejo de transformar uma realidade social. Rasesa *et al.*, (2016) destaca que o problema de pesquisa se realiza no conjunto de práticas sociais em que aquela que pesquisa está inserida nas tramas éticas e políticas acionadas por tal. Por isso, ao tornar algo um problema de pesquisa, não se deve restringi-lo a um dado, mas vê-lo enquanto uma realidade vivida, encarnada e historicizada nas tramas sociais que (eu) também componho. Lapidando esse problema, chego ao movimento lésbico e suas experiências.

Ao vivenciar a mesma realidade como uma mulher lésbica e feminista, uma realidade que silencia, deturpa e violenta pessoas LGBTQIA+, estar circunscrita nessa encruzilhada, fui interpelada a pensar sobre as práticas de (r)existências¹² que mulheres lésbicas tecem ao longo de suas trajetórias de vida, sendo sua própria existência sua máxima estratégia de enfrentamento (Clarke, 2015; Souza, 2018).

Além dos aspectos ligados à minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, alguns elementos do cenário brasileiro também me levaram e justificam a proposta de investigação dessa pesquisa. Historicamente os movimentos e militância LGBTQIA+ ao redor do mundo têm pautado questões de igualdade de gênero e lutado por políticas sociais e afirmativas específicas para suas singularidades, de respeito às identidades de gênero e orientação sexual, visibilidade à causa e ao direito de existir etc. (Colling, 2015). Nesse percurso no Brasil, algumas mudanças foram ocorrendo nos movimentos sociais e ativistas LGBTQIA+, identidades políticas foram tecidas retratando as movimentações e transformações desde o SOMOS, na chamada primeira onda do movimento homossexual brasileiro (Facchini, 2005), até os dias atuais.

Nessa época, o movimento de mulheres lésbicas encontrava-se em aliança ora com o movimento homossexual brasileiro, ora também com o movimento feminista, embora em nenhum destes fosse possível uma notória visibilidade. O movimento gay alcançava maior visibilidade nas pautas políticas identitárias, embora a literatura e participantes apontassem a presença do machismo como central na invisibilidade dada às questões das mulheres lésbicas e bissexuais. Por exemplo, a ida do L para frente da sigla LGBT, anteriormente GLS, teve como intuito enfatizar e visibilizar lesbianidades e suas nuances. Embora ainda seja possível observar que as questões das mulheres lésbicas recebem menor notoriedade e visibilidade quando comparados aos movimentos gays, transexuais e de travestis no tocante ao alcance de

¹² Essa ideia de (r)existência é retirada do texto da escritora brasileira lésbica Natália Borges Polezzo em seu texto “Eu escritora, eu lésbica”, o qual descreve melhor mais adiante. Para ter acesso clicar no link: <https://gelbcunb.blogspot.com/2017/04/eu-escritora-eu-lesbica.html>

políticas públicas, por isso ainda é perceptível observar o machismo e a generização (imposição normativa do gênero) na estruturação das movimentações político-sociais. Cabe salientar que o aumento de siglas, vistas aqui como identidades políticas, visam incluir as pluralidades dos gêneros e sexualidades e não pagamentos às demais (Soares, 2014). Chamo de identidade política, para compreender a complexidade envolta dessas categorias, não as resumir ao olhar científico ou essencialista da identidade no viés tradicional, mas ao teor transformador (político-estético) que o “ser lésbica”, assim como as demais, tem.

Outra estratégia política da época era a aliança com movimentos feministas, até por muitas lésbicas se entenderem como feministas e buscarem por melhorias para as mulheres. Muitos tensionamentos ocorreram ao longo da história entre mulheres feministas, lésbicas e bissexuais (que vez por outra também se aliaram), uma das entrevistadas relata um pouco sobre isso diante de sua vasta experiência nos movimentos sociais brasileiros.

Em resumo, as mulheres lésbicas eram invisibilizadas nesses movimentos e, talvez por isso, inicialmente tenham mais fortalecido pautas trazidas por feministas e pelo movimento LGBTQIA+ como um todo, do que especificidades lésbicas (Lessa, 2003; Soares, 2014; Brunetto & Tagliamento, 2021). E não tenham tido tanta força acadêmica, conforme Luiz Mott (1987) aponta ao ser ele, um homem gay, ao publicar o primeiro livro sobre o movimento de mulheres lésbicas do Brasil. Embora mais recente, sobretudo com o avanço de mulheres lésbicas na academia, tenha publicações produzidas por lésbicas sobre as lesbianidades (Lessa, 2003; Trevisan, 2018; Toledo & Teixeira Filho, 2010; Silva, 2018; Soares, Faria & Brandão, 2021; Soares, Brandão & Faria, 2021). Essa mudança de ser o objeto de pesquisa para o sujeito que pesquisa e experiência à realidade pesquisada, é uma aposta de diversas Psicologias Sociais para a fuga das formas positivistas de produzir conhecimento (Lima, Ciampa & Almeida, 2009). Ou, como coloca Harding (2019), a partir de uma perspectiva feminista, produzir “de baixo” é partir desse lugar marginalizado que é

possível refutar essa ciência aliada às manutenções de privilégios a grupos dominantes. Esse deslocamento epistemológico feminista é denominado por Harding (2019) por “objetividade forte” exercida por uma ciência de baixo. Lesbocentrando essa discussão, Gonzaga ao tomar o feminismo lésbicas como eixo, salienta que

É necessário, pois, a utilização de epistemologias lesbofeministas, que buscam visibilizar as lesbianidades e romper com as narrativas que tratam as realidades lésbicas conectadas a aspectos somente negativos, relacionados a dor, vergonha e culpa, sendo essa, juntamente com a escassez de registros acerca das existências lésbicas, estratégias intencionais de manutenção da heterossexualidade compulsória para as mulheres (Gonzaga, 2024, p. 224).

No que se refere a história do movimento lésbico, aponta Soares (2014), data da década de oitenta as primeiras manifestações de mulheres lésbicas. Em menor número, mas não menos potente, as mulheres lésbicas e ativistas buscavam maior visibilidade e fortalecer suas lutas em alianças ou não com outros movimentos. A trajetória desse movimento será apresentada nesta pesquisa a partir das narrativas das participantes direta ou indiretamente, com foco nas atuais movimentações, agrupamentos e estratégias de enfrentamento que essas mulheres tecem no Ceará. É importante comentar que o movimento lésbico está em constante “fazer-se” no âmbito político, social e epistemológico (Lemos, 2015). A “passos curtos” essas mulheres historicamente têm contribuído para mudanças sociais.

Atualmente, temos no Brasil a formação do primeiro Censo de mulheres lésbicas brasileiras, lesbocenso. O levantamento de dados ocorreu entre 2018 e 2020, pela Liga Brasileira de Lésbica (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília - Coturno de Vênus (Tagliamento, Brunetto & Almeida, 2022)¹³, o qual aproximadamente 20 mil mulheres

¹³ Dados ainda em construção, os resultados preliminares encontram-se disponível no site oficial

lésbicas dentro dos critérios de inclusão responderam, sendo que no Ceará obteve 559 respostas. O levantamento inicial mostrou que a média de idade está entre 21 a 30 anos. Além disso, 61,95% se reconhecem como brancas, 21,16% parda, 12,38% como preta, 1,68% amarela, 1,26% que não sabe, 0,66% indígena. Quase 40% apontaram que não tem religião, 12,22% responderam que são de religiões de raízes afro-brasileira, 11% católicas e 8,89% espíritas, 8,20% agnóstica, dentre a maior concentração de respostas relativas à religião.

Em relação à escolaridade, 26,29% responderam que possuem o ensino universitário completo, 27,72% estão com este incompleto, a somatória de pessoas com/em pós-graduação aproximou-se de 10% e 13,75% disseram ter ao menos o ensino médio completo. Sobre o estado civil, 62,26% responderam que estavam solteiras, das quais 60,43% em relacionamentos monogâmicos (fechados) e 8,79% em relacionamentos não monogâmicos (abertos). A renda familiar na época da resposta do formulário apontou que 26,16% tinham renda familiar de R \$2.001,00 a R \$4.000,00, 23,62% de R\$4.001,00 a R\$8.000,00 e 14,46% de R\$1.000,00 a R\$2.000,00. Outro importante dado refere-se a serem assumidas para a sociedade sobre sua orientação sexual, a qual 66,54% afirmaram serem assumidas em qualquer espaço, 31,69% apenas em alguns espaços e 1,54% em nenhum espaço. Dos locais que não são assumidas estão nessa respectiva ordem: família (28,16%), trabalho (20,99%), instituição religiosa (17,72%), escola/universidade (16,35%) e amigos/as (15,3%). No tocante a violência, 78,61% responderam que já sofreram lesbofobia, 77,39% tiveram conhecidas que sofreram lesbofobia e 6,22% que foram assassinadas em detrimento de sua sexualidade.

Esse mapeamento é um avanço nacional diante da persistência das pesquisadoras ativistas que tornaram ele possível. Embora faça-se necessário destacar que esse Censo ocorreu de forma online, durante o período de pandemia e como as organizadoras relataram, não foi possível chegar a uma grande parcela de mulheres lésbicas, não à toa que boa parte das respostas apontam um nicho mais específicos de mulheres lésbicas, em sua maioria

jovens, brancas, de classe média e minimamente fazendo ensino universitário. O que apresenta uma impossibilidade do acesso às mulheres lésbicas negras e/ou pobres.

Anteriormente, em 2018, a pesquisa Peres, Soares e Dias (2018), lançaram o primeiro dossiê sobre lesbocídio do Brasil, advindo do projeto Lesbocídio: as histórias que ninguém conta¹⁴. O referido dossiê subsidia dados quantitativos da violência contra mulheres lésbicas e abrange casos entre 2014 e 2017 obtidos através do monitoramento de redes sociais, jornais eletrônicos e outros meios que vinculam sobre assassinatos que ocorreram no Brasil.

Segundo esse dossiê, em 2000 ocorreram dois lesbocídios, já em 2017 esse número saltou para 54 vítimas, um aumento de 237% comparado aos números registrados em 2014 (Peres, Soares & Dias, 2018). Além disso, o mesmo dossiê apresenta outro dado importantíssimo, 17 lésbicas cometeram suicídio, representando 32% dos suicídios entre LGBTQIA+. Mesmo com subnotificações, é possível perceber o crescimento desse crime, da intolerância e dá, ainda, invisibilidade à lesbofobia. Cabe destacar que se entende por lesbocídio o assassinato de mulheres lésbicas por motivo de discriminação, ódio, repulsa, lesbofobia contra a existência de lésbicas e lesbofobia, preconceitos e insultos destinados a mulheres lésbicas diante sua orientação sexual (Soares, Peres & Dias, 2017).

Essa maior visibilidade dada à lesbofobia e ao lesbocídio, resquícios dos avanços políticos conquistados pelos movimentos sociais¹⁵, contribuiu para que pesquisas acadêmicas pautasse a vivência e as lutas de mulheres lésbicas como tema de interesse e que governos levem seus achados em consideração na elaboração de políticas públicas, em especial as de prevenção à lesbofobia.

¹⁴ Elaborado por Suane Felipe Soares e Milena Cristina Carneiro Peres em parceria com o Núcleo de Inclusão Social (NIS). Criado em 2017, coordenado por Maria Clara Marques, esse grupo está ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁵ Apesar de conquistas de ordens normativas instauradas pelo Poder Judiciário nos últimos vinte anos, Trevisan (2018) aponta que ainda estamos longe de alcançar o ideal. Nas palavras da autora: “[...] das primeiras décadas do século XXI, políticas relacionadas à raça, gênero e sexualidade tomaram um impulso comparável ao das grandes guinadas, no anseio pela democratização social mais justa. Nem por isso seria adequado dizer que tais lutas chegaram à conquista do Paraíso” (Trevisan, 2018, p. 943).

Na revisão integrativa sobre lesbofobia feita por Feiten e Irineu (2021), a identidade lésbica produz rompimentos na estrutura heteronormativa, ao passo que uma das estratégias de aniquilamento à lesbianidades, para além das violências direcionadas, são invisibilidade e ilegitimidade ao relacionamento entre mulheres. A lesbofobia, conceito central nessa pesquisa, foi utilizada para caracterizar os mais variados tipos de violências à lésbicas por serem lésbicas. Essa categoria surge para dar conta das singularidades que lésbicas são vitimadas, das quais a ideia de homofobia não daria conta.

Nas palavras de Wermuth e Canciani (2018, p. 1371-1372): “A necessidade de uma palavra que defina o tipo de violência emerge exatamente dessas circunstâncias da opressão de gênero + preconceito: a lesbofobia é a intersecção da homofobia com a misoginia e o sexismo.” Por isso, é fundamental reconhecer as consequências das opressões indissociáveis, tais como a invisibilidade aos registros de casos de lesbofobias, fetiches pornográficos, estupros “corretivos”, faltas de políticas de cuidado e promoção de saúde que centralize às questões de mulheres lésbicas, agressões físicas e psicológicas, suicídios e assassinatos (nomeadamente de lesbocídio diante da desvalorização da vida de lésbicas). Também foi apresentado na revisão que o rompimento do papel feminino de subjugação ao homem torna as lésbicas como falsas mulheres por não serem consideradas lésbicas de verdade.

Outro ponto que é apresentado na revisão de Feiten e Irineu (2021), e que advém também da lesbofobia, refere-se à fantasia de que lésbicas são mais aceitas do que outras identidades sociais, já que os dados de vítimas são mais escassos ou menores quando comparados aos demais. São fatos que dificultam e invisibilizam pautas específicas serem reconhecidas como também importantes, sobretudo na falsa ideia de que não existe necessidade já que o número é baixo.

Por medo de sofrerem agressões, é comum optarem por não publicizar a relação ou trocar carícias em espaços públicos, algo identificado também no Censo cearense LGBTQIA+ (Ceará, 2023). Quando relacionada a outros tipos de violências, algumas lésbicas encontram-se em maior condição de vulnerabilidade e de desamparo estatal-jurídico e familiar diante da imbricação de opressões raciais e de classe. Ainda é perceptível que, quando não reproduzem uma estética alinhada à feminilidade (ditas “sapatão de verdade”), a condição de violência também acentua (Nunes & Barros, 2022; Nunes, Sousa & Barros, 2023; Nunes et al., 2024). Sobre isso, há uma divergência, em situação de rua essas mulheres que não performam a feminilidade são menos violentadas sexualmente, tendo assim a performance masculina como fator protetivo. Por fim, as lesbofobias e os lesbocídios são determinantes para estabelecer os espaços que os corpos lésbicos ocupam na sociedade. Diante disso, a coletividade foi apontada como uma estratégia de promoção de redes de cuidado e laços afetivos. A militância é tida como uma estratégia de sair da invisibilidade e de buscar melhorias para as mulheres lésbicas. (Feiten & Irineu, 2021)

No levantamento bibliográfico feito por Anderson Guimarães (2013), psicólogo, em seu trabalho dissertativo, no tocante ao levantamento bibliográfico, aponta que de 175.000 trabalhos, entre dissertações e teses defendidos no país até 2011, cerca de uma dúzia (12) tinham como palavras-chave lésbica, lesbianismo, lesbianidade ou homoafetividade feminina. Mais recente, na revisão sistemática de Santos e Silva (2021), sobre teses e dissertações catalogadas na CAPES entre 2009 e 2019, acerca da temática lésbica na docência, identificou 110 possíveis produções, no recorte finais, 9 estavam dentro dos critérios de inclusão.

Especificamente na Psicologia, segundo a revisão sistemática com recorte temporal de cinco anos feita pelas autoras Gonçalves e Carvalho (2019), a qual teve como objetivo quantificar e analisar as publicações acerca das lesbianidades na Psicologia, identificou-se ainda o baixo número de pesquisas sobre a temática. Ao usarem os descritores

lésbicas e Psicologia em indexadores como PePSIC, Scielo e Periódico da CAPES, foi percebido um aumento de pesquisas sobre a temática nos últimos anos. Dos achados, 121 estudos foram identificados na primeira busca, contudo ao retirarem àqueles que não tratavam de fato da temática lésbica, restaram 116 artigos. A partir dos critérios de inclusão das autoras, somente 14 trabalhos foram analisados. Nessa análise, segundo as autoras, o desconhecimento acerca do universo lésbico e suas especificidades, assim como a junção do tema da homossexualidade feminina à masculina, são fatores que corroboram para uma invisibilidade ou fragilidade nesses estudos. Elas concluem apostando que a Psicologia, apesar de apresentar uma lacuna nos estudos sobre gênero, sexualidade e lesbianidade, tem apresentado um avanço na literatura acerca do tema, sendo ainda importante destacar que se trata de análises críticas que não reforçam estereótipos de gênero e sexualidade (Gonçalves & Carvalho, 2019).

De modo geral, a Psicologia tem debatido ainda que de forma tímida e, por consequência, produzido poucas possibilidades de leituras acerca do fenômeno da Psicologia em interface não somente com a vivência de mulheres lésbicas, mas sobretudo em sua dimensão psicossocial para além do binarismo e hierarquias coloniais (Jesus, 2012; Jesus & Galinkin, 2015). Mesmo com essa literatura escassa, a Psicologia tem se posicionado e disputado o campo dos gêneros e sexualidades (Pizzinato, Almeida-Segundo & Uziel, 2020). Destaco a atuação ativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP), sobretudo com as resoluções que orientam a prática profissional: nº 01/1999 que estabelece normas de atuação em relação à questão da orientação sexual; nº 01/2018, no tocante à atuação em relação às pessoas trans, e; nº 08/2022 que se refere à atuação em relação às bissexualidades e demais orientações não-monossexuais (Bicalho, 2022).

Apesar do avanço, são necessários mais estudos que se proponham a estudar questões referente ao gênero, sexualidade e psicologia, ainda mais por estes serem um campo em disputa (Barbero, 2011; Jesus & Galinkin, 2015; Cavalcanti, Bicalho & Sposito, 2019;

Garcia & Mattos, 2019). No tocante ao tema deste trabalho, o baixo quantitativo de pesquisas sobre lesbianidades ainda apresenta uma maior lacuna, sobretudo em interface com uma perspectiva contracolonial, ou seja, que leva em consideração na formulação do mundo e dos modos de subjetivação¹⁶, a contínua colonial em suas ideias binárias e hierárquicas de gênero (Lugones, 2014; Tolentino & Batista, 2017).

A História-ciência, a História-exatidão de fatos e datas cede hoje lugar a um fazer constante, a uma tarefa de problematizar, de questionar, de tentar aprender os significados e os valores que orientam os atos e gestos, sentimentos e paixões que atravessaram o viver humano. Divididos em classes ou grupos, analisados sob uma ótica econômica, religiosa ou “natural”, os seres humanos foram sendo categorizados em faixas etárias, cor de pele, altura, peso, força, inteligência, sexo biológico, nascimento, sexualidade. O modelo era a civilização ocidental, a referência principal o homem branco, heterossexual. Mas essas divisões e combinações nem sempre foram iguais, nem sempre foram binárias do tipo belo/feio, bem/mal, certo/errado, normal/anormal, branco/negro, mulher/homem. Os critérios também se modificam e as classificações e hierarquias mudam de sentido com o passar do tempo, em lugares e espaços diversos. (Navarro-Swain, 2004, p. 14)

Segundo Yuderkys Espinosa-Miñoso (2009, 2020), a colonialidade é o lado oculto da modernidade, no qual alguns feminismos, dentre eles o decolonial, questiona radicalmente as formas de sociabilidade e buscam os avanços no tocante aos direitos, visibilidade e

¹⁶ Para Guattari (1986), subjetivação é o processo pelo qual o sujeito é produzido. Essa subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos. Estes, por sua vez, são articulações de novos elementos heterogêneos que participam ao mesmo tempo que produz linhas de subjetividades. São essas linhas subjetivas que atravessam o sujeito e o constitui em um processo de territorialização e desterritorialização.

(r)existência das mulheres na sociedade. Assim, como também se faz necessário que nessas pesquisas seja levada em consideração a realidade vivida e narrativas de mulheres lésbicas que estão cotidianamente em busca da notoriedade de nossa existência enquanto sujeito político e que necessita de cuidados singulares.

A Psicologia como campo de saber, prática e pesquisa, os quais não devem ser vistos de formas separáveis, deve acentuar seu compromisso ético, político, estético, epistemológico e prático com a produção do conhecimento que vise transformação e justiça social de vidas subalternizadas, dentre elas, mulheres lésbicas. Como uma psicóloga, reitero meu posicionamento ético-político e implicado, por isso, ao fazer essa tese busco renunciar ideias hegemônicas que ainda permeiam a psicologia enquanto suposto saber (Foucault, 1975) ou da psicologização dos problemas sociais (Rocha & Aguiar, 2003). Ao contrário, reitero uma perspectiva de psicologia comprometida com a coletividade e com a transformação social de sujeitos marginalizados em uma sociedade cisheteronormativa. Nesse sentido, afirma-se um saber que não naturaliza ou preconiza a imparcialidade, ao contrário, transversalizo com outras epistemologias e narrativas autobiográficas (participantes) um modo fronteiro de produzir conhecimento. Tomo emprestado a ideia de bell hooks (2019a), ao fazer uma pesquisa-intervenção que centraliza a margem e suas vicissitudes e de Glória Anzaldúa (2021), de se utilizar da encruzilhada que me encontro para produzir com o corpo, onde não existe separação entre a vida e a escrita.

O ato de escrever é um ato de fazer alma, uma alquimia. É uma jornada em busca do eu, do cerne do eu, aquele que nós mulheres de cor pensamos ser ‘a outra’ - a escura, a feminina. Para que começamos a escrever, se não foi para conciliar essa outra dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, que fomos separadas, exiladas daquilo que é considerado “normal”. Nós chegamos a ver o alien dentro

de nós mesmas e umas das outras. Desde então estivemos sempre em busca daquele eu, aquela outra, e de outras de nós. E nós voltamos, em espirais cada vez mais amplas, e nunca no mesmo local de infância onde isso aconteceu, primeiro em nossas famílias, com nossas mães, com nossos pais. A escrita é uma ferramenta para adentrar esse mistério, mas também nos protege, nos dá uma margem de distância, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivemos? A perda de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura, ou do destino, ou do estado. (Anzaldúa, 2021, p. 52-53)

Ao ler sobre questões de gênero e sexualidade, tomando os feminismos negro e decolonial como chaves teóricas e analíticas, foi então que percebi o motivo de recusar-me a estudar questões de gênero e sexualidade. Ainda não estava forte o suficiente para ouvir aquilo que poderia me cortar, estilhaçar, trazer memórias dolorosas de um tempo passado e ao mesmo tempo, um tempo presente. Afinal, escrever é confrontar nossos próprios demônios como diz Gloria Anzaldúa (2021). Escrever analiticamente é desafiador, imagine escrever¹⁷. É rasgar-se, o que implica um processo visceral, doloroso, mas também transformador. Linhas de fuga e linhas de cura!

Então, assim como para mim e para as mulheres que relataram suas trajetórias de vida, espero que também para quem lê, essa tese seja um “soco no estômago”. Não há intenção nenhuma em romantizar a dor ou o sofrimento que podem estar atrelados à persistência e a reviravolta que é sair do véu da vergonha para levantar a bandeira do orgulho, ou de fazer de sua missão de vida, usando palavras ditas por uma entrevistada, a luta pela existência lésbica. Ao contrário, é para desestabilizar, causar incômodos e tensionar normas e saberes hegemônicos. Por isso, é proposto um fazer decolonial, crítico à perpetuação de

¹⁷ Tomo aqui emprestado o termo *escrevivência* de Conceição Evaristo (2020), na qual a autora faz essa construção ficcional inseparável da realidade social e de sua própria trajetória, ou seja, é uma escrita que remete à histórias particulares e experiências coletivizadas. Escrever + viver = *escreviver*.

lógicas dominantes que fundam, sustentam e aniquilam as alteridades (Lugones, 2014) ou, para usar um termo vívido e atual, que asfixia corpos que não importam (Mbembe, 2021; Butler, 2019a). Por isso, tenho me inspirado na lésbica negra e feminista Audre Lorde (2019) e feito da raiva matéria de luta e transformando meu silêncio em linguagem de ação.

A partir do exposto, essa pesquisa se guia no questionamento: que práticas de (r)existência à lesbofobia são tecidas nas trajetórias de mulheres lésbicas cearenses? O objetivo geral é analisar práticas de (r)existência à lesbofobia produzidas a partir de suas próprias narrativas sobre suas experiências. Para isso, os objetivos específicos são: conhecer como as mulheres narram a constituição de suas experiências de lesbianidades, por um olhar intergeracional e interseccional; analisar com mulheres lésbicas as expressões e estratégias de enfrentamento contra lesbofobia em suas trajetórias e, por fim; discutir desafios e possibilidades da organização política de luta de mulheres lésbicas em movimentos, coletivos e/ou grupos que pautem sobre questões LGBTQIA+. Esses objetivos se inter-relacionam ao fornecer uma compreensão abrangente da experiência lésbica, das estratégias de enfrentamento da lesbofobia e da importância da organização política.

Sobre como cada objetivo específico dialoga com o geral, segue uma discussão: Compreender como as mulheres relatam a constituição de suas experiências de lesbianidade através de uma perspectiva intergeracional e interseccional. Este objetivo visa explorar como as experiências de lesbianidade são narradas e vividas, considerando diferentes gerações e intersecções de identidade. Esse aspecto dialoga com o objetivo geral ao afirmar que simplesmente existir e se afirmar como lésbica é um ato de resistência e re-existência frente à lesbofobia, que frequentemente opera através do silenciamento e apagamento; analisar as expressões e estratégias de enfrentamento da lesbofobia nas trajetórias de mulheres lésbicas. Este objetivo está diretamente alinhado com o foco da pesquisa no enfrentamento da lesbofobia, examinando como essas mulheres lidam com a discriminação e a violência, e

quais estratégias elas utilizam para se proteger e afirmar suas identidades; discutir os desafios e as possibilidades da organização política e da luta das mulheres lésbicas em movimentos, coletivos e grupos que abordam questões LGBTQIA+. Este objetivo explora como as mulheres lésbicas podem se organizar e mobilizar em contextos políticos e sociais para promover suas causas e ampliar o reconhecimento de suas demandas. Ele dialoga com o objetivo geral ao destacar como a organização e a ação coletiva são fundamentais para desafiar e transformar as normas sociais e políticas que perpetuam a marginalização e a discriminação.

Como será visto, mulheres lésbicas/sapatonas sofrem processos de exclusão e estão em uma condição de vulnerabilização ímpar, são historicamente marginalizadas até mesmo dentro do movimento LGBTQIA+ e como apontado, academicamente também ficam em segundo plano quando se trata de pesquisas sobre gênero, sexualidade e Psicologia. Essas lacunas foram tomadas como impulso, de modo que cada objetivo é pensado como dispositivo de visibilização e disibilização de suas singularidades e pluralidades, dos seus modos de subjetivação, das trajetórias de luta, das transformações sociais e políticas que são alcançadas a partir do engajamento ativista de cada. Embora seja necessário reafirmar, algo que a literatura também apresenta, que a própria existência lésbica é por si só uma forma de resistir aos moldes cisheterosnormativos que geram modos possíveis de vida e mingua existências dissidentes de gêneros e sexualidades. Sendo assim, faz parte da linha 3 do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, intitulada “Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais”. Proponho discutir, posicionar-me e disputar o gênero no campo político e epistemológico que ele ocupa, interpelar à Psicologia por vias decoloniais para situar e produzir com as margens (lesbianidades) saberes insurgentes (hooks, 2019a), no qual essas mulheres são protagonistas

Diante de um tema complexo, submerso em uma realidade psicossocial e do reconhecimento de uma vida social que codifica certas vidas em a-bjetas (Butler, 2019b), é necessário um diálogo transdisciplinar com diferentes correntes epistemológicas: o lugar que parto, a Psicologia Social, com teóricas/os que estudam lesbianidades, feminismos (lésbico, negro, decolonial e transfeminista), estudos críticos à colonialidade (decoloniais/pós-coloniais), filosofia da diferença e afins que de alguma maneira contribuem para desenhar meus pensamentos analíticos e até “esquizes”. Portanto, dar-se-á diante da complexidade em torno da problemática, o qual interpela um saber transdisciplinar em que diferentes campos de saber são reconhecidos e valorizados em suas distinções sem tentar unificá-los ou reconciliá-los de forma simplista.

A potência das encruzilhadas teórico-epistêmicas reside na riqueza analítica que surge da combinação de diferentes campos de saber, cada um oferecendo ferramentas e perspectivas únicas que, juntas, possibilitam uma compreensão mais profunda e abrangente das complexas questões em jogo. Ao mobilizar abordagens distintas como a Psicologia Social, os feminismos diversos, e os estudos decoloniais, não se busca uma unificação simplista ou a apaziguação das diferenças epistemológicas, mas sim um diálogo respeitoso e produtivo entre elas. O objetivo foi criar um espaço de interseção onde essas diversas caixas de ferramentas possam se unir de maneira produtiva, mantendo suas especificidades e contribuindo para uma compreensão mais robusta e crítica das realidades sociais.

Cada “caixa de ferramenta teórica” contribui com insights que, ao serem articulados, criam um espaço de interseção que valoriza e preserva suas especificidades. Esse processo não apenas enriquece a análise das realidades sociais, mas também reconhece e aborda as nuances e singularidades das experiências vividas, sem desconsiderar as divergências entre os campos de saber. O desafio é, portanto, integrar essas abordagens de forma a construir um entendimento robusto e crítico, respeitando as distinções e promovendo

um espaço teórico que se alimenta da diversidade epistemológica, ampliando assim a capacidade de análise e intervenção nas questões socioculturais e políticas que emergem das práticas e discursos em questão. Essa abordagem multifacetada permite uma visão mais completa e integrada das questões em foco, sem desconsiderar a importância das diferenças epistemológicas.

Algumas escolhas metodológicas derivadas dessa tessitura teórico-epistêmica serão aprofundadas no capítulo posterior, adianto aqui o direcionamento metodológico a partir da pesquisa-participativa (des)articulada em pressupostos feministas e decoloniais, como método qualitativo de investigação, utilizando-se da entrevista autobiográfica de 13 participantes. A entrevista autobiográfica foi escolhida como ferramenta do acompanhamento das trajetórias e movimentações das participantes, nas quais busquei me vincular e estabelecer relações de confiança (com)partilhadas. As entrevistas foram áudio-gravadas e organizadas no software Atlas.ti 9, em que as narrativas que interessam ao objetivo da pesquisa foram codificadas, agrupadas e transcritas. A análise deu-se a partir desse tratamento de dados divididos em categorias que as próprias participantes anunciavam em suas falas durante as entrevistas e articulado ao referencial bibliográfico.

Afinal, falar de lésbicas

[...] é sobretudo tentar observar como uma certa prática sexual se insere nas relações sociais, como é avaliada, julgada, denegrida, louvada ou silenciada no desenrolar da História. É também colocar questões relativas à identidade do humano, à delimitação das pessoas dentro de categorias sexuadas - mulher e homem - que as condicionam e as enquadram em modos de ser, maneiras de sentir, de perceber o mundo e a si próprias (Navarro-Swain, 2004, p. 11).

Em contraponto à tradição filosófica cristã e científica moralizante que excluiu nossa existência da História (Navarro-Swain, 2004), a escrita dessa tese é também uma marcação na histórica da existência de mulheres lésbicas e sapatão que romperam a lógica binária e colonial e tecem transformações sociais a partir de duas movimentações políticas. É uma produção insurgente de memória coletiva de um grupo historicamente apagado da “história única” (Adichie, 2019). Ainda que nessas linhas uma parcela pequena faça voz, são vozes que estão mudando a política LGBTQIA+ no Ceará. Nós existimos e ficará registrado não somente aqui, mas no coletivo de forças tecidas por mulheres lésbicas acadêmicas, ativistas ou não, da produção da nossa própria história.

Na condição de uma pessoa que escutou as mulheres lésbicas que participaram das entrevistas, da composição dos espaços de luta constituindo a mim como ativista e que também vivencia certa subalternização nesse plano comum da experiência coletiva que é a lesbianidade; compor essa realidade compartilhada perpassou por identificações, mas não espelhamentos, diferenças sob o prisma da singularização e multiplicidades plurais do existir que contribuiu para uma compreensão das diversas formas de vivenciar essas formas de ser e seus diferentes sentidos. Reafirmo e coloco-me não somente como sujeito-pesquisadora, mas como mulher lésbica que é também atravessada pela intersecção do sexismo, machismo, racialização e “encara” na pele a lesbofobia cotidiana.

2 LESBIANIDADES: APONTAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS NA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA POR LENTES FEMINISTAS

Este tópico tem como objetivo apresentar alguns pressupostos teóricos que envolvem a temática da tese levando em consideração que nem todos os leitores e leitoras tenham similaridade com o tema, sobretudo com as seguintes categorias: gênero, sexualidade, lesbianidades e identidade.

Aqui é tecido uma breve reflexão teórica e historiográfica que apontam para a formação, de base colonial, do gênero como uma construção sócio-histórica que é utilizada para moldar os modos de ser e estar no mundo, e mais no contemporâneo, gênero está mais atrelado à ideia de identidade, suas capturas e armadilhas, ao passo que também atuante na promoção de identidades existenciais que fogem da norma que as invisibilizam. Além disso, discute sobre a sexualidade enquanto uma ferramenta que molda como as relações afetivo-sexuais estão atreladas a padrão normativo, sendo um marco ontológico que possibilita ou não viabilidades existenciais, produção de vulnerabilização e uma maior condição precária de certas vidas. Em torno dessas duas categorias, a noção de mulher tem sido fundada e sustentada imbricada ao feminino/feminilidade.

Cabe destacar que a disputa epistemológica em torno das categorias gênero, sexualidade e mulher (bem como outras), devem levar em consideração as transformações sociais, ontológicas e os jogos de opressão/privilegio em que são tecidas, a fim de produzir um saber localizado em tempo e história (Haraway, 1995). Esse giro epistemológico permite destrinchar paradigmas naturalizantes, essencialista, biologistas e ocidentalistas. De modo que, nem todas as pessoas são constituídas e reconhecidas da mesma maneira, as linhas que compõem os modos de subjetivação que constituem as mulheridades e lesbianidades.

2.1 Análise histórica dos conceitos: gênero, sexualidade, mulher e identidade

A discussão sobre gênero e suas implicações nas desigualdades sociais é enriquecida por diversas abordagens teóricas. Joan Scott (1995) argumenta que os papéis de gênero são construções históricas e sociais que legitimam desigualdades ao impor normas rígidas sobre o que significa ser "homem" ou "mulher". Essas construções não apenas restringem o acesso das mulheres a espaços públicos e posições de poder, como também reforçam a divisão entre o doméstico e o público.

No entanto, Ochy Curiel (2002) critica a abordagem convencional do gênero por não considerar suas interseções com outras formas de opressão, como raça e classe. Para Curiel, o feminismo hegemônico frequentemente invisibiliza as experiências variadas das mulheres ao reduzir o gênero a uma categoria homogênea, desconsiderando a diversidade de identidades que compõem a experiência feminina. Já Espinosa-Miñoso (2022) amplia essa crítica ao abordar a universalidade imposta por certos feminismos, que reproduzem hierarquias coloniais ao definir quais mulheres merecem ser consideradas sujeitos políticos e quais são vistas como "outras". Ela denuncia a imposição de uma normatividade que marginaliza vozes não hegemônicas, perpetuando a colonialidade do poder tanto no feminismo acadêmico quanto no ativismo.

Grada Kilomba (2019) reforça essa perspectiva ao destacar a invisibilidade das mulheres negras dentro das discussões feministas dominadas por mulheres brancas. Kilomba argumenta que o racismo estrutura profundamente as experiências das mulheres negras, criando um contexto onde elas são frequentemente vistas como o "outro" dentro do movimento feminista — um "outro" dentro do "outro" (mulher branca), dentro do "outro" (homem branco).

A pós-estruturalista Judith Butler (2015) oferece uma crítica ao conceito de sujeito universal no feminismo, defendendo que o gênero não deve ser entendido como uma essência fixa, mas como algo performativo e fluido. Butler questiona a divisão rígida entre sexo e gênero, argumentando que ambos são construções sociais e culturais que podem e devem ser contestadas para permitir identidades mais diversas e políticas mais inclusivas. Essas diversas perspectivas sobre gênero não apenas ampliam nossa compreensão das experiências femininas, mas também nos desafiam a questionar as estruturas de poder e conhecimento que sustentam as desigualdades sociais e culturais.

Ampliando esse debate, Maria Lugones (2014) introduz o conceito de colonialidade de gênero, destacando como a imposição de normas binárias e hierárquicas de gênero é central para a estruturação do mundo moderno-colonial. Segundo Lugones, o gênero, assim como o poder, o saber e o ser, é colonizado e perpetuado por eixos de dominação que marginalizam e desumanizam certas identidades e corpos. Gomes (2018) e Grosfoguel (2016) complementam essa visão ao discutir como a colonialidade permeia não apenas as relações sociais, mas também o conhecimento produzido pelas ciências sociais e humanas. Eles ressaltam que o pensamento eurocêntrico e colonial continua a moldar nossas percepções sobre gênero, raça e classe, perpetuando desigualdades estruturais.

Lugones (2014) utiliza a perspectiva da interseccionalidade¹⁸ como chave analítica para analisar a inseparabilidade entre raça e gênero, posto que ambas acabam por inviabilizar sujeitos que são marcados e vivenciam opressões simultâneas. Desse modo, Lugones (2014) afirma que a colonialidade tornou-se não só uma ferramenta normativa específica de uma modernidade ocidental, mas máquina de produção de diferenças entre macho/fêmea e normal/patológico, pois toda estrutura de controle se expressa com a

¹⁸ A interseccionalidade é uma ferramenta teórica e analítica utilizada para analisar como múltiplos marcadores da diferença, como gênero, raça e classe, estão imbricados e atravessam de forma única a experiências dos sujeitos, sobretudo de opressão e discriminação. Reconhecer essas complexidades é crucial para desenvolver intervenções e políticas mais eficazes e sensíveis às realidades diversas.

colonialidade. Essa racionalidade europeia estrutura relações de poder que perpetuam a colonialidade no mundo, que tem como base a marcação da diferenciação e hierarquização da humanidade. Um modelo ontológico que enquadra humanos e não-humanos, sendo o gênero e sexualidade ferramentas desse modelo; é utilizada também para justificar e condenar aqueles que encarnam os colonizados. Essa perspectiva possibilita repensar não somente às noções hegemônicas de verdades heterocentradas, mas também a própria produção subjetividades. Essa lógica está entranhada em sociedades latino-americanas que viveram o colonialismo/imperialismo e têm marcadamente hierarquias raciais e de gênero. Tais hierarquias sustentam os discursos e as subjetividades que almejam o extermínio/aniquilação das alteridades, sobretudo os dissidentes de gênero e de sexualidade, por não sucumbirem à heterossexualidade compulsória e à dicotomização homem/mulher.

Estudos mais recente denunciam a heterocentricidade na produção de verdades, na deslegitimação e distorção desta quando outras pessoas que fogem da normatividade “homem, cisgênero, branco, europeu ou norte-americano” produzem conhecimento (Rich, 2019). Sueli Carneiro (2023) remete ao epistemicídio científico diante das desqualificações do conhecimento de certos sujeitos como uma estratégia de manutenção de subordinação e dominação. Descolonizando ainda mais essa reflexão, tomando a ideia de colonialidade do saber, Quijano (2009) denuncia esse projeto político de padrão de investigação, ensinamento e de estudo que nega o espaço acadêmico aos sujeitos não europeus ou que se embasaram somente neles. Essa reflexão permite problematizar categorias fundamentadas nessas mesmas lógicas como gênero, sexualidade e mulher.

Sobre a categoria mulher, ao romper com a heterossexualidade compulsória, segundo Monique Wittig (2019), a experiência lésbica problematiza e transgride a categoria mulher, já que ela rompe com os padrões normativos de gênero e sexualidade. Segundo essa autora, lésbica permite refutar e ir além das categorias essencialistas ligada ao sexo (entre

homem e mulher) e binaridade entre macho e fêmea, operado sobretudo pela heterossexualidade. Para Clarke (2021), a heterossexualidade é uma instituição política que retira o poder das mulheres e instaura uma certa normatividade de gênero, sexualidade e relacionamentos afetivo-sexuais. Dessa forma, a lesbianidade oferece uma possibilidade de liberdade das amarras modernas(coloniais), por isso é tida como revolucionária (Lessa, 2007). Adrienne Rich (2019) também pensadora lésbica, com reflexão semelhante, toma a categoria mulher - imbricada as dominações (hétero)sexuais - como insuficiente para a pessoa lésbica, pois a hegemonia de gênero coloca a mulher em um papel de servidão e passiva ao homem, o qual as lésbicas rejeitam. Embora feministas já tentam desmistificar esse paradigma em torno da mulher como passiva e delicada.

A heterossexualidade compulsória, um conceito desenvolvido por Adrienne Rich (2019) e ampliado por Navarro-Swain (2004), é uma instituição política que impõe a heterossexualidade como a única possibilidade aceitável de existência para as mulheres, reforçando a dominação patriarcal e a dependência feminina em relação aos homens. Esse sistema não apenas define a sexualidade feminina como incompleta sem a presença masculina, mas também é projetado para camuflar e deslegitimar a lesbianidade, reforçando a ideia de que a sexualidade entre mulheres é um desvio ou uma ameaça à estrutura patriarcal. Navarro-Swain (2009) reflete sobre a heterossexualidade compulsória, considerando-a uma construção política e não uma característica natural. Ela argumenta que a visão acrítica do gênero contribui para uma percepção binária e naturalizada dos sexos, sustentada pela necessidade de reprodução e procriação das espécies. Nesse contexto, a heterossexualidade é vista como uma instituição política que define papéis e status sociais. A análise da autora destaca a importância de discutir os impactos da heteronormatividade. Segundo Navarro-Swain, a compreensão essencialista do gênero, que associa identidade a sexo biológico e vê a sexualidade como uma essência do ser, é desafiada pela categoria de

heterogênese. Esta categoria expõe como o binário naturalizado permeia a cultura e a ciência hegemônica. Assim, a autora busca evitar as limitações impostas pela dicotomia entre sexo biológico e gênero social, que ambas se baseiam na binaridade.

As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura. (Rich, 2010, p. 19)

Esse dualismo de gênero imposto pelo colonialismo, sustentado e atualizado na colonialidade, formula saberes, verdades e subjetivações. Esses diagramas, tomam os saberes científicos como instrumentos de perpetuação da colonialidade. Como já apontado, a colonialidade de gênero atua na regulação binária, hierárquica e classificatória com base em papéis sociais do que se enquadra ao macho e à fêmea, sustentada por um determinismo biológico. Inviabilizando assim qualquer outra vivência que não esteja dentro do padrão cristão do patriarcado do homem como superior e a mulher, sua subordinada (Navarro-Swain, 2004).

Essa colonialidade de gênero instaura a heterossexualidade como modelo hegemônico que impossibilita conhecer/vivenciar outras relações afetivo-sexuais além do homem e a mulher enquanto única relação possível (Rich, 2010). Rich (2019), parte do pressuposto que a heterossexualidade compulsória forma uma (im)possibilidade de existência

lésbica. Um padrão que torna à existência lésbica (im)possível. “A via da heterossexualidade compulsória, por meio da qual a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível” (Rich, 2019, p. 21). De fato paradigmático. Ao negar a existência, materializa ela, assim como os inquisidores portugueses fizeram ao registrar as denúncias e confissões de lésbicas no Brasil colônia, embora a história tradicional afirme a inexistência não só de lésbicas, mas de outras dissidências sexuais diante do não registro destas.

Ampliando o debate, Butler (2015) relata a presença da heterossexualidade compulsória e a passagem desta para a ideia de heteronormatividade das relações sociais, nas quais existências corporais (mesmo dissidentes) se fixam nas noções de natureza masculina e feminina, bem como nos papéis sociais de cada um. A heterossexualidade compulsória (ou heteronormatividade), torna-se uma regra universal, a qual determina a integração social em papéis (binários e hierárquicos) que determinam o verdadeiro homem e mulher. Ao ter a heterossexualidade como norma, relações assimétricas são tecidas entre corpos sexuados e genderizados, as quais são instituídas no imaginário ocidental por lógicas cristãs e por uma ciência essencialista, parcial e de base colonial.

Viviane Vergueiro (2016), aposta no termo cisgeneridade para problematizar as regulações de gênero sem ignorar as perpetuações de lógicas coloniais em torno da categoria. Ao dialogar com as referências trans+feminismo, *queer* e decoloniais, a autora caracteriza a cisgeneridade como a norma que regula corpos e identidades de gênero, os quais são naturalizados e idealizados em fantasias ciscioniais. Segundo Vergueiro (2016), tal fato é caracterizado por três eixos, são elas:

1. Pré-discursividade: aqui o discurso é entendido como produto da relação e das tramas de poder, no qual imprime o determinismo biológico ao corpo social, ou seja, antes do corpo (sujeito) está em relação com o mundo (sociedade em suas diferentes dimensões), é

atribuído a este um ideal imaginário, fantasioso e mesmo ficcional de sexo que determina como ele vai ser reconhecido e como não vai ser. São atos de performance de gênero que são repetidos ao longo da trajetória do sujeito ao ponto de ser subjetivado;

2. Binariedade, a segunda dimensão que caracteriza a cisgeneridade são constituídas em instituições e em ambientes socioculturais, estes por sua vez instauram a normativa que os gêneros possíveis são alocados em machos/homens e fêmeas/mulheres. E não só, mas também produzem processos de naturalização destes, de modo a considerar qualquer outra experiência como anormal (ininteligíveis). A autora irá dizer que tal binarismo (arbitrário) fundamenta um ideal de “verdadeiro” sexo, identidades coerentes com o sexo designado ao nascimento. Essa instância binária que fundamenta uma episteme conceitual como parte do projeto de mundo iniciado na colonização, afinal os primeiros “ininteligíveis” aos olhares europeus cristãos foram os colonizados;

3. Permanência, está ligada a caracterização da estabilidade e fixação no sexo, a qual coloca a subjetividade em um lugar cristalizado. Ou seja, é a premissa de corpos padrões, ideias e normais apresentam uma coerência fisiológica e psicológica em manifestações vistas como adequadas a tais categorias designadas desde o nascimento, tendo o saber biológico do corpo como centro - genitália determina o corpo sexuado. Tal fato postula expectativas culturais sobre corpos e identidades de gênero, assim como legítimas psicopatologias e deslegitimar experiências outras no amplo campo das identidades políticas.

Caracterizar isso é compreender que é a cisgeneridade rege a rede de violência e de invisibilização que acomete corpos que não se enquadram na (cis)normatividade ou na (cis)heterossexualidade. A acadêmica transfeminista Leticia Nascimento (2021), citando Foucault, aponta a importância da linguagem para manutenção das estruturas de poder e de produção de saber. Pensando nisso, e ao tensionar a categoria gênero, entendendo-o enquanto um conceito marcado por dimensões culturais e históricas, evidencia diferentes formas de

vivenciar as mulheridades e feminilidades. O plural tem como intuito demarcar “os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas” (Nascimento, 2021, p. 17) e “conferir movimentos de produção, visto que o termo ‘mulher’ pode sinalizar algo que se é de modo essencial” (Nascimento, 2021, p. 17). Já o termo feminilidades é utilizado para entender os modos pelas quais pessoas dialogam com o imaginário que enquadra o feminino. Essa abertura de feminilidades outras produz co-criações e subversões do próprio feminino. Essas nomeações apontadas por Nascimento (2021), são para ela intervenções no mundo e a marcação de construções de identidades, até então negadas. Ela entende que o transfeminismo aliado ao feminismo seria uma possibilidade conjunta para a produção de um novo marco civilizatório, na invenção de outros mundos para além da ocidentalização e a perpetuação da colinialidade que ficcionalizam verdades-normativas e estabelecem a modernidade.

No que diz respeito ao gênero e sexualidade, Guacúira Louro (2000) destaca que, desde os anos 1960, é perceptível a mudança na sociedade a respeito do gênero e da sexualidade, posto que movimentos sociais (gays, lésbicos e feministas) e pesquisas acadêmicas da época revigoraram tais discussões. Para essa autora, o maior destaque foi no avanço tecnológico e além das transformações dos relacionamentos e comportamentos sociais que passaram a intervir em setores e/ou ideologias consideradas imutáveis e universais. Comumente, o papel sexual está ligado ao papel social dado ao homem e à mulher, tendo como foco a reprodução. Suas compreensões são atravessadas por diferentes fatores ou marcas, como destaca Louro (2000), que fomentam seus significados e possibilidades de ações (controle) na sociedade. São elas: religião, tempo histórico, raça, classe, gênero, cultura, geração etc. Sendo, portanto, eixos de regulação que condenam ou negam práticas outras consideradas “amorais”.

Para fins de compreensão, aqui a sexualidade é tida como um constructo, um produto da relação social que por meio de conflitos e discursos permeia as relações sociais, tomando forma a partir da ciência moderna (Camassola & Raupp, 2022). Nessa tese, tomo a sexualidade atravessada pelo pessoal, social e político, sendo ela construída ao longo da vida e atravessada por diferentes feixes sociais, e não um dado natural como é colocado, formando assim identidades.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, Louro (2000) destrincha sobre as identidades serem transitórias e contingentes, têm caráter fragmentado, histórico, instável e plural. Como fruto dos avanços conquistados pelos movimentos sociais e acadêmicos, “novas identidades sociais¹⁹ tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como "política de identidades" (Louro, 2000, p. 8).

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambigüidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de "marcas" biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma "marca" definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as

¹⁹ Em suma, sexo, gênero e sexualidade são entendidas como “convenções sociais”, embora não somente elas (sexo, gênero e sexualidade) compõem a identidade social.

necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo. (Louro, 2010, p. 13)

Dessa forma, novas identidades de gênero e sexuais podem ser compreendidas de diferentes formas a depender da base epistemológica.

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. (Louro, 2000, p. 10)

A identidade, portanto, não deve ser vista como algo essencial, ao contrário, seu uso deve ser estratégico, para visibilizar essas imbricações e desestabilizar os eixos de poder que as negam. Nomear-se é tornar real, gera sentido e um lugar de pertencimento. Sai-se do não lugar, para um lugar (re)inventado por esses sujeitos. A política da identidade é, dessa forma, estratégica, embora tenha suas limitações e sofra capturas por esses mesmos eixos de poder e mais uma vez invisibilizar as especificidades de cada grupo ou deslegitimar pautas identitárias. Por exemplo, se não me afirmo enquanto mulher lésbica em consultas ginecológicas, o atendimento será pautado para uma mulher heterossexual. Não que me

afirmar irá trazer cuidado e promoção de saúde, já que nesse caso, está em análise o saber biomédico centrado cisheteronormatividade. O que quero afirmar é que dizer “sou lésbica” desestabiliza essa lógica dominante da cisheteronormatividade, a medicina vai ter que pensar práticas para essa minha identidade que é também de tantas outras mulheres lésbicas.

2.2 A formação histórica e invisibilização das lésbicas e sapatonas

É importante salientar que lesbianidades (como o movimento lésbico e as políticas públicas denominam mulheres que afirmam gostar de outras mulheres diante de suas relações afetivas e sexuais), brevemente foi-se tecendo enquanto identidade e seus diferentes codinomes no globo para designar os processos subjetivos em torno da noção de lésbicas. Embora seja necessário salientar que nem sempre essa prática sexual entre mulheres foi denominada assim, visto que observa e que, como uma estratégia de exclusão e aniquilamento de sua existência, durante muitos anos não foi nomeada ou visibilizada.

Como salienta Tania Navarro-Swain (2004), existem séculos de histórias que apagaram as mulheres, por isso, as questões que envolviam a mulher foram excluídas da história, tendo o homem com centro, como observado na Grécia Antiga (influenciadora da cultura ocidental). Com efeito, as questões sexuais que envolviam mulheres, especificamente mulheres com outras mulheres, não foram descritas na história da civilização da mesma forma que foi com os homens homossexuais. Sendo assim, tomou-se a nomeação de homossexualidade, destina aos homens gays, para as mulheres mesmo que não fossem centralizadas nas problematizações em torno do tema. Na história tornou-se comum por muito tempo as categorias homossexualidade feminina e mulher gay para se referir as mulheres que se relacionavam afetivamente e sexualmente com outras mulheres.

Na política do esquecimento, apaga-se ou destrói o que não interessa à norma moral, às convenções sociais, aos costumes, às tradições e aos valores dominantes. Afinal o que não se fala, “não existe”; “as mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo, à existência” (Navarro-Swain, 2004, p. 19). A autora problematiza o apagamento, silenciamento e exclusão da homossexualidade feminina como estratégia do não reconhecimento da existência lésbica na historiografia.

No que diz respeito à homossexualidade, esta escolha aparece como uma expressão oportunista das vantagens de ambos. De forma global, a bissexualidade tende a obscurecer a opressão das mulheres demonstrada pela categoria do gênero e de tornar ainda mais invisível o mundo *gay*. Aliás, a apropriação da palavra *gay* para indicar os homens homossexuais é também um sinal de uma divisão genderizada e talvez valorativa. A palavra *gay* desloca os termos pejorativos usados para designar a pederastia, enquanto que “lésbica” emanam conotações negativas. Mas tendo em vista que a ambiguidade e o paradoxo fazem parte integrante do mundo, a sexualidade *Queer*, seja ela qual for, por um lado acentua a descontinuidade entre os atos sexuais e as escolhas afetivas, mas por outro, reafirma a política de identidade (Navarro-Swain, 2009, p. 34).

No entanto, é importante salientar que, apesar da escassez, pesquisadoras e pesquisadores apresentam algumas pesquisas que marcam a presença de “lésbicas” em diferentes culturas, anterior à influência europeia-ocidental, inclusive no Brasil (Navarro-Swain, 2004; Mott, 1987; Bellini, 2014). Fato este que desestabiliza essa história colonial que naturaliza o sexo e gênero dentro da norma homem e mulher, macho e fêmea como únicas possibilidades de relacionamento afetivo-sexual.

Sobre isso, Rich (2010, 36-37) diz:

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez. Parte da história da existência lésbica está obviamente, a ser encontrada em contextos em que as próprias lésbicas, na ausência de uma comunidade feminina coerente, têm compartilhado um tipo de vida social e de causa comum com homens homossexuais. Mas há diferenças: a falta de privilégio econômico e cultural das mulheres, comparado aos homens; diferenças qualitativas nas relações masculinas e femininas – por exemplo, os padrões de sexo anônimo entre homossexuais masculinos e o pronunciado peso negativo da idade nos padrões de atração sexual entre homossexuais masculinos.

No entanto, de modo geral, tudo o que se refere à mulher na história antiga não foi tomado como pauta, sendo invisibilizado e apagado (Navarro-Swain, 2004). A própria visibilidade e a ideia de sexualidade são também algo mais recente, sobretudo com o avanço das lutas de movimentos feministas (Louro, 2000) e pelo avanço da ciência moderna com suas categorizações. Anteriormente, como por exemplo na Grécia Antiga, o que se tinha era o coito, o deitar-se com alguém e o ato erótico. No senso comum, a sexualidade está atrelada ao ato, o sexo e o prazer.

Aqui no Brasil, seguindo influências exteriores e formulando novos entendimentos, é possível observar também essas diferentes concepções ao longo da história do país que entrelaçam o sexo, gênero e sexualidades de mulheres que se relacionam afetivo-

sexual com outras mulheres. Nesse ínterim, muitos nomes foram dados às relações afetivo-sexuais entre duas mulheres, tais como sáficas, lesbianas, fanchas, *butchs*, *femmes*, sodomitas etc. (Brasete, 2009; Souza, 2018). Embora seja necessário lembrar a existência do apagamento das práticas sexuais entre mulheres não somente por historiadores, mas também na literatura acadêmica (Rich, 2019). Na pesquisa de Lardinois (1995), o uso da palavra “lesbianismo²⁰” é encontrado primeiramente em 1870 para referir-se à prática sexual entre mulheres. Embora o autor destaque que a palavra lésbica está relacionada a ilha de Lesbos, local em que a poetiza Safo²¹ residia, 600 a.C. A vivência sexual e afetiva entre mulheres existe anteriormente a ser denominada como tal, visto, por exemplo, em pinturas de vasos na Ilha Grega Thera (Corrêa Júnior et al., 2010).

Brandão (2010) identifica que a categoria social lésbica é comumente estabilizada na década de 1950, fruto de transformações que coexistem nas diferentes formas de relacionamento e identificação por parte de mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres. Sobre o termo lesbianidade, Toledo e Teixeira Filho (2010) reiteram que os movimentos sociais lésbicos consolidaram a noção de lesbianidades, no plural visto que buscam visibilizar a multiplicidade de vivências lésbicas e para nomear os processos de subjetivação em torno da orientação sexual e identidades lésbicas.

Nesse sentido, a autora aponta que gênero e sexualidade emergem como variáveis independentes, embora relacionem entre si que sustentam configurações identitárias “distintas e articulações diversas entre identidade sexual e identidade de gênero e apontando para a

²⁰ Importante salientar que o prefixo “ismo” no lesbianismo, homossexualismo e transexualismo, é associado à psicopatologização e por isso, remete ao estigma das orientações sexuais como doenças, não sendo assim mais utilizados.

²¹ Safo, foi uma poeta que fundou a primeira academia de mulheres, onde ensinava música, poesia e dança. Em seus escritos (canções, cartas e poemas) continham descrições sobre a beleza das mulheres, sendo assim possível pensar que ela se relacionava ou tinha sentimentos por outras mulheres. Sendo assim, sáficas é derivado de Safo e lésbica de Lesbo (a ilha), o que até hoje enquadra mulheres que se relacionam afetivo sexualmente com outras mulheres. Mulheres que moravam na Ilha de Lesbo eram chamadas de lésbicas e por conta de Safo, historicamente tem sido associada a orientação sexual lésbica, tendo assim um tensionamento com moradores da ilha que acontece o International Women’s Festival (maior festival de lésbicas do mundo). É escassa a literatura antiga que aborda sobre o homoerotismo/homossexualidade, para maior entendimento ler Brasete (2009) e Brandão (2010).

necessidade de se desenvolverem modelos teórico-metodológicos distintos para se dar conta de uma realidade que é mais complexa do que as representações comuns fazem crer” (Souza, 2010, p. 325).

No Brasil, é apresentado pioneiramente por Mott (1987), em um período que ainda era difícil o acesso de determinadas mulheres à academia, que durante o período colonial, as mulheres que faziam determinadas atividades, como a caça e/ou que se relacionavam com outras mulheres eram vistas pelos portugueses como “se fossem homens²²”, comuns em algumas tribos indígenas. Sobre isso, segundo Mott (1987), o termo lésbica enquanto referência à homossexualidade feminina foi feita primeiramente no Brasil por Viveiras de Castro enquanto sinônimo de “invertida sexual”.

Apontamos feitos por Brandão (2010), ao pensar junto de Terry (1990 apud Souza, 2010), a ordem médica tentou classificar de diferentes formas a homossexualidade como doença em que o homossexual verdadeiro era o afeminado e a lésbica verdadeira era a masculina. Os discursos médicos da época articulavam essa doença à distorção da expressão de masculinidade e feminilidade. Posterior, ao compreender melhor sobre as práticas homoeróticas, o termo “invertida sexual” passou a ser utilizado por médicos para classificar e a-normalizar não somente a prática sexual de deitar-se com outra mulher, mas, e sobretudo, o exercício performático de comportamentos e do “universo” dito masculino (Souza, 2010).

Diante da pouca documentação histórica no país sobre práticas sexuais de mulheres com outras mulheres, alguns documentos da igreja católica são um dos poucos que apresentam casos a partir de relatos de confissões. Durante a inquisição do Santo Ofício portuguesa no período colonial, observa-se perseguição às relações homoeróticas (relações

²² A escolha pelo “se fosse” condiz a forma tradicionalmente escrita pelos jesuítas no Brasil colonial conforme salienta Luiz Mott (1987) no clássico “O lesbianismo no Brasil”. Nesse livro, o autor faz uma retrospectiva histórica sobre o assunto. Nas culturas judaico-cristãs, sobretudo aliadas à sistemas de exploração e subordinação como o capitalismo e que incita a discórdia, o individualismo e a rivalidade entre as mulheres, a ousadia (sim, ousadia) de amar outra mulher não é bem-quisto, outrora criminalizado e por muito tempo patologizado (Mott, 1987).

sexuais entre pessoas do mesmo sexo) em registros inquisitoriais desde a Primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil em 1591 no nordeste do Brasil Colônia (Napolitano, 2004).

Bellini (2014), orientanda de Mott, ao analisar os registros de confissões e denúncias de casos de mulheres sodomitas e feiticeiras de inquisidores portugueses, problematiza o papel paradoxal da inquisição, visto que, ao registrar tais confissões, estes proporcionaram raros documentos que, mesmo sem intenção alguma disso, materializa a existência de relacionamentos homoeróticos, especificamente ao que interessa ao tema desta tese, entre mulheres no nordeste brasileiro no final do século XVI. Embora seja importante salientar que antes da “invasão” dos colonizadores às terras “brasileiras”, alguns raros documentos possibilitaram historiadores a identificarem a presença de tribos em que os papéis sociais não giravam em torno da reprodução, mas do exercício que cada sujeito fazia, como caça ou cuidados, ou seja, mulheres e homens eram definidos por papéis exercidos e não por seu relacionamento, mesmo que fosse entre mulheres (Navarro-Swain, 2004).

Segundo Navarro-Swain (2004, p. 17), “os limites de tolerância de práticas sexuais diversas dependem do grau de hegemonia da heterossexualidade enquanto norma absoluta ou escolha possível” tendo a reprodução como centro das relações sexuais. Por isso, na perspectiva da autora, embora a tentativa de apagamento e eliminação da historiografia, as sociedades em que a “reprodução é apenas um dos eixos e não o pivô central das relações humanas o leque de práticas sexuais aceitas tende a ser mais amplo” (Navarro-Swain, 2004, p. 18). A respeito disso, mesmo com pouca documentação, é possível afirmar que em culturas onde a ideia da reprodução não regula as relações de gênero e de sexualidades, outros tipos de relacionamentos para além do homem e mulher eram comuns. Essa polaridade entre macho e fêmea não estava presente nos povos originários da mesma forma que na cultura portuguesa. A imposição violenta colonial dos portugueses instaurou normativas de gênero e sexualidade com base em fundamentações morais cristãs desde quando este ainda era colônia de Portugal.

O que vai de encontro à noção de colonialidade de gênero proposta por Lugones (2014), articulada aos demais eixos de dominação colonial (poder, ser e saber - já apresentado), enquanto matriz estrutural da modernidade. Alguns traços dessa colonialidade de gênero na modernidade são: o olhar biológico para o sexo, o corpo sexuado, a relação da genitália aos papéis sociais e regulações em torno dos gêneros, a limitação do gênero ao homem e mulher e do sexo ao macho e fêmea e, por último, a imposição binária. Saliento que essa apresentação é meramente didática, não uma ordem, mas uma articulação que não se esgota nas que foram apresentadas.

No tocante a categoria de sodomia, salienta Vainfas (2004), foi a partir dos Séculos XII e XIII que os atos sodomos foram associados ao homoerotismo e relacionados ao pecado de luxúria pela igreja cristã. Mesmo período em que foi considerado crime passível de penas seculares e rigorosas, partindo de um olhar cristalizante do sexo entre homem e mulher como natural e os demais, desviantes (Vainfas, 2004). Inicialmente classificados como coito anal praticado entre homens ou entre homens e mulheres, o coito depois foi englobando outras práticas sexuais “demonizadas”, já que visavam o prazer e por isso associado ao pecado.

Nesse período, as trocas de carícias “estéreis” trocadas entre mulheres foram classificadas como sodomia cometida entre mulheres. Sobre isso problematiza Bellini (2004, p. 16) acerca da função da inquisição nos modos de subjetivação

Se, em vez disso, pensarmos o Santo Ofício como agência encarregada de praticar uma “pedagogia do medo”, instaurando um clima de culpa, vigilância e delação, então iremos inferir que ele cumpriu precisamente os objetivos a que veio, mesmo considerando-se apenas as transgressões no campo moral. Se tomarmos em conta o desassossego das consciências, os corpos sambenitados, humilhações públicas e castigos diversos, enfim, as inúmeras demonstrações daquilo que era proibido

praticar, concluiremos que, como instituição de segurança que era, a Inquisição estava cumprindo suas funções de criar culpabilidade e entregar periodicamente vítimas à sociedade.

Ainda hoje, é possível observar tais formulações endemoniadas e pecaminosas, aliadas ao senso comum ou a uma pseudociência (por ainda embasar na ideia ultrapassada da homossexualidade como doença), presentes nas práticas de violações de direitos, violências e negação da existência das pessoas LGBTQIA+.

Especificamente acerca do grupo identitário dessa tese no Brasil, observa-se também que os estigmas, preconceitos e formulações de representações sociais colaboraram para a categorização dos diferentes nomes destinadas às lésbicas, tais como caminhoneira, mulher macho e seus derivados como machona e machão, lesbianismo (termo ultrapassado que faz referência à patologização, “ismo”), fanchona, sapatão, entendida, paraíba, dentre outras (Navarro-Swain, 2004; Soares & Costa, 2012).

Essas denominações produzidas pelo senso comum dominada por modelos hegemônicos e perpassado pelo julgamento moral iniciado desde o discurso filosófico-religioso “estão inseridos na perspectiva de uma história que se quer universal, mas que em suas narrativas aponta para a parcialidade de sua construção” (Navarro-Swain, 2004, p. 14), formulam evidências-armadilhas, a medida em que é naturalizada e constitutiva de estigmas sociais e preconceitos. São, sobretudo, representações sociais, imagens transmitidas que estabelecem, a partir do uso da linguagem, uma forma de sociabilidade estabelecida em cada tempo e história. Essas são acompanhadas, apropriadas e transformadas ao longo do tempo e da cultura e que marcam valores e discursos científicos desde o século XIX (Navarro-Swain, 2004). No tocante a ideia de representação social, partimos aqui da definição dada por Moscovici (2003) na qual entende como um conjunto de conhecimentos que visa transformar

o que é estranho em conhecido, ou seja, a partir da interação social é evocado um dado acontecimento que se tornam familiares a um dado grupo.

No país temos os termos sapatão, mulher macho e caminhoneira, em geral para mulheres lésbicas que performam um ideal mais próximo da masculinidade, seja em suas vestimentas e/ou atitudes, por exemplo (Sousa & Figueiredo, 2022). Historicamente essas diferenciações foram sendo vistas diferentemente pelo olhar biomédico, colocando a lésbica masculina como a “verdadeira lésbica” e a feminina como a “falsa lésbica”, consequentemente uma exerceria o papel do homem (ativa) e outra da mulher (feminina), pensamento pautado na ideia binária de gênero (Souza, 2010). Além disso, na pesquisa de Toledo (2008), é possível identificar que a regionalidade é um marcador importante para tais formulações, visto que há espaços em que a hegemonia heterossexual, o sexismo e machismo são mais impositivos e violentos quando aliados à lesbofobia. Como será visto nas diferentes entre as falas e violências que mulheres do interior sofreram de forma mais aviltante e escancarada do que na capital. Em outra pesquisa, ao utilizar-se da categoria estigma, compreende-se que estes são tecidos com base em discursos heteronormativos a fim de deslegitimar a relação sexual e afetiva entre mulheres (Toledo & Teixeira Filho, 2010). Esses estigmas são fundamentados em mecanismos de controle e disseminado em discursos como ser lésbica foi resultado da frustração sentido com homens e, por isso, buscaram na relação com mulheres o que a priori não foi conseguido.

No tocante aos movimentos feministas e homossexuais no Brasil, como iremos ver a partir das falas das participantes da pesquisa, também é marcante a intersecção do machismo, racismo e homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia. Fato também apontado por Rich (2019) e Lorde (2019). Apresento aqui uma publicação do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF²³), no qual elas discutem sobre essas questões

²³ Importante grupo formado por mulheres lésbicas que estiverem à frente do que é conhecido como Stonewall brasileiro

Figura 1 – Boletim Chancomchana 1

"O lesbianismo é uma perversão, uma anomalia. Uma recusa a castração é o que nos dizem no pior dos casos. Depois de termos nos sentido muito inquietas culpadas, acabamos rindo.

Na melhor das hipóteses, nos falam do lesbianismo como de uma sexualidade diferente. Deveríamos exigir então que seja reconhecida como tal: "respeitem nossa diferença e parem de reprimi-la." Essa posição conciliatória foi a que assumimos, nos colocando sob o grande chapéu assegurado da "homossexualidade": o amor da Mesma.

Seria realmente uma outra sexualidade? Um outro desejo? Mas como qualificar esse "outro"? De onde teria surgido? Da história pessoal? De um acidente histórico? De gens HOMO? De um apêgo irresistível à mãe? De uma identificação conflituosa com o pai? De uma vagina dentada? De qualquer modo, todas essas explicações só podem vir de uma sociedade que é fácil classificar: patriarcal e heterossexual.

Nesta sociedade onde os antagonismos entre a classe das mulheres e a classe dos homens são tão violentos, tão opressivos que só podemos falar de guerra: nesta sociedade na qual, para obrigar as mulheres a pactuarem com o agressor, o patriarcado inventou a grande "Lógica Heterossexual": os homens e as mulheres seriam complementares em virtude da diferença sexual. Assim, as mulheres devem amar os homens e encará-los não como eles são, inimigos, mas como seres humanos. No entanto os homens podem, com toda a impunidade, violar as mulheres: a isto se chama relação sexual. Podem se apropriar da mulher, encerrá-la numa casa (lar), exigir dela trabalhos domésticos: a isto se chama casamento. Podem matá-la: a isto se chama crime passionai. Em suma, podem fazer tudo o que desejarem e a isso se chamará amor, desejo ou sexualidade. Chamar-se-á sobretudo Natureza. O heterossexualismo é uma estratégia do patriarcado. Heterossexualismo, aliás, é uma palavra ambígua: designa uma forma de sexualidade, mas o poder da Diferença não termina aí. Implica num hetero-poder, numa hetero-socialização, numa hetero-estratégia e numa hetero-pressão.

Nisso tudo as mulheres têm direito apenas a uma pseudo-identidade. Seus vestidos exibem as pernas, pernas que sobem nos saltos-agulhas, os charmes, a dependência, a fragilidade, o medo, a sedução, o olhar inquieto e de ódio lançado às rivais: a isto se chama feminilidade. Uma identidade composta de destruição, pontilhada de insegurança, Corpos abertos na frente do olhar

Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 2 – Boletim Chancomchana 2 (continuação)

2

ávido dos médicos patriarcas: mãos que trocam fraldas, que seguram, olhos que toman conta, palavras ditas em nome do pai: a isto se chama maternidade. Pseudo-identidade, pseudo-benefício. Nisso tudo as mulheres nada mais são que objetos de troca. Elas aprendem a desconfiar das outras mulheres, aprendem a traí a sua classe em benefício do "Outro" masculino. É uma distorção cultural que se perde com dificuldade, a distorção de "amar" o opressor e de separar-se na Mesma, de traí-la. Uma vivência profundamente política. Uma colaboração, um absurdo sem nome.

O lesbianismo é a resistência à hetero-opressão. É antes de tudo uma prática de solidariedade fundamental entre as mulheres. Toda a nossa afetividade se volta em direção às mulheres, para as mulheres, com as mulheres: nenhum benefício para o opressor. É a recusa da "feminilidade". Daí nos chamarem de "mulher-macho", de "sapatão". Elas não gostam dos homens, dizem das lésbicas, como se estas se privassem de uma sobremesa deliciosa.

É verdade, nós não gostamos dos homens: nós nos recusamos a humanizar o opressor, a lhe dar uma parcela de nossa confiança, de nossa sensibilidade. Não queremos pactuar nem colaborar com eles, pois conhecemos muito bem o preço disso: a perda de nossa potencialidade de vida e a traição de nossa própria classe.

Nós todas, em algum momento, já colaboramos com o opressor. Algumas de nós quase deixaram a pele nesse pacto. Não queremos falar em nome de uma moral abstrata, mas porque medimos os estragos e o preço a pagar para estar de acordo com a norma patriarcal, para estar de acordo com aquilo que eles decidiram classificar como "mulher".

Opressão, resistência, determinismo, luta enquanto possibilidade de não mais viver como "oprimida". Espaços políticos a partir dos quais se possa resistir, criar alternativas de vida, destruir o sistema patriarcal.

Palavras, questões, dúvidas, possibilidades de escolha. A recusa total de aceitar a opressão como natural: a não-resistência como natural, a colaboração como natural. Não cremos nos "amanhãs que cantam" e sim em: como conseguimos resistir, como criaremos possibilidades de vida numa sociedade que nos asfixia, numa sociedade onde a palavra vida não significa nada.

Todas as mulheres devem se tornar solidárias, resistentes, não colaboradoras. Enquanto olharmos para o lesbianismo como uma forma de sexualidade diferente, enquanto imaginarmos que o desejo vem de não sei qual pulsão, nos insurgiremos contra a idéia do lesbianismo como escolha política.

A pauta identitária é um campo de tensionamento que segue em disputa, a qual toma um novo norte a partir do que ficou conhecido como feminismo da diferença (nos Estados Unidos) e mais recente denominado de feminismo negro ou interseccional, por trazer à tona a diferença como uma ponte de alianças e não de rupturas (Collins, 2019; Anzaldúa, 2021). Assim, a noção de lesbianidade, termo mais utilizado atualmente, aborda a multiplicidade de experiências e a interseccionalidade dos marcadores sociais. Ela oferece uma compreensão que transcende categorização tradicional, reconhecendo a diversidade e as formas de resistência e afirmação presentes nas experiências lésbicas.

O enegrecimento do feminismo posiciona rupturas essencialistas e denuncia a inseparabilidade das estruturas de opressões (ex. gênero e raça) ao atingirem certas existências e de como estas atuam de forma desigual no cotidiano dos sujeitos. Rich (2019), denuncia a invisibilidade dada às lésbicas nos movimentos feministas que se centram ainda nas hegemônicas de gênero e na heterocentricidade e dão um duplo viés vivencial ao racismo e lesbofobia.

Anzaldúa (2021, p. 80) diz:

Eu me identifico como mulher. Qualquer ofensa às mulheres me ofende. Eu me identifico como gay. Quem quer que ofenda gays me ofende. Eu me identifico como feminista. Quem quer que agrida feministas me agride. Aquela que é agredida eu tomo como parte de mim [...].

Sobre isso, Audre Lorde (2019) aponta para as dificuldades que sujeitos generizados, racializados e dissidentes sexuais enfrentam ao participarem de movimentos sociais e ativistas já que algumas pautas existenciais não são tomadas como um problema ou são marginalizadas dentro dos movimentos sociais. Fato este que as femininas negras já

denunciavam diante da branquitude (enquanto posição de poder e subjugação racial aos não brancos) nos movimentos feministas hegemônicos e no movimento negro, com a presença do machismo e sexismo. Anzaldúa (2021), nesse texto intitulado “La piedra” aponta o risco da fragmentação identitária na invisibilização e silenciamento de certas violências dentro dos próprios movimentos, sendo elas uma forma atualizada que retroalimenta o sistema de relações de poder hegemônico.

O olhar interseccional pode ser então uma possibilidade de visibilizar as opressões imbricadas que atravessam de forma desigual os sujeitos. A noção de interseccionalidade proposta por mulheres negras é interessante para essa análise, já que segundo Crenshaw (2012), a interseccionalidade é uma ferramenta teórica que visa visibilizar as “avenidas identitárias” que atravessam a vida de mulheres negras e inviabiliza sua ascensão social, outrora é uma lente analítica diante da produção e manutenção de privilégios e opressões sociais. Cabe destacar que a intersecção de marcadores de opressão atua no fomento de vulnerabilidades e subjetividades, embora não com o conceito nomeado de interseccionalidade, já era apontado pelo movimento de mulheres negras estadunidense como aponta bell hooks (2019b) e Angela Davis (2016), assim como também por mulheres negras brasileiras como por Leila González (1984) e Sueli Carneiro (2011, 2022).

Portanto, a visibilidade dos atravessamentos de diferentes eixos de subordinação e de privilégio que atinge de forma diferente as pessoas, está ligada sobretudo aos movimentos de mulheres negras junto aos movimentos antirracistas (hooks, 2019a). Ao enfatizar a posição única das mulheres negras na matriz de dominação - ou as formas complexas e dinâmicas através das quais as formas de opressão se interligam, Collins (2019, p. 225), ainda aponta que essa intersecção não deve ser uma somatória de opressões, mas a compreensão de que, de forma imbricada, certas vidas são diferencialmente e desigualmente, são atravessadas por

opressões distintas. Sobre isso, afirma que “substituir modelos aditivos de opressão por modelos interligados cria possibilidades para novos paradigmas” (Collins, 2000, p. 225).

Isso é importante para entendermos que à medida que condições de raça, gênero, sexualidade e território geopolítico permeiam de forma simultânea e desigual populações e subjetividades. A partir do uso dessa chave analítica, novas discussões desmistificam os essencialismos identitários e categóricos dentro dos movimentos sociais e intelectuais (Carneiro, 2003; Lima, 2018a; Ribeiro, 2018). Por exemplo, no Brasil, o pacto narcísico da branquitude tem corroborado para a manutenção do privilégio branco (Bento, 2002), assim como o pacto da heterossexualidade no tocante ao gênero e sexualidade (Rich, 2010). Outro ponto importante sinalizado por Audre Lorde (2019), se refere a como essas opressões atuam de maneira simultâneas, não cabe ramificar as lutas sociais, ela na posição de uma mulher lésbica negra, não pode lutar somente no movimento feminista ou no antirracista or ser negra ou nos ativismos LGBTQIA+ por ser lésbica. Essa autora traz à cena a força das diferenças como potência para a luta. Sendo assim, por exemplo, ao posicionarmos contra o sexismo que atinge as mulheres, deve-se ser contra o racismo que também atinge as mulheres negras, de maneira igual à heterossexualidade compulsória que assujeita as mulheres lésbicas (Monteiro, Machado & Nardi, 2011; Marcelino, 2016; Peres, Soares & Dias, 2018).

Em sentido semelhante, também aponta Butler (2018) a importância de um comum, corpos em aliança, entre as diferentes lutas. Essa autora faz uma vasta discussão sobre as pautas identitárias e sua segmentarização. Segundo Butler (2018), para tornar pautas identitárias uma luta sobre a vida das pessoas é necessária que os diferentes movimentos e agrupamentos pautem a justiça social que acolhe a precarização induzida de corpos diferentes dos nossos e que entenda a discriminação em sua intersecção, sendo essa subalternização (assujeitados por uma lógica precarizante e dominante), o comum que pode unir alteridades em busca de compartilhar “vidas vividas”.

Habitualmente, demanda-se por estratégias para lidar com a complexidade das lutas e resistência à lesbofobia por parte de mulheres lésbicas. A fragmentação das identidades pode enfraquecer a força que a união tem, não à toa, essa segmentação é uma estratégia de poder que historicamente tem funcionado.

Há distinções nas identidades que contribuem ativamente na formulação de violências e violações: “Dizer ‘eu sou gay’, ou ‘eu sou lésbica’, ou ‘eu sou bissexual’ pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual” (Simões & Facchini, 2009. p. 33). Identidade é uma afirmação, mas não é entendida aqui como estática e fixa, identidade compõe a subjetividade, sendo esta atravessada por diferentes linhas de subjetivação (Guattari & Rolnik, 1996). Embora, quando se aborda papéis sociais ligados à identidades binárias e categóricas, é importante salientar que elas são sustentadas em um olhar essencialista sobre o ser.

Fica esse desafio para as novas gerações que se utilizam do *queer* ou da “não rotulação” em identidades que tanto foram pautadas pelos movimentos mais antigos na tentativa de visibilizar suas existências. Embora, no âmbito da Psicologia e nessa tese, preferimos trabalhar com a ideia de modos de subjetivação, entendendo as singularidades, criações existenciais únicas e coletivas, tecidas.

Retomando as lesbianidades, na pesquisa de Gonzaga (2024), sobre a experiências de jovens lésbicas moradoras de periferias de Fortaleza-Ce; reconhece a complexidade e a diversidade das experiências lésbicas, ao enfatizar que essas experiências não podem ser reduzidas a uma única narrativa ou a um tipo homogêneo de vivência. Utilizando o termo no plural, "lesbianidades", buscou refletir a multiplicidade das identidades e comportamentos que as mulheres lésbicas adotam, as quais são atravessadas pela interação de gênero, sexualidade, raça e classe. As narrativas apresentadas nesta pesquisa revelam como a heterossexualidade

compulsória se manifesta de maneiras distintas em suas vidas, dependendo dos marcadores sociais interseccionalizados que atravessam suas trajetórias de vida. Por exemplo, Beth, Géssica e Gisele enfrentam desafios específicos devido à sua identidade racial e de classe, que agravam as dificuldades impostas pela heterossexualidade compulsória e pelo racismo. Beth, uma mulher negra e periférica, opta por se alinhar com a heterossexualidade como uma estratégia de proteção contra possíveis violências. Géssica e Gisele, por sua vez, enfrentam discriminação adicional devido a seus corpos não conformes com os padrões de feminilidade e sua identidade negra, refletindo como estereótipos e preconceitos interseccionam-se para intensificar suas experiências de marginalização.

Ainda na pesquisa de Gonzaga (2024), a análise das experiências das participantes revelou que a heterossexualidade compulsória opera não apenas como uma força de controle social, mas também como um mecanismo de invisibilização e subordinação das práticas sexuais entre as mulheres. A existência lésbica, longe de ser um fenômeno isolado, é um campo de resistência e contestação contra um sistema que busca suprimir e normalizar a sexualidade feminina de acordo com os moldes patriarcais. Portanto, ao considerar as diferentes formas de vivenciar e enfrentar a heterossexualidade compulsória, esta pesquisa não só desvela a complexidade das lesbianidades, mas também destaca a necessidade de uma abordagem que valorize a diversidade das experiências lésbicas e suas interseccionalidades, promovendo uma compreensão mais rica e nuançada das lutas e resistências enfrentadas por essas mulheres.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: TRAVESSIAS SOBRE PESQUISAS SOBRE LESBIANIDADES NO “FIM DO MUNDO”

Fazer essa tese foi um grande desafio, ainda mais em um período em que notícias ruins foram veiculadas em todas as redes sociais desde a ascensão bolsonarista. Não bastasse, lidar com uma realidade pandêmica jamais imaginada, nem mesmo em pesadelos apocalípticos, uma desastrosa Gestão Federal, com negacionismo à ciência, incitação ao ódio e violência (com carreatas, invasões à hospitais e distribuição em massa de *fake news*), o alarmante número de mortes e todo um esquema de corrupção ligada à gestão durante a pandemia, vinha à tona como uma bomba relógio. A CPI da Covid foi quase como um *reality show* dos horrores. O ambiente é caótico, me fez pensar no livro de Ailton Krenak, a qual me inspirei para pensar o título dessa seção metodológica, o fim do mundo que Krenak (2019), salienta que se aproximava, pareceria estar ainda mais perto.

O ex-presidente que assumidamente dizia que gay tem que apanhar e que não quer um filho seu próximo a pessoas LGBTQIA+, reforçando uma falsa ideia de “contaminação²⁴”, tem contribuído para esse show horrores as minorias sociais, dentre elas a população LGBTQIA+ (Melo, 2018, Cavalcanti, Carvalho & Bicalho, 2019, Silva, 2020, Santana & Melo, 2021). Pesquisas apontam que desde a eleição de 2018 tem crescido o número de casos de violência contra a população LGBTQIA+ (Bulgarelli & Fontgalland, 2019; Barbosa & Costa, 2021). São fatos que deixam qualquer um em padecimento, desesperançosa. Boa parte dessa tese foi escrita durante o período de distanciamento social, na qual meu privilégio de ter equipamentos eletrônicos e subsidiar uma boa internet me permitiu usar dela como uma ferramenta de diminuição do distanciamento e isolamento, ou mesmo em fazer as entrevistas com as participantes da pesquisa. Durante esse período, algumas pessoas próximas de mim

²⁴ Facilmente encontram-se falas em vídeos, documentários ou mesmo matérias jornalísticas sobre o assunto no google.

foram oxigênio, inclusive as histórias das participantes dessa tese. E por que eu escrevo sobre isso? Por não deslocar minha realidade daquilo que pesquiso (Lima, Ciampa & Almeida, 2009, Coimbra & Nascimento, 2008) e porque diante das dificuldades já citadas sobre o tema. Pesquisar no fim do mundo foi como saltar (começar uma pesquisa sem pandemia) e quando menos se espera, me vi saltando em um abismo (desafios e rupturas ao longo dos primeiros anos de doutorado).

Como dito, primeiramente a intenção seria continuar a pesquisa nas unidades socioeducativas, analisar a performatividade de gênero de adolescentes que exercem uma certa fluidez quanto ao gênero e sua performatividade (Nunes & Barros, 2021; Nunes, et al., 2024). E assim foi até o primeiro ano do doutorado, contudo, com os agravos da pandemia e permanência do distanciamento social como medida preventiva de transmissão da doença, mesmo com o incremento da vacinação, quase um ano e meio depois do início das disciplinas do doutorado; não houve nenhuma resposta da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) sobre a autorização da pesquisa de campo. Fato que me fez repensar quanto ao rumo que deveria traçar e mais uma vez pensar sobre a SEAS e suas dificuldades em responder e aceitar pesquisas, como assim aconteceu no mestrado.

Quando decidi estudar sobre e com mulheres que se autointitulam lésbicas, dei-me conta que apesar de com-viver, eu não tinha ideia de como faria isso já que, no molde acadêmico, é necessário pensar nos passos metodológicos e minimamente nos critérios de inclusão/exclusão. Enquanto isso, escrevi e submeti o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa em dois meses, tendo resposta positiva. Então, abri meu Instagram, busquei o contato de um colega, disse a ele mais ou menos minha ideia e perguntei se tinha alguém para me indicar para uma conversa. Foi assim que conheci Alice, ativista lésbica e integrante da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), dentre outros coletivos, uma das fundadoras do SOMOS. Após esse primeiro contato com uma militante que faz da sua vida corpo de luta, entendi mais sobre

meu papel político com essa pesquisa: uma construção narrativa, coletiva e de registro da existência e movimentações de mulheres lésbicas no Ceará, sem me tirar deste local. Embora a primeira entrevista tenha acontecido com uma conhecida, a qual considerei uma entrevista piloto, mas que compõem também essa tese.

Esse foi meu primeiro desassossego, pois ao ouvir Alice tive a certeza do “mecanismo” que me impedia de fazer das lesbianidades “tema de estudo”, ao passo que quando entendi fui capaz de não sucumbir ao mundo lésbofóbico enquanto “trauma” que rememoro (Mombaça, 2020). Tomando esse desafio, foi necessário desuniversalizar o problema/objeto da pesquisa, dar visibilidade as imbricações que subalternizam diferentemente as trajetórias de vida das participantes. Nesse sentido, a noção da interseccionalidade (Crenshaw, 2004), é fundamental para compreender de que formas as alteridades podem contribuir para situações de vulnerabilidades, de opressões ou produção de privilégios. Além de ter corroborado para um saber parcial, implicado e ético diante dessa realidade que me encontro.

Ao começar a conversar com as participantes e receber suas indicações, me vi conversando com mulheres de diferentes localidades do Ceará que tecem suas (r)existências diárias e cá estou dando corpo a esses percursos e seus percalços. Foi principalmente ao ouvir Alice sobre a necessidade de fortalecer nossa autoestima para estarmos fortes para enfrentar as violações de direitos e violências designadas a nós que pude entender que eu estava nesse processo de fortalecimento e que naquele momento me vi pronta para falar, ouvir e produzir no “fim do mundo” sobre aquilo que talvez nem todo mundo queira ouvir/ler. E, ao ouvir tantas narrativas, pensar, ver e escrever situações e experiências da Alice, Marcynha, Michelle, Edna, Claudia, Rebeca, Fernanda, Luanna, Renata, Lídia, Val, Lila e Snoh²⁵, meu ser inflamou em potência de vida (Espínosa, 2020).

²⁵ Nome fictício. Pediu para permanecer no anonimato.

3.1 Pesquisa corporificada: apostas feministas e de(s)coloniais

Aqui, nós, como feministas, nos encontramos perversamente conjugadas ao discurso de vários cientistas praticantes os quais, uma vez tudo dito e feito, acreditam principalmente que estão descrevendo e descobrindo coisas através de sua construção e de sua argumentação (Haraway, 1995, p. 15)

Na posição de mulher lésbica e feminista, atravessada pelas forças e imersa no tema pesquisado-vivido, entendo-me como sujeito implicado com essa realidade que também componho e mais recente, busco transformar. Penso aqui a partir de meu saber localizado (Haraway, 1995), o qual repensa a objetividade e neutralidade imposta ao fazer ciência. Situar-se dentro desse campo de produção remete a dimensão dos atravessamentos de quem pesquisa ao que é pesquisado. É estar atento às diferentes implicações que constituem e surgem no processo de pesquisa, de suas pertencas e referências institucionais. É enxergar a mim como produtora e efeito dessa realidade. Pensando nessa composição, invenção e intervenção, estes dois últimos já salientado nas pesquisas participativas compostas pelo VIESES (Barros, Silva & Gomes, 2020); aposto na pesquisa corporificada. Dizer que uma pesquisa é corporificada é tomar a posição implicada e engajada nas produções de lesbianidades e nas estratégias de enfrentamento à lesbofobia tecidas no Ceará que também componho. Produzir conhecimento na Psicologia localizada, situada e na contramão das amarras engendradas da colonialidade na ciência moderna.

Primariamente, minha atuação implicada se dá diante do meu posicionamento ético-político²⁶ frente à indissociabilidade do fazer pesquisa e posicionar-se politicamente. Ou

²⁶ “Políticos uma vez que recai acerca do modo de fomentar ou incidir nas relações humanas de dada comunidade, e éticos por apresentar os valores nos quais essas ações se sustentarão” (Farias, 2019, p. 53). Assim, entendo que meu papel também é político, enquanto produtora e em busca de transformar essa realidade (Romagnoli, 2013).

seja, ao me enxergar como integrante e produtora da realidade que proponho estudar, da fabricação do plano de iminência, rejeito bases moralistas e pragmáticas, da premissa do distanciamento e da imparcialidade (Coimbra & Nascimento, 2008). Em segundo, por me atravessar de tal maneira que no final do ano de 2021 me coloquei na eleição enquanto integrante do VIESES/UFC no Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT e no começo de 2022 fazer a formação política de lideranças lésbicas e bissexuais promovido pela ABL, eixo nordeste coordenado por Alice. Esses dois pontos foram meus primeiros passos para cada vez mais adentrar nos movimentos sociais, posto que entendo hoje a importância de ocupar espaços e colaborar com os ativismos políticos.

Produzir uma pesquisa localizada traz à tona o campo dos afetos, cobra posicionamentos, saberes situados e “põe em xeque” o lugar da psicologia que faço enquanto posição de poder nas ciências modernas. Em alguns momentos das entrevistas, ouvi narrativas que remetiam a um suposto saber psicológico e do meu lugar de especialista, diante disso eu sentia um certo desconforto pelo peso de um suposto “saber” absoluto (Foucault, 2010). Eu não nego o olhar psicológico, mas evito psicologizar tudo (Bicalho, 2009). Por isso, entendo que a pesquisa é um lugar de encruzilhada e deve ser feito em um processo coletivo e horizontalizado.

Eu recebi muitas indicações de leituras, li poesias, ouvi músicas, participações e movimentos políticos das mulheres que entrevistei. Sou perpassada pelas treze mulheres com quem conversei e tantas outras que ouvi falar, que li e ou que nem conheço diante das políticas de apagamentos (Lorde, 2021). A pesquisa é esse processo de via dupla, ou até mesmo tripla ao pensar que três ou mais frentes são remodeladas (pesquisadora, participantes e a incidência política e social). Reconhecer o meu lugar ao colocar-me em análise foi produzir dobras, desvios, rupturas e reinvenções no campo da pesquisa, assim como limitações diante dos usos das entrevistas via *Google Meet* em que alguns momentos não

contribuíram para as conversas, já que a internet se encontrava instável. Ou quando assumi um novo emprego no interior e isso me impediu de continuar meu processo de inserção em algumas atividades do Coletivo Parada na Delas no final de 2022.

Nesse sentido, fiz uso ao longo de toda a pesquisa da inseparabilidade do meu corpo dessas existências outras que tecem coletivamente a luta para que pessoas como eu façam parte dessa realidade vivendo suas verdades sem serem alvos de estratégias necropolíticas²⁷. Trajetórias de vida que se cruzam no processo subjetivo que é amar outra mulher. Desse modo, friso aqui uma pesquisa não sobre mulheres lésbicas ou meramente representativa diante de suas vivências e práticas de (r)existência à lesbofobia, mas um traçado de um plano comum COM mulheres lésbicas, indissociável das dimensões históricas, sociais, políticas, subjetivas e de produção de afeto e memória (Romagnoli, 2013). Pesquisar COM as mulheres lésbicas coloca em foco os modos de subjetivação, não meramente a teorização sobre o problema da pesquisa (Moraes, 2014).

Parto de um lugar não essencializador, o qual não distingue a pesquisa da intervenção, da análise e da produção dos mundos outros. Ao propor um debate de forma ética e crítica acerca das vivências de mulheres lésbicas, bem como práticas de (r)existência à lesbofobia, escolho fazer isso a partir da pesquisa participativa implicada a partir de tensionamentos feministas e críticos à colonialidade como método qualitativo de investigação. Tal ideia surge da necessidade de desmistificar a objetividade neutra e imparcial de pesquisas tradicionais voltadas para representação do objeto ou que se isentam do papel transformador da pesquisa na formulação de novos conhecimentos e mudanças de realidades (Anzaldúa, 2005).

²⁷ Me utilizo da necropolítica proposta inicialmente por Mbembe (2017), por entender que vivenciamos no Brasil uma necropolítica à brasileira (Barros, Nunes, Sousa & Barreto, 2019) que atua enraizadamente de diferentes maneiras e em associação à instituições diversas na manutenção de tecnologias de produção de morte de corpos desumanizados.

Dito isso, o percurso metodológico dessa pesquisa foi pensado a partir de aportes e leituras que tenho traçado desde o mestrado. Tomo como base pensamentos feministas e decoloniais que colocam em análise paradigmas tidos como naturais, tais como o gênero, raça e sexualidade, posto que os feminismos ou as diversas teorias que criticam a colonialidade não são universais e estão em disputa (Espinosa-Miñoso, 2014). Parto, por exemplo, da crítica ao colonialismo enraizado nos feminismos de base eurocêntrica, ainda presente em algumas vertentes mais tradicionais.

Brevemente, apresento um pouco desse caminho. No VIESES, 2018, por meio de disciplinas e grupos de estudos, temos nos debruçados em estudos críticos à perpetuação da colonialidade²⁸, tais como Frantz Fanon, Grada Kilomba, Achille Mbembe, Aimé Césaire, assim como aportes teóricos feministas com Sayak Valencia, Maria Lugones, Judith Butler, Djamila Ribeiro, Lélia González, Juliana Borges, Audre Lorde e também aprofundamentos na corrente da Psicologia Social como Cláudia Mayorga, Pedro Paulo Bicalho, Cecília Coimbra, Neuza Guareschi, Andrea Scisleski, Lucas Veiga, etc. Além disso, o VIESES aventura-se nos estudos pós-estruturalistas, sobretudo com Foucault, e da Filosofia da Diferença com Deleuze e Guattari. É na inserção desse espaço que tenho fomentado, junto aos demais integrantes, estudos sobre aspectos da violência às juventudes, mecanismos de enfrentamento e de resistências às malhas necropolíticas que assolam periferias urbanas e equipamentos situados nesses territórios, e mais recentes tecnologias de privação de gêneros e sexualidades sob uma perspectiva interseccional. Esses são alguns dos temas que são tecidos nesse grupo e que tem

²⁸ Para Quijano (2005), a nova ordem mundial (modernidade-colonialidade), iniciada pela expropriação dos bens, costumes e moradores locais no colonialismo, ao sequestro dos povos africanos, inaugurando assim uma nova relação de dominação e de exploração de recursos e produtos; atualmente essa lógica (violência, exploração, servidão e escravização) se atualizam e perpetuam-se, sobretudo em lugares periféricos. Nas palavras do autor “a América se constitui como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. (Quijano, 2005, p. 117, tradução nossa). Para esse autor, a invenção da América e da nova ordem mundial tornou o capitalismo global, instaurando-se assim, a modernidade-colonialidade. Então, a colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão global do poder capitalista e das relações de poder.

contribuído significativamente com minha formação acadêmica, ativista e pessoal, não vejo uma separação absoluta.

Em 2019, ainda no mestrado, início uma disciplina com Conceição Nogueira, Psicóloga feminista e professora da Universidade do Porto, a partir dela aprofundo minha leitura nos estudos de gênero, sexualidade e feminismos. Já no doutorado, em 2020 participei de vários cursos com Helena Vieira sobre gênero, sexualidade, feminismos e decolonialidade durante a pandemia, todos em formato online. Esses cursos foram de suma importância para compreender a amplitude que é os estudos de gênero e movimento *queer*. Além deles, cursei o “Perspectivas Negras nas Ciências Criminais”, com uma de suas professoras a feminista negra Juliana Borges e o minicurso “Introdução ao pensamento de Ângela Davis”, produzido pelo Pretitudes. Já em 2021, tentando aproveitar as aulas online, faço a disciplina “Estudos e pesquisas em relações raciais no Brasil contemporâneo”, oferecida pela profa. Dra. Amana Mattos (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ) e profa. Dra. Lia Vainer Schucman (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). Essa disciplina foi fundamental para ampliar meu olhar antirracista e sobre o impacto psicossocial do racismo às pessoas racializadas, tema que foi apontado em algumas entrevistas. No mesmo semestre em uma instituição universitária (UFRJ), cursei a disciplina sobre Guattari com a Dra. Anna Uziel, reforçando leituras sobre modos de subjetivação e outros verbetes. Destaco ainda, cursos sobre racismo, saúde mental e feminismo negro, tais como: “Conceição Evaristo: vida e obra” apresentado por Dra. Vera Vieira e “Leila González presente: diálogos afrolatinoamericanos” com a Dra. Fátima Lima. Pesquisei e li textos diversos sobre lesbianidade feitos por lésbicas. Como coloca Cheryl Clark (2021), ao referir-se a experiência subjetiva e vivência lésbica, mergulho em leituras de autoras lésbicas, como Adrienne Rich, Monique Wittig, Gloria Anzaldúa, Audre Lorde, etc, as quais notoriamente fortaleceram-me não somente enquanto acadêmica, mas também na minha lesbianidade. E, para finalizar, como já comentei, fiz o

curso sobre lideranças lésbicas e bissexuais e estou em processo de afiliação à Articulação Brasileira de Lésbica.

Esse é meu saber localizado, deste lugar transversal de onde minhas elaborações e alucinações estão ancoradas, o lugar fronteiro com diálogos, trocas e reconhecimento da diferença como potência de vida (Monteiro; Penna, 2011). Não é nada neutro, é parcial e situado, feminista, decolonial e insubmisso. Donna Haraway (1995), discute sobre a importância de produzir saberes localizados, já que o conhecimento é teorizado a partir de movimentos de poder, não necessariamente em direção da verdade ou coletividade, mas da manutenção de uma ciência oligárquica e objetiva. Partindo dos aportes analíticos das autoras Haraway (1995), Harding (2019) e Anzaldúa (2000), a noção de objetividade é posta em análise por reiterar um afastamento e produção do saber não localizado (descorporificado).

A ciência hegemônica é deturpada pela visão masculinista que presa a hierarquização entre o cientista e objeto de pesquisa, a neutralidade como base científica e por base na epistemologia universal centrada no eixo europeu. Ou seja, esse androcentrismo, coloca o homem, branco, europeu, cisgênero, heterossexual e burguês como base para pensar o mundo, ou seja, é a universalização das experiências masculinas em detrimento das demais. Harding (1993), toma esses fatos para problematizar a própria produção de ciência enquanto produtora de verdades universais, produzidas e que sustentam as mesmas relações de poder que lhes convém.

Essa ciência feita em nome da neutralidade e do saber universal, atualiza tentáculos antigos com o intuito de manter hegemonias intactas, os mesmos mecanismos que produzem subjetividades serializadas, ao pensarmos uma leitura pós-estruturalista (Guattari, 1985, Guattari & Rolnik, 1996). Dito em outras palavras, segundo essas autoras, essas pesquisas que mantêm intactas os tentáculos hegemônicos, são produzidas por grupos distantes da realidade estudada, pesquisas ora institucionalizadas, em grande medida,

desempenhada por um grupo privilegiado em que sua execução fica a cargo de um grupo dominado, na qual a análise final é atribuída por sujeitos/grupos que defendem interesses próprios.

Uma pesquisa descorporificada parte de uma objetividade universal, de base colonial, a qual produz uma análise reducionista e que historicamente tem sido utilizada para legitimar discursos colonizadores, racistas, machistas, que negam, invisibilizam e desqualificam produções de conhecimentos feitas por sujeitos alocados como subjugados (Harding, 1993). Ou como subalternos, sem voz e sem elegibilidade de escuta dessa voz (Sibila, 2018). Assumir uma postura ético-política entre a interface científica e a realidade social, faz-se uso necessariamente dessa objetividade feminista, da localização limitada e do conhecimento localizado (Haraway, 1995). Sendo assim, é necessária uma objetividade maior/forte (Harding, 1993) ou objetividade corporificada (Haraway, 1995), na produção de um saber localizado. Uma racionalidade posicionada, portanto, é “um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis” (Haraway, 1995, p.22).

Entretanto, Harding (1993), Haraway (1995) e Anzaldúa (2005) pontuam que é necessário fazer uso destas objetividades descorporificadas para desestabilizá-las, confrontar as totalizações e utilizar da sua própria posição de poder para ampliá-las. Nas palavras de Haraway (1995, p. 16): “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”. Como diz Harding (1993), devemos aprender a enfrentar as instabilidades teórico-analíticas para construir uma nova realidade, penso, sobretudo àquelas ligadas às perspectivas coloniais.

O feminismo em sua cumplicidade com a aposta decolonial toma para si a tarefa de reinterpretação da história em chave crítica da modernidade, já não apenas por seu androcentrismo e misoginia, como tem feito a epistemologia feminista clássica, mas também dado o seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico (Espinosa- Miñoso, 2020, p. 5)

Esse giro epistemológico, metodológico e experimental não seria possível sem a decolonização da pesquisa (Harding, 1993, Haraway, 1995, Anzaldúa, 2000). O colonialismo, esse processo imperialista de exploração e racialização do mundo, embora datado no período colonial, ainda tem sua lógica perpetuada na contemporaneidade. Essa seria a colonialidade, a manutenção e atualização das bases do colonialismo ao longo do tempo (Quijano, 2005, 2008). Os fundamentos coloniais fecundam, dentre outras dicotomizações, a noção antagônica entre macho/fêmea com base em diferenças corporais, posteriormente, na produção de gênero e sexo com base biologicista e fenotípico (Lugones, 2014). São formas hierarquizadas impostas violentamente as outras culturas. Visibilizar e analisar a perpetuação das forças coloniais na produção do mundo mostram os limites e fragilidades de lógicas que reiteram a colonialidade na desumanização de sujeitos que não estão dentro do universal homem, branco, europeu e burguês (Cesare, 2019). Isso quer dizer, pauto uma pesquisa participativa que não ignora a rede de forças que constroem a sociedade, cultura e subjetividades com base na perpetuação do sistema colonial, em que mulheres lésbicas (incluindo eu) estão assujeitadas, subalternizadas e sofrem processos de apagamento.

Decolonizar não se refere meramente a usar autoras e autores que se utilizam da colonialidade para criticar a rede de forças que constitui o mundo, mas provocar diálogos e novos conhecimentos, decolonizar quem pesquisa e como se escreve os achados da pesquisa. Nesse sentido, Angela Figueiredo (2020) nos aponta pistas sobre como produzir através de

uma epistemologia insubmissa feminista negra e decolonial, a qual também me ajudou a pensar a escrita-pesquisa corporificada, são elas: 1. analisar as comunidades, conhecer seus problemas, para então intervir/co-produzir comprometida com a transformação social; 2. construir um diálogo horizontal, desse modo é falar COM e não sobre; 3. criar perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas; 4. utilizar-se de uma epistemologia de fronteira e com foco no combate às desigualdades em suas diferentes intersecções.

Sobre a escrita enquanto processo de pesquisa, uma autora que contribuiu para a abertura de uma escrita afetiva foi Conceição Evaristo e a ideia de escrevivência. Suas obras ora de ficção, ora reais, denunciam uma realidade ainda vigente no Brasil, o racismo à brasileira e a invisibilidade da mulher negra. Tomo a noção de escrevivência para escrever essa tese.

Pensar numa escrevivência é assumir e legitimar uma escrita de si marcada pelas experiências do/no corpo que estão/são cravadas nas memórias, lembranças, sensações, no pensamento, no medo e nos afetos. É escrever sobre o vivido e sobre as polifonias partilhadas com outros, priorizando nesse processo o borramento da fronteira entre o autor e o narrador da ficção ou história, as quais se entrecruzam na narrativa contada (Gomes Filho, Nunes & Lavor Filho, 2021, 126-127).

A escrevivência, conceito inicialmente associado ao ato de escrever de mulheres negras, une a escrita à vida, permitindo que experiências pessoais e memórias se entrelacem com a ficção. Conceição Evaristo (2020) utiliza a escrevivência para narrar histórias cotidianas de periferias e vidas individuais, começando com a memória da Mãe Preta, uma figura histórica que contava histórias para crianças escravizadas. Essa abordagem reflete as

cicatrizes do trauma colonial e oferece uma visão crítica da realidade por meio da ficção. No campo da Psicologia, a escrevivência tem sido aplicada de duas maneiras: como método de investigação e produção de conhecimento e como recurso metodológico para a construção de textos acadêmicos (Soares, 2024). Ela fortalece a criação de narrativas que rompem com as normas hegemônicas e tem um caráter ético, estético e político que denuncia as opressões enfrentadas por mulheres e afrodiaspóricas. Evaristo (2020) destaca que seus escritos nascem de uma experiência pessoal e uma análise crítica do seu entorno, revelando um profundo desconforto com as injustiças que permeiam o cotidiano.

“Escreviver” trata-se de uma escrita corporal, que nasce do cotidiano em que a vida se entrelaça à ficção, a qual aponta para o valor das palavras forjadas nas trajetórias e do compromisso com a vida. Ouvir, sentir, escrever. Uma escrita em primeira pessoa, ora individual, ora coletiva, ora ficção, ora epistemológica e ora realidade. Um (não)método de enunciação subversivo que me inspiro na escrita dessa tese. Gloria Anzaldúa (2000, p. 232) refere-se a escrita enquanto ferramenta de decolonização e ao mesmo tempo de “cura-denúncia”:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva dessa complacência que temo. Porque não tenho escolha. Porque preciso manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma. Porque o mundo que crio na escrita compensa aquilo que o mundo real não me dá. Ao escrever, eu organizo o mundo, ponho nele uma alça em que posso me segurar. Eu escrevo porque a vida não satisfaz os apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que outros apagam quando eu faço, para reescrever as histórias mal escritas que eles contaram de mim, de você. Para ficar mais íntima comigo mesma. Para me descobrir, pra me preservar, pra me fazer, pra ter autonomia. Para dissipar os mitos de que sou uma profeta louca ou uma

pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e de que o que eu tenho a dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu vou escrever, mesmo que me ameacem pra não escrever. E vou escrever sobre as imencionáveis, sem me importar com o suspiro ultrajado da censura e do público. E, por fim, eu escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho mais medo ainda de não escrever (Anzaldúa, 2021, p. 51-52).

A política da escrita é fundamental para essa proposta metodológica, uma escrita feminista do/com corpo, a qual enfatiza a visão, como método de “vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear” (Haraway, 1995, p. 21). Portanto, essa pesquisa-inter(in)venção feminista decolonial corporificada está ainda aliada a uma política de pesquisa, que encarna na escrita, esse giro decolonial, partindo de uma metodologia contra hegemônica, eticamente e politicamente situada (Haraway, 2009).

Pesquisar e escrever, portanto, emergem como atos políticos. Escre-ver, corporal e visceral, versos que visibilizam uma realidade.

O poema ilustra o ato da escrita como um ato de *tornar-se* e, enquanto escrevo, eu me torno narradora e a escrita da minha própria realidade, a autora e a autoridade da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (Kilomba, 2019, p. 28).

Propus não um poema, como ilustrado por Grada Kilomba e tantas outras mulheres negras e lésbicas como Audre Lorde (2021) e Chery Clark (2021), fiz essa tese e coloquei nela o desafio de uma escrita encarnada, implicada, inventiva e artesanal para relatar

a análise de narrativas de mulheres lésbicas sobre suas trajetórias de vida, de luta e (r)existência.

Cabe ainda salientar, que não se ignora os tensionamentos existentes entre os feminismos, movimentos gay e lesbianidades. Mas, utilizo de cada autora seu olhar científico e experiencial que de alguma forma corrobora para a pesquisa pois a perspectiva anticolonial não permite que ignore a inseparabilidade que é a ciência, racismos, machismos, binarismos, LGBTfobia e outras opressões. Diálogo a partir de diferentes olhares sociais e empíricos sobre a realidade e partir disso, tecido novas discussões.

3.2 Local de pesquisa e o seu caráter (inter)inventivo

Tatear um espaço que vivo, parte de pesquisar um território existencial que ora componho, ora sou produzida nele. Na impossibilidade do contato presencial, a internet virou uma aliada nas pesquisas que têm acontecido durante a pandemia. Por conta da transmissão por COVID-19, torna-se mais viável e seguro a escolha pelo modelo online. Por isso, as entrevistas não ocorreram em um espaço geográfico físico, mas na territorialidade digital, com o uso do *Google Meet*, e em conversas-convites pelo *WhatsApp* e pelo *Instagram*.

Diante disso, é de suma importância demarcar uma posição do que entendo por território da pesquisa, o qual vai além do local geográfico, mas de uma rede de afetos, vivências e resistências viscerais e corporificadas tecidas na coletividade. Alvarez e Passos (2010), ampliam a noção de território para além de sua dimensão física, mas território enquanto expressão de modos de vida e de produção de sentido. Por isso a noção de território existencial, uma localização espacial configurada no tempo em sua processualidade e não como uma realidade pré-existente (Alvarez & Passos, 2010).

Embora haja limitações quanto ao uso da internet e da produção dos afetos no meio virtual, essa foi a estratégia de reinvenção de pesquisar em meio ao caos. Cabe ainda dizer a força que foram esses momentos, ao ouvir as narrativas das participantes, senti-me revitalizada com tamanha garra, histórias cruzadas e lutas diárias. Foram bons encontros (Espinosa, 2009). Além disso, tive a oportunidade de gravar essas entrevistas e (re)visitá-las quantas vezes fosse necessário, o que contribuiu significativamente para elaboração de suas análises.

A narrativa, enquanto método de pesquisa, atua como um mecanismo interventivo que ilumina a experiência vivida através de histórias e relatos pessoais, destacando as estruturas de poder que moldam essas experiências (Castro & Mayorga, 2019, p. 7). Em particular, a entrevista narrativa oferece um espaço para que os indivíduos compartilhem suas histórias de vida de maneira aberta (Nogueira, 2017, Tedesco, Sade, & Caliman, 2014). Essa metodologia, caracterizada por seu caráter contra hegemônico e performativo, permite a expressão de vivências frequentemente desvalorizadas por estruturas racistas, patriarcais e colonialistas. As entrevistas narrativas não apenas descrevem fatos, mas também provocam mudanças no plano coletivo de forças, influenciando os processos de subjetivação e as relações de poder-saber dos participantes (Castro & Mayorga, 2019, Tedesco, Sade, & Caliman, 2014).

Epistemologicamente, a narrativa é vista como uma conexão sequencial de eventos, onde o processo de construção e manejo das entrevistas facilita o acesso e a transformação das experiências (Goikoetxea & Fernández, 2014; Sade, Ferraz, & Rocha, 2013). O manejo acompanha rupturas e mudanças nas falas dos participantes, promove um plano de experiência compartilhada que valoriza a interação transversal e a coemergência entre pesquisador e entrevistado (Sade, Ferraz, & Rocha, 2014; Tedesco, 2015). Assim, a entrevista narrativa assume um caráter interventivo ao facilitar um diálogo que não apenas

coleta dados, mas cultiva relatos e experiências, rompendo com hierarquias tradicionais e promovendo um espaço de reflexão e transformação (Tedesco, Sade, & Caliman, 2014).

As narrativas das mulheres lésbicas, por exemplo, atuam como dispositivos que revelam diferentes níveis de opressão e privilégio, oferecendo insights cruciais sobre suas estratégias de enfrentamento à lesbofobia e às desigualdades enfrentadas. Em uma fala, Renata remete a isso “É interessante que quando a gente narra a nossa história, e normalmente podemos ser capazes de identificar algo nesse sentido um pouco antes, né?” (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista). O que Renata menciona sobre a capacidade interventiva da entrevista que também existe ao produzir uma história, exemplifica a capacidade inter-inventiva da pesquisa participativa corporificada em que nos implicamos ao remontarmos nossas histórias.

3.3 Entrevistas autobiográficas: apostas na oralidade e o encontro com a experiência

Na tentativa de compor uma polifonia dialógica, elegi a entrevista autobiográfica para ouvir das participantes a narrativa sobre suas histórias de vida. Me inspirei na forma como Grada Kilomba (2019) conduziu e analisou suas entrevistas. Ela se deu mais como uma conversa, em alguns momentos, outros, foi um momento de escuta sensível e atenta para as reelaborações das mulheres. Esse tipo de estratégia metodológica comumente adotada no campo da Psicologia Social, vem sendo recorrente no VIESES, visto que trabalhamos com temas sensíveis, do âmbito privado e ao mesmo tempo coletivo; priorizando as pessoas que vivenciam certas realidades para relatar os efeitos psicossociais aos processos de subjetivação destes.

A primeira entrevistada foi uma convidada, falei diretamente com ela por ser uma pessoa conhecida. Nessa primeira entrevista considerei uma entrevista piloto. No primeiro

momento expliquei que a entrevista era autobiográfica, ou seja, aquele era um espaço para ela compartilhar sobre sua vida em interface com a constituição de sua lesbianidade e experiências e estratégias de enfrentamento à lesbofobia; mas não deveria se limitar a isso se assim desejasse. Passada essa entrevista, considerei interessante permanecer com a metodologia autobiográfica, visto que o momento de escuta de Snoh (entrevista piloto) foi muito rico.

Comecei a pensar como chegaria a uma variedade de mulheres lésbicas. No primeiro momento, recorri a lista de amigos nas minhas redes sociais para que me indicassem pessoas dentro do perfil. Essas pessoas me indicaram algumas mulheres, após contatar essas pessoas, eu pedi diretamente a elas indicações de outras mulheres lésbicas. Ou seja, utilizei a metodologia conhecida como “bola de neve”, na qual as participantes se utilizavam de sua rede de referência para indicar outras possíveis participantes. Esse tipo de metodologia, segundo Vinuto (2014), mesmo com suas limitações, pode ser útil quando a amostragem é um público mais difícil de serem acessados, estudados ou que não há uma indicação precisa sobre sua quantidade. Enquadra-se no grupo, dos três apontados pelo autor, estigmatizados ou reclusos. Esse tipo de amostra se mostra como um dispositivo de coleta permanente de informações da entrevistada e de suas redes de relações. Nas palavras do autor, ela se dá da seguinte maneira:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado.

Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (Vinuto, 2014, p. 203).

Além disso, falei com quase vinte mulheres, todas indicadas por amigos/amigas, professores/professoras (sementes) e por elas próprias. Em geral, meu primeiro contato se deu por uma rede social, sobretudo WhatsApp e Instagram. Algumas demoraram a responder, o que me fez falar com muitas ao mesmo tempo e no total doze participaram, além da entrevista piloto. O critério para cessar as entrevistas se deu por saturação, já que identifiquei um bom número de entrevistadas. Não parei antes, diante das próprias indicações das participantes acabaram indicando um perfil mais semelhantes, brancas, professoras universitárias ou ligadas ao PT, e com uma posição econômica confortável. A bola de neve apresenta limitações, elas indicaram muito o seu “nicho”, ou seja, se eram mulheres lésbicas ligadas a partidos específicos (Partidos dos Trabalhadores - PT, sobretudo), indicavam outras com perfil semelhantes; e, por isso analiso, foi difícil chegar às lésbicas negras que, embora estivessem na formação do LAMCE, não estavam mais compondo os mesmos espaços que as demais.

Nesse mesmo sentido, não foi sugerido pelas participantes nenhuma mulher transexual ou travesti lésbica.

Reitero que quase não recebi indicações de mulheres negras e habitantes de bairros marginalizados e as poucas mulheres negras (quatro no total), em sua maioria eram quem residiam nesses territórios periféricos. Tanto que decidi acrescentar a entrevista piloto

na tese por ser uma dessas experiências de lesbianidades que apontam para outros processos de subjetivação ligados à existência lésbica, questões raciais como autorreconhecimento de uma mulher negra e, em sua maioria, moradoras de periferias. Diante disso, você verá que nesta tese ao tratar do racismo a questão econômica está imbricada, embora pouco tenha sido apresentado por elas a questão de classe, ao tomarem para si, as que se auto reconhecem como lésbicas negras, a posição de uma lésbica da periferia ou que veio da periferia e não habita mais esse espaço.

De modo geral, os critérios de inclusão foram: se auto reconhecer enquanto uma mulher lésbica, ser residente ou ter nascido e/ou vivido alguns anos no Ceará; fazer parte de algum coletivo, movimento social ou agrupamento que dentre suas pautas, pensassem questões sobre e contra à lesbofobia. Já os critérios de exclusão: não participar de coletivos, grupos ou movimentos sociais e/ou partidários ou apesar de fazer parte de algum tipo de agrupamento, este não pautar estratégias de enfrentamento à lesbofobia. Embora todas as treze mulheres sejam cisgêneros, é importante salientar que isso não foi um critério de exclusão, embora infelizmente eu não tenha conseguido conversar com uma mulher trans lésbica dentro dos critérios, já que sua realidade pudesse ter trazido temas singulares e importantes.

No início das entrevistas, expliquei para as participantes sobre a importância de suas memórias e narrativas que elas pudessem compartilhar sobre questões relacionadas a lesbianidade, lesbofobia e movimentações acerca do enfrentamento desta. Em média, as entrevistas duraram de uma hora e meia à duas horas e meia. Somente uma entrevista ocorreu duas vezes e, por isso, teve mais de quatro horas de duração em seu somatório. Esse caso específico ocorreu diante da condição de saúde da Alice e de sua demanda de fala, já que ela é a participante mais antiga que integra os movimentos sociais.

No *Meet*, sobretudo quando a câmera estava desligada, escrevia no chat, dialogava a partir da cena trazida ou fazia perguntas. Fiz isso com cuidado para não atrapalhar a lógica memorial e de narrativa. Em alguns momentos a internet apresentou instabilidade, tive que tirar a câmera, impossibilitando a participante de me ver e de saber que eu estava atenta.

Algumas vezes, elas me faziam perguntas, talvez para saber se eu me encontrava ali ouvindo. No meu percurso e parcerias do VIESES com movimentos sociais, ouvi de integrantes de coletivos a dificuldade em contribuir para pesquisas por sentirem que pesquisadores e pesquisadoras tomam para si o momento de pesquisa apenas como produção de dados de uma maneira unilateral e vertical, dito de outra forma, após a “colheita” dos dados sumiam.

Entendo essa ressalva e evitava ao máximo tirar a câmera. Também compus outras movimentações, mantenho contato com algumas, sobretudo as que participam mais ativamente das movimentações contra lesbofobia em Fortaleza.

Para a pesquisa, a fala destas, enquanto abertura e confiança do compartilhar, a escuta atenta e sensível, foram elementos centrais para proposta decolonial. Isto ocorre diante do grupo alvo dessa tese, um grupo historicamente marginalizado, invisibilizado e que outrora não recebe espaços de escuta. Há de considerar o movimento intrínseco entre a colonialidade e produção de conhecimento, portanto há uma dificuldade de fala e escuta dentro do regime moderno colonial na produção acadêmica (Spivak, 2010). Para Kilomba (2019), o ato de falar é uma negociação entre quem fala e quem escuta. Sendo o ouvir, um ato de autorização em direção ao falante. Falar não implica só em ser ouvido, as hierarquias coloniais determinam quem pode falar, quem será ouvido, assim como qual conhecimento é validado (Spivak, 2010). É observado que o conhecimento validado está ligado à colonialidade do saber, ou seja, o conhecimento universal produzido pelo eixo europeu e, atualmente, norte americano.

Outra questão encontrada nas entrevistas foi a dificuldade de falar sobre si, não somente por se tratar de assuntos às vezes doloridos, mas ao que parece, algumas mulheres não haviam tido espaço-tempo ou se permitido reelaborar questões ali ditas. Traços resquícios dos processos de silenciamento e de não cuidado de si. O silenciamento, como forma de opressão, é uma mostra da atemporalidade da colonialidade, o não falar, não ser ouvida e não ser vista, remete ao apagamento de certas vidas desumanizadas (Kilomba, 2019). Além disso, a lógica do silenciamento, dentre outras funções, visa manter oculto os processos de subalternizações e suas possíveis denúncias (Kilomba, 2019).

Em suma, ao narrarem suas vivências, essas mulheres reelaboram suas experiências, de modo a construir mudanças subjetivas, fortalecendo a autoestima, redes de cuidados e de militância lésbica. A entrevista foi também um espaço de “desabafo”, “reelaboração” e “ressignificação” de algumas histórias sofridas, dolorosas e reais. Momentos necessários para romper com os silêncios engasgados (Lorde, 2019), dialogar, ressoar e construir uma autoconfiança. Em alguns momentos me senti afetada e muito emocionada. Assim, foi possível dismantelar esse espaço colonial do não falar (Ribeiro, 2019) e do não escutar (Spivak, 2010). Cabe ainda salientar que acessar o plano da experiência é produzir esse campo da experiência.

Como posição implicada e vivencial, busquei um momento de escuta e troca. A escuta implicada está atenta à experiência, os lapsus, rupturas e reformulações a partir daquele reencontro sensorial das entrevistadas, entendendo que as narrativas e experiências são produtoras de modos de subjetivação e também de intervenção e invenção no/do mundo.

Buscar ouvir essas narrativas, materializar suas biografias e com isso, produzir um conhecimento que emerge na contramão desses processos de exclusão e silenciamento dessas histórias e lutas, direciona a proposta contra colonial da tese.

Como aponta Lessa (2003), os registros da história são discursos produzidos e produtores de verdades, são eles que visibilizam e inviabilizam não somente existências outras, mas epistemologias/cosmologias, grupos/populações, e até mesmo deturpam as narrativas tornando um povo herói (civilizado) e os demais bárbaros (incivilizados), como assim é contada a história do Brasil. É nessa hegemonia de contar a história que os apagamentos das lésbicas foram tecidos, como já apontado anteriormente. No entanto, como discutido, ao criminalizar tais práticas, deixaram registros de suas existências.

O que está em voga é a legitimidade empunhada pela colonialidade que violentamente corrobora para o epistemicídio e genocídios de povos e de nossas singularidades subjetivas que fogem da cisheteronorma colonial. Sobre esse genocídio, Nascimento (2016) ao analisar o Brasil e a anulação da população afrodescendente, entende o genocídio como uma estratégia de aniquilamento e exclusão da identidade negra brasileira por meio de um racismo mascarado e pautado no mito da democracia racial²⁹. Esse genocídio tem sido utilizado estrategicamente e sistematicamente para submeter pessoas racializadas à exclusão, marginalização, dificuldades de acesso e permanência a certas instituições, assim como a concretude da dizimação dessa população. Essa mesma tecnologia atinge outros grupos desumanizados, subalternizados e ditos como amorais. O apagamento na história, a deturpação das trajetórias, o silenciamento, o enquadramento normativo na cisgeneridade e heterossexualidade compulsória, todas são estratégias de genocídios.

Ao embasar em Simon (2003), é trazendo outros enunciados e sobretudo a partir de narrativas autobiográficas que se pode produzir uma memória coletiva do que foi invisibilizado, apagado da história tradicional (Adichie, 2019) e quando visibilizado

²⁹ O mito da democracia racial é uma crítica que o movimento negro faz à imagem internacionalmente propagada pela Ditadura Militar da existência de harmonia racial, em que os negros não eram excluídos no Brasil como nos Estados Unidos diante das leis de segregação racial ou do *apartheid* na África do Sul e que, portanto, não haviam questões desiguais apontadas pelos mesmos. Essa ideia foi difundida na cultura brasileira fazendo com que o racismo à brasileira seja mais velado e invisibilizado (González, 1984).

(perversamente), foi criminalizado e endemoniado. A aposta decolonial é ouvir essas mulheres e tecer coletivamente como uma artesanaria de nossas existências.

Por fim, cabe destacar que assim como o perfil apresentado pelo lesbocenso (Tagliamento, Brunetto & Almeida, 2022) referido na introdução, e acredito que pelos mesmos motivos (pesquisa durante a pandemia e com entrevistas em modelo virtual), o perfil de entrevistadas é em sua maior parte classe média alta ou média, mulheres brancas e todas cisgêneras (se reconhecem no sexo destinado ao nascimento). Das 13, 4 delas se afirmam como negras e as demais brancas. A média de idade é a mesma, entre 21 e 65 anos, ou seja, um público jovem ou adulto jovem. Somente cinco tinham mais de 50 anos durante as entrevistas, embora hoje esse número tenha aumentado. Das 13, 4 residem no interior do Ceará, sendo que 2 na região metropolitana, embora atualmente estejam na capital³⁰. Além disso, 2 não residem mais no Ceará há alguns anos por questões trabalhistas. Por fim, aproveito aqui para apresentar essas mulheres.

Tabela 1 – Participantes

Nome	Filiações	Raça	Idade	Território
Alice	Rede LesBi	Branca	64	Região metropolitana
Claudia	UNA LGBT	Branca	54	Capital
Edna	Associação da Diversidade	Branca	42	Interior

³⁰ Para mais informações, acessar <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/xxi-parada-pela-diversidade-sexual-do-ceara-sera-neste-domingo-07-08>

Mitchelle	ABL, LBL e Marcha das margaridas.	Branca	48	Capital
Fernanda	Mães da resistência	Branca	54	Capital
Rebeca	Professora, Psol	Branca	30	Capital
Renata	Professora, LesBi e Clesc	Branca	50	Capital/região metropolitana
Val	Professora, militante acadêmica	Branca	43	Fora do Ceará
Marcynha	Tem colaborado nas atividades do Coletivo Parada na Delas	Branca	47	Região metropolitana
Luanna	Advogada, militante acadêmica	Negra	43	Fora do Ceará

Lila	Tambores de Safo	Negra	36	Capital
Lídia	Tambores de Safo	Negra	37	Capital
Snoh	Denegrida	Negra	32	Fora do Ceará

Fonte: Próprio da autora

Alice, 64 anos de idade. Foi cofundadora do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), primeiro grupo de defesa de direitos de homossexuais fundado em 1978 e do primeiro Núcleo de Gays e Lésbicas do PT/São Paulo. Após participar e ser a organizadora da primeira greve geral do Emílio Ribas em São Paulo em 1978, ela teve que ficar foragida por ser procurada durante a ditadura militar. Veio para Fortaleza após um período por cidades do Nordeste. Nos anos 2000, Alice participou da fundação do Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará (LAMCE). Apesar de em 2023 se desfiliar, no ato da entrevista era coordenadora da região Nordeste da ABL (Articulação Brasileira de Lésbicas), dentre outras facetas que tem um pouco de Alice. Integra o Setorial LGT/PT Ceará, Fórum Cearense LGBT e Conselheira Estadual do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará. Companheira de Marcynha. Ela é da região metropolitana, mas por questões familiares, está residindo na capital.

Claudia, 54 anos de idade no ato da entrevista, faz parte da União Nacional LGBT (UNA_LGBT-CE) e posteriormente integrou o primeiro Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT do Ceará, empossado no dia 17 de maio de 2022 (a qual também integro como representante da sociedade civil, meio acadêmico/pesquisa). Reside no interior do Estado do Ceará.

Edna, 42 anos, ligada à Associação da Diversidade de Itapipoca, interior do Estado do Ceará.

Mitchelle, 48 anos, integrante da Marcha Mundial das Mulheres, da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Integrou a primeira Secretaria Nacional LGBT no segundo mandato do governo Lula. Assessorou a Luizianne Lins desde sua primeira campanha para vereadora. Foi candidata a vereadora de Fortaleza. Tomou posse como presidenta do Primeiro Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT do Ceará, o qual também compoñho como Sociedade Civil pelo VIESES/UFC. Atualmente é secretária da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará. Reside na capital.

Fernanda, 54 anos, advogada. Integrante da Comissão da Diversidade e de Gênero da Ordem dos Advogados (OAB/CE). Junto com Renata, Alice e outras mulheres, estão formando a Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (LESBI) e Coletivo de Lésbicas Cearense (CLESC). É integrante do Mães da Resistência e foi integrante do Mães pela Diversidade até 2021. Reside na capital.

Rebeca, 30 anos, professora do ensino médio, dirigente da secretaria do PSOL. Reside na capital.

Luanna, 43 anos, uma das fundadoras do LAMCE e das Tambores de Safo. Advogada, não reside mais no Ceará há alguns anos por questão do trabalho.

Valdenizia, 43 anos, professora universitária. Foi uma das fundadoras do LAMCE. Ao longo da tese me refiro a ela como Val, como assim me foi apresentada.

Marcynha, 47 anos. Pedagoga. Integrante do Parada na Delas (coletivo que surgiu em 2022) e companheira da Alice.

Renata, 50 anos, professora universitária, tem 49 anos. Integrante do LAMCE e dos mais recentes coletivos cearenses criados durante a pandemia LESBI e CLESC. Tem colaborado nas atividades do Coletivo Parada na Delas.

Snoh, 32 anos, integrante do denegrida.

Lila, 36 anos, integrante das Tambores de Safo e do Mandata Nossa Cara³¹ pelo PSOL. Lila atua ativamente tanto pelo mandato coletivo, como também na função de integrante das Tambores de Safo. Cabe destacar que no Grito do Orgulho, Lila fez uma fala em que trazia para à tona as questões que atravessam pessoas LGBTQIA+ do Ceará moradoras das periferias.

Lídia, 37 anos, uma das fundadoras do LAMCE e das Tambores de Safo. Atualmente ganhou Edital “Fundo Delas”, junto à Tambores de Safo e organiza as atividades coletivamente com o grupo. É importante destacar que as Tambores de Safo sempre estão na linha de frente das Paradas da Diversidade, com intervenções artísticas com o intuito de visibilizar questões ligadas às mulheres lésbicas e bissexuais negras.

3.4 A pesquisa como artesanato: análise das entrevistas

A metodologia desta pesquisa adota uma abordagem qualitativa fundamentada em epistemologias feministas para examinar as dinâmicas de poder e conhecimento, tendo em vista as críticas das feministas à ciência tradicional. Sobre isso, Harding (2019) argumenta que a inserção de mulheres e de sujeitos subalternos no campo científico é crucial para reformular as noções epistemológicas, revelando como a ciência não é neutra, mas sim moldada por valores e pressupostos dominantes. Ela defende que uma ciência produzida a partir das experiências e perspectivas dos excluídos aplica uma "objetividade forte" e critica as relações de poder que sustentam o conhecimento tradicional. Isso é feito ao posicionar-se fora do campo teórico dominante, permitindo a identificação de valores e interesses que perpetuam privilégios e opressões (Harding, 1993, 2019). Essa abordagem epistemológica

³¹ A candidatura foi conhecida por “Nossa Cara: primeira candidatura coletiva de Fortaleza, composta por Adriana Geronimo, Louise Anne de Santana e Lila M. Salu. Em agosto de 2020, esse primeiro mandato coletivo de Fortaleza foi eleito com 9.824 votos, no qual Adriana ocupa o cargo de vereadora, Louise e Lila ficam como assessoras. Vale ressaltar que o único assento LGBTQIA+ no legislativo de Fortaleza, é da mandata coletiva.

feminista se distancia da visão binária entre sexo biológico e gênero social, buscando uma compreensão mais inclusiva e crítica da realidade. A perspectiva de Sandra Harding (2019) também sugere que a pesquisa deve ser artesanal, com cada grupo atuando como "seu próprio historiador", o que no contexto da pesquisa significa que as narrativas das mulheres lésbicas são vistas como fontes cruciais para entender suas realidades e lutas.

Atualmente, na medida em que fazer pesquisa tende a ser caro, as perspectivas que geralmente prevalecem são aquelas dos grupos já em vantagem que são subsidiadas. Consequentemente, são os pressupostos econômicos, políticos e culturais de tais grupos, intencionais ou não, que tendem a moldar o resultado das pesquisas. A “objetividade fraca” se concentra muito restritamente em maximizar a objetividade das pesquisas (Harding, 2019, p. 149).

A inserção das mulheres e de outros sujeitos subalternos no campo da ciência, reformula noções epistemológicas com base na não neutralidade científica ao situar-se dentro desse campo de produção, como pontuaram as feministas. Harding (2019), defende uma ciência feita de baixo, dos sujeitos excluídos, os quais aplicam uma objetividade forte; tende a problematizar as relações de poder que fecundam e sustentam o campo tradicional de conhecimento. Harding (1993, 2019) defende o lugar de fora do campo teórico, que permite detectar valores, interesses e pressupostos dominantes, que serve aos valores dos sujeitos que detém o poder e mantém os sistemas de privilégios e opressões. Ainda segundo Harding (1993), pesquisas fundadas a partir daqueles que não detém dos privilégios sociais naturalmente, fundam assim uma forma analítica sobre a realidade, uma epistemologia feminista. Isso não quer dizer imparcial/neutra, ao contrário, mas utilizar-se da distância

crítica para produzir benefícios científicos e políticos implicados com o compromisso social, identificar e desalojar.

As epistemologias feministas mencionadas acima são todas fundadas em uma teoria distinta da atividade humana, a qual é apoiada por um exame das precondições da emergência da ciência moderna nos séculos XV a XVIII. As feministas assinalam a unificação dos esforços mental, manual e emocional no trabalho da mulher, o que lhes proporciona uma compreensão potencialmente mais abrangente da natureza e da vida social. À medida que a mulher se sente atraída pelo trabalho dos homens e o procura - do direito e elaboração de políticas de políticas à medicina e à pesquisa científica - nosso trabalho e nossa experiência social rompem com as tradicionais distinções entre trabalho de homem e trabalho de mulher, permitindo que a maneira feminina de compreender a realidade comece a confrontar as políticas públicas. (Harding, 1993, p. 27).

Sem cair nas críticas a essa ideia binária do feminino e masculino que a autora pode, mesmo sem sua intenção, deixar marcada na escrita, Sandra Harding (2019, p. 155) aponta a importância de tecer artesanalmente uma pesquisa, em que cada grupo é “seu próprio historiador”. No caso da tese, somos historiadoras de nossas vidas, lutas e reformulação cearense no tocante ao enfrentamento da lesbofobia.

Os grupos feministas mais isolados dessa aplicabilidade mecânica da ciência moderna, organizadas artesanalmente, identificam um problema, formulam hipóteses provisórias, realizam a coleta de dados e depois interpretam-no. Pesquisas assim, que colocam em evidência a territorialidade estudada, ou no meu caso, também a narrativa, e não somente o arcabouço teórico, são um contraponto às pesquisas descorporificadas.

Anzaldúa (2000, 2005), Lugones (2008, 2014), Collins (2019) e Espinosa-Miñoso (2009, 2020, 2022), analisam estratégias de certos grupos subalternizados, por exemplo as mulheres negras e indígenas, no uso de outras ferramentas de escrita, de produção de conhecimento e de compartilhamento de suas histórias. Sendo assim, esse traço comum artesanal por parte destas remete à importância para a memória, a experiência de vida e o lugar de *outsider within* (estrangeira) para fraturar o sistema de verdades posicionadas na naturalidade e no afastamento do objeto de estudo.

Patricia Hills Collins (2019) discute como mulheres negras produzem epistemologias localizadas, com base na própria realidade que era negada pela forma tradicional de produzir conhecimento que pensavam seus problemas a partir de um ideal universal de humanidade ou da mulher branca ou negava às mulheres negras o lugar de produção de verdades válidas. Collins (2019) dá ênfase às pessoas subalternizadas pelos colonizados enquanto sujeitos capazes de falar sobre si e fazer análises acerca do mundo que as rodeiam. Remontando assim as histórias não contadas (Adichie, 2018). Deixam de ser objetos de pesquisa, para serem quem falam de si, ou mesmo pesquisa a si e seu entorno, rompendo a invisibilidade e os silêncios que provocam engasgos de uma morte simbólica (Lorde, 2019). Essas epistemologias feministas e negras rompem com o silenciamento e a invisibilidade que caracterizam as experiências das mulheres subalternas, revelando como a necropolítica generizada perpetua a exclusão e a morte simbólica (Gomes Filho et al., 2020).

Inspirada por esse processo artesanal, tomo as narrativas das mulheres lésbicas como cenas-episódicas que articulem as diferentes trajetórias e que as transversaliza, tal como Grada Kilomba (2019). Essas cenas são situações, experiências ou problemas que foi relatado por mais de uma entrevistada, contribuindo assim para a construção desta enquanto um analisador. Este entendido como aquilo que provoca análise, ruptura, separação, explicitação dos elementos de uma dada realidade (Rossi & Passos, 2014).

O processo organizativo dos dados foi sistematizado com o apoio do Software Atlas.ti Qualitative Data Analysis 9, o qual facilitou o agrupamento das entrevistas. Elegi essa versão por ser possível fazer os recortes a partir de vídeos, após feito os recortes, organizei em cenas-analisadoras/categorias (códigos) dentro de três grupos de códigos (sendo cada um, um objetivo específico). Os nomes dessas categorias foram pensados a partir das falas das entrevistadas.

Didaticamente as etapas do tratamento de dados estão divididas da seguinte maneira:

1. Nas entrevistas, convidei as mulheres a se abrirem, compartilharem sentimentos, experiências e a forma como lidam com a lesbofobia. Ao passo que também dialoguei, não somente a partir do que elas traziam, mas também sobre mim e em muitas vezes, sobre como nossos processos se encontravam;

2. As entrevistas gravadas pelo *Meet* foram assistidas novamente, momento em que fiz anotações mais específicas pensando em categorias para formular as cenas-episódicas;

3. Os vídeos foram enviados para o Atlas.ti, a qual individualmente, cada um foi visto novamente e criado os códigos em recortes de cenas, das quais foram marcadas a partir de 16 categorias (códigos), são elas: “auto ódio” (Gr=40); “enfrentamento à lesbofobia/resistência” (Gr=152); “família” (Gr=67); “inserção em partido político” (Gr=26); “lesbiandade/experiência lésbica” (Gr=146); “lesbofobia” (Gr=84); “participação em movimentos sociais, coletivos, grupos, etc.” (Gr=167); “privilégio branco” (Gr=8); “racismo” (Gr=18); “sofrimento psíquico/adoecimento” (Gr=39); “solidão” (Gr=10); “trajetória” (Gr=83), e; “visibilidade” (Gr=35). Excepcionalmente, após começar essa tabulação no Atlas.ti, havia separado a “heterossexualidade compulsória” (Gr=19) da “cisgeneridade” (Gr=8), entretanto coloquei uma ligação delas ao “sistema hétero patriarcal, sexismo e cisheteronormatividade” (Gr=28), por isso sua magnitude ficou fracionada. Essas categorias

foram alocadas junto aos três grupos de códigos que são respectivamente os objetivos específicos, ficando assim: grupo 1. “conhecer como as mulheres narram a constituição de suas experiências de lesbiandades, por um olhar intergeracional e interseccional” (Gr=369); grupo 2. “analisar com mulheres lésbicas as expressões e estratégias de enfrentamento contra a lesbofobia em suas trajetórias” (Gr=331); grupo 3. “discutir desafios e possibilidades da organização política de luta de mulheres lésbicas em movimentos, coletivos e/ou grupos que pautem sobre questões LGBTI+” (Gr=226).

4. Feito isso, passei para o processo de transcrever as falas. Fiz isso a partir da planilha do “gerenciador de citações” do Atlas.ti exportada para o Excel. Esse documento é dividido da seguinte maneira: ID, nome da citação (tempo marcado da citação), documento (a entrevistada, organizada em ordem alfabética), grupo de documentos, conteúdo da citação (onde transcrevi a narrativa), comentário (em algumas eu escrevi comentário enquanto assistia o vídeo, em geral associando a fala de outra participante ou links de atividade ou instituições comentadas), código (categorias que elegi), referência (também o tempo de duração do corte da narrativa) e a densidade. As falas marcadas pelos códigos foram transcritas e organizadas a partir dos grupos de códigos em um documento a partir para melhor visualização.

5. O trabalho cognitivo de análise e interpretação dessas narrativas foi desenvolvido por esta autora, com amparo de referenciais e outras materialidades citadas ao longo da tese.

No grupo 1 (capítulo 3) foram colocadas as seguintes categorias: família, lesbianidade/experiência lésbica, privilégio branco, racismo, sofrimento psíquico/adoecimento, solidão e trajetória. Relatos direcionados a conhecer as mulheres, suas trajetórias de vida e suas relações interpessoais. Enquanto no grupo 2 (capítulo 4) ficou: auto ódio, cisgeneridade, enfrentamento à lesbofobia/resistência, heterossexualidade compulsória, lesbofobia e sistema patriarcal, sexismo e cisheternormatividade. No qual, buscou-se

narrativas que estariam mais ligadas às vivências e estratégias de enfrentamento à lesbofobia. Por fim, no grupo 3 (capítulo 5) ficaram: inserção em partidos políticos, visibilidade e movimentos sociais, coletivos, grupos etc. Este último é um capítulo que se atenta para as produções de subjetividades de mulheres lésbicas inseridas em agrupamentos, suas participações em organizações sociais e/ou partidárias.

Portanto, o Atlas.ti me ajudou a organizar os dados a partir dos objetivos específicos, mas a análise destes se deu seguindo a perspectiva teórico-metodológica explicitada nessa seção, entendendo que a perspectiva feminista e a interseccionalidade entendida como uma lente analítica, possibilitou uma ampla compreensão dos atravessamentos nas trajetórias de vida de lésbicas. As experiências de vida estão profundamente enraizadas em contextos históricos, sociais e políticos que transcendem as vidas individuais, moldando e sendo moldadas por relações e situações concretas (Nogueira, 2017).

Em pesquisas qualitativas, a utilização de entrevistas é uma estratégia eficaz para estudar grupos que enfrentam invisibilidade ou hipervisibilidade interseccional. Como observa Nogueira (2017), “obter” informações diretamente das entrevistadas permite resultados inesperados, revelando perspectivas que podem ser ignoradas por abordagens tradicionais. Assim, as entrevistas narrativas são essenciais para compreender as inserções territoriais e a experiência da fala, evidenciando seu poder transformador (Tedesco, Sade, & Caliman, 2013). A narrativa, sob uma perspectiva interseccional, não serve como uma representação definitiva do sujeito, mas como um meio crucial para entender as experiências vividas e as relações de poder que a cerca. Ela revela diferentes níveis de diferenças, produções de subjetividades e o agenciamento de opressões e privilégios, destacando as desigualdades na humanidade (Nogueira, 2017). A interseccionalidade questiona as múltiplas formas de subordinação na sociedade e coloca as hierarquias de poder e as estruturas sociais

de opressão como centrais na análise das relações sociais (Nogueira, 2017). Ela atua como um "localizador" das experiências de racismo e outras estruturas discursivas e políticas nas trajetórias de vida (Akotireine, 2018). Portanto, a interseccionalidade representa um compromisso ético-político em pesquisas sociais (Nogueira, 2017).

A interseccionalidade também serve como uma ferramenta crítica para expor o cisheteropatriarcado e suas implicações sobre mulheres negras, que frequentemente enfrentam o cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe (Akotireine, 2019). Essa abordagem é ética e decolonial, reconhecendo que raça e gênero são constitutivos da episteme moderna colonial e não meramente eixos de diferença, mas produtos das opressões geradas pelo colonialismo e continuadas na colonialidade contemporânea (Pichardo, 2014).

A análise das entrevistas foi conduzida com base na metodologia interseccional proposta por Pratelo (2014), que inclui: 1) Examinar criticamente as categorias analíticas utilizadas; 2) Discutir as relações entre essas categorias; 3) Revelar a invisibilidade de realidades sociais antes inconcebíveis; e 4) Adotar uma posição localizada do pesquisador. A aplicação da interseccionalidade permitiu perceber as disparidades nas opressões e como as lesbianidades são marcadas por diferenças e semelhanças.

3.5 Aspectos éticos da pesquisa: a potência de nomear na construção da memória

Conforme discutido anteriormente acerca da objetividade “imparcial” e “neutra” nas ciências modernas e o contraponto que as feministas fazem ao problematizar as nuances científicas a partir de suas experiências, da objetividade maior, dos saberes localizados e do não lugar - quando se nega o lugar de produção de verdades (Harding, 1993; Haraway, 1995; Collins, 2019; hooks, 2019a, 2019b). Essa pesquisa perpassa por reiterar essas trajetórias em sua plenitude ao posicionar-se enquanto ferramenta de registro e produção de memória de vidas negadas.

Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. (Haraway, 1995, p. 27)

Segundo Haraway (1995), todo saber produzido é uma ciência que parte de algo existente, feita a partir de um momento situado em tempo-história, a qual não provoca tensionamento, mas ao contrário, tem sido utilizada historicamente para manutenção de privilégios e também dos silenciamentos e apagamentos. Ou como coloca Kilomba (2019), a atualização da máscara colonial entranhada na ciência. Então, essa produção de verdade rege e sustenta um modelo que Harding (1993) denominou de “ciência boa”.

Segundo análises de Grosfoguel (2016), a geopolítica do conhecimento é hierarquizada, as concepções de mundo do Sul global são consideradas inferiores pelo pensamento hegemônico de universalidades ocidentalizadas, este tem como *status quo* de que a ciência deve ser neutra em que quem pesquisa e é pesquisado deve-se manter distante.

A filosofia cartesiana tem exercido grande influência nos projetos ocidentalizados de produção de conhecimento. A pretensão de uma “não localização” da filosofia de Descartes, um conhecimento “não situado” inaugurou o mito da egopolítica do conhecimento, um “Eu” que assume produzir conhecimento de um não lugar (Grosfoguel, 2016, p. 30)

Isso ocorre pelo “apartheid epistêmico” ou pelo “epistemicídio” enquanto um cânone do dispositivo da racialidade como aponta Carneiro (2023), fato que dialoga com o eixo da colonialidade de saber enquanto estruturante dessa ciência positivista e pragmática norte-americana/europeia. Retomando a Grosfoguel (2016), ele ainda denuncia que há uma maior invisibilidade pelo conhecimento produzido por mulheres, mesmo elas ocidentais.

Dessa forma, o autor aponta que “as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemologias racistas e sexistas ao mesmo tempo (Grosfoguel, 2016, p. 28).

Ao criticar esse modelo de ciência, preocupo-me em construir uma pesquisa que refuta e não corrobora para cristalizações. Esse deslocamento que faço, é, portanto, um posicionamento ético que endossa essa tese, que justifica desde o não negar meu lugar enquanto produtora de conhecimento e de transformação social a partir do que escrevo, à elucidar os nomes e potência de vida das mulheres que participaram e ajudaram em sua construção.

Martín-Baró (2017), precursor da Psicologia da libertação, anuncia a urgência em libertar a Psicologia das amarras imperialistas e, assim, abrir caminho para outros modos de produzir conhecimento que não estejam, sem perder de vista o rigor científico, mas a partir dele, provocar fissuras e modos outros de ciência. Esse autor ainda aponta para a importância da criticidade e posicionamento diante da realidade social. Baró (2017), ainda dobra essa forma única de produzir conhecimento, para ele, a condição de desigualdade social que os sujeitos se encontram, tornam eles capazes de analisar fatores sociais e históricos que estruturam a sociedade, assim como já apontado nesse texto por feministas. Essa capacidade ímpar e coletiva de leitura da realidade dá força epistemológica que só a teoria encarnada no seio da academia não possibilita: a democratização da ciência e aliança entre teoria e prática. A própria maneira de como se escreve e contam as histórias, como aponta Adichie (2019), a

invisibilidade das outras histórias enuncia o perigo da história única, a qual endeusa um povo e desumaniza populações. Segundo Adichie (2019), se a história foi usada para deturpar populações, ela pode ser uma ferramenta de empoderamento, humanização e de reparação.

O posicionamento ético científico de uma pesquisa deve levar em consideração que forças a pesquisa pode acionar, desestabilizar ou manter intacta. Se a proposta é tensionar esses mecanismos e fazer uma ciência descorporificada, não é possível sem nomear, corporificar e registrar essas movimentações na história. Uma das grandes bandeiras do movimento feminista, sobretudo no final dos anos 1960 e 1970, trata-se da ideia ‘o pessoal é político’. Ou seja, qualquer prática social está suscetível a tornar-se tema de discussão, problemática e expressão pública (Nogueira, 2017). Quando se nomeia, damos corpo, se coletiviza narrativas e produzimos memória. Por isso, sustento que invisibilizar as trajetórias das mulheres que integram a pesquisa seria manter intactas esses mecanismos de silenciamento e apagamento.

Decolonizar a pesquisa é uma pista que tem me ajudado a sustentar essa ideia. Ao dialogar com suas críticas ao feminismo hegemônico de Espinosa-Miñoso (2020), ao reconhecer a colonialidade que habita as subjetividades, ideias de civilizações e na ciência moderna, é possível conhecermos as bases que sustentam a “unidade de opressão”. Em suas palavras: “Esse ideal de “unidade na opressão”, sustentado desde a academia até amplos setores do movimento feminista e de mulheres, continua a operar como um curinga para legitimar qualquer tipo de iniciativa e de objetivos com a ilusão de que servem a interesses comuns” (Espinosa-Miñoso, 2020, p. 5). Acerca disso, Grada Kilomba (2019) propõe cinco passos para reconhecer o racismo (braço da colonialidade) que habita os modos de subjetivação, a saber negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação. Ainda salienta essa autora que decolonizar é um percurso de reparação e de configuração das relações de poder e saber.

Dito isso, as questões suscitadas nas resoluções 466/12, a qual trata das recomendações necessárias para os projetos de pesquisas envolvendo seres humanos, e a 510/16, a qual dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas cujos procedimentos envolvam a utilização de dados identificáveis ou obtidos diretamente com participantes, foram em parte respeitadas. No que diz respeito ao anonimato, a importância de não veicular informações que contribuam para quebra de sigilo das informações compartilhadas não foram inteiramente obedecidas diante da proposta da pesquisa. Para isso, criei o TCLE, fiz as considerações sobre ele anteriormente às entrevistas, tenho cuidado dos dados e vídeos obtidos a partir delas, dentre outros apontamentos necessários. Entretanto, se pauto trajetórias de vida que corporificam (r)existências e lutas por visibilidade lésbica, não cabe correr o risco de silenciar, invisibilizar ou negar a existência dessas movimentações e trajetórias. Ao contrário, essa tese é também um recurso memorístico de vidas, lutas e transformações sociais.

No entanto, essa situação foi conversada com as participantes, não foi imposto, mas observado a importância de tal fato das quais são ressaltadas nas entrevistas gravadas e com o TCLE, assinado sobre a permanência dos nomes reais, sendo assim, aprovado por elas. No caso da entrevistada Snoh, “entrevista piloto”, ela pediu para que permanecesse anônima. Nomes de terceiros, como familiares, companheiras e filhos/as das participantes, assim como localidades, foram retirados ou modificados para um fictício.

Sobre a escolha em sustentar o uso dos nomes das participantes, fiz a partir dos seguintes questionamentos: a quem interessa manter o sigilo das lutas dessas mulheres? Ou ter seus corpos políticos apagados? Que tecnologias necropolíticas desmantelam quando reitero o fazer político das participantes da tese e suas ressonâncias (produções bibliográficas, artísticas e apresentações orais)? Como assinala Natália Polesso (2017), em seu texto “eu escritora, eu lésbica”, encarar o universo lésbico e visibilizá-lo é necessário. (R)Existir, enquanto escritora lésbica, para autora, no universo em que as relações de poder existem e exercem sua força

opressora na tentativa de atassalhar minorias; reiterar sua luta no seu trabalho; é um fazer político. Natália me inspirou a pensar que partir da própria experiência (existência) como sujeito, da busca por visibilidade (resistência) como uma postura política (ocupar os espaços negados) e da estética na escrita (modo de pensar, realizar escritas e visibilizar não somente os nomes, mas a trajetória), não devemos sucumbir ou apagar nossas trajetórias e lutas.

Me propus problematizar e (re)inventar um caminho ético da pesquisa, fortalecer e visibilizar essas trajetórias e suas lutas. Esse compromisso ético na pesquisa se interessa pelas forças e não pelas formas, os modos de subjetivação territorializado, desterritorializado e reterritorializado (Pelbart, 2019). Ao afirmar, assim, a pesquisa como processo, construo uma discussão ética em pesquisa que problematiza as resoluções do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa com seres humanos enquanto instituição criada e mantida por saberes hegemônicos, que não repensaram as singularidades que as territorialidades pesquisadas podem apresentar e/ou interpelar enquanto aliançamento dos movimentos sociais e academia.

Refletir sobre questões éticas não se restringindo a um protocolo burocrático de aprovação, é pertinente para recusarmos o local do suposto saber e entendermos que compomos esse sistema e que ele tem historicamente colocado saberes não eurocentrados como subalternizados e privilegiado outros saberes produzidos dentro de suas lógicas e epistemologias (Quijano, 2008; Góis, 2019). A Psicologia Social tem apontado para a importância da indissociabilidade entre teoria e prática, na qual o pesquisador tem um papel político na guinada da transformação social (Lane & Codo, 1984).

Mais uma vez, esse plano de implicação pressupõe o entrecruzar entre os diferentes atores e atrizes e uma cosmovisão ampla dos saberes na indução de uma produção compartilhada. Isso não quer dizer que abomino os cuidados quanto ao sigilo e anonimato, o CEP existe e é necessário por diferentes motivos, sobretudo para resguardar as pessoas que se propunham a participar das pesquisas, sabemos que absurdos aconteceram no passado. O que

estou colocando em jogo é a manutenção desses mecanismos em alguns determinados casos, sem avaliação das singularidades de pesquisas com determinadas pessoas e territorialidades.

No mestrado tive dificuldades em entrevistar adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que não recebiam visita de familiares que poderiam autorizar a participação destas, a instituição também não queria aderir para si essa responsabilidade por entender que o comitê pede autorização do responsável legal. Ao fazer pesquisas em condições de vulnerabilidade, deve-se estar atento aos desafios e invenções que o campo interpela. Pesquisar implica intervir no plano coletivo de forças que estão sujeitas às relações de poder vigentes, as quais necessitam serem reavaliadas de acordo com as alteridades e pluralidades da territorialidade da pesquisa. O caráter inventivo da pesquisa, nesse sentido, deve estar em consonância com novas *práxis* sociais.

Essa *práxis* é resultado da movimentação dialética entre teoria e prática em busca de transformação a partir da indissociabilidade entre teoria e prática (Lima, Ciampa & Almeida, 2009). Uma mudança teórico-epistemológica que marca a Psicologia brasileira, a qual passa a analisar criticamente a realidade, a repensar o psicossocial sem polarizar o indivíduo e social e buscando a emancipação e desalienação dos povos oprimidos.

Dessa maneira, a produção de conhecimento na psicologia social deve estar imbricada ao paradigma ético-estético-político, com o intuito de desnaturalizar dicotomias, romper com ideias cristalizadas, recriar permanente o “objeto” e de desconstruir fronteiras tradicionalistas que dividem o campo do conhecimento. O desafio ético está no compromisso social com os sujeitos que propomos coletivizar saberes e afetos. O desafio estético está em construir novos organogramas políticos de pesquisa. O desafio político está em compor o campo coletivo de forças que produzem novos territórios existenciais periféricos (Bruhn & Cruz, 2020). Por fim, como inspiração do Michel Foucault junto ao Deleuze, a ética tem mais

a ver com as políticas de subjetivação articuladas com a política de pesquisa, condições e efeitos dos processos de subjetivação contemporâneo (Foucault & Deleuze, 1979).

Com isso, sustentamos uma ética que atravesse a rigidez dos processos burocráticos e fomentamos um rigor crítico que uma pesquisa no campo das ciências humanas costuma exigir, a fim de reconhecer o papel transformador, de promoção de rupturas institucionais/estatais e potencializar formas de subjetividade que recusem processos individualizantes e invisibilizantes. Não são somente nomes, mas trajetórias de mulheres que estão nas trincheiras da militância, se não contarmos, quem contará? Se não nos registrarmos, quem irá? Posicionar-se parte de uma sustentação de um compromisso social ético-político de nossas (r)existências.

No mais, a pesquisa inicialmente passou pela análise do Comitê de Ética em Pesquisa, sendo autorizado sob o parecer n. 4.979.361.

4 “SE ALGUÉM ME CHAMAR DE SAPATÃO, SOU SAPATÃO SIM, É UM ELOGIO³²”: LESBIANIDADES EM ANÁLISE

Esta tese parte do pressuposto que há diferentes vivências e experimentações da lesbianidades. O caminho pode se encontrar em algumas histórias, cada uma marcada por suas singularidades que levaram a formar seus modos de ser e estar no mundo, mas também são atravessadas e fomentadas por diferenças e condições de vida divergentes.

Veremos ao longo da tese que as constituições de lesbianidade de mulheres lésbicas mais velhas são perpassadas por outras dimensões demarcadas pelo tempo em que se encontravam do que as jovens lésbicas que entrevistei. Nascer em um período em que há uma bandeira de luta que materializa a existência das dissidências sexuais forma uma sociabilidade distinta de um período histórico em que a repressão às sexualidades dissidentes era maior. O momento brasileiro, a cultura, as conquistas que essas mais velhas foram fomentando para que essas mais novas tenham uma maior liberdade, dentre outras coisas; são alguns aspectos que contribuem para essa distinção. Por exemplo, um dos grandes pontos do movimento social LGBTQIA+ foi conquistar visibilidade, embora posteriormente seja problematizado o alcance dessa visibilidade. As Paradas da Diversidades são frutos dessa transformação, em que visa trazer as distintas vivências sexuais não normativas com orgulho e não no campo da vergonha, como assim foi, e infelizmente ainda é em algumas realidades, preconizado. Neste capítulo é analisado o processo pelo qual mulheres lésbicas se reconhecem e afirmam publicamente como tais, focando especialmente nas implicações psicossociais e políticas dessa afirmação.

A auto identificação e a "saída do armário" atuam como formas de resistência dentro de um contexto cisheteropatriarcal, e como essas práticas desafiam normas sociais e políticas estabelecidas. A discussão se concentra na transformação da experiência lésbica de

³² Fala proferida por Cláudia.

algo privado e marginalizado para uma realidade visivelmente política e social. Investigamos a interseção entre performatividade lésbica e subjetivação política, destacando como a visibilidade e a afirmação da identidade lésbica não só influenciam a luta por direitos e igualdade, mas também contribuem para a redistribuição de violência e a contestação de normas opressivas. As teorias de Foucault e Butler para entender como a construção da identidade lésbica envolve um complexo processo de resistência e autoaceitação, e discutimos como essa dinâmica molda a interação entre gênero, sexualidade e poder. Por meio das experiências relatadas e da análise das mudanças sociais e políticas, buscamos uma compreensão mais profunda dos efeitos psicossociais e políticos de afirmar uma identidade lésbica e os desafios contínuos enfrentados por mulheres lésbicas na luta por reconhecimento e direitos. Em conclusão, o capítulo revela que a análise das experiências lésbicas vai além das dimensões pessoais e privadas, evidenciando como essas vivências se entrelaçam com esforços mais amplos de militância e mobilização social.

As mulheres lésbicas, ao compartilhar suas histórias de vida e suas batalhas contra a lesbofobia, não apenas iluminam a realidade cotidiana da discriminação, mas também demonstram como essas experiências individuais alimentam e fortalecem movimentos de resistência e reivindicação de direitos. Suas trajetórias pessoais e os desafios enfrentados tornam-se, assim, catalisadores para ações coletivas e alianças em prol da justiça e da inclusão. Esse engajamento reflete uma conexão profunda entre a vivência íntima e a luta pública, mostrando como as experiências individuais de opressão e resistência se transformam em estratégias organizadas de militância que visam a transformação estrutural e a promoção da igualdade. O capítulo, portanto, sublinha a importância de reconhecer e apoiar a interseção entre a experiência pessoal e a ação coletiva, revelando como as mulheres lésbicas contribuem significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.1 “Nós só queremos ser felizes, vivenciar nossa sexualidade e viver fora da normatividade”: narrativas de experiências lésbicas

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução das experiências e da visibilidade das mulheres lésbicas ao longo das últimas décadas, com um foco específico na cidade de Fortaleza. O capítulo explora como as mulheres lésbicas enfrentaram a repressão e buscaram afirmação, destacando a transformação dos espaços de encontro e resistência desde a década de 1970 até os dias atuais. Adicionalmente, examina a influência dos movimentos sociais LGBTQIA+, as dinâmicas de ativismo e a importância dos espaços seguros para a construção da identidade lésbica. A análise visa fornecer uma compreensão aprofundada das conquistas, desafios e mudanças na ocupação e visibilidade das mulheres lésbicas, tanto na cidade de Fortaleza quanto no Brasil. É feita uma análise detalhada das conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres lésbicas ao longo do tempo, com um enfoque particular na evolução da ocupação e visibilidade na cidade de Fortaleza. A trajetória, que vai da opressão e exclusão ao crescente reconhecimento e visibilidade, é marcada por uma persistente luta por direitos e igualdade. A discussão apresentada proporciona uma compreensão aprofundada das complexas interações entre os movimentos feminista e lésbico no Brasil e destaca a importância da resistência e da criação de espaços seguros para a afirmação da identidade lésbica.

“Bom, sou Alice Oliveira, tenho 64 anos, no caminho de 65... Nasci em São Paulo, em 57” (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista), e assim damos de fato início. Elejo Alice para começar esse rizoma, embora esse emaranhado não tenha começo ou fim, é ancestral e futurístico, que parte de um rizoma subjetivo que não se restringe a uma única pessoa, mas a uma luta e memória coletiva. Escolho ela por ter sido minha primeira entrevista depois da entrevista piloto e por ela ter me marcado de tal forma, que existe uma Larissa antes

e depois desse encontro. Embora fazendo jus ao olhar inter(in)ventivo da pesquisa, não só Alice, mas as demais e o próprio fazer a pesquisa provocam transformações em mim também, assim como no campo construtivo da ciência, essa pesquisa evoca tensionamentos importantes para a sociedade, sobretudo o movimento de lésbicas.

Alice narra sua história acerca de como foi morar na época no bairro onde se encontrava o Ferro's Bar. Ela relatou como foi importante para sua processualidade habitar esse espaço polifônico em torno do bar, de modo a naturalizar as diferenças, mesmo reconhecendo a existência de preconceitos em torno desse território diante das pessoas que os frequentam.

Eu nasci no Bexiga, nasci no quadrilátero que pra mim, principalmente, é o quadrilátero mais lésbico do Brasil, que é onde ficava o Ferro's Bar, onde ficavam alguns bares, algumas boates lésbicas. Então, foi ali que eu nasci, eu circulava direto... ia pra escola, tinha que passar na frente de duas boates [...] eu ia para o mercado, eu tinha que passar na frente do Ferro's Bar [...] **Ele era a grande referência homossexual**, inclusive, internacional, quando as pessoas estavam em outros países e queriam ir à São Paulo, tinham clareza que o Ferro's era um dos locais que elas iriam, porque ali era um reduto de lésbicas. (Alice, 21/09/2021, transcrição da entrevista)

Ouvir sua trajetória é como ouvir a história das movimentações de mulheres lésbicas, feministas e ativistas no Brasil. Esse ponto nos leva a dimensão compreensiva de si e a formação identitária (entendendo-a como uma linha do rizoma subjetivo) em uma sociedade cisheteronormativa na qual entende-se primeiro como diferente e depois é possível nomear essa diferença em bissexualidade para então depois como lésbica ou diretamente para lésbica.

Embora nem todas tenham apontado para essa processualidade, dentro da heterossexualidade compulsória e suas implicações para experiências de sexualidades, esse foi um caminho compartilhado.

Compreende-se aqui o reconhecimento das diversas vivências e experiências das lesbianidades, cada uma marcada por suas singularidades que produzem modos de ser e estar no mundo, atravessadas por diferenças que inicialmente não eram plenamente compreendidas pelas entrevistadas. É na adolescência e juventude que muitas começam a perceber que seus afetos por outras mulheres vão além da amizade, marcando um ponto de partida significativo em suas vidas.

A construção de uma narrativa alternativa por essas mulheres não apenas reivindica suas existências, mas também subverte a visão hegemônica que tenta impor um padrão único de vivência sexual. Ao compartilhar suas histórias e experiências em ambientes que ofereciam segurança e aceitação mútua, elas não só afirmavam suas afetividades, mas também desafiavam a lógica discriminatória que sustentava o discurso da época.

Alice, em primeiro momento, relata na importância que foi o convívio com a diversidade para compreender que os discursos criminalizantes e patologizantes sobre as pessoas homossexuais/gays (como na época eram alocadas sexualidades não normativas) eram distorcidos da realidade. Ela diz que sua primeira relação com uma mulher foi em uma festa na casa de uma pessoa, sendo assim uma festa mais privativa. É importante destacar essa diferença, na década de 1970 até meados dos anos 1990, era mais comum os encontros serem ou em bares clandestinos (onde corria o perigo de ter “batida” policial), mas sobretudo em casas e sítios onde eram convidados e convidadas apenas pessoas confiáveis e como era comumente chamadas, pessoas entendidas e simpatizantes.

Essa proximidade de Alice com vivências não cisheteronormativas também foi apontado por Marcynha como um facilitador para compreender-se melhor e aceitar-se com

menos angústia; esse convívio familiar diverso e colorido fez diferença no seu processo que é compreender-se e formar-se a si mesma. Embora, é importante ressaltar que ela viveu opressão do Estado, sobretudo por frequentar espaços como bares gays e conviver desde pequena com a diversidade. Ao frequentar esses espaços públicos e privados, como ela relatou ao dizer que tinha sociais em sítios só com lésbicas, essa afetividade fortaleceu Alice no seu próprio entendimento. A leitura de Marcynha é:

Então, pra ela, quando ela soube que eu estava numa relação com uma mulher, isso não foi nenhum espanto pra ela, porque ela já convivia com aquele ciclo de mulheres, que eram mulheres lésbicas e tudo. E tinham mulheres que eram advogadas, professoras, então ela sabia que não era um ambiente ruim, porque existe muito esse estereótipo, **"Você é LGBT, logo, não vai dar pra nada"** (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Apesar das conquistas e perceber que esse estigma diminuiu, ser LGBTQIA+ ainda é difundido como algo ruim, no entanto, hoje temos representatividades em diferentes espaços que contrapõe essas narrativas, as paradas da diversidade e do orgulho etc. que apontam para um outro discurso, embora continuamente atacado. As entrevistadas fazem parte dessa mudança, seja em nível macroestrutural, sobretudo com a militância, seja micropoliticamente, a partir de seus cotidianos. Por exemplo, Marcynha, Rebeca e Val se afirmam em seus trabalhos, para que seus e suas alunas enxerguem que lésbicas ocupam todos os espaços.

O Ferro's Bar, comentado por Alice além de ser um ponto de encontro "seguro", poucos das décadas de 1970/1990, ele ficou ainda mais conhecido após o Levante do Ferro's Bar, conhecido como Stonewall Brasileira³³, mais adiante será melhor abordado.

³³ O evento de Stonewall ocorreu no dia 28 de junho de 1969 no bar de mesmo nome (Bar Stonewall) em Nova

Alice lembra desse espaço e do boletim como marcos da luta de mulheres lésbicas que estavam rotineiramente tentando viver suas vidas para além dos estigmas sociais e preconceitos. Ela disse o quanto na época era difícil, por conta da repressão militar, existir esses espaços e, mais ainda, frequentá-los. Sendo comum operações policiais de apreensão de *sapatão* (como eram chamadas pelos profissionais na tentativa de xingamento). Essas ações ficaram conhecidas como operação-sapatão, a varredura em bares e boates ocorriam sempre, junto à perseguição de gays e travestis, sendo soltas/os mediante propina. Afirmar-se e frequentar esses espaços era uma afronta aos moldes culturais e moralistas ditatoriais e tradicionais. No entanto, foi também por conta dessa repressão que gays e sapatão começaram a se unir e reivindicar seus espaços.

Nesse seminário, quando foi pra fazer a discussão sobre a homossexualidade, foi muito legal, porque a gente se identificou, todo mundo que era... "Ah, quem é gay? Quem é lésbica?", e todo mundo com orgulho levantando. E é importante dizer, isso numa ditadura, a gente tinha uma ditadura, mas a gente tava indo à USP, tudo muito tranquilo. Aí que nasceu a ideia de criar o grupo SOMOS, antes disso já havia sendo fomentado algumas coisas, você tinha tido o lampião... lampião da esquina, você tinha tido algumas conversas entre Rio o José Mascarenhas, o João Silvério Trevisan, Doti Macle, que é antropólogo. Então, ali já começa a vir a ideia de que precisa se ter alguma coisa, e isso também em cima muito pautado no Stonewall, que tinha acontecido 10 anos atrás, mas que eles, por exemplo, já tinham ido várias vezes aos EUA, conheciam toda a história, já tinham tido vivências (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Iorque, Estados Unidos. Local frequentado por gays, lésbicas, travestis e simpatizantes. Durante três dias ocuparam esse bar e resistiram a prisões arbitrárias e abordagens truculentas (já rotineiro). Hoje é celebrado como dia internacional do orgulho em alusão a essa luta que historicamente tem sido travada pela busca de igualdade e respeito.

A fundação do grupo “SOMOS de afirmação Homossexual” por pessoas lésbicas e gays marca um momento crucial na história de afirmação e resistência contra lgbtfobia no Brasil. O relato de Alice sobre o seminário na USP, onde pessoas LGBTQIA+ se identificam com orgulho, reflete um movimento de resistência e construção de uma comunidade. Esse evento não apenas proporcionou um espaço seguro para a expressão e celebração das identidades existenciais, mas também inspirou a criação de grupos como o SOMOS, que se tornou um farol de apoio mútuo, luta por visibilidade e por direitos.

"Quando teve essa reunião no seminário na USP, quando terminou, o pessoal ficou tipo "Vamos se reunir, vamos lutar", e aí, todo mundo topou, já marcaram logo uma data, pra ir pra casa de alguém, sugeriram um espaço, "ah, vamos se reunir em casa em tal hora", e aí nasceu o grupo SOMOS, e eu tava lá no meio. Aí já sentia que aquela coisa que remoía, angustiante... que me deixava meio assim, foi me deixando mais tranquila. Porque era aquilo, eu não queria somente estabelecer relações, eu queria buscar outras coisas, que também não tinha claro o que era."(Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

A importância histórica de se afirmar como pessoa lésbica, gay, bissexual ou transgênero desde a fundação dos primeiros grupos como SOMOS e Grupo Gay da Bahia é fundamental para entendermos a trajetória de resistência e conquistas dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil. Essas iniciativas não apenas proporcionaram um espaço para pessoas LGBTQIA+ se encontrarem e se organizarem, mas também foram cruciais na luta contra a invisibilidade e a marginalização nos anos futuros.

O Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980 por Luiz Mott, é um exemplo pioneiro de como a organização e a denúncia pública foram utilizadas para enfrentar a violência e a discriminação. Seu trabalho incansável em documentar casos de violência homofóbica no Brasil ajudou a sensibilizar a sociedade e os órgãos governamentais para a gravidade desses crimes. Assim como tiveram outros grupos que foram se formando e divulgando informações de forma independente, como o próprio Chanacomchana (1985-987) e também o Lampião da Esquina, este último circulou entre os anos 1978 a 1981.

É importante destacar que o movimento homossexual nasce concomitante ao fortalecimento do movimento feminista brasileiro, conforme destaca Alice. Não é à toa que quase todas as participantes da pesquisa iniciaram seus ativismos em grupo de mulheres feministas ou em algum momento “colaram” com tais ações.

E aí, isso foi acontecendo no andar da carruagem, e simultaneamente, como também teve os homossexuais, teve também as mulheres, que é o movimento feminista, e aí, a gente foi também fazendo parte. Então, simultaneamente eu fiz os dois caminhos, o caminho feminista e o da homossexualidade. Então, aí começa a minha história de militância, que na brincadeira são 43 anos em que eu venho fazendo isso. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

O grupo Somos, através do jornal Lampião da Esquina, desempenhou um papel fundamental na promoção e expansão do movimento homossexual no Brasil. A partir de abril de 1979, o Lampião da Esquina incentivou outros homossexuais a formarem grupos de reflexão e militância, inspirando a criação de várias iniciativas pelo país. Outros grupos adotaram o nome “Somos” em homenagem aos pioneiros paulistanos, refletindo uma tradição de reconhecimento mútuo entre os ativistas. Em março de 1980, o Lampião da Esquina listou

os grupos organizados até então, destacando a diversidade e o crescimento do movimento. O primeiro Encontro Nacional do Povo Gay, organizado pelo Lampião da Esquina em dezembro de 1979/1980, reuniu diversos grupos como Eros, Libertos, GALF, Somos de São Paulo e outras iniciativas do Rio de Janeiro e Brasília. Esse evento foi crucial para consolidar o movimento e inspirou a decisão de realizar um congresso nacional em abril do ano seguinte em São Paulo, organizado pelos grupos da cidade.

Quando foi em 80, a gente fez o primeiro encontro brasileiro de homossexuais, o primeiro EBHO, que foi no teatro Ruth Escobar, foi na faculdade de medicina e nesse teatro. Esse foi, na realidade, pela primeira vez na história, o primeiro encontro que nós... Conseguimos no último dia, porque ele foi feito na semana santa, e no último dia que era o Domingo de Páscoa. À tarde, nós abrimos para a comunidade, e quando nós olhamos no teatro, tinham mais de mil pessoas, mil gays, mil lésbicas e travestis, dentro do teatro, para a abertura. Foi uma coisa muito impactante, porque a gente tinha saído pras boates, tinha feito a divulgação, tinha distribuído um bocado de coisa, mas ninguém sabia se as pessoas iam de fato, não sabíamos. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Em fevereiro de 1980, em São Paulo, uma reunião preparatória antecedeu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (I EBHO), realizado de 4 a 6 de abril do mesmo ano. O evento principal contou com o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (I EGHO), onde cerca de 200 militantes discutiram temas como questões lésbicas, machismo entre homossexuais, papéis sexuais e outras questões relevantes à comunidade LGBTQIA+. No dia 6 de abril, um debate público no Teatro Ruth Escobar reuniu mais de 1.000 pessoas, marcando o encerramento do encontro. O evento foi crucial para o movimento homossexual no Brasil ao

revelar divisões internas e estratégicas entre os grupos, destacando a necessidade de autonomia e definição de objetivos claros para a militância. Após o I EBHO, ocorreram mudanças significativas: as lésbicas se separaram do grupo Somos para formar o grupo Lésbico-Feminista, enquanto outros militantes discordaram da orientação política do Somos, enfatizando a importância de focar nas especificidades da sexualidade e na luta contra a discriminação sexual. Esses eventos foram marcos na consolidação e organização do movimento homossexual no país, revelando a diversidade de perspectivas e desafios enfrentados pelo movimento, tanto internamente quanto em relação à sua inserção política e social mais ampla.

Alice relatou sobre o racha que houve entre integrantes do SOMOS:

Dentro dos SOMOS, as mulheres presentes **discutiam a importância de nós termos um momento mais específico, mais nosso, das lésbicas**. Começamos a ver que **a militância mista não dava certo, porque a gente vinha de uma sociedade machista, patriarcal, homofóbica, né?** E os gays reproduziam tudo isso, eles reproduziam. então nós tínhamos lá dentro essa situação, então pra gente ter a nossa voz, nós tínhamos que gritar, **tínhamos que falar muito alto**. Aí, foi quando a gente começou a dizer "Não, nós queremos fazer nossos caminhos à parte" e aí foi formado então a **Facção Lésbico Feminista**. E aí, a gente tinha uma coisa em torno de 20 mulheres, que se reuniam para começar a discutir as nossas especificidades (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista).

Formado em maio de 1979 pelas integrantes lésbicas do Somos, o Grupo Lésbico-Feminista (LF) surgiu durante o ciclo libertário do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), influenciado pela Contracultura, teve uma existência marcada por intensa

atividade e múltiplas identidades (Marinho, 2019). Inicialmente conhecido como subgrupo lésbico-feminista do Somos, oficializou sua separação em maio de 1980 e adotou várias denominações ao longo de sua breve existência, como 1) Núcleo de ação lésbico-feminista 2) Subgrupo lésbico-feminista 3) Ação lésbico-feminista 4) Facção lésbico-feminista 5) Grupo lésbico-feminista 6) Grupo de Atuação Lésbico-feminista 7) Ação lésbica-feminista 8) Grupo Ação Lésbico-Feminista 9) Grupo de Ação Lésbica Feminista.

O grupo enfrentou desafios tanto internos quanto externos, incluindo tentativas de cooptação política pelo Convergência Socialista e interações controversas com o Movimento Feminista, que tiveram impactos significativos. A trajetória do LF pode ser dividida em três fases principais: seu surgimento como um subgrupo, a separação formal do Somos e o subsequente racha interno, que levou ao seu declínio e dispersão até meados de 1981. Durante seu período de atividade, o LF desafiou as normas patriarcais e homofóbicas da sociedade brasileira, reivindicando espaço e visibilidade para as questões específicas das mulheres lésbicas dentro do movimento mais amplo pelos direitos LGBTQIA+. Esse período representou um momento crucial de autoafirmação e luta por direitos em um contexto histórico desafiador (Marinho, 2019).

Conforme visto no artigo de Marinho (2019), em abril de 1979, editores do *Lampião da Esquina* convidaram lésbicas do grupo Somos, já em número considerável, para escrever uma matéria a ser publicada na edição de maio da revista. As lésbicas, junto com membros de outros grupos, se reuniram no apartamento de Teca, uma integrante do Somos, e com a assistência de uma jornalista, produziram o texto intitulado "Nós também estamos aí". Este artigo foi destaque na capa do *Lampião da Esquina* número 12, com o título "Amor entre Mulheres", sendo a primeira vez que lésbicas se reuniram para discutir e escrever sobre sua sexualidade publicamente.

Figura 3 – Jornal Lampião



Fonte: Marinho (2019)

Fernanda também reitera, embora não tenha vivido na época, mas a partir de seus estudos, que “algumas conquistas foram realmente adquiridas através de muita luta do feminismo e aí a gente tem importância na luta dessas mulheres, tanto mulheres héteros, quanto mulheres lésbicas, bissexuais, mulheres trans” (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista). Assim como no movimento homossexual teve o racha, também houve dificuldades com as mulheres do movimento feminista e movimento de lésbicas feministas. Os eventos ocorridos entre abril de 1979 e 1980 marcaram um período crucial para as lésbicas do grupo Somos no Brasil, no contexto do movimento feminista e homossexual (chamado assim na época). Movidas pela crença na importância de contribuir para o movimento feminista, as lésbicas do Somos decidiram participar ativamente da organização do II Congresso da Mulher Paulista em 1980. Levaram um painel com a mensagem "Amor entre

mulheres", que, lamentavelmente, foi destruído. Além disso, apresentaram um manifesto pioneiro sobre a questão da prostituição, destacando-se por pautar a violência sexual em um contexto ainda pouco discutido. No entanto, encontraram oposição significativa. As feministas na época rejeitaram a participação de lésbicas no movimento 8 de outubro argumentando que as lésbicas negavam sua própria feminilidade. Parte da esquerda também minimizou as questões não reprodutivas e de sexualidade, considerando-as secundárias.

Essas tensões provocaram um racha dentro do grupo Somos: enquanto algumas integrantes se opuseram à participação no ato do 1º de maio, o Grupo Lésbico Feminista (LF), acordado para participar do II Congresso da Mulher Paulista, decidiu romper com o Somos. Essa cisão resultou na formação do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), que buscava um espaço autônomo para discutir e promover suas causas dentro dos movimentos feminista e LGBTQIA+ no Brasil (Zanatta, 1996).

Sobre os termos, Alice lembra que foi o movimento de mulheres lésbicas que implantou o termo lésbica, onde as mulheres tiveram dificuldades de aceitar, preferindo serem chamadas de entendidas ou fanchas; no entanto, o termo lésbica posteriormente foi ressignificado pelo movimento. Nessa época, não se cogitava uma ressignificação para o termo sapatão, este último e lésbicas estavam associadas a algo ruim. Ainda sobre as movimentações das lésbicas, houve uma represália no Ferro's Bar como anunciado anteriormente.

Teve também o que a gente chama de o "Stonewall brasileiro", que é no dia 19 de agosto, que foi a revolta do Ferro's Bar. Então, nesse momento, aconteceu isso, só que quando aconteceu, o grupo que levou foi o GALF, junto com a Rosely Roth, e aí juntou todo mundo pra dar força no processo. Foram lésbicas, gays, artistas, jornalistas, feministas, todo mundo chegou junto pra fazer o "fuá". Só que se você

parar pra ver na história, essa data começa a ser reconhecida não tem nem 5 anos direito, antes disso ela não era (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Durante o auge da repressão da ditadura militar, nesse local ocorriam frequentes abordagens truculentas, prisões e confisco de publicações com temática sobre a diversidade, dentre elas a distribuição do boletim *Chanacomchana*, dirigido ao público feminino lésbico. No dia 19 de agosto de 1983, nesse mesmo espaço, houve um dos primeiros levantes organizados contra à discriminação ao público homossexual (até então as pessoas se relacionavam afetivamente e/ou sexualmente com outras do mesmo sexo, eram eglobadas dentro da categoria homossexual). Após a tentativa de expulsão e recolhimento do *ChanacomChana* ocasionada pelos próprios donos do local, além das abordagens preconceituosas citadas, o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) leu um manifesto e disseram não à discriminação cotidiana sofrida. O protesto resultou em pedido de desculpas e liberação da venda do *Chanacomchana*. A data foi posteriormente lançada como Dia do Orgulho Lésbico e em 2022, em Fortaleza, foi celebrado com uma série de eventos destinada às lésbicas e mulheres bissexuais. E em 2022, 2023 e 2024, a partir do Coletivo Parada na Delas, ocorre uma participação ativa de mulheres bissexuais e lésbicas nas Paradas da Diversidade.

Figura 4 – Boletim Chancomchana 3



Fonte: Arquivo Pessoal

Conta Alice que até 1993, a organização de lésbicas no Brasil era limitada e pouco reconhecida internacionalmente. Isso mudou quando uma brasileira que vivia nos EUA, casada com uma americana, trouxe um convite das lésbicas latinas para o Brasil sediar o Encontro Lésbico Feminista Latino-Americano e Caribenho. Embora as latinas, segundo Alice, não acreditassem que existia um movimento organizado no Brasil, posteriormente elas perceberam o contrário, liderado por figuras como Mirian Botasso.

Isso aconteceu até chegar em 93, quando a gente começa a pensar em fazer um encontro nacional de lésbicas. Aí, vem uma amiga da gente, que era brasileira, e morava nos EUA, casada com uma americana... E ela tinha toda uma articulação com essas latinas. Quando ela chega para essa reunião, fala assim: "Olha, eu tenho aqui um convite pra vocês", e a gente disse "Um convite?", e ela continuou "É, as lésbicas latinas querem que vocês realizem... que o Brasil seja a sede do encontro lésbico feminista latino-americano e caribenho (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista).

No entanto, quando chegou o momento de realizar o encontro, inicialmente planejado para São Paulo, houve resistência de algumas lésbicas paulistanas, que queriam priorizar um evento nacional, levando-o a ser realizado no Rio de Janeiro por questões estratégicas, com o apoio de Neuzinha Pereira.

Até então, para as latinas, as lésbicas organizadas só eram elas, um tanto de 4/5 mulheres... Quando chegamos lá, a Mirian Botasso e a companheira dela... A

Mirian referendando a mim, referendando outra companheira que tinha, e contando que no Brasil, existiam muitas lésbicas feministas, muitas lésbicas organizadas, entende? E as organizadas diziam o contrário, esse era o calibre que tínhamos de organização, até chegar o SENAILE. Quando teve o encontro, pra você ter uma ideia, era pra ser em São Paulo mas acabou acontecendo no Rio de Janeiro, porque todo mundo viu que elas não iam permitir que o encontro acontecesse em São Paulo, não iam. Então, por uma questão estratégica, a gente conversou com a Neuzinha Pereira e com a Beth Carvalho, a Beth já era uma estrela... (Alice, 23/10/2021)

Importante destacar que essa organização não se deu de forma simples e sem disputas, mesmo que internamente entre lésbicas, reflexo que nos ajuda a refletir como historicamente é difícil construir e manter um movimento formado por mulheres no Brasil.

Na ILGA, já foi o primeiro momento o qual todas as lésbicas latinas tiveram a oportunidade de conhecer todas as lésbicas brasileiras, porque a gente fez de tal forma para que todas pudessem estar presentes, do Brasil todo. Não é fácil você construir um momento desse: trazer, pôr no hotel, hospedagem, alimentação, passagem... principalmente de quem tá muito longe. Então, é muito complicado tudo isso (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

A ILGA, fundada em 1978, é uma associação internacional que promove os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ em nível global e regional. Seu objetivo é eliminar a discriminação e defender a liberdade e a diversidade sexual e de gênero através da cooperação entre seus membros. A ILGA realiza atividades como lobby diplomático,

protestos e colaboração com mídia e outras organizações para combater a discriminação LGBTQIA+. Qualquer entidade interessada pode se tornar membro (Terto & Souza, 2015). A ILGA organiza conferências anuais para planejar seu trabalho. Além disso, a ILGA facilita a cooperação entre regiões e fornece liderança na proteção dos direitos humanos LGBTQIA+. Não sendo uma organização estatal, sua importância é reconhecida na promoção da igualdade global. Ela está presente globalmente, com divisões como ILGALAC para América Latina, ILGA Europa, ILGA Ásia, ILGA América do Norte, ILGA África e ILGA ANZAP para Oceania. Seu número de membros cresce anualmente, com 1044 organizações em 117 países até 2016-2017.

Foi estratégico para essas mulheres se encontrarem em espaços privados, na tentativa sobretudo de escapar das batidas policiais e também porque algumas pessoas que frequentavam não declararam suas práticas sexuais não normativas. Esses encontros refletem uma tentativa de criar espaços seguros e privativos onde as mulheres podiam se reunir sem o medo da repressão externa. Esses locais não apenas ofereciam um refúgio físico, mas também possibilitaram uma troca de experiências e afetos entre pessoas que compartilham vivências similares.

O povo com quem ela andava, claro, tinha muitas pessoas que já eram, professores, empresários, tinha um certo status definido e tal, tinham os seus cuidados, mas também tinham a sua leveza de fazer aquilo que elas queriam. Então, elas se reuniam no sítio, cada uma tinha o seu, aí fazia uma turnê, cada fim de semana o grupo ia para algum sítio, sempre era em casais, e eu que claro, quando entrei, tinha alguém que a gente começou a se paquerar, e quando quebrava um pouco essa coisa, quando alguém rompe essa relação, parecia que dava um giro na coisa. Então, as pessoas entre si se trocavam novamente, e eu

achava isso muito estranho, nunca gostei dessa situação, a maioria das pessoas que sempre conheci, que sempre namorei foram pessoas de fora desse círculo. Comecei, mas não fiquei fazendo essa troca (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

No entanto, Alice também observa uma dinâmica social dentro desses grupos que não agradava a todos, especialmente a prática de trocas de parceiras que ela não compartilhava, o que hoje é muito comum entre grandes grupos de lésbicas, conhecido como “rebuceteio”. Isso evidencia a diversidade de experiências dentro da própria comunidade lésbica, mostrando que não havia uma única forma de vivenciar a sexualidade e os relacionamentos. A presença de profissionais e pessoas com status social elevado nesses círculos também sublinha a complexidade das identidades e das relações dentro da comunidade lésbica da época. Essas pessoas enfrentam desafios específicos devido às expectativas sociais e à necessidade de manter uma certa discrição para evitar consequências negativas em suas vidas pessoais e profissionais.

A partir das narrativas das participantes observa-se que as constituições de lesbianidades entre mulheres mais velhas são influenciadas por contextos culturais e históricos específicos, como o período da Ditadura Militar no Brasil, que exacerbou a repressão às sexualidades dissidentes. Em contrapartida, as entrevistadas mais jovens se beneficiam das conquistas e visibilidade promovidas por gerações anteriores, como evidenciado nas Paradas da Diversidade.

A vivência da lesbianidade muitas vezes era atravessada por se relacionar primeiro com homens até perceberem seus desejos íntimos por outras mulheres, já que esse era o padrão social “esperado” e imposto. Alice compartilha dessa história, ela ressalta não ter

sido infeliz em seus relacionamentos heterossexuais, mas reconhece que seu caminho eventualmente a levou a descobrir outro aspecto de sua sexualidade.

Eu iniciei a minha vida... Primeiro eu namorei com homens, fui noiva, mas acho que papai do céu já sabia o que estava escrito nas estrelas, né? E aí, acabou que o noivo faleceu, fez a passagem dele, e eu fiquei muito triste e tal. Mas assim, nunca fui uma pessoa infeliz nas minhas relações heterossexuais, acho muito importante deixar isso claro (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Alice narra que, por andar com suas amigas enquadradas como sapatão, ela também era lida assim, mesmo saindo com rapazes, sua mãe a indagou sobre sua suposta lesbianidades, embora nem ela própria pensara sobre:

[...] um dia, ela chegou em mim e disse "Filha, eu acho que você tem que se resolver na vida, o que é que você quer?", porque assim, eles me deixavam em casa dez horas da noite, daí eu entrava, tomava uma água e saía, pra sair com as minhas amigas, e elas eram "sapas", né? Eu não tinha feito nenhuma descoberta, eu não tava apaixonada por ninguém, só saía com a moçada, gosta de estar com elas (Alice, 21/09/2021, transcrição da entrevista)

A dificuldade em alcançar a liberdade plena enquanto mulher, ao tentar desafiar as normas rígidas de gênero e sexualidade impostas pela sociedade, frequentemente resultava em ser rotulada como "sapatão". Este fenômeno ilustra como as estratégias empregadas por tecnologias necrobiopolíticas de gênero não apenas restringem, mas também moldam a subjetividade das mulheres, influenciando a maneira como são percebidas e interpretadas no

que se refere ao "ser lido como mulher". Essas tecnologias biopolíticas operam através da regulação e da imposição de identidades normativas, perpetuando a marginalização de mulheres que não se conformam aos padrões tradicionais de feminilidade. Assim, a rotulação e o estigma não são apenas respostas a comportamentos individuais, mas são partes integrantes de um sistema de controle que busca rigidamente definir e limitar o que significa ser mulher na sociedade.

Embora Alice desde nova se conhecesse e andasse com pessoas homossexuais, ela ainda não tinha tido nenhuma experiência. Na “privê” que comentei antes, enquanto ela estava tocando (atuava como DJ, icônica desde sempre), uma mulher a paquerou a noite inteira, mandou uma boa “lábria” e após alguns flertes trocados, Alice teve sua primeira experiência com outra mulher. E como diz o ditado popular entre nós lésbicas, “depois da primeira é um caminho sem volta”. Nós falamos sobre isso durante a entrevista em tom de brincadeira, mas se formos refletir sobre o que está por trás dessa frase é que depois de entrar em uma relação em que essa outra pessoa te compreende, trata bem e respeita, sobretudo quando comparado aos relacionamentos heterossexuais em que a vivência do sexismo imbricado à objetificação da mulher é marcante; de fato, é difícil não querer manter esse tipo de relação.

Eu queria viver experiências lésbicas, entende? Aí, aquele grupo que eu te falei lá da minha amiga do teatro, eu fui me aproximando do grupo, fui paquerando algumas pessoas... Aí virou aquele furdunço de quando você tá iniciando a carreira, conhece as pessoas e tal. E claro, a gente tava vivendo, isso eu tô falando de 1970/76/77/78... onde você tinha uma efervescência muito grande de viver as relações, os tesões, a sua vontade viver. (Alice, 21/09/2021, transcrição da entrevista)

A heterossexualidade compulsória descreve a pressão social e cultural que impõe a heterossexualidade como norma obrigatória e dominante. Clarke (2021) argumenta que a sociedade patriarcal constrói e reforça essa expectativa, incentivando as mulheres a se envolverem romanticamente e sexualmente com homens como única opção válida. Esse sistema não apenas marginaliza, mas também invisibiliza outras formas de orientação sexual, reforçando estereótipos e reprimindo desejos que fogem à norma heterossexual. Para Clarke e outras autoras do feminismo lésbico, desafiar e reconhecer essa compulsoriedade é essencial para a libertação das mulheres, permitindo a exploração e celebração de identidades sexuais diversas e autênticas. Monique Wittig (2022) expande a crítica à heterossexualidade compulsória, ampliando-a para um contexto mais abrangente de dominação cultural e ideológica.

Wittig (2022) argumenta que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual predominante, mas um sistema de poder que perpetua a opressão das mulheres ao vinculá-las à dominação masculina e à reprodução heteronormativa. Da mesma forma que Clarke, Wittig desafia a ideia de que a heterossexualidade é natural e inevitável, evidenciando como ela é imposta e mantida por estruturas sociais patriarcais. Ambas as autoras enfatizam a necessidade de desconstruir essa norma compulsória para abrir espaço para uma diversidade de identidades sexuais e de gênero, promovendo assim a emancipação das mulheres e de todas as pessoas que não se encaixam nesse modelo opressivo. A crítica de Wittig amplia a compreensão da heterossexualidade compulsória como não apenas uma imposição individual, mas como um componente fundamental de sistemas de poder mais amplos que precisam ser desafiados e transformados para alcançar a verdadeira igualdade e liberdade sexual.

Outra feminista lésbica que também faz essa discussão é Adrienne Rich (2019). Na perspectiva dessa autora, a heterossexualidade é imposta às mulheres como uma norma social e política, reforçando o poder masculino e controlando a sexualidade feminina. Rich (2019)

argumenta que essa compulsoriedade limita as possibilidades de amor e afeto das mulheres, forçando-as a conformar-se a padrões que perpetuam a desigualdade de gênero e a opressão patriarcal.

Não é à toa que houve muitas estratégias para as mulheres conseguirem se relacionar entre si. Renata, por exemplo, relata sua própria jornada em Fortaleza nos anos 80, em um contexto onde tanto ela quanto sua namorada mantinham relacionamentos com homens enquanto começavam a se perceberem como lésbicas. Esse período coincidiu com o início do movimento social no Brasil, especialmente no eixo sudeste, onde um movimento lésbico incipiente ganhava força, contrastando com a menor visibilidade e organização no nordeste do país.

Simultânea à relação com os nossos namorados, porque tanto eu tinha namorado, como a minha namorada tinha namorado. Então, há um contexto extremamente importante, que é o contexto do início da explosão dos movimentos sociais no Brasil, em especial, muito próxima ao início de uma certa explosão de um movimento lésbico, que acontecia no eixo sudeste, e que não chegava no eixo nordeste. Eu, portanto, sendo uma lésbica que estava me percebendo lésbica, em fortaleza, cidade do ceará, meados da década de 80 (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

No caso de Cláudia, sua experiência foi mais tardia, uma mulher que se entende como lésbica depois dos 30 anos. Cláudia, em que usou e usa de diferentes estratégias para fugir das tecnologias de controle normativo e de subjetivação ao longo de sua vida, sobretudo atualmente quando sua trajetória de vida se entrelaça à intersecção do etarismo e lesbianidade (Dantas, 2020).

Em suas palavras, Cláudia diz:

[...] sou uma mulher lésbica, mãe, feminista e minha trajetória não é diferente das demais pessoas das gerações passadas. A gente viveu por um bom tempo, literalmente, podemos dizer **dentro de um armário e usamos até o casamento hétero como um “passaporte”**, uma passabilidade pra gente poder se rebelar (Cláudia, 05/10/2021, transcrição da entrevista).

Essa fala de Cláudia remete à lógica patriarcal e dominação masculinista que produz redução das mulheres à objetos de desejo e consumo, onde seus corpos são explorados. Sobre isso, para Alves (2019), os corpos femininos são explorados e instrumentalizados, muitas vezes para atender às demandas e expectativas impostas por normas sociais e culturais dominantes. Essa objetificação não se limita apenas ao âmbito cultural, onde mulheres são representadas de maneira estereotipada e hiper sexualizada na mídia e na arte, mas também permeia o campo político, influenciando políticas públicas, legislação e a própria participação das mulheres na esfera pública. A autora enfatiza ainda a necessidade urgente de transformações sociais profundas para enfrentar e superar essas formas de opressão. Ela argumenta que é essencial desafiar as estruturas patriarcais que perpetuam a objetificação feminina, promovendo uma reconfiguração das relações de poder e uma valorização da autonomia das mulheres em todos os aspectos da vida social e política.

Em um período em que se esconder era uma estratégia de sobrevivência, Cláudia relatou que para buscar uma “falsa” liberdade das imposições comportamentais de seu pai, ela se casou ainda jovem na tentativa de conseguir fazer coisas que desejava e seu pai não permitia pelo fato de ser uma mulher, inclusive a curiosidade e o sentimento despertado por outras mulheres:

O casamento pra mim era num modelo onde, nessa **sociedade patriarcal**, onde o pai dava o consentimento para a mulher sair, casou-se, pronto. Sai da tutela do pai para a tutela do marido. E aí eu estava nessa tutela, **o casamento foi para mim a possibilidade de eu viver a minha orientação sexual quando eu me separei.**"

Essa tutela existia na sociedade. Passou a ser a própria tutela (Claudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Para ela, essa “autodescoberta” foi difícil de sustentar: "é bem punk, essa questão de você se assumir, primeiro que se assumir não é um ato isolado, é um ato conjunto" (Cláudia, 05/10/2021, transcrição da entrevista). Interessante ela trazer o coletivo, essa processualidade em comum entre as pessoas LGBTQIA+.

Mulheres de sua época viveram uma repressão diferente das meninas lésbicas atualmente, onde o nominar nem existia de tamanha que era a invisibilidade. Há muitas questões intergeracionais que atuam como linhas de subjetivações no entorno da constituição lésbica.

[...] eu fiquei curiosa pra passar por essa casa pra ver essas mulheres, mas eu nunca consegui ver e aquilo sempre mexia comigo né. Mas eu também cheguei a namorar com meninos, mas eu sempre gostei de meninas, mas eu nunca na minha adolescência, naqueles “namoricos” eu nunca tive nada com meninas, eu só observava e mexia comigo, mas eu nunca tive coragem sabe, de me assumir de dizer, de falar, porque é muito complexo, a sociedade é muito cruel, as famílias são muito cruéis, aí eu me casei (Cláudia, 05/10/2021, transcrição da entrevista).

Sobre isso, Cláudia fala com tristeza, no caso de sua vivência, o quanto esse regime de poder impossibilita a vivência de orientações sexuais divergentes e ainda traz uma leitura desse sistema:

[...] da gente ter que casar, passar vezes 5, 10 anos, 20 anos, mentindo, vivendo uma relação que não existe, pra mãe, pai, irmãos, uma família, ser mulher de “verdade” ou um homem de “verdade” que tá ali casado, que teve a constituição, penetração pênis vagina e formou uma família heterossexual (Claudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Edna também vivenciou uma situação semelhante, ela foi mandada para São Paulo para ser companheira de um rapaz que ela havia conhecido anteriormente, sua família obrigou-a a fazer isso em uma tentativa de enquadrá-la no relacionamento heterossexual.

E nessa brincadeira também aconteceu, eles não aceitarem, conseguiram me mandar para São Paulo. Eu conheci um rapaz, eu já tinha conhecido ele em Fortaleza, eles me mandaram pra ficar com esse rapaz sem nem o conhecer direito. É uma história meio dolorida, mas eu decidi contar até mesmo para dividir com alguém essa história, fui e fiquei com esse rapaz o qual eu tive a ousadia e a coragem de dizer a ele que eu não gostava de homem, gostava era de mulher e que eu estava apaixonada e que eu tinha que voltar pra viver esse amor (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Segundo algumas participantes ressaltaram, cabe salientar que são as mais velhas, ou seja, que vivenciaram sua juventude nas décadas onde o regime político era autoritarista e militarista, o relacionamento heterossexual as vezes era estratégico, como uma tentativa de fuga do controle repressivo paterno e de aceitabilidade social diante do estereótipo/preconceito da sociedade na tentativa de “manter as aparências”. Hoje, diante dos

avanços não somente legislativos, mas também culturais e epistemológicos, tem-se uma compreensão de que não deveria haver a necessidade de “se passar” como hétero para não ser violentada, se coloca em pauta que essa violência é equivocada e inaceitável. Estrutura a partir de relações coloniais impondo ao ser homem e ser mulher como naturais do ser humano. Uma versão do “Chanacomchana” remete a isso, apontando não somente por Alice e Cláudia, mas também na literatura estudada. Não à toa que tentaram silenciar as vozes e materialidades feitas por mulheres lésbicas que denunciam imposições arbitrárias do sistema vigente.

Figura 5 – Boletim Chancomchana 4



A NEGACÃO DA HOMOSSEXUALIDADE

Muitas pessoas vem concordando, há algum tempo, a questão dos riscos e a que a afirmação da homossexualidade pode implicar. Existe-dizem-o grande perigo de, ao se afirmar a homossexualidade, cair-se num esquema de normatização, socialização, padronização que apenas reforçaria os tão famigerados categorias sexuais de nossa sociedade. A preocupação é pertinente e justa e realmente necessário estar sempre alerta. No entanto, a maneira como vem sendo colocado o problema, que exige uma discussão mais profunda da que se faz no momento, parece estar levando à negação da homossexualidade, ou melhor, à negação da condição homossexual.

Vós, do grupo de ação lésbico-feminista, sempre criticamos o caráter reformista, meramente reivindicativo, que o movimento homossexual toma em

alguns países, inclusive no Brasil. Para nós, mulheres lésbicas, não é interessante lutar tão somente pelos mesmos direitos das mulheres heterossexuais, já que as mulheres de uma maneira geral não têm privilégios para dividir entre si. Nosso objetivo maior é a transformação desta sociedade, pelo fim da dominação de todas as mulheres, pelo fim da opressão dos papéis sexuais, por um verdadeiro respeito à individualidade de cada um. Almejamos um futuro sem padrões e nenhuma espécie, onde todas as pessoas tenham acesso à livre expressão de suas sexualidades. No entanto, reconhecendo estar esse futuro esperado ainda bastante distante de nossas mãos, procuramos tentar concretizá-lo passo a passo não fazendo interpretações ideológicas.

objetiva, com a realidade objetiva das mulheres, lésbicas que nos procuram por certo ou pessoalmente, sabemos que a nível do cotidiano, do dia a dia, a homossexualidade existe sim, assim como a heterossexualidade. A heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como "normal e obrigatório", diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes e por tal relegadas a total marginalização. A heterossexualidade, não é heterossexualidade em si, ou seja, não necessariamente as relações heterossexuais, mas a heterossexualidade enquanto instituição, é um instrumento de opressão das pessoas, e mais especial das mulheres, cuja finalidade é manter intata e as estruturas repressivas do sistema patriarcal. Por estas razões, considerando que ainda vivemos numa sociedade sexista, cujo padrão de comportamento tido como "correto" é o heterossexual, achamos prematuro uma visão generalizante da sexualidade, pois ela pode ser utilizada para a anulação

Fonte: Arquivo Pessoal

Ao longo das décadas, Fortaleza tem visto uma evolução significativa na ocupação de espaços pela comunidade LGBTQIA+, refletindo mudanças sociais e políticas que transformaram a dinâmica urbana da cidade. Nas décadas de 1980 e 1990, o centro e a Beira Mar emergiram como polos importantes para a expressão e encontro da comunidade LGBTQIA+. Lugares como a barraca do Joca na Beira Mar se destacavam como espaços

seguros e acolhedores, onde jovens LGBTQIA+ podiam se reunir, socializar e explorar sua sexualidade de maneira mais livre.

Em meio dos anos 90 eu começo a viver intensamente a questão da minha orientação sexual, porque a gente tem, tinha o processo de repressão, de menor de idade não podia entrar nos cantos, não sei o que, Juizado de Menor, então eu andava muito, desde sempre, desde cedo, desde os meus 14, 15 anos, início dos anos 90, mas era muito, era perigoso (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

Ao falar sobre sua vivência como lésbica que já se entendia assim desde a adolescência, Mitchelle traça uma memória dos lugares que existiam como palcos de resistência às pessoas LGBTQIA+ na década de 1990 em Fortaleza. Disputar questões de gênero e sexualidade é, fundamentalmente, uma questão de ocupação do espaço urbano e da visibilidade pública. Quando indivíduos e grupos desafiam as normas estabelecidas de gênero e sexualidade, eles estão, de fato, reivindicando seu direito de existir e se expressar livremente dentro dos espaços que compõem a cidade. Esta ocupação não se limita apenas ao direito de estar fisicamente presente em determinados locais, mas também abrange a necessidade de reconhecimento, inclusão e respeito em esferas sociais, culturais e políticas. A luta por direitos de gênero e sexualidade envolve a contestação de como os espaços urbanos são definidos e utilizados, questionando quem tem o poder de definir normas e quais identidades são visibilizadas ou invisibilizadas. Em essência, ao disputar questões de gênero e sexualidade, as pessoas estão desafiando a ordem social dominante e buscando transformar a cidade em um espaço mais inclusivo e igualitário. Este processo de ocupação e reivindicação

é uma forma de resistência contra a marginalização e a exclusão, e é crucial para a construção de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade em todas as suas formas.

A nossa sociabilidade geralmente era Ponte (Ponte Metálica) ou praças, tinha a praça das meninas que era a Praça da Igreja do Rosário no Centro [...] e feira que era a feirinha da Gentilândia. Terça-feira tinha a feirinha da Gentilândia que todo mundo ia para lá. Era a ponte de se encontrar. Fora isso, eram os bares, era o Meio do Mundo que você poderia até depois conhecer a Valéria que foi uma das donas do Meio do Mundo, hoje ela trabalha na saúde. Tinha o Kabumba que hoje não existe mais. Era mais onde as meninas... Tinha a Barraca da Ju que era na praia, não era bem uma barraca, era uma boatezinha na Praia do Futuro. E assim eu andava nos cantos que a galera andava (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

À medida que o tempo avançou para os anos 2000, o bairro do Benfica se tornou um novo epicentro LGBTQIA+ em Fortaleza. Este movimento pode ser interpretado como uma resposta à necessidade de espaços mais diversificados e inclusivos, onde a comunidade pudesse se reunir sem o estigma e a pressão enfrentados em áreas mais centrais da cidade. Lugares como o Kais Bar e o Meio do Mundo, esse último administrado por Valéria Mendonça, ambos ganharam destaque como locais de encontro e celebração da diversidade sexual e de gênero, segundo destaca Marcynha.

Luanna descreve como o espaço LGBTQIA+ em Fortaleza evoluiu ao longo dos anos, passando por diferentes localizações e transformações significativas. Ela remonta à década de 1990, quando locais como a Beira Mar e bares como o Joca e o Banana Beach se destacavam como pontos de encontro seguros para a comunidade LGBTQIA+. Nessas áreas,

especialmente no centro da cidade, também havia bares conhecidos como "inferninhos", muitos deles administrados por mulheres lésbicas, proporcionando um ambiente íntimo e acolhedor onde Luanna e outros jovens podiam se reunir após atividades esportivas para jogar sinuca e socializar.

Lá em 78, já se discutia isso em São Paulo, Ok, mas a gente tem que pensar num contexto daqui do Nordeste, um contexto ainda machista, um contexto ainda repressor, né? Era difícil até você saber que as pessoas tinham uma relação entre si, porque não era algo tão revelado, né? Tão mostrado assim, enfim. Então tinha esses espaços, tinha o bar da Tânia que eu falei pra você, que era lá na Teresa Cristina, o Thas bar, o próprio Kais bar, era um espaço aonde as pessoas iam bastante, o meio do mundo, que era da Valéria Mendonça. (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Marcynha também rememora esses habitats e de como aqui na capital ainda tinha poucas discussões sobre movimentos sociais diante do cenário machista regionalizado, mas conta que sempre existiu agrupamentos que pautavam algumas questões vivenciais importantes, formando assim pequenos guetos homossexuais, como eram conhecidos na época.

[...] pra mim o **universo lésbico era esse, era estar em barzinhos, encontrar com as meninas, né?** E curtir música, música ao vivo, beber e jogar sinuca, e pronto, né? Quando eu conheci a Alice, como já falei, muda essa visão, muda muito... que existia uma luta política, né? E aí, vem à tona todos esses outros momentos, né? A ausência de ter um espaço ali, naqueles restaurantes realmente

por conta do preconceito, de uma homofobia velada. (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Sobre esse último ponto, se na década de 1990 os espaços que se tinham eram os ambientes privados afastados e alguns até clandestinos (barracas de praia, bares no Centro, afins), depois dos anos 2000, essas transformações corroboraram para uma girada na ocupação dos espaços públicos e privados. Essas mudanças, são importantes analisadores para entendermos algumas diferenças entre os movimentos sociais LGBTQIA+ galgados por diversas gerações, desde a ocupação da cidade à mesmo o “se assumir” mais nova. É libertador “poder”, e essa é a palavra certa, sair dos becos e vielas, e ir à praça; deixar de se esconder ou se obrigar a namorar um homem para satisfazer a demandas sociais para andar de mãos dadas ou levar a namorada em casa. Embora ainda seja uma luta a manutenção em ocupar esses espaços e ter essas práticas afetivas, sobretudo quando falamos de corpos que não se camuflam em uma certa passabilidade cisheterossexual.

A ascensão do movimento social LGBTQIA+ no Brasil está profundamente entrelaçada com a trajetória política e as conquistas no governo, em especial ao Partido dos Trabalhadores (PT). A partir da eleição de Lula em 2002, o movimento LGBTQIA+ se fortaleceu politicamente, influenciado pela experiência adquirida durante a luta contra a epidemia de AIDS (Machado & Rodrigues, 2015). Inicialmente, o Movimento AIDS desempenhou um papel crucial ao mobilizar a comunidade LGBTQIA+ para enfrentar a epidemia. Essa mobilização foi essencial porque, na época, gays e travestis eram grupos particularmente vulneráveis ao HIV. Os encontros promovidos pelo Movimento AIDS não apenas conscientizaram sobre a prevenção, mas também fortaleceram a articulação política desses grupos (Ferreira & Nascimento, 2022).

Esse Brasil Sem Homofobia foi criado junto com o movimento social para pensar a política a partir da eleição, porque assim o Lula ganha em 2002, primeira vez e a gente, o movimento LGBT começa a ter uma inserção de se organizar politicamente dentro, de fazer a relação política com o Estado, o que aprendeu muito com o Movimento AIDS, o AIDS deixou a gente, a gente fez muito advoca-se tanto na Câmara, como no Congresso, no Executivo, no sentido de incluir nossas pautas na política pública né (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Com a criação do programa Brasil Sem Homofobia em 2004, que contou com a participação ativa dos movimentos sociais, houve um marco na integração das pautas LGBTQIA+ às políticas públicas. Esse programa envolveu diversos ministérios e secretarias, refletindo um esforço coordenado para promover a igualdade e combater a discriminação.

Não era para as mulheres, não era para as mulheres lésbicas, não era pra incentivar grupos lésbicos, tanto que a gente tinha uma grande dificuldade de falar desse tema na saúde porque não era reconhecido, não era reconhecido e nós não éramos grupo de risco prioritário naquele momento, porque não existia nenhuma pesquisa que colocasse a transmissão entre mulheres, a transmissão do HIV entre mulheres, então não era uma coisa que eles queriam pesquisar a questão das lésbicas" (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle destaca que o Movimento LGBTQIA+ desempenhou um papel crucial na resposta à epidemia de AIDS, com a comunidade desempenhando um papel vital ao falar sobre suas próprias necessidades e estratégias de enfrentamento da crise. No entanto, ela

observa uma lacuna significativa na abordagem da epidemia: a ausência de reconhecimento das lésbicas como um grupo de risco prioritário. Essa omissão ocorreu em grande parte devido à falta de pesquisas sobre a transmissão do HIV entre mulheres, o que resultou em uma invisibilidade das experiências e necessidades específicas das lésbicas. Além disso, a insuficiência de incentivo financeiro para apoiar a participação popular nas iniciativas de pesquisa e intervenção também contribuiu para a falta de fortalecimento do movimento lésbico durante esse período. Esse cenário revelou uma defasagem no reconhecimento e na inclusão das lésbicas nas estratégias de enfrentamento da epidemia, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente que considere todas as identidades e experiências dentro da comunidade LGBTQIA+.

1. o crescimento no número de movimentos e ativistas LGBTQIA+ no Brasil, a partir do financiamento; 2. a construção de aliança entre estado e movimento social e implantação de políticas públicas, a partir dos conselhos, conferências, etc.; 3. Essa política de enfrentamento da AIDS tendo a população gay, travestis e transsexuais como alvo, contribui para uma análise do porquê tais movimentos tem se fortalecido e ganhado mais visibilidade nos últimos anos, enquanto ainda é pequeno e invisibilizado, quando comparados com o movimento lésbico (aliado a isso, o fato das lésbicas não conseguirem assumir uma frente, sendo "braço direito" - colaborador ou com o movimento feminista ou com o movimento LGBT) "O próprio GRAB, por exemplo, o GRAB coordenava Ceará, Piauí e acho que Maranhão que era para formar grupos LGBTs para fazer enfrentamento contra a AIDS. Por isso dessa facilidade dos movimentos de homens gays estarem a frente disso (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

O fato de não ter uma política de governo, uma política pública que priorize as singularidades das lésbicas, é apontado por ela e outras participantes também como uma das causas por não fortalecer o movimento social desse segmento. Após a epidemia de HIV/Aids na década de 1990 e o financiamento de políticas públicas ligadas a essa questão, foi possível perceber algumas mudanças no movimento LGBTQIA+:

Então assim, vem o Brasil sem homofobia e a gente começa a discutir a política integrada, para você ter ideia na época do Brasil Sem Homofobia era em torno de 8 ministérios e 3 secretarias especiais, eram 11 né, aí é quando eu entro um pouco antes quando eu começo o Movimento LGBT no Ceará, conheço a Alice. Na realidade conheço a Janaína, o GRAAB e depois a Alice [...] Alice é uma militante partidária, política partidária também, eu também sou do partidos desde sempre, e conheci a Alice quando chegou no Ceará, mas a gente não tinha muita proximidade, porque era gerações totalmente diferentes, eram coisas, eram outros mundos, as coisas que eu curti não eram as mesmas, eu tinha proximidade com o público da cidade, porque eu era, curtir as baladas, conhecia toda a galera, os promoters, as festinhas que tinham, então assim (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Embora ela também narra que é a partir da consolidação de um governo que passa a debater e a financiar as pautas LGBTQIA+, é a força popular que de fato tenciona o governo.

Mas veio falando um pouco sobre como foi aquelas questões dos encontros que a gente fazia que não eram conferências, era encontros do movimento, o movimento

que convocava, o movimento que articula e que muitas vezes era patrocinado pelo AIDS [...] Com a questão da, sempre tinha, e o movimento LGBT foi fundamental no controle da epidemia da AIDS porque era uma população que estava mais vulnerável ao vírus então precisava-se falar entre nós pra, principalmente gays e travestis pra fazer o processo de enfrentamento a epidemia (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle também fala que posteriormente, após participar do plano de governo no que se refere às questões LGBTQIA+ de Luizianne Lins, ela foi convidada para assumir a primeira Secretaria Nacional LGBT, instituída no segundo mandato do governo Lula. Inclusive, ela diz que foi nesse período em que ela mais sofreu preconceito, quando passou a residir em Brasília.

Mitchelle, ao rememorar em sua narrativa muitas conquistas, sobre questões LGBTQIA+ no Ceará, das quais uma boa parte tem sua presença, apresenta de forma imbricada sua trajetória de luta e essas mudanças, apostando na intersetorialidade e na união como ferramentas para as conquistas no tocante a causa LGBTQIA+. Atualmente, ela é a primeira mulher lésbica Secretária da primeira Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará, também primeira de Secretaria da Diversidade de Estado do Brasil (existindo somente a secretaria nacional).

Ao longo dos anos, o cenário LGBTQIA+ em Fortaleza se expandiu para incluir novos espaços como a Barraca do Joca, Mei do Mundo, Cafofo do Barão, este último inaugurado em 2006 na Barão do Rio Branco, que se tornou um ponto de encontro popular para jovens LGBTQIA+. Esse período também testemunhou um movimento significativo de adolescentes e jovens ocupando a pracinha da Gentilândia, onde se tornou comum encontrar a presença forte de mulheres lésbicas. Outras praças passaram a ser bastante frequentadas fora a

Praça Portugal, na Aldeota, e a Praça perto do North Shopping, próximo ao Antônio Bezerra. Essa mudança para espaços públicos como praças representou uma resposta à necessidade de visibilidade e segurança para a comunidade LGBTQIA+, marcando uma transição do anonimato das praias noturnas para locais mais iluminados e acessíveis.

Na realidade, o que **a gente buscava era segurança**, também, para vivenciar a sexualidade. Então, era um espaço seguro, assim como era a barraca do Joca, ali em frente ao Náutico. Então, para os adolescentes em geral, o Joca era "a barraca", um cenário romântico, em frente a praia... tem outras pessoas LGBT ali, se beijando. Então, você se sente à vontade, se sente segura, né? E, era um lugar situado ali, no coração de Fortaleza, Beira Mar, né? Turístico, mas era também onde chegava ônibus. Então, a gente acabava indo pra lá, e, às vezes, né? Eu ia pro Banana Beach, né? Esses são os dois bares que eu frequentei muito. Tinha no centro também, alguns bares, muitas vezes eram bares, principalmente administrados por mulheres, algumas mulheres eram lésbicas, que a gente as chamava de inferninho. [...] Dois bares que a gente sempre ia ali no centro. Eu estudava no centro, ali no colégio Tiradentes. E a gente sempre ia depois do futebol, depois do vôlei, marcava com as meninas dos outros times, dos outros colégio e tal. Ia para lá jogar sinuca também. E aí, a gente denomina de Inferninho (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna destaca ainda a importância desses espaços como locais de convivência e afirmação, refletindo uma transformação na ocupação urbana que acompanha avanços sociais e políticos, como a criação de políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e de gênero. Essa trajetória ilustra não apenas a evolução geográfica do ativismo LGBTQIA+ em

Fortaleza, mas também a resistência e a busca por espaços seguros e inclusivos onde a comunidade possa se expressar livremente.

E é algo que a gente precisa ver nessa juventude agora, nessa juventude que eu não pude vivenciar na década de 1960, essa juventude colorida linda, aquela juventude ali do Benfica. Eu fico pensando, quantas lutas aquela juventude teve que travar pra sair de casa pra ir pra Gentilândia para externalizar seu desejo, pra colocar uma roupa, pra colocar um cabelo colorido, pra beijar sua companheira, seu namorado, crush, ficante, entendeu (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Atualmente, Fortaleza se destaca não apenas pela presença de diversos espaços LGBTQIA+ por toda a cidade, mas também pela aprovação de leis que criminalizam a LGBTfobia em espaços públicos e privados. Essa legislação representa um avanço crucial na proteção dos direitos e na segurança da comunidade LGBTQIA+, garantindo que todos tenham o direito de viver e se expressar livremente, sem medo de discriminação ou violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero. Assim, a trajetória da ocupação LGBTQIA+ em Fortaleza reflete não apenas uma evolução na geografia urbana da cidade, mas também uma evolução nos direitos civis e na visibilidade das identidades LGBTQIA+, destacando a importância contínua de espaços seguros e inclusivos para a comunidade.

Essas narrativas individuais são também de memórias de uma coletividade e ocupação da cidade, pois, apesar de ser sobre elas, é também de um grupo e ainda possibilita refletirmos sobre as implicações dos avanços das políticas públicas para a população LGBTQIA+ em diferentes âmbitos: na educação, na saúde, no território regional, toda a articulação que a gestão municipal dos anos 2000 que proporcionou vários equipamentos

como coordenadorias e centros de referências, leis e decretos que pautavam questões de gênero e sexualidade³⁴. Esses fatos possibilitaram não só a diminuição do preconceito, mas também fortaleceu as pessoas LGBTQIA+ e levou-as a ocuparem espaços públicos a céu aberto e iluminados, e os constituírem como delas (nosso) também.

Já a experiência narrada por Fernanda ocorreu após o término com o seu ex companheiro (até por questões de opressões que ela sofreu), foi construindo sua lesbianidade saindo de um relacionamento longo com um homem, a qual foi noiva por alguns anos e somente após se relacionar com outras mulheres, conseguiu finalizar essa relação. Ela narra como foi que se percebeu pela primeira vez apaixonada por uma mulher.

Eu tava toda padrãozinho, eu era bailarina, estudava num bom colégio lá na aldeota, tava tudo traçado direitinho. Fiquei noiva de um cara que a família era maravilhosa, até que eu me apaixonei por uma mulher. Aos 22 anos isso [...] Ai eu entro na faculdade, no primeiro dia que eu chego no meu curso de Pedagogia, que era a tarde na Unifor, a primeira menina que eu faço amizade era uma lésbica, uma sapatão linda, inclusive. Ela era mais nova, chegou num carrão, de cabelinho curto, eu "ahh", gente, parecia filme, e a gente é amiga até hoje. Se passaram quantos anos? Quase 30 [...] Então, esse foi meu primeiro relacionamento LGBT, mas era um relacionamento aberto, é tanto que ela me apresentou outras meninas e dentre essas meninas eu encontrei minha primeira esposa, só que detalhe, lembra que eu falei que eu era noiva, nessa época eu ainda era noiva e meu noivo viajou para Brasília para fazer um trabalho e eu já não gostava e na verdade eu não amei essa pessoa, nunca amei (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista).

³⁴ No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Silva (2021), há um quadro que mostra todas as normativas de proteção às pessoas LGBTI+.

Foi convidativo conversar com Rebeca e Snoh, geracionalmente próximas a mim, nosso discurso gira em torno de quando percebemos que os relacionamentos heterossexuais não eram os únicos existentes e possíveis. A heterossexualidade compulsória coisifica o “ser diferente” em que a processualidade de se entender enquanto lésbica não é única, pode ser rápida ou demorar o tempo necessário para cada um. No entanto, até o entendimento subjetivo, lésbicas são forçadas a tentar se enquadrar nos moldes sociais acerca do gênero feminino junto aos papéis sociais que o define e das regulações da sexualidade de cunho colonial baseado na ideia de macho, fêmea e perpetuação da espécie a partir do acasalamento (sexo verdadeiro, já que os demais atos sexuais são ininteligíveis). E por apontar uma outra possibilidade de ver o “armário”, ele enquanto um dispositivo de sobrevivência.

É isso, eu acho que eu sou um pouco diferente da, dos descobrimentos de outras pessoas, **eu juro, eu não sabia que existia essa diversidade**, quando eu fiquei sabendo, eu como todo mundo que se descobre, meio que se descobre, mas ao mesmo tempo prefere estar em segurança dentro do armário, porque o armário não é só uma opressão, ele também é uma forma de segurança para o indivíduo LGBT (Rebeca, 06/10/2021, transcrição verbal)

Precisamos ressignificar o armário, pois ele possibilita por um tempo a passabilidade na lógica heterossexual, sobretudo em ambientes de trabalho e escola, que podem contribuir de forma mais aviltante para o sofrimento psíquico e exposição à violências. O armário pode ser também uma estratégia de sobrevivência para quem não pode declarar para todo mundo sua lesbianidade. Rebeca por ser professora de escola primária traz reflexões interessantes sobre “saída do armário” na adolescência. Como dizer para um adolescente “sair do armário” sabendo que pode correr o risco de ser expulso de casa? Ouvi das entrevistadas e

também em partilhas em outros espaços que participo o quanto ainda é comum essa violência sofrida, o outro lado familiar que não “aceita”, “entende” ou abomina ao ponto de ignorar a vida de um filho/a/e.

Essa fala dialoga bem com a de Cláudia, o armário pode ser um casulo, que permite você se fortalecer até poder ter confiança para sair dele, pois nessa sociedade, é inevitável a violência: “E assim, algo que me incomoda, porque a gente vive nessa sociedade capitalista, racista, machista, patriarcal, homofóbica, lesbofóbica. Essa questão de você ter que se esconder né” (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Quando eu estava no ensino médio e comecei a ter experiências românticas com outras mulheres, tive dificuldade de compreender-me enquanto uma mulher lésbica, passando primeiramente a entender-me como uma mulher bissexual. Alguns anos depois, já na casa dos trinta anos, percebi que boa parte da minha crise existencial vinha de uma imposição social de como eu deveria ser, que papel social eu deveria assumir e principalmente, a quem eu deveria desejar. Foi com essa conversa que a entrevista de Snoh finaliza. Talvez por nós duas termos histórias de vida parecidas e a mesma idade, nós reconhecemos uma na fala da outra, inclusive foi quando Snoh falou sobre o auto ódio de si que tive um *insight* do meu próprio auto ódio. Essa captura e várias outras tentativas de recapturas de um sistema cisheteropatriarcal traz impactos para uma não compreensão de si, de um ciclo de ódio e adoecimento, conforme as participantes relataram.

Então assim, só que ao mesmo tempo, e eu beijei uma menina muito nova, eu beijei primeiro uma menina do que um menino, eu era muito nova, acho que eu tinha uns 8, 7 anos na escola e eu beijei essa menina, e eu tipo já tinha me tocado, 'nossa, acho que eu sou diferente', daí pra depois eu fui vivendo muito um processo de esconder. Hoje eu entendo que era muito esse processo da

heterossexualidade compulsória, esse processo que você tem que viver o papel [...] "Você tem que viver o papel, o papel tem que ser tipo 'Ah, será que eu gosto de menina mesmo ou é coisa da minha cabeça, porque o normal é gostar de meninos', então você. Hoje quando eu penso e olho pra trás, eu olho muito isso, eu vejo muito isso, do processo todo e aí foi né. Eu cheguei a me apaixonar por garotos e aí é engraçado porque eu tenho uma coisa muito engraçada, porque todos os meninos que eu gostei, todos eles são gays, é sabe e é muito engraçado isso, tem um que eu gostava muito dele e somos amigos até hoje. O meu amor de infância se assumiu gay um dia desses" (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista)

Ainda quem nasceu na década de 1990, tem suas experiências moldadas por uma imposição violenta da heterossexualidade compulsória, menos velada do que é hoje, embora de 2018 para cá as pessoas não se sentem mais constrangidas como antes para exporem seus preconceitos e serem lgbtfóbicas. O processo de entender e aceitar sua própria identidade lésbica foi moldado por uma sociedade que impunha a heterossexualidade como existência possível, por meio de uma pressão para se conformar ao papel socialmente esperado de se interessar por uma sociedade machista. No entanto, a vivência de Snoh também revela a ironia de se relacionar com garotos que mais tarde se assumiram gays, o que a levou a refletir sobre a fluidez e complexidade dos desejos e identidades sexuais.

Ai essa primeira pessoa que eu me apaixonei, que era essa menina daqui que eu gostava muito dela e não deu nada depois que a gente percebeu que não era tipo nada, ai eu gostei muito de uma menina que era de outro estado, a internet vem muito como essa rede de apoio, eu sempre fui rata de internet desde muito cedo, aí

e tenho amigas que são dessa época ainda, que é minha amiga hoje, que eu conheci quando tinha 14 anos na internet, tenho amigas dessa época (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista).

No entanto, em um contexto onde ser abertamente lésbica poderia significar enfrentar estigmas e discriminação, relacionamentos a distância emergiram como uma opção viável para explorar afetos de maneira mais segura e discreta. A ascensão da internet foi crucial nesse aspecto, transformando-se em uma rede de apoio onde Snoh e suas amigas encontraram camaradagem e entendimento mútuo desde a adolescência.

Para Snoh, a descoberta da própria identidade lésbica foi gradual, perpassada pela timidez e pelo ambiente conservador que permeava suas relações sociais.

Assim eu era muito tímida também, não falava em público de jeito nenhum, sempre fui muito tímida então assim, minhas relações eram relações muito na linha, essa linha da família tradicional, do conservadorismo, nas relações de amizade. Eu, pra você ter noção, **eu não sabia que aquelas amigades que eu tinha um sentimento diferente conseguiria dar nome em relação a questão da afetividade**, em relação a ser homossexual, ser lésbica, eu não conseguia ver isso. Quando eu entro na Faculdade, na Universidade, eu conheço uma garota que foi a minha primeira namorada. A gente namorou 7 anos e foi a partir dela que eu fui conhecer, saber, que existiam outras coisas no mundo que eu não conhecia. (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

A Universidade, entretanto, proporcionou-lhe um espaço para explorar e vivenciar sua sexualidade de forma mais aberta, iniciando um relacionamento significativo

que ampliou seus horizontes emocionais. Isso também pode estar associado ao fato de Snoh ter estudado em outro Estado, possibilitando assim um pouco mais de liberdade para ela se relacionar com as pessoas.

Não tão nocivo como em alguns casos, eu sei, porque eu tenho amigas que tipo assim, a minha mãe nem compreende, tenho amigas que são formadas, bem sucedidas e são lésbicas e a **família extremamente massacra subjetivamente**, não é nada, "foda-se, você é sapatão, foda-se então", não aceitam de jeito nenhum. E pra minha mãe e meu pai é inconcebível (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista)

Um fator comum mesmo entre as participantes mais novas, é o entendimento de ser diferente por fugir das normas, ocupar um espaço oposto da normalidade discursiva envolta das relações de amizade e amorosas, embora não sem produzir efeitos para essas mulheres, levando adolescentes a se questionarem sobre por que não se encaixam nesse padrão. A experiência de solidão também é um tema recorrente entre as participantes, exacerbada pela falta de acolhimento pela sociedade e até mesmo a não aceitação por parte da família, lugar internalizado como uma base de segurança, traz efeitos desastrosos para a constituição subjetiva de lésbicas que vivenciam a “saída” do armário antes de saírem de casa.

Primeiro eu fiquei muito impressionada de ver mulheres beijando outras mulheres. Porque **a minha vivência da sexualidade era muito solitária**. Até meus 12/13/14 anos, era uma vivência muito solitária e **eu pensava que eu era praticamente a única sapatão do mundo a única menina lésbica**. E isso era um conflito muito grande pra mim porque eu não via outras, eu não me reconhecia em outras, as outras não existiam (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Essa solidão ela é despontencializadora quando coloca no campo do impossível o coletivo e a partilha, mais a frente Luanna retoma:

[...] foi uma reflexão que doeu profudamente que era lidar com essa ideia de solidão, ainda mais eu sendo uma mulher lésbica, realmente, futuramente, na aquele tipo de sociedade que a gente tinha naquela época. Claro que hoje a gente não está vivendo um outro momento de avanço, mas também de profundas violências. Como um *backlash*³⁵..., mas naquela época, “estou destinada a ficar sozinha” (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Esse molde que a sociedade tenta encaixar e que não nos cabe produz um sentimento de despertencimento do mundo, como uma maçã podre que envenena o próprio entendimento de si em diferentes dimensões da vida. A lesbofobia, como destacado por Lídia, rouba o direito ao pertencimento e ao vínculo social, relegando mulheres lésbicas a um estado de isolamento emocional e comunitário.

E quando chega uma piada, uma outra coisa, alguma fala, porque parece que as pessoas esquecem, né? Que a gente tá ali no meio e se acham no direito de fazer algum comentário, alguma gracinha, né? Alguma piada, um comentário... E aí, quem se posiciona rebate logo isso, vai falando sobre (?) essa fala preconceituosa e tudo mais. Agora quem não é assumido, infelizmente tem que receber aquilo ali, recebe aquela dor e internaliza, né? (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

³⁵Tradução do inglês: retaliação

Marcynha acrescenta a dimensão das micro agressões e da invisibilidade cotidiana enfrentadas por pessoas não assumidas, que muitas vezes internalizam o preconceito e a dor para evitar conflitos ou violências maiores. Esses relatos sublinham a importância da visibilidade, do apoio mútuo e da construção de comunidades seguras e acolhedoras para pessoas LGBTQIA+, onde a proteção contra violências e a busca por pertencimento são fundamentais para a saúde emocional e o bem-estar.

Pertencimento e vínculo são necessidades de seres humanos. **A lesbofobia, ela nos rouba essas duas coisas. É como se a gente deixasse de pertencer a uma família, a uma comunidade, e tivesse que virar um gueto específico.** A gente não se reúne entre nós e se fortalece entre nós, simplesmente porque nós queremos e somos sectárias, a gente faz isso porque estamos nos protegendo da violências, porque a gente tem necessidade de se vincular, porque a gente tem necessidade de pertencer. Então, essas coisas, elas são muito centrais assim. (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Os coletivos, agrupamentos e movimentos sociais, são, por muitas vezes, esses guetos para essas pessoas. Para refletir sobre isso, Nascimento (2018), diante da necessidade histórica de resistência e proteção contra a opressão estrutural, a população negra tem sido historicamente excluída e marginalizada, as comunidades negras foram segregadas em espaços limitados pela sociedade dominante majoritariamente branca e burguesa. Nessa perspectiva, o quilombamento não apenas servia como um refúgio físico, mas também como um espaço de preservação cultural, resistência política e solidariedade entre eles. A população negra foi sistematicamente segregada, levando à formação de comunidades negras em espaços restritos pela sociedade branca e burguesa. O quilombamento, nesse contexto, não só

funcionava como um refúgio físico, mas também como um espaço de preservação cultural, resistência política e solidariedade. Lídia observa que a formação de guetos entre lésbicas/sapatonas negras é uma resposta às condições de exclusão e violência estrutural. Esses espaços funcionam como afirmação da negritude e construção de laços comunitários em um ambiente hostil, oferecendo uma estratégia de proteção e re-existência frente às violências sustentadas pelo sistema cisheteropatriarcal e branco.

Os espaços coletivos, portanto, desempenham um papel crucial ao permitir a problematização das cristalizações e fixações subjetivas oriundas da colonialidade, desnaturalizando verdades absolutas. Tais espaços também oferecem ambientes seguros e acolhedores onde mulheres negras e lésbicas e sapatonas podem compartilhar suas histórias e desafios, promovendo redes de cuidado e solidariedade. Essas redes, formadas por meio da fala, escuta e acolhimento mútuo, têm o poder de romper com os confinamentos físicos e subjetivos impostos pela ordem colonial (Silva, 2019; Silva et al., 2023). Movimentos político-artísticos criam zonas de existência que fortalecem vínculos, trocas de experiências e sentimentos, e rejeitam as políticas de apagamento e silenciamento. Assim, os movimentos sociais não apenas denunciam e problematizam a realidade atual, mas também criam redes de apoio que conectam indivíduos a uma comunidade, reforçando o senso de pertencimento e solidariedade (Silva, 2019; Silva et al., 2023).

[...] é a Lila M. Salu que também é uma das cofundadoras das Tambores de Safo, é uma mana, eu sou uma mulher reconhecidamente sapatão, então eu acho, que essa vitória, é uma vitória das pretas, é uma vitória da cidade de Fortaleza (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

A formação de guetos apontada por Lidia pode ser entendida como uma resposta às condições de exclusão e violência estrutural enfrentadas por lésbicas negras. Podendo assim, ser uma forma de afirmar negritude como potência e construir laços comunitários em um ambiente hostil e discriminatório. Além disso, também há o sentimento de vitória e conquista coletiva, expresso por Lída ao falar de Lila. O sentimento de comunidade, de senso coletivo, em que quando uma vence, todas vencem! Portanto, é uma conquista coletiva.

Cabe destacar que exclusão e efeitos para a formação subjetiva de si, é ainda mais agravado para aquelas que não se encaixam nos estereótipos tradicionais de feminilidade, como observado por Cláudia, enfrentando não apenas a invisibilidade, mas também o desafio de serem reconhecidas e respeitadas em uma sociedade que frequentemente as marginaliza. Em suas palavras: “em relação a nós mulheres lésbicas que não estamos nesse estereótipo, nesse modelo onde nós somos mais femininas, mais delicadas”. (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

A experiência das mulheres lésbicas, particularmente aquelas que desde a infância não se conformam aos padrões de feminilidade hegemônica, ilustra como essas normas são rigidamente impostas e perpetuadas por meio de uma vigilância social intensiva. Desde a infância, essas mulheres enfrentam um controle rigoroso sobre seus corpos e comportamentos, que busca enquadrá-las nas normas cisheteronormativas predominantes. A descrição de Edna sobre suas preferências por brinquedos tradicionalmente masculinos, como carrinhos e piões, exemplifica a resistência precoce às expectativas de gênero impostas. Essa resistência, no entanto, é frequentemente interpretada através de uma lente estereotipada que as rotula de forma pejorativa, como "macho-fêmea", e sujeita suas identidades a uma análise precoce e impositiva.

Lésbicas desfem vivenciam em suas histórias de vida uma condição peculiar da lesbofobia cotidiana, já que sobretudo elas desde a infância expressam em seus modos de ser

que não iriam reiterar a feminilidade que lhe são impostas. Esse controle biopolítico, conforme apontado por Foucault (2008), reincide sobre nossos corpos tentando enquadrar em uma cisheteronormatividade. As cores, as brincadeiras, a forma de andar, falar e se comportar; uma engrenagem funcionando trabalhando intensamente. O que é de menino e o que é de menina, borrado por vivências lésbicas “Eu sempre gostei de brincar com brinquedos de meninos, com carrinhos, pipa, pião, jogar bila” (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista). As entrevistadas falaram sobre suas infâncias, de como elas nem sempre se reconheceram como lésbicas primariamente, mas foram colocadas no estereótipo de “macho-fêmea” por não performaram os moldes da feminilidade.

Com essas mulheres ou outras pessoas da comunidade que não performatizam a feminilidade ou masculinidade hegemônica, suas sexualidades são colocadas em análise quando essas pessoas ainda nem mesmo se questionaram sobre isso. Tal fato é violento e ocorre sobretudo com pessoas que vivem em locais mais afastados das grandes metrópoles.

O tempo de eclosão e a decisão que tomar quando explode na cidade que a pessoa é lésbica, porque não é uma pessoa que fica sabendo, a cidade inteira fica sabendo. Na verdade, todas elas, ou foram deduradas por alguém da cidade, ou uma vez que começou o "zumzumzum" e foram pegadas, chegaram em casa falando porque sabiam que iam espalhar. E quando elas falavam em casa, dois/três meses depois, elas sentiam como se toda a cidade soubesse, as pessoas cutucavam quando elas passavam. A gente não tem essa experiência, nós urbanos não temos essas experiências, a gente vai pros guetos, a gente consegue não conversar com nossos vizinhos. (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

A retirada do armário para indivíduos considerados “veados” ou “macho-fêmea” (como popularmente e preconceituosamente são chamados) frequentemente enfrenta uma vigilância social intensa, exacerbada por normas religiosas que rotulam essas vivências de sexualidade como anormais e imorais. Essa vigilância não é apenas uma questão de controle individual, mas um mecanismo de poder que Foucault identificou em sua análise sobre as sociedades disciplinares. Como narra Renata (29/10/2021, transcrição de entrevista), “Às vezes as pessoas nem se percebem, elas são narradas antes”, acerca dessa vigilância constante. Ela ainda narra um acontecido que toda a cidade ficou sabendo, uma cidade interiorana, de uma pessoa que participou de sua pesquisa.

Essa pessoa que largou o marido era chamada de macho e fêmea, desde os 9 anos de idade, inclusive, por pessoas que ela não sabia sequer o nome. E isso que você falou aí tá na minha escrita. E ela com 6/7 anos de idade era chamada de macho-fêmea, e quando com 17 anos ela engravidou e foi casar, a cidade comentou: **"A macho-fêmea vai casar"** (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Foucault (1975, 1991) argumenta que esse controle é uma característica das sociedades disciplinares, nas quais normas e comportamentos são rigidamente regulados e vigia-se ativamente para garantir a conformidade. O caso descrito por Renata, de uma mulher que desde a infância foi chamada de “macho-fêmea” e teve sua identidade sexual discutida publicamente na cidade, reforça a ideia de que a lesbofobia não é apenas uma questão de discriminação individual, mas também um mecanismo de poder institucionalizado que molda e limita as experiências de vida das mulheres lésbicas. Essa análise destaca como a lesbofobia cotidiana é imbricada com estruturas mais amplas de controle e poder, que perpetuam a

marginalização e a estigmatização de mulheres que desafiam as normas de gênero e sexualidade tradicionais. A combinação de controle biopolítico e vigilância social intensiva cria um ambiente onde a identidade e a expressão lésbica são frequentemente alvo de uma análise crítica e punitiva, refletindo a persistência de normas rígidas e opressivas na construção da identidade e no comportamento social.

Michel Foucault (1975, 1989, 2008) argumenta que o poder não se exerce apenas de maneira repressiva e coercitiva, mas também através de mecanismos sutis de vigilância e normalização. Nas sociedades disciplinares, como aquelas influenciadas por instituições religiosas, a vigilância opera de forma difusa e internalizada, moldando comportamentos e identidades conforme as normas estabelecidas. Nesse contexto, a vivência de uma sexualidade divergente é frequentemente marginalizada e vigiada de perto, pois representa uma transgressão às normas moralizantes impostas pelo poder dominante. Religiões que reforçam essas normas contribuem para a perpetuação dessa vigilância social ao estigmatizar e marginalizar aqueles que fogem da heteronormatividade. Essas crenças não apenas rotulam tais indivíduos como os marginalizam como pecadores e desviados, também instauram um sistema de controle social que visa punir e corrigir qualquer desvio da norma sexual e de gênero estabelecida.

As outras duas que são mais heteronormativas não andam com os gays, né? Andam pouco com os gays, para evitar o escândalo, né? Aí eu pergunto pra um dos gays: "E tu, cara, quando é que tu se descobriu?" Aí ele: "Renata, eu nunca pude ser outra coisa, eu sempre fui afeminado, sempre fui gay e pronto. Sempre disseram que eu era gay, nunca pude escolher." (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Renata ressalta a dimensão particularmente opressiva da lesbofobia em contextos rurais ou menos urbanizados, onde a visibilidade e a vigilância social são exacerbadas. O processo de "sair do armário" para indivíduos identificados como "veados" ou "macho-fêmea" é amplificado por uma intensa vigilância comunitária e normas religiosas que deslegitimam suas identidades e comportamentos. A narrativa de Renata sobre como uma revelação de identidade sexual pode rapidamente se tornar um conhecimento coletivo, particularmente em cidades pequenas, ilustra a severidade do controle social e a dificuldade de se manter uma identidade não conformista em ambientes altamente vigilantes.

No caso da Edna que também cresceu em uma cidade interiorana, onde o machismo é regionalizado compartilha uma parte de sua vida muito dolorosa. Em suas palavras “foi uma vida bem difícil em relação a isso, por eu ter esse jeito mais másculo” (Edna, data, transcrição verbal). Como já apontado anteriormente, a lesbianidade não é uma experiência única, há diferentes experiências, portanto, a lesbofobia junto a outras opressões atinge desigualmente essas lesbianidades.

Eu vou ser bem transparente nas minhas falas, e essas falas que eu fiz aqui, foi de certa forma um desabafo também né, porque quando a gente fala a gente revive isso aí de novo, não dolorido como foi na época, porque você ter uma arma apontada pra você é muito preocupante, aonde vai o desequilíbrio de um tio, eu cheguei a olhar pra ele e dizer "eu não sou nada sua, eu sou sua sobrinha adotiva, você não tem que ter vergonha de mim" e no final da vida dele ele foi justamente precisar da sobrinha lésbica, mas assim, lógico que eu falo isso né me envaidecendo não, hoje eu sou grata a Deus pela oportunidade da gente se conhecer, dele me conhecer não a Edna lésbica, mas o coração da Edna que ele não se dava a oportunidade de conhecer, no começo, no final sim, no momento

que ele esteve doente ele se deu essa oportunidade (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

É interessante perceber a partir desse recorte da fala da Edna a característica interventiva da entrevista, ela funciona não apenas como instrumento de pesquisa, mas como um espaço de rememoração, atribuição de novos significados e emergência de novas percepções diante de sua prática transformadora, onde entende as participantes como ativas na construção do conhecimento. Ao lembrar dos eventos passados com à luz das experiências presentes, novos significados podem ser atribuídos ou, como nesse caso, um espaço de acolhimento pode colaborar a dar novos significados às suas narrativas.

Um dia uma certa vez nós estávamos aqui na minha casa, eu, minha mãe e ela, minha avó já tinha falecido e ele vinha bêbado, ele empurrou o portão e eu deitada lá no quarto, aqui na minha casa é tipo um vão, e a gente deitada na rede não tinha porta e ele entrou armado e a minha esposa teve que pular o muro pra poder fugir porque a gente sabia que na verdade não era intenção boa (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Edna relatou que inicialmente foi difícil a compreensão e respeito por parte da família, compartilhou que uma familiar em específico não aceitava de forma alguma sua relação e que um dia, estando em sua casa com sua companheira, ela teve que sair de casa pulando o muro, pois este familiar estava armado e tentava fazer algo contra as duas. Alguns anos depois, esse familiar ficou gravemente doente e disse que foi ela junto a sua companheira quem cuidaram dele. Mais adiante Edna também relata sobre a tentativa de enquadrarem ela em um relacionamento heterossexual que já foi explanado.

Apesar de todas as conquistas e transformações sociais no tocante às questões de gênero e sexualidade, gerações mais recentes não escapam da imposição heterossexual como único relacionamento dessa normatividade que produz esses marcos de reconhecimento de que vidas serão lidas como vidas possíveis.

Dois principais pontos foram apresentados no tocante a intergeracionalidade, visibilidade e ocupação dos espaços. Uma geração teve que construir a possibilidade de se afirmar, já a outra, nasce com essa possibilidade. Uma geração ocupava becos, vielas ou locais privados, já a outra frequenta espaços públicos, são até capturados pelo mercado com a ideia de boate gay, coleção de roupas LGBTQIA+, etc. Dito em outras palavras, trata-se do poder se afirmar como lésbica contra o não ser reconhecida a existência de sexualidades dissidentes e identidades de gênero, a ocupação dos espaços públicos, do direito à cidade, da caminhabilidade, ou seja, o direito de caminhar, de ir e vir e de ocupar a via pública que outrora ainda há tentativa de negação desses espaços (Gomes Filho et al., 2021).

Este capítulo abordou a evolução das experiências vividas por mulheres lésbicas ao longo das últimas décadas, com uma análise comparativa entre diferentes gerações e contextos socioculturais. A trajetória de resistência e afirmação das mulheres lésbicas, exemplificada pela figura de Alice Oliveira e pelos espaços emblemáticos como o Ferro's Bar revela um contínuo processo de luta contra a opressão e de busca por visibilidade e reconhecimento. Nas décadas de 1970 e 1980, as mulheres lésbicas enfrentaram um cenário de intensa repressão, no qual espaços como o Ferro's Bar desempenharam papéis fundamentais na formação de uma identidade lésbica e na resistência às normas heteronormativas. A criação de grupos como o SOMOS e o Grupo Gay da Bahia foi crucial para a promoção dos direitos e da visibilidade LGBTQIA+, enquanto a formação do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) destacou a necessidade de um espaço específico para as questões lésbicas dentro dos movimentos feminista e LGBTQIA+.

Eventos significativos, como o chamado "Stonewall brasileiro" em 1983 e o crescente reconhecimento internacional a partir de 1993, marcaram avanços importantes na visibilidade e aceitação da comunidade lésbica. No entanto, as dinâmicas internas e os desafios persistentes, como a pressão para manter relacionamentos heterossexuais e a persistência da lesbofobia, continuam a influenciar as experiências lésbicas. Também foi abordado a evolução da ocupação de mulheres lésbicas em Fortaleza, ilustrando como a cidade, ao longo das décadas, tornou-se um espaço de crescente visibilidade e afirmação para a comunidade LGBTQIA+. Nas décadas de 1980 e 1990, o centro e a Beira Mar de Fortaleza eram pontos centrais de encontro e expressão para a comunidade lésbica, com espaços como a Barraca do Joca e diversos bares oferecendo um ambiente acolhedor, embora ainda marcado pela repressão social. A década de 1980 testemunhou o surgimento de uma cena social mais visível, mas também de espaços que eram simultaneamente públicos e informais, o que refletia a transição gradual de uma existência mais clandestina para uma mais afirmativa.

Avançando para os anos 2000, o bairro do Benfica emergiu como um novo epicentro para a comunidade lésbica em Fortaleza. Espaços como o Kais Bar e o Meio do Mundo se destacaram, representando um movimento significativo em direção à maior aceitação e visibilidade pública. A transformação desses espaços reflete uma mudança significativa na dinâmica da ocupação de mulheres lésbicas na cidade, passando de locais mais reservados e clandestinos para espaços abertamente reconhecidos e acolhedores. A influência do ativismo LGBTQIA+, particularmente durante a crise da AIDS e a implementação do programa Brasil Sem Homofobia, representa marcos significativos na incorporação das pautas LGBTQIA+ nas políticas públicas. No entanto, o texto também destaca lacunas importantes, como a falta de reconhecimento e políticas específicas voltadas para as mulheres lésbicas. Além disso, a formação de comunidades e espaços seguros, em resposta à exclusão e violência, tem sido essencial para a afirmação da identidade lésbica. As

narrativas pessoais analisadas evidenciam a contínua luta contra a heterossexualidade compulsória e a lesbofobia, e como a construção de uma identidade lésbica visível e respeitada continua a ser um desafio persistente.

4.2 “A partir do reconhecimento dessas identidades vem a luta”³⁶: Identidades, performatividade, lesbianidades e processos de subjetivação

Neste tópico será abordado sobre a afirmação da identidade lésbica como um processo de resistência e autoaceitação dentro de um contexto cisheteropatriarcal. A partir das experiências de Cláudia e Val, é discutido como a identidade lésbica desafia normas sociais e promove uma compreensão mais fluida da sexualidade. A partir das teorias de Foucault e Butler, é abordado como práticas normativas fomentam a construção da identidade e como a resistência pode emergir dessas relações de poder. Aliado a isso, há uma crítica à rigidez dos rótulos identitários, destacada por Marcynha e Lidia. Por fim, é trazido a importância sobre a redistribuição da violência, oferecendo uma visão crítica sobre como essas dinâmicas impactam a luta por uma sociedade mais inclusiva.

As narrativas de experiências, como as de Cláudia e Val, demonstram como a afirmação de uma identidade lésbica pode se manifestar em um fortalecimento da autoestima e na ressignificação dos padrões normativos impostos. Val trouxe esse aspecto do “se reconhecer” vindo do íntimo e individual, enquanto formação de identidade. Nessa cena, ela também reflete sobre como é diferente os sentimentos na infância para a adolescência, sobre a ingenuidade afetiva para então atração sexual na adolescência ou mesmo enquanto adultas, quando conseguem elaborar melhor o que sentem.

³⁶ Fala proferida por Val.

A minha identidade lésbica, ela não é, ela não foi algo, assim, que eu já sabia desde criança, mas é algo pairou assim, uma processualidade... Foi aos poucos... Embora na infância, a gente já sinta... eu lembro que eu já sentia desejo pelas amigas da escola, enfim, mas aquilo sem algo sem ter uma nomenclatura ou um conceito. Era só sensações. Eu acho que é isso, as crianças vivem no mundo das sensações [...] A "descoberta" assim, digamos, o primeiro beijo [...] talvez uma descoberta mais sincronizada, mais elaborada digamos assim, realmente foi na universidade. Em contato com o movimento estudantil, em contato com os debates, em contato sobre gênero no curso e aí foi quando me relacionei a primeira vez com uma mulher, foi na universidade. Então, esse talvez seja o primeiro *start* (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Val faz uma análise interessante sobre como foi constituída sua própria lesbianidade. A análise de Val sobre a constituição de sua própria lesbianidade revela um processo de autodescoberta gradual e não linear, caracterizado por uma evolução contínua ao longo do tempo. Val descreve sua identidade lésbica como algo que não se manifestou de forma imediata ou consciente desde a infância, mas que surgiu a partir de um conjunto de sensações e experiências acumuladas ao longo dos anos. Na infância, Val percebeu desejos por amigas, mas sem ter uma compreensão clara ou nomenclatura para essas sensações. Ela descreve essa fase como uma vivência no "mundo das sensações", onde a identidade sexual ainda não estava articulada. Essas primeiras experiências eram sentidas, mas não compreendidas no contexto de uma orientação sexual específica. Foi na universidade que Val começou a desenvolver uma compreensão mais consciente e articulada de sua identidade lésbica. O ambiente universitário, com seu envolvimento com o movimento estudantil e debates sobre gênero, proporcionou o contexto necessário para que ela começasse a relacionar-se com sua orientação sexual de maneira mais clara. O contato com discussões teóricas e práticas sobre gênero ajudou Val a formular uma identidade lésbica mais coesa. O

"primeiro beijo" com uma mulher, ocorrido durante a universidade, representa um ponto crucial em sua jornada de descoberta. Este momento é descrito por Val como um "start" ou início mais sincronizado e elaborado de sua identidade lésbica, onde a vivência prática passou a alinhar-se com uma compreensão teórica e pessoal. Esse evento marcou a transição de uma compreensão vaga e sensorial para uma identidade mais claramente definida. A trajetória de Val ilustra como a identidade lésbica se desenvolve de forma gradual e multifacetada, começando com experiências sensoriais iniciais e evoluindo para uma consciência mais elaborada e articulada, facilitada por contextos acadêmicos e ativistas. A experiência de Val destaca a complexidade da descoberta da orientação sexual e a importância do ambiente e das experiências acumuladas na formação e expressão da identidade sexual.

Ela foi indicada por algumas entrevistadas como um nome de referência por ser uma das fundadoras do LAMCE. Acredito que a caminhada da Val, como ela mesmo fala, seu "discurso vem muito do social e político". Ela retoma:

A **identidade** para mim é muito bem resolvida enquanto mulher lésbica... é ... eu em alguns momentos eu já me relacionei com homens, mas nada que eu me classifique como bissexual, né? Talvez esporádico... um sexo... um beijo... enfim... eu não acho isso imprudência ou algo que macule ou ponha em xeque a minha identidade lésbica. Por que as vezes é isso 'a você ficou com homem é bissexual? Não'. Não sou bissexual. Essa questão de identidade é isso, não tenho problemas em me afirmar, inclusive... É isso, faz parte. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Retomamos aqui a categoria identidade, reiterada por Val ao passo que problematizada por ela e por outra entrevistada, Renata. Entendemos aqui lesbianidades como

algo contínuo, em que dentre suas facetas, o se relacionar com outra mulher é um de suas facetas. No entanto, quando essas duas professoras ao afirmarem a sexualidade como fluída, é dizer que desejos distintos podem coexistir e que uma paquera ou um sexo casual não as tornam menos lésbicas, por isso a ideia *queer* e não se enquadrar em um rótulo (como assim é colocado as vezes as identidades de gênero) apontam os problemas dos identitarismos e suas fixações essencialistas. Recordo a letra do Funk da solução da Tambores de Safo que pode ser uma resposta ou amplificador do tensionamento entre o afirmar-se e não afirmar: Lésbicas e Bissexuais querem visibilidade na letra desse funk reafirmando identidade pela visibilidade, reafirmar identidade. O que está em jogo quando não se afirma uma identidade coletiva existencial?

A partir do reconhecimento dessas identidades vem a luta, isso que te falei no início, é indissociável a identidade enquanto sujeito me reconhecer enquanto sujeito, na dimensão objetiva e subjetiva do que é o sujeito em sociedade e... a partir disso veio a dimensão da militância no campo. **Então, ainda quando eu era estudante de Serviço Social e morava em Fortaleza eu e outras companheiras de movimento sociais nos juntamos e inicialmente ali era uma junção ali, era uma identidade pessoal de amigas e tal... e aí a gente começou, não lembro direitos qual foi o prelúdio aí, qual foi o princípio, mas a gente começou a fazer discussões políticas** (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

É imperativo refletir sobre o conceito de identidade para evitar as armadilhas que surgem quando essa é abordada a partir de uma perspectiva naturalista e fetichizada. Tal perspectiva pode ser instrumentalizada por discursos hegemônicos para reforçar ideias equivocadas sobre as sexualidades, retratando-as como “modas”, “fases”, “passageiras”, ou

sugerindo que os indivíduos “não sabem o que querem”. Além disso, comentários lesbofóbicos e sexistas, como “nunca experimentou um bom homem” ou “falta de pênis”, buscam deslegitimar a experiência lésbica, minar a validade da produção de afeto e amizade entre mulheres, e negar a legitimidade dos relacionamentos amorosos e sexuais entre elas. Esses discursos machistas e lesbofóbicos constroem narrativas que visam aniquilar a existência lésbica e reificar o patriarcado, que coloca o homem e suas necessidades no centro da experiência sexual e afetiva. Esse sistema produz significados que legitimam o pênis como a única fonte possível de prazer para uma mulher e conferem poder ao homem cisheteronormativo. Além disso, perpetua a fantasia sexual de que duas mulheres não são capazes de se satisfazer plenamente, o que pode explicar a fetichização da presença masculina em cenários como o sexo a três. A perda dessa centralidade masculina desafia e inquieta a masculinidade hegemônica e frágil, que se vê ameaçada pela autonomia e validade das experiências lésbicas.

Rolnik (1997), ao criticar o conceito de identidade, por entender que ele produz capturas individualistas pautadas no atual modelo econômico vigente; traz à tona a ideia de modos de subjetivação como uma forma de fugir disso. A fixação em identidades seria uma das formas de capturas do poder hegemônico na produção de indivíduos idênticos, massificados e padronizados. No entanto, no outro polo, alguns grupos subalternizados fazem uso de identidades para legitimar suas lutas enquanto um grupo. Ela aponta que para as reivindicações identitárias das minorias sociais, dentre elas, a de gênero; a identidade enquanto união possibilita uma reivindicação, essa identidade é então uma linha de fuga das identidades locais e globais, já que pautam lutas justas diante das tramas sociais de invisibilização. No entanto, salienta que se deve ter cuidado para não cair no sentido conservador de resistência ao reivindicar os identitarismos.

Entender as movimentações e transformações de si, é compreender o processo de subjetivação como “devir”. Para Deleuze e Guattari (1995), a subjetividade deve ser compreendida não como uma identidade pré-determinada, fixa e imutável, mas como um fluxo contínuo de transformações e intensidades resultantes das linhas de subjetivação. A subjetividade é múltipla e plural, composta por fluxos que interagem com desejos e afetos que atravessam o sujeito, levando a novas formas de ser e de relacionar-se com o mundo. Além disso, a noção de subjetividade, associada à ideia de devir segundo os autores, reflete as tentativas (ou linhas de fuga) de escapar das capturas identitárias impostas pelo capitalismo. Isso está diretamente relacionado aos processos de territorialização e desterritorialização. A territorialização refere-se ao processo de estabilização e fixação de estruturas, identidades ou práticas dentro de um território ou contexto específico. Esse processo envolve a criação de sistemas, normas e identidades que se consolidam, tornando-se "territórios" sociais e culturais que delimitam e estruturam a experiência e a prática dentro desses limites. Por outro lado, a desterritorialização é o processo oposto, que envolve a quebra ou deslocamento dessas estruturas fixas e estabelecidas. Ela resulta na desintegração dos sistemas existentes, promovendo a dispersão e o fluxo, e criando novas possibilidades e formas de organização fora dos territórios ou normas previamente estabelecidas. Após a desterritorialização, ocorre a reterritorialização, um processo pelo qual novas estruturas, identidades ou práticas são estabelecidas, formando novos territórios, formas de organização e reconfigurando a sociedade (Pelbart, 2019).

[...] embora **o ser lésbica todo dia que a gente acorda, a gente afirma uma certa identidade**. A gente sai na rua com uma determinada roupa, com um determinado cabelo... é **uma afirmação todo dia**. As mulheres travestis e trans, é uma luta todo dia permanecerem vivas já que elas são as mais aplicadas na

violência. Então, o sujeito LGBT, o gay afeminado, é uma luta para viver todo dia. Como você sabe disso, o nosso país é um dos que mais assassina pessoas LGBTs... então, **o dormir, e acordar, para pessoas que estão mais expostas a essa violência, eu classifico como uma luta diária para manutenção das suas vidas.** Então, o ser, “eu sei”, “eu sou”, **a partir do momento que eu me coloco como ser nessa sociedade, já é um ser repleto de resistência** e luta no país que ainda mais nesses últimos três anos, com o projeto de Governo do Bolsonaro, nos coloca... acirra mais essa relação (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Além de Val, outras participantes também falam sobre esse processo que alinha subjetividade, afirmação de si, orgulho e militância: “Então, essa é a Edna, uma mulher que desbravou mesmo, uma pessoa que não baixar a cabeça, é uma mulher lésbica que não tem vergonha do que ela é, pelo contrário, tenho muito orgulho do que eu tenho me tornado a cada dia” (Edna, 05/10/2021). Cláudia também: “Se alguém me chama de sapatão, sou sapatão sim, é um elogio, sabe? [...] Nós só queremos ser felizes, vivenciar nossa sexualidade, viver fora da heteronormatividade (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Alice: “Saber que eu ajudei alguém a viver, não tem preço que pague, não tem. Então, a partir desse momento, eu decidi que jamais deixaria de fazer minha militância” (Alice, 23/10/2021, entrevista).

Reconhecer-se no outro, mesmo que “diferente”, é um tema comum que reflete o esforço para superar o apagamento sistemático das histórias e experiências de mulheres sapatonas. Alice destacou que afirmar-se publicamente não só valida sua própria existência, mas também contribui para a construção de uma identidade coletiva e um senso de resistência. Ao se afirmar, ela torna sua experiência individual parte de uma realidade coletiva. A afirmação da identidade lésbica é, portanto, um ato de desprivatização, que busca visibilizar a

experiência lésbica, lutar por direitos e existência, e disputar o espaço público e as políticas de subjetivação que envolvem gênero e sexualidade.

No meu caso, eu falar isso, hoje em dia, falar que eu sou uma mulher lésbica é demarcar também um espaço político, sabe? Saber que as pessoas vão pensar antes de dizer alguma bobagem, falar alguma piada, promover uma fala preconceituosa, homofóbica, né? Porque você também se posiciona. (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

A afirmação de uma identidade lésbica e a desprivatização da experiência de lesbianidade possuem significativos efeitos políticos e sociais. Quando indivíduos como Marcynha declaram abertamente sua identidade lésbica, estão, além de afirmar sua própria existência, demarcando um espaço político crucial. Essa declaração não apenas reflete uma escolha pessoal, mas também atua como um posicionamento público contra normas e preconceitos predominantes. A visibilidade da identidade lésbica contribui para a luta por existência e direitos, ao destacar e desafiar as estruturas sociais que frequentemente marginalizam e invisibilizam as experiências lésbicas. Ao se afirmar publicamente, uma pessoa lésbica força a sociedade a confrontar suas próprias atitudes e preconceitos. Essa visibilidade é um ato de resistência que combate a homofobia e a discriminação, tornando os espaços sociais menos hospitaleiros para piadas e comentários preconceituosos. Como Marcynha observa, sua declaração sobre ser uma mulher lésbica faz com que as pessoas pensem duas vezes antes de fazer comentários ou ações homofóbicas. Assim, a afirmação da identidade lésbica atua como uma forma de posicionamento político e social. Desprivatizar a experiência de lesbianidade significa também disputar o espaço público e as políticas de subjetivação. Ao tornar visível a sua identidade, a pessoa lésbica desafia a normatividade

dominante, que frequentemente promove uma visão binária e heteronormativa do gênero e da sexualidade. Essa visibilidade e afirmação são fundamentais para a construção de políticas que respeitem e reconheçam a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, o gênero e a sexualidade devem ser compreendidos como dispositivos de poder e normatividade. Eles moldam a maneira como as identidades são construídas e percebidas, e como as políticas públicas são formuladas. A visibilidade lésbica, portanto, atua como uma forma de questionar e reconfigurar esses dispositivos, oferecendo uma nova perspectiva sobre gênero e sexualidade que desafia a normatividade cisheteropatriarcal. Ao fazer isso, a identidade lésbica contribui para a construção de um espaço público mais inclusivo e equitativo, onde a diversidade sexual e de gênero é reconhecida e respeitada. Portanto, afirmar uma identidade lésbica é um ato de resistência política e social, que tem o poder de transformar o espaço público e questionar as normas vigentes. Essa afirmação não apenas promove o reconhecimento e a aceitação, mas também luta pela igualdade de direitos e pela desestigmatização das experiências lésbicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Quando as entrevistadas falam dos seus fluxos, se manifestam na experiência de sujeitos que lutam, elas são sujeitas ativos nesse processo e não sucumbem à forças dominantes ou as lógicas de poder e saber que destroem as alteridades. Tomando suas próprias existências como (r)existência. **“As militantes, embora, por ser lésbica, todo dia que a gente acorda, a gente afirma nossa identidade. A gente sai na rua, para determinada rua. Então, é uma afirmação todo dia** (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista). Esse devir sapatão é um processo dinâmico de tornar-se, de afirmar-se e reafirmar-se em uma identidade não fetichizada, é mais sobre a criação de novas formas de ser e de se relacionar com o mundo que não se limita ao âmbito pessoal, mas na busca da transformação da sociedade como um todo; por fim, a desterritorialização ocorre quando

categorias estigmatizadas são questionadas e redesenhadas pelas próprias pessoas que as vivenciam. E a reterritorialização é quando novos territórios existenciais são criados, ao surgir novas formas de organização e compreensão de si que reconfigura a própria sociedade (Pelbart, 2019). Sendo assim, ser sapatão é sobre um processo político. Afirmar-se lésbica enquanto uma identidade existencial, uma bandeira de luta, é por si só uma prática de insistir, existir e reexistir. Em suma, essas mulheres que se colocam nas trincheiras da autoafirmação, são aquelas que não saem do armário, mas o desconstrói. Quando falo desconstruir o armário, é sobre dismantelar as normas cisheterossexuais compulsórias que engessam formas outras de existir. É denunciar e destruir as necro–bio-tecnologias de gênero.

Val, ao refletir sobre sua jornada pessoal, destaca como sua identidade lésbica foi gradualmente consolidada ao longo do tempo, desde experiências vagas na infância até uma compreensão mais articulada na universidade. Esse percurso ilustra a fluidez e a complexidade das identidades sexuais, que não se encaixam facilmente em rótulos fixos. Val enfatiza que a identidade lésbica pode coexistir com desejos diversos, sem que isso comprometa a orientação sexual central, sublinhando a necessidade de uma visão mais inclusiva e dinâmica da identidade.

Interessante refletir sobre os termos “descoberta”, “assumir”, “reconhecer-se no outro” e da “representatividade”, pois eles remetem a uma ideia de que algo não era visto ou não existia até então e que ao enxergar, ver que existe e que não está sozinha, reconheci outras possibilidades. Embora a linguagem não fuja dos paradigmas da heterossexualidade compulsória, já que se parte da premissa de que são diferentes da heteronorma; aponto aqui os processos de subjetivação de experiências que apontam para a desconstrução da colonialidade de gênero e sua imposição binária nas sexualidades e identidades atreladas a elas. As falas sobre reconhecer-se neste outro também diferente foram comuns, isso me faz pensar sobre a tentativa de apagamento que é feito, de modo que impossibilita compartilhar histórias e

experiências de mulheres sapatonas. Recordo de Alice sua fala sobre o efeito das entrevistas que ela foi dando sobre sua luta e constituição como lésbica em diferentes meios de comunicação e como afirmar-se é também tornar coletivo uma existência.

Refletindo sobre a ideia de "se assumir", é evidente que as novas gerações não desejam adotar identidades fechadas, mas sim explorar e expressar suas experiências de forma mais fluida. Esse processo, muitas vezes descrito como "sair do armário" ou "se descobrir", é uma forma de enunciação e afirmação de identidade, especialmente no contexto da comunidade LGBTQIA+. Quando uma pessoa se assume, ela deixa de estar "dentro do armário" — um conceito definido por Sedgwick (2007) como um dispositivo que regula a vida desses indivíduos. O ato de sair do armário representa um momento crucial na vida pessoal, marcado pela vulnerabilidade e pela necessidade de sustentar essa nova identidade em um contexto de políticas de criminalização, patologização e demonização.

A confissão revela como a sexualidade tem sido historicamente regulada e controlada por mecanismos de poder. No período inquisitorial, a confissão era uma ferramenta para obter informações detalhadas sobre a vida dos indivíduos e controlar suas condutas. Esse controle se expandiu para instituições seculares e influenciou a formação de uma moralidade sexual normativa. A confissão, nesse contexto, servia para estabelecer uma moralidade sexual e contribuiu para a patologização da homossexualidade, classificada como desvio da norma sexual e, portanto, como uma desordem mental e comportamental (Foucault, 1998).

Na antiguidade, a confissão era uma técnica de autocontrole e orientava a busca por uma vida correta, sem necessariamente refletir a verdade interior do sujeito. Em contraste, no cristianismo, a confissão assumiu um caráter mais introspectivo, buscando uma verdade interiorizada e transformando o sujeito em um constante exame de consciência. Foucault (1998) observa que, na modernidade, a confissão se transforma em um processo de sujeição, em que o sujeito é moldado e subjetivado por meio da linguagem e da verdade que enuncia.

Foucault (1998) apresenta algumas articulações sobre o dispositivo da verdade a partir da sexualidade, em que falar a verdade do sexo é ao mesmo tempo falar de nós mesmos, pois somos subjetivados pelo sexo e falar deste nos constitui como pessoa. É nesse sentido que confissão na modernidade não diz mais sobre a salvação, mas ao processo de sujeição. Essa sujeição é retificada a todo momento quando o sujeito se engaja em dizer o que diz ser (Benevides, 2013). A confissão na modernidade compõe o processo de subjetivação do sujeito, pois somos subjetivados dessa forma, para sermos o que somos, somos assujeitados a confessar por meio da linguagem verbal ou não verbal.

A confissão, nesse contexto, relaciona-se com a forma como o sujeito é visto e qualificado pelos outros e por si mesmo. A identidade e a percepção de si são construídas através da interação social e da validação externa, evidenciando a interdependência entre o que se vê e o que se é. A frase ilustra a dinâmica entre ver e ser, ressaltando que a exteriorização da identidade muitas vezes precede o autoconhecimento genuíno. Nesse sentido, pensar no que somos é pensar que somos uma construção, somos constituídos por várias relações de poder e a partir de como nos relacionamos com elas, uma questão política (Corrêa, 2016). Isso ocorre por conta da confissão que vincula o sujeito sobre o que ele diz de si mesmo concomitante que qualifica ao outro em respeito do que foi anunciado de si mesmo (Corrêa, 2016). Ou seja, o sujeito antes mesmo de se autodeclarar/autoafirmar, é isto como algo, vemos o que somos e somos o que vêm da gente. O que está em jogo nessa frase, é um paradigma da verdade sobre si e do próprio autoconhecimento, há aí uma relação entre “ver” e “ser” que distingue aquilo que “vemos daquilo que “somos”. Esse autoconhecimento, tal como declara Larrosa (1994), seria uma exteriorização e objetivação da própria imagem na qual a pessoa não só se vê, ela é vista antes de se ver. Aqui os três jeitos feminino podem ser visto como a forma de comunicação que visibiliza, regida por uma moralidade, um reconhecimento social de características atribuídas ao sexo feminino, deve haver essa

exteriorização dessas características internas de forma linguística ou não para que uma espécie de enquadramento do sujeito ocorre e assim ele será visto pelo outro e por si.

Michel Foucault (1995) examina como os indivíduos se tornam sujeitos através de processos de objetivação e categorização na modernidade. Ele destaca que a subjetividade é moldada por regimes de produção de verdades e práticas divisoras, como a distinção entre normal e patológico. Foucault (1995), argumenta que compreender o poder requer análise das formas de resistência. Ele propõe que o poder não é apenas uma relação de coação, mas envolve possibilidades de resistência e deslocamento. “Para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (Foucault, 1995, p.234). A resistência surge em lutas transversais contra várias formas de dominação. Foucault também sugere que o objetivo atual pode ser mais sobre “recusar o que somos” do que “descobrir quem somos” (Foucault, 1995, p.239), focando na recusa das identidades impostas e na exploração de novas formas de subjetivação. Eles têm a capacidade de resistir, reinterpretar e negociar esses processos, o que pode levar a novas formas de subjetividade e resistência.

Butler (2017) dialogando com Foucault (1995), aborda a sujeição como um processo que envolve simultaneamente a subordinação ao poder e a constituição do sujeito. O poder não é apenas o que o indivíduo resiste, mas também o que o formou como sujeito. Esse processo de sujeição, sendo assim, abrange tanto a subordinação quanto a constituição do sujeito, assim, sujeição é o mecanismo pelo qual o poder molda e regula os sujeitos; não é apenas que o sujeito é subjugado pelo poder, mas também que o próprio poder participar da formação do sujeito como um ser social e subjetivo. Esse processo inclui a produção e a regulação de identidades, normas e comportamentos. Conforme Butler (2016), o "ato de reconhecer" só é possível quando existem condições e normas que possibilitam esse reconhecimento. Para questionar essas condições, Butler (2016) sugere que devemos

examiná-las como operações de poder que configuram um determinado enquadramento. Assim, o debate se move da esfera individual para as operações de poder que fazem com que alguns sujeitos sejam mais facilmente reconhecidos do que outros (Butler, 2015, 2016). Portanto, se a condição para ser reconhecido antecede o próprio reconhecimento, surge uma questão crucial para reflexão.

O corpo é central nesse processo, moldado e regulado pelas práticas de poder, ao ser disciplinado e regulado, é também o meio pelo qual o poder se exerce e reproduz. Quando esse corpo não performa o feminino, ele é rechaçado, invisibilizado e silenciado. Ao problematizar os mecanismos de sujeição, Butler (2017), no corpo há uma capacidade de resistência que vai além da subordinação, visível por exemplo, nas movimentações das entrevistadas que não sucumbem à cisheteronormatividade. O corpo é vibrante, ele pode resistir à normalização e à disciplina ao manifestar suas potências e intensidades que desafiam as normas estabelecidas. Essa resistência se dá também pela constatação de discursos normativos e reapropriação de categorias e termos usados para subordinar, mas também pode envolver a criação de novas narrativas e subversão dos discursos dominantes. A resistência é muitas vezes uma resposta ao próprio poder que a constitui, e não uma rejeição total desse poder. A resistência surge dentro das relações de poder e pode tanto desafiar quanto reproduzir essas relações, como na participação política. É um campo dinâmico onde a subordinação e a resistência coexistem e interagem de formas complexas.

É interessante pensar nessa lógica da “verdade”. O que reitera algo como verdadeiro? O discurso é um dispositivo que segue relações a priori estabelecidas por saberes e instituições, ou seja, um conjunto de enunciados que podem definir um conjunto de condições da existência (Foucault, 1997). Galvão (2014), pensando a partir dos apontamentos, foucaultianos, reitera que as instituições gerenciam modalidades dos exercícios de poder e produzem modos de ser e estar no mundo normativos e construídos por regimes de produção

de verdade, desde o nascimento até à morte. Para Foucault (2010, 2012), a verdade é uma ficção, não existe a verdade, mas a produção de um discurso de verdade (produção da verdade). Embora todo sujeito construa discursos sobre si, logo, verdades sobre si, há uma regulação social que dita se tal discurso é verdadeiro ou não.

O saber não é neutro e está intimamente ligada às relações de poder. O conhecimento, produtor de verdades inquebráveis, é produzido e legitimado por instituições e discursos que servem e ao mesmo tempo são ferramentas de poder. O regime político de cada época fica responsável por legitimar ou deslegitimar essas produções de verdade. Esses discursos, conjunto de enunciados e práticas que formam conhecimento, são moldados, estabelecem e mantêm intactas as relações de poder. Por isso, o que é considerado verdade ou conhecimento é sempre o resultado de uma luta entre diferentes sistemas de saber e interesses de poder. Instituições como escolas, hospitais, prisões e universidades desempenham papéis cruciais na produção e disseminação do saber. Elas não apenas geram conhecimento, mas também exercem controle e normatização sobre os sujeitos.

Dessa forma, quando esses discursos vão de encontro à manutenção das relações de poder, da dominação-exploração- subalternização, eles são legitimados. O poder para esse autor não é apenas repressivo, mas também produtivo, ele cria realidades e subjetividades. Esse poder se manifesta através do discurso que o define como normal, aceitável ou verdadeiro, que, por sua vez, fomenta a forma como as pessoas se entendem no mundo. Ainda pontua que há várias tecnologias ou mecanismos através dos quais o poder é exercido, tais como disciplina, vigilância e normalização. Tais tecnologias são incorporadas em práticas cotidianas que também afetam as pessoas, sendo assim tais “verdades” são transformadas em naturais e instauradas em leis que regulam as relações humanas.

Para Foucault (1969, 1975a), a maneira como o poder e saber são produzidos e distribuídos na sociedade moderna está intrinsecamente ligada à produção de subjetividade. A

subjetividade é a forma como os sujeitos se percebem e se entendem no mundo, ela é formada por intersecção de práticas de saber e poder, por isso o jogo de palavras saber-poder-Subjetivação. Um marco nessa teoria é a fundamentação da medicina social, a regulação do poder em seus exercícios biopolíticos na sociedade moderna e a produção do saber científico que impõem práticas divisoras e classificatórias; sendo tal fenômeno possível diante da emergência de uma nova ordem social, política e econômica na estruturação do sistema capitalista (Foucault, 2010, 2012). A normalização e identidade, aqui entendida como estática, é onde o poder atua a partir de normas estabelecidas por discursos médicos, legais e educacionais, mas ela só é efetiva por conta do autocontrole e vigilância, nos quais os comportamentos são moldados por meio de técnicas de vigilância e controle (Foucault, 1975).

Desse modo, os sujeitos se tornam objetos das relações de poder e saber. O discurso então dá sentido e reconhece ontologicamente como possível ou não der ser enquadrado como vida. Butler (2017), ao discutir sobre isso, reitera que o corpo está à mercê a uma ontologia social, que molda e forma socialmente que vidas podem ser entendidas como possíveis de serem vividas. Para ela toda vida é precária e em uma sociedade democrática e de bem-estar social, o Estado seria a instância maior que resguarda essa precariedade, no entanto, o que se observa é que o Estado tem elegido que vidas estão sendo resguardadas e quais estão sendo deixadas de lado. Dessa forma, as relações de poder-saber-Subjetivação tornam as vidas LGBTQIA+ a-bjetas por não estarem em conformidade com os marcos de reconhecimento cishetornormativos (Butler, 2017, 2018). Esse corpo abjeto é aquilo que é negado, o que não querem ver ou dar o *status* de existir - foi tecido teoricamente o fato de que gênero é um dado ontológico no capítulo 2. Ainda no diálogo com Butler (2017), os escapes das normas ontológicas, suspenso e espectral, perturba instâncias normativas de vida, em suas palavras na formulação do conceito de vida a-bjeta:

[...] cada instância normativa é acompanhada de perto por seu próprio fracasso, e com muita frequência esse fracasso assume a forma de uma figura. A figura não reivindica um estatuto ontológico determinado e, embora possa ser apreendida como ‘viva’, nem sempre é reconhecida como uma vida. Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. Situa-se fora do enquadramento fornecido pela norma, mas apenas como um duplo implacável cuja ontologia não pode ser assegurada, mas cujo estatuto de ser vivo está aberto à apreensão (Butler, 2017, p. 22)

Quando lésbicas pautam a luta por viverem suas verdades, elas próprias em seu sentido amplo e complexo, criam uma ordem discursiva que rompe com as normatividades hegemônicas que destituem sua existência. Rompem com a inexistência, para materializar diferentes processos e maneiras de vivenciarem suas lesbianidades. A afirmação de ser lésbica sustenta essa readequação ontológica que pessoas LGBTQIA+ pautam desde os primórdios de suas lutas: afirmação da existência. Sim, a lésbica existe, sua sexualidade é fora dos padrões normativos e isso não nega, mas tem sido produzido por essas mulheres formas de (r)existência. Retomando ao olhar foucaultiano, as práticas de si, são as formas como os próprios sujeitos se governam e moldam suas próprias subjetividades, afinal para ele, a produção de subjetividade é um processo ativo no qual o sujeito é ativo. Dessa maneira, pode-se escapar das amarras do poder por meio de práticas chamadas de estéticas da existência, nas quais os sujeitos podem criar formas mais autênticas e autônomas de suas subjetividades (Foucault, 1985).

Sobre a noção de resistência, parto dos apontamentos de Achinte (2013). ele descreve as práticas de reexistência como estratégias que as comunidades utilizam para reimaginar seu cotidiano e seu poder, desafiando a realidade ditada pelo projeto hegemônico. Esse projeto, que vai desde o período colonial até o presente, tem subjugado, silenciado e retratado negativamente essas comunidades. A reexistência busca questionar as normas estabelecidas, mergulhando nas culturas indígenas e afrodescendentes para descobrir novas formas de organização, produção, alimentação, rituais e expressões estéticas. O propósito é dignificar e reinventar a vida, fomentando sua contínua transformação. Por isso, existir é resistir e resistir é insistir, desse modo, nesta tese utilizarei a nomenclatura (r)existência tomando como significações para tais apontamentos.

Me descobri lésbica aos quinze anos de idade [...] Mas tipo, talvez eu tinha me apaixonado pela minha professora de inglês, Jéssica³⁷ mais cedo [risos]. Mas isso, é algo que talvez... Se meu percurso não fosse de ter me posicionado como uma pessoa lésbica, isso não passasse de uma admiração, né? Então, as histórias são narradas a partir daquilo que acontece no nosso presente, né? Então, tentando compreender como isso ficou absolutamente claro para mim, eu me descobri, ou eu tive a minha primeira relação lésbica de fato, aos quinze anos de idade, também, embora eu tenha tido, outras brincadeiras infantis ao longo da minha vida feminina e que era bastante evidente o componente sexual na brincadeira. Mas eu, só aos quinze anos de idade pude pensar que eu estava vivendo uma relação lésbica, porque foi uma relação que durou mais de dois anos [...] eu era muito nova, acho que eu tinha uns 8, 7 anos na escola e eu beijei essa menina, e eu tipo já tinha me tocado, 'nossa, acho que eu sou diferente', daí pra depois eu fui vivendo muito um processo de esconder. Hoje eu entendo que era muito esse

³⁷ Nome fictício.

processo da heterossexualidade compulsória, esse processo que você tem que viver o papel (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

O fato de reviverem ao narrarem, possibilitou um momento de reelaboração, de compreensão e até mesmo de perdão e amor-próprio, tornando a entrevista um momento de desconstrução e reconstrução. De compreender os “trejeitos” e rir ao tomar conhecimento de como foi dado início a “carreira”, comumente conhecida no “mundo gay” como sair do armário. De enxergar o fortalecimento da própria autoestima enquanto processo de primeiro entender, para depois se fortalecer. Tal fato também foi comentado por outras entrevistadas. Mais adiante ela fala que apesar do entendimento ter ocorrido com 15 anos, anteriormente ela já se compreendia como “diferente”, como Cláudia (05/10/2021, informação verbal) narrou: “se alguém me chamar de sapatão, sou sapatão sim, é um elogio sabe”. Essa “virada de chave”, ressignificada, mostra a potência e força que tem sido desbravar os padrões normativos impostos e tornarem-se sapatão.

Renata reflete sobre sua experiência de descoberta da identidade lésbica aos quinze anos, lembrando-se de sentimentos e experiências anteriores que indicavam sua orientação sexual. Ela menciona a "heterossexualidade compulsória", que molda e limita a percepção da própria identidade, forçando indivíduos a se conformarem aos papéis tradicionais e normativos. Essa experiência de esconder e negar a própria identidade é um exemplo da pressão social que impede a expressão genuína da sexualidade. Luanna compartilha sua vivência de infância, onde a necessidade de adequação aos padrões de gênero impostos pela sociedade resultou em conflitos internos e adaptações na sua performance de gênero. Ela destaca como a necessidade de se conformar às expectativas heteronormativas a levou a adotar comportamentos e aparências associadas ao masculino, na tentativa de se integrar e expressar seu afeto por meninas. Por sua vez, as entrevistas refletem um processo

de reconciliação e empoderamento através da narrativa e da ressignificação das experiências vividas. O ato de revisitar e recontar essas histórias permite uma reelaboração do entendimento pessoal e social da identidade lésbica, promovendo um momento de autoconhecimento e aceitação. Cláudia ilustra essa transformação ao reavaliar a palavra "sapatão" como um elogio e uma expressão de orgulho, evidenciando a força e a resistência na ruptura com padrões normativos.

Eu era uma criança que gostava das minhas amiguinhas. Então, tive meus amores platônicos e obviamente, enquanto uma criança que gostava de meninas, **por estar dentro de uma sociedade heterossexual, um regime heterossexual, eu achava que eu deveria ser homem para poder gostar das meninas. Acabava inclusive vestindo roupas mais masculinas, não usava brinco, colocava boné, pochete [risos], qualquer coisa que me remetesse à performance masculina para estar convivendo com as minhas amiguinhas.** Claro que com conflitos familiares, por que a minha mãe tinha ali a “filhinha” dela, a princesa, né? Então, essas foram questões assim... Se eu fosse falar assim os primeiros conflitos que eu vivenciei, **primeiro esse conflito de achar o que eu estava fazendo era pecado, já que eu gostava de meninas. E depois, o conflito que tem a ver com a minha performance também, uma vez que eu achava que para gostar de meninas tinha que ser menino. Então, isso foram pontos fortes dentro da minha infância** (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista).

Luanna, depois de vivenciar diferentes relações e estar casada, entende mais sobre si e como foi sendo desenhada em seu interior a sua orientação sexual. Ao relatar sobre sua infância, conta que achava que deveria ser um menino, já que as meninas ficavam com os

meninos, na pesquisa de Torres (2022) isso também foi relatado por suas entrevistadas. A ideia de que era necessário a inversão de gênero e de seus respectivos papéis sociais, já o padrão é a heterossexualidade, somente depois de compreender que o contraditório é o sistema e como ele funciona, é que entendem como na verdade não existe um erro em si.

Além disso, Luanna também relatou que durante um tempo não sabia diferenciar os afetos que sentia por suas “amigas”, mas, por conta de um ideal heterossexual, não relacionava tal sentimento à paixão. As falas destacam uma jornada de autodescoberta e resistência à heteronormatividade, evidenciando a complexidade e o impacto da construção da identidade lésbica desde a infância. O conceito de (r)existência é fundamental para entender essa trajetória, que envolve não apenas a aceitação pessoal, mas também a transformação contínua e a resistência frente às normas impostas. Portanto, essas narrativas não apenas documentam o percurso individual de descoberta e aceitação, mas também exemplificam a resistência e a contínua (r)existência frente às normas heteronormativas e de gênero. O processo de (r)existência descrito nas falas é uma forma de dignificar e reinventar a vida, promovendo uma contínua transformação e resistência às imposições normativas que buscam controlar e limitar a expressão da identidade lésbica.

Para ampliar ainda mais essa discussão em torno da ideia de identidade, Lila, ainda coloca em pauta uma outra questão: as sapatonas. Fala-se aqui de corte de cabelo (curto para homens e longo para mulher, logo sapatão tem cabelo curto), de roupas folgadas, uso de camisetas largas e bermudas ditas para homens (se a mulher usa é lida como sapatão); tendo do outro lado o uso de vestidos, roupas mais coladas e maquiagem (uma mulher performando a feminilidade lésbica). O que temos a partir disso é a colonialidade de gênero usando seus tentáculos mesmo dentro das dissidências de gênero, na tentativa de enquadrar e classificar entre o macho e fêmea. Lila com sua performatividade de gênero não só denuncia essa inconsistência do gênero, mas também a perpetuação colonial mesmo dentro dos movimentos

sociais (quando outros sujeitos dissidentes praticam lesbotransfobia com ela) e recaptura para os moldes normativos e cisheterohegemônicos.

É interessante o que Lila traz a partir de sua experiência em cumprimento de medida socioeducativa em sua adolescência, a qual foi primordial para se entender enquanto sujeito:

[...] esse período do Aldaci, ele não vai só me dar essa **firmeza na minha identidade** de roupa, mas também nesse quesito é, **emocional** né, porque eu vou conversar com as manas que também ficam com manas, que também se identificam com esse estilo mais masculinizado, sendo que algumas delas são homens trans. É muito massa a gente demarcar essa diferença, que **às vezes a galera acha que toda sapatão masculinizada é homem trans, mas não** [...] Esse período pra mim foi muito divisor de água, tanto que eu já tinha essa identidade como Lila e tipo a minha saída de lá né, que foi o rolê com o RAP, fortalecendo esse rolê com o RAP (Lila, 09/11/2021, transcrição de entrevista).

Quando entrevistei Lila fiquei ouvindo-a sem piscar, não queria perder nenhum “fio” da sua história que ela estava compartilhando. Eu automaticamente associei sua narrativa com algumas adolescentes que conheci durante as entrevistas do mestrado e quando atuei enquanto estagiária de psicologia, ambas experiências no Aldaci Barbosa. O Aldaci Barbosa Mota é uma unidade socioeducativa destinada às mulheres adolescentes e jovens que tenham cometido um ato infracional e foi submetida à uma medida de privação ou de restrição de liberdade. Dos pontos em comum, a possibilidade de ser livre (enquanto lésbica ou nesse processo de entender-se trans) em um espaço de privação de liberdade. Que lógica é essa que

fora de “instituições totais” (Goffman, 1987) tenham partes de si presas e que privadas de liberdade tenham possibilidade dessas partes serem livres?

Aldaci ele se torna esse local pra mim de afirmar essa minha construção e identidade sapatômica porque lá a gente não podia vestir as nossas roupas mesmo, a gente só podia vestir no domingo por exemplo, e dentro das roupas para escolher, as roupas de privadas de liberdade, eu tive liberdade assim, **dentro da privação de liberdade eu construí a liberdade das minhas roupas**, que aí eu fui escolher só as bermudas, só as camisas e isso foi dando mais firmeza, não só a minha identidade de vestimenta, mas em relação às afetividades que ali tá só as manas, então já tinha, até hoje no Aldaci Barbosa tem isso, que são os dormitórios que são estritamente para as meninas masculinizadas, sabe, então dentro do meu dormitório tinha só as mana sapatão, então também foi uma forma de eu construir diálogo, de ter conversa e sem medo porque a minha identidade ela foi construída assim, a partir da chacota, então eu tinha muito medo do que eu sentia (Lila, 09/11/2021, transcrição de entrevista).

Um outro ponto que Lila em sua narrativa traz é que ela como uma mulher sapatão, performando o que é lido como masculino, e por ser uma pessoa negra, ao andar na rua e ser violentada por ser enquadrada como homem negro e depois como mulher que quer ser homem (ao perceberam), ela fala sobre de lesbotransfobia que sofre. Mesmo ela não se entendendo enquanto uma pessoa trans, ela é perpassada por isso. Sofre a violência racial, por ser negra, e sofre lesbotransfobia por ser lida como homem negro, e de gênero imbricado ao racismo e sexualidade, por ser uma mulher negra que “nega” o feminino. Observo aqui a inseparabilidade dos marcadores de opressões que estruturam a justiça criminal brasileira

(Borges, 2018) e que também são identitários, performáticos (Butler, 2018). Esse parêntese aqui, trazendo a questão racial, mostra essa inseparabilidade de uma (no caso de Lila, mas não só ela) experiência atravessada pela raça, a qual está diretamente conectada ao ser sapatão e todo o processo de criminalização em torno da sapatagem.

Sobre essa discussão, Renata e Cláudia fazem problematizações:

Hoje eu creio mesmo que a gente faça escolhas, e performou até o ponto de que a performance grudou na nossa alma, e que a gente fica encontrando elementos de que não é possível e tal, acho que até do ponto de vista do corpo mesmo, do corpo parar de funcionar, né? Pra prestar atenção ou sentir desejo por um ou outro sexo. Em ambos os casos, tanto no heterossexual como no homossexual, se é que esses dois seres, esses dois bichos existam de fato, em ambos, os dois casos são muito frágeis (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Sobre a performatividade de gênero, ela está ligada aos signos e constructos sociais e culturais destinados ao masculino e feminino, nessa ótica binarista como já foi discutido. Performar o masculino, sendo uma mulher (aqui ser uma mulher está ligada à genitália como é imposto culturalmente), é negar os papéis impostos pela cisheteronorma/cisgeneridade, logo tecnologias de controle e represálias são destinadas a esses corpos para reenquadrá-los ou impossibilitar suas existências.

Cabe salientar que as lesbianidades são diversas e não podem estar reduzidas ao feminino e/ou masculino, é necessário fugir dessas amarras coloniais. Performar o gênero é um modo de se expressar no mundo, é subjetivo.

Um estudo recente utilizou do teste “Apercepção Temática” para comparar respostas de mulheres lésbicas e mulheres heterossexuais acerca da feminilidade, embora

tenham apresentado algumas distinções, os autores Inaba e Miguel (2021) constatem que não há uma feminilidade típica, sobretudo por compreender que o exercício performático da feminilidade, provém de vivências subjetivas, ou seja, do campo do singular de cada pessoa. Embora, culturalmente essas imposições ainda prevaleçam e fomentem violências.

Pra essa sociedade que tem uma visão muito estreita do que seja sexual, que tá muito ligada a pênis e vagina e pra nós mulheres lésbicas o sexo ele não é apenas pênis e vagina, penetração, vão ter vários outros órgãos que podem proporcionar prazer pra nós né. varia muito de casal, se o casal que usar algum brinquedo, mas assim, eu só perguntei assim, "você vai colocar pênis? e ele disse que não", mas eu fui tão egoísta em fazer essa pergunta, porque você que se constrói, não sou eu que tenho que determinar isso (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

As reflexões de Renata e Cláudia abrem espaço para uma discussão profunda sobre identidade de gênero, sexualidade e a crítica ao sistema cisheteronormativo que perpetua normas binárias e coloniais. Renata aponta sobre a essencialidade das categorias heterossexual e homossexual, sugerindo que ambas são construções frágeis e mutáveis, que por sua vez desafia a ideia de que a orientação sexual é uma característica fixa e inata. Para ela, nossa sexualidade pode ser moldada por experiências pessoais e performances sociais ao longo da vida. Isso ecoa os argumentos de Judith Butler (2015) sobre a performatividade de gênero, onde o gênero não é algo que se tem, mas sim algo que se faz repetidamente.

Enquanto Cláudia discuti a partir da visão limitada da sociedade sobre o que constitui sexo, especialmente no contexto das relações entre mulheres lésbicas. Ela enfatiza que o prazer sexual não se limita à penetração vaginal e que há uma diversidade de órgãos e práticas que podem proporcionar prazer. Ao questionar a expectativa de que sexo deva ser

definido pela presença ou ausência de pênis, Cláudia desafia a normatividade cisheteronormativa que marginaliza e exclui outras formas de experiências íntimas. Ambas as narrativas convergem em uma crítica ao sistema cisheteronormativo e suas amarras binárias e de base coloniais. Renata sugere que as categorias heterossexual e homossexual são construções sociais instáveis, influenciadas por performances individuais e sociais ao longo do tempo. Isso implica que nossa compreensão de sexualidade não deve ser vista como fixa, mas sim como fluida e mutável conforme vivemos e experienciamos diferentes aspectos da vida. Esse argumento está atualmente relacionado com o movimento queer.

Cláudia, por sua vez, desafia a visão convencional do sexo ao ampliar o escopo do que é considerado prazer sexual para mulheres lésbicas. Ela enfatiza a importância da autonomia e da negociação mútua dentro das relações íntimas, rejeitando a ideia de que a presença ou ausência de determinados órgãos genitais deva definir a experiência sexual.

O *queer* foi um redimensionamento, entendimento, reconfiguração do xingamento. O queer é aquele a-bjeto, aquele corpo escuso, aquele corpo deplorável. E aí o movimento *queer* nos Estados Unidos começou nas ruas, pelos movimentos, chega aqui no Brasil pelas academias. Já é uma distinção. O movimento queer não veio das mulheres periféricas. O que é o queer? Quem fala muito isso é a Larissa Pelúcia. E aqui no Brasil, o que a gente poderia dizer, equiparar aqui no Brasil, é quando o Jean Wyllys fala “eu sou viado mesmo”. É quando o Gil do Vigor diz “eu sou viado mesmo” (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Cabe ainda dizer que essa nova geração no tocante a dissidências de gênero e sexualidade, buscam não se definirem, talvez isso seja uma influência da chegada desse

movimento *queer* no Brasil que é associado ao não se rotular em uma identidade (Todxs, 2020). Em suma, ao integrar essas vozes dentro de um diálogo crítico, podemos desafiar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão dentro do sistema cisheteronormativo. Renata e Cláudia nos convidam a considerar a diversidade e a complexidade das experiências humanas além das fronteiras estreitas impostas pelas normas de gênero. Isso ressoa com as discussões de autores como Viviane Vergueiro e Carla Akotirene, que criticam a imposição de normas cisheteronormativas sobre corpos e identidades *queer*.

As narrativas de Marcynha e Lidia sobre fluidez de sexualidade e construção de identidade oferecem uma visão contemporânea e crítica sobre como indivíduos se percebem e se definem dentro de um contexto social mais amplo.

A sexualidade tá muito fluída também, entende? Por exemplo, hoje, você raramente encontra um jovem rotulado. Quando eu converso com os meus jovens, os meus alunos, adolescentes e tudo mais, eles não querem se rotular, "Eu sou gay", não, eu posso ser quem eu quero ser. Naquele momento, se eu quiser beijar um garoto, isso não me define somente gay, eu sou muito mais do que gay, eu posso ser gay e posso ser outras coisas. Então, eu acho que essa fluidez, hoje em dia, como essa juventude se coloca, esses adolescentes se colocam... tentar se entender, se conhecer... você não pode se conhecer somente numa perspectiva, eu acho que isso é muito nítido. (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Marcynha observa uma mudança significativa na forma como os jovens lidam com sua sexualidade, destacando a fluidez de gênero como uma característica dominante. Para ela, rotular-se rigidamente como "gay" ou qualquer outra identidade não é mais uma

prática comum entre os adolescentes. Em vez disso, os jovens buscam uma compreensão mais aberta e multifacetada de si mesmos, permitindo-lhes experimentar e explorar diferentes aspectos de sua sexualidade sem se limitar a categorizações fixas. Essa fluidez não apenas reflete uma busca por autoconhecimento mais holística, mas também desafia as normas sociais que historicamente tentaram restringir as identidades sexuais a rótulos estanques.

Por outro lado, Lidia aborda a questão da construção de identidade dentro de um contexto ocidental-colonial, onde ser é frequentemente percebido como algo estático e binário. Ela critica a rigidez dos rótulos como "bissexual" que, para ela, evocam uma binaridade que não reflete a complexidade de sua própria experiência afetiva e sexual. Optando por se identificar como "sapatão".

Nós não somos mais um grupo exclusivo de lésbicas e bissexuais, já que tiveram pessoas nesse processo que transacionaram e aí a gente considerou que não tinha sentido 'ai meu Deus do céu, agora é um homem trans e vai ter que sair do grupo', claro que não. Mesmo porque existem outras reflexões críticas inclusive sobre esses processos identitários. Como eles são muitas vezes uma forma de responder a sociedade de nós existimos, mas a identidade não precisa ser uma camisa de força. A diferença de pensar a identidade no Ocidente, é? Porque nessa construção ocidental-colonial ser é como se fosse uma coisa estática. Então a gente pensa também identidade como um estar, uma construção de por vir. E foi assim que eu também eu deixei de me chamar bissexual e comecei a me chamar de sapatão. **Ser sapatão para mim não significa que em algum momento eu não vou ter atração por um homem seja cis ou trans e não vou ficar, significa que eu construo a minha referência afetiva e sexual a partir da prioridade do afeto pelas mulheres** que no sistema patriarcal uma das coisa que mais nos quebra é

porquea gente não quer prioridade de afeto, nem de nós mesmas, assim. (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Para ela, ser sapatão implica em uma escolha consciente de se relacionar com as mulheres de uma maneira que vai além das expectativas heteronormativas, priorizando o respeito, a sinceridade e a integridade nas relações. A sapatonicidade é um ato político!

As mulheres são ensinadas a cuidar dos homens, a amar os homens. Então, nesse sentido, **a sapatonicidade ela é uma grande virada porque a gente 'não é vou priorizar amar as mulheres, eu priorizar me relacionar com as mulheres e eu vou me relacionar com as mulheres de uma outra forma que não é a da heterossexualidade**. Eu vou me relacionar com elas com respeito, com sinceridade, que é aquela coisa que dizem que a gente não consegue ter. Vou me relacionar com elas com inteireza. Não vou usar elas como um objeto de prazer porque tem um monte de vibrador no mercado se eu precisar disso. **Vou relacionar desde uma perspectiva sapatônica mesmo**. E quando eu pensava no termo bissexual e construção de identidade a partir da bissexualidade para mim é muito complexo porque o nome evoca a binaridade. E aí eu ficava 'nossa como eu vou me identificar a partir de uma coisa que o nome evoca a binaridade', e foi assim que fui me construindo como sapatão. (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Essa maneira heterossexual e monogâmica de se relacionar advém de um sistema político fundado na cisgeneridade, conceito fundamental para compreender as dinâmicas de poder e normatividade que permeiam a sociedade contemporânea. A cisgeneridade refere-se à

experiência de identidade de gênero em que o gênero atribuído ao nascimento coincide com a identidade de gênero vivenciada ao longo da vida. Este conceito é crucial para entender a normatividade de gênero imposta pelo sistema cisheteropatriarcal.

Importante destacar o que Lídia traz como perspectiva sapatônica, a qual reflete uma abordagem crítica da identidade e das relações afetivas e sexuais, desafiando as normas heteronormativas e patriarcais. Lidia critica a rigidez dos rótulos tradicionais, como "bissexual", que muitas vezes reforçam uma visão binária da sexualidade. Ao adotar a identidade de "sapatão", ela busca uma expressão mais fluida e autêntica de sua sexualidade, que não se limita a categorias fixas. Essa identidade é uma forma de resistência ao sistema heteronormativo que impõe normas rígidas sobre como os relacionamentos e as identidades sexuais devem se manifestar. Para Lidia, ser sapatão envolve priorizar relacionamentos com mulheres de uma maneira que desafia essas normas. Ela destaca que a sapatonice implica em relacionar-se com mulheres de maneira respeitosa, sincera e íntegra, em contraste com a objetificação que pode ocorrer em contextos heterossexuais. É um compromisso com a qualidade e a autenticidade nas relações afetivas, sem reduzir as parceiras a meros objetos de prazer. Além disso, a sapatonice é vista como um ato político e feminista, que se opõe às normas patriarcais e cisnormativas. Lidia vê essa identidade como uma forma de resistência e afirmação feminista, escolhendo priorizar o afeto pelas mulheres e construir relacionamentos baseados na integridade. Essa perspectiva também critica o sistema cisheteropatriarcal, que impõe uma visão normativa e estática sobre gênero e sexualidade. A identidade sapatônica de Lidia promove uma construção mais dinâmica e não subordinada às normas tradicionais, buscando uma vivência e expressão que superem as limitações impostas pela normatividade cisheteropatriarcal.

A análise das experiências de Marcynha e Lidia destaca a crescente fluidez na forma como a sexualidade é compreendida e expressa. Marcynha observa que muitos jovens

hoje exploram sua sexualidade de forma mais aberta, sem se prender a categorias fixas. Lidia critica a rigidez dos rótulos tradicionais e adota uma identidade que reflete uma expressão mais autêntica e fluida de sua sexualidade. Ambas as perspectivas desafiam o sistema cisheteropatriarcal e promovem uma visão mais flexível da identidade sexual.

Segundo Viviane Vergueiro (2016), a construção social da orientação sexual "normal" está intrinsecamente ligada à heterossexualidade, enquanto a identidade de gênero considerada natural corresponde à experiência interna e individual de gênero que está alinhada ao sexo atribuído ao nascimento (exemplo: nascer homem e se identificar como homem - cisgênero). Ela aponta, a cisgeneridade implica

[...] em uma possibilidade de refletir sobre a normalidade e os dispositivos de poder que produzem sua naturalização: uma análise sistêmica. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial que nos viabilize cartografias críticas acerca das violências institucionalizadas e não institucionalizadas contra as diversidades corporais e de identidades de gênero. (Vergueiro, 2016, p. 252-253).

Nesse contexto, a cisgeneridade representa precisamente esse referencial, abrangendo as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam conformes às ideias de corpos e identidades de gênero considerados "normais", não afetados por transtornos, e biológicos. Essa normalização da cisgeneridade dentro do sistema cisheteropatriarcal perpetuam hierarquias de poder e marginaliza identidades de gênero não conformes.

Acerca disso, recordo da pesquisa do Siva *et al.*, (2022), em que os autores cartografam as artimanhas, processos de lutas e (r)existências de coletivos juvenis de LGBTQIA+ em territórios periféricos em Fortaleza, assim como também o artigo que foi

derivado da minha dissertação em que mulheres lésbicas que não performam a feminilidade, são alvos de mais truculência policial e expostas à maior vulnerabilização nas tramas da violência urbana (Nunes *et al.*, 2022; Nunes, Sousa & Barros, 2023; Nunes *et al.*, 2024; Cavalcante *et al.*, 2025). Esses corpos dissidentes, que denunciam com suas próprias existências como a cisgeneridade é frágil e arbitrária, são cotidianamente alvos da necro-bio-tecnologias de gênero. Contudo, é observado que apesar das conquistas e até por conta delas, ocorre também o avanço reacionário tentando aplacar nossos avanços. E mais uma vez, essa reação não ocorre de qualquer forma a todos os corpos, as violações e violências ocorrem de acordo com as intersecções que atravessam esses sujeitos.

Marcynha problematiza o sofrimento das pessoas que não podem sair desse “armário” por diferentes motivos, por exemplo, não “se assume” por medo de represália e sofrer violência.

Agora **quem não é assumido, infelizmente tem que receber aquilo, recebe aquela dor e internaliza**, né? As pessoas que se colocam naquele momento, já fazem sim uma fala de defesa. Mas eu entendo que são momentos, as pessoas também têm seus momentos, têm seus contextos, não é simples, não é fácil você se assumir para os colegas, não é fácil se assumir para uma direção, uma empresa, porque sempre existem os medos, né? "Será que vão me aceitar? Será que vão podar alguma fala? Vão controlar alguma fala, vão controlar algum gesto, algum comportamento?", Né? Sempre existe esse "será". (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Sobre esse ponto, em um país em que o índice de violência de gênero, sobretudo assassinatos de pessoas LGBTQIA+, é elevado, reflete uma violência estrutural perpetuada

desde o período colonial até os dias atuais que reiteram o medo de irem contra as normativas de gênero e sexualidade.

Então tem todos esses folclores em cima de nós mulheres lésbicas que acabam sendo paradigmas sobre nós. E romper essa barreira, eu acho que é uma das nossas principais bandeiras de luta. E aí tem uma violência aí, já entrando nesse debate da violência, tem uma violência que é estrutural que é não reconhecimento das mulheres lésbicas. Primeiro porque em uma sociedade falocêntrica onde tudo é reduzido, as relações afetivas são reduzidas ao sexo, e ao sexo masculino, a gente é invisibilizada por não fazer parte dessa sociedade que se relaciona com o falo. Com o pênis, digamos assim. Então, eu acho que há uma violência estrutural nesse ponto. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

A persistência de certos paradigmas, dogmas e ideologias que define corpos feminizados e generalizados como desimportantes, ou como objetos e mercadorias, reforça o alvo em certas existências que remete a um projeto de sociedade. Ela faz uma leitura crítica acerca disso:

É isso que você falou, a intensidade da violência inclusive nos termos, corresponde a uma diversidade de condições sociais. Embora Larissa, eu quero me afirmar, que dependendo da intensidade, essas violências, por serem construídas estruturalmente, aí eu já falo enquanto pesquisadora em relação a isso, desde 1500/1600 os nossos corpos, eles tinham ali um atributo advindo da igreja no primeiro momento, da Santa Inquisição, da ciência e do Estado que classificava: a religião como um corpo pecador, a ciência como corpo doente e o

Estado como o corpo, corpo e vivência, o Estado como um corpo não civil, digamos assim. Isso não passou! Essa sanha da construção da identidade brasileira, essa nossa identidade ao longo dos últimos 400/500 anos, ela permanece de uma forma mais diluída, mas ainda é determinada por essas estruturas e a família. [...] Essa dimensão da violência que foi construída lá atrás, ela permanece hoje... e é difícil a gente brigar, lutar e romper porque é estrutura construída, é um discurso e não só discurso, mas um projeto de sociedade. Por isso que falo, a violência ela não é bullying. O paradigma sobre nós, de corpos doentes, de corpos não civis (incivilizados), corpos pescadores... não é algo exclusivo de pastor X, ou médico, jurista, é um projeto de sociedade. E nosso enfrentamento é construir um outro projeto de sociedade que dilua, que confronte tudo isso. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ do globo, as maiores vítimas são pessoas transexuais e os casos com maiores traços de crueldade são com travestis. No tocante aos números de assassinatos de mulheres lésbicas, diante das poucas publicações, as estatísticas existentes foram apresentadas na introdução. Embora haja subnotificação, os dados já estejam desatualizados, foi possível perceber que o assassinato à mulheres lésbicas é crescente. Um dado mais recente, infelizmente, em fevereiro de 2023, um casal de lésbicas foi assassinado dentro de casa em Aracati, região litorânea do Ceará. Ainda ocorre a investigação e pouco se sabe sobre o ocorrido (Cesário, 2023).

O Ceará é o Estado que dispara no quantitativo à violência LGBTQIA+, o sexismo junto ao machismo corrobora para que corpos feminizados e genderizados sejam alvos de políticas de matabilidades (Nunes & Barros, 2021, Nunes *et al.*, 2021; Nunes, Sousa & Barros, 2023; Nunes, Cavalcante, Barros & Lavor Filho, 2024; Nunes *et al.*, 2025). No

tocante às pessoas transexuais, também perpassada por esses dispositivos (feminino e gênero), seja ao recusar à masculinidade/feminilidade ou ao desvirtuar-se dos papéis sociais de gênero imposto; tivemos casos emblemáticos como o da Dandara dos Santos e Keron Ravach. Esses dados foram sintetizados em relatórios nacionais e estão compilados no artigo Nunes *et al.*, (2023). Nesse artigo em específico, foi possível identificar o quanto ainda é presente um forte discurso de ódio à pessoas LGBTQIA+, em especial contra pessoas trans.

Dados recentes destacam a gravidade da violência contra a população LGBT no Brasil. Segundo a Rede Trans Brasil³⁸, entre 2010 e 2017, foram assassinadas 868 travestis e transexuais. Em 2019, o Grupo Gay da Bahia relatou que uma pessoa LGBT foi assassinada a cada 26 horas no país, totalizando 329 mortes (Grupo Gay da Bahia, 2020). Essa cifra pode ser subestimada devido à subnotificação e à falta de reconhecimento dos crimes como motivados por homofobia, exacerbada por deficiências na formação dos agentes de segurança e a influência do machismo.

O Atlas da Violência, em colaboração com o Grupo Gay da Bahia e a ANTRA, revela que o Brasil é um dos países com maiores índices de homicídios de LGBTs, com um aumento significativo de 88% nos casos entre 2017 e 2018 (Cerqueira et al., 2020). O país registrou um total de 57.956 homicídios no último Atlas da Violência, resultando em uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes (Cerqueira et al., 2020). Esses dados indicam uma escassez de indicadores precisos sobre a violência LGBTfóbica e ressaltam a necessidade de uma análise crítica e interseccional para a formulação de políticas públicas mais eficazes (Cerqueira et al., 2020; Gomes Filho et al., 2021). A negligência do Estado na proteção e contabilização das vítimas reflete uma condição social e política que perpetua a desigualdade e a precarização das vidas LGBTs, demandando um olhar mais atento às questões

³⁸ Disponível no site

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisas/?txtq=&ordem=alfabetica&ies=-&ici=-&iv i=violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans>

interseccional de gênero, sexualidade, raça e classe (Butler, 2016; Lima, 2018; Quijano, 2005).

É necessário salientar que diante do avanço do neoconservadorismo e a ascensão de valores neopentecostais, têm exacerbado a violência homofóbica, lesbofóbica, bifóbica e transfóbica, especialmente a partir das eleições de 2018, que marcaram um crescimento das agressões contra LGBTs (Silva, Miranda, & Santos, 2020). A necropolítica e o fortalecimento da extrema direita têm contribuído para uma maior permissividade em relação às agressões e à desumanização de corpos não conformes (Lavor Filho et al., 2021).

Enquanto escrevo essa tese, em um grupo de WhatsApp recebi a notícia publicada também no Instagram do Jornal O Povo “Fortaleza é a segunda cidade com mais casamentos³⁹ homoafetivos do Brasil⁴⁰”. De imediato fico feliz, vejo a foto de Alice e Marcynha estampando. Lembro que assisti o casamento delas em live por ter sido um casamento coletivo providenciado pela Coordenadoria da Diversidade do Estado do Ceará. A notícia traz dados agradáveis, que desde que foi obrigado o reconhecimento e casamento civil em 2013, o número de pessoas LGBTQIA+ casando-se tem subido. É uma das conquistas dos movimentos LGBTQIA+, agora resguardadas/os/es em lei. No entanto, um minuto lendo os comentários e mais uma vez vejo o discurso de ódio e preconceito, em um ambiente que as pessoas se sentem mais confortáveis para preferirem tais falas por ser em uma rede social. Atualmente tem 847, aponto aqui dois comentários na íntegra em que a lesbofia atua mais aberta e violenta e outro de forma mais velada (com 100 curtidas): “homossexualismo é PECADO”

³⁹ Alice participou de um dos casamentos comunitários promovido pelo Governo do Estado. Edna também casou e tomou este “contrato” como estratégia de resguardar sua companheira caso venha acontecer algo com ela e sua família tente fazer algo contra a mesma.

⁴⁰ Recuperado de: <https://www.instagram.com/p/CsXbjYHyV8x/> Acesso em: 24/05/2023.

Nada contra isso, não me acrescenta ou diminui em nada, problema de cada um, agora uma cidade de evoluída por isso!!! É um pensamento no mínimo raso!!! Pq se uma cidade é foda em saúde, educação, tecnologia desemprego, isso sim seria evolução de uma cidade, estado país... (Comentário retirado da postagem do Instagram do Jornal o Povo)

Esses discursos se utilizam de direitos constitucionais como direito a exercer sua fé e liberdade de expressão de forma deturpada, como se tal legislação permitisse o exacerbamento de narrativas de ódio, facetas de uma necropolítica genderizada⁴¹ (Nunes *et al.*, 2023). São esses discursos que sustentam o preconceito, estigmas, a lesbofobia, lesbocídio e também o suicídio não só o de mulheres lésbicas, como também de outros sujeitos LGBTQIA+.

O índice de estupro não tem os dados de mulheres lésbicas e não é obrigado eles botarem, muita falta de informação não, como é? esqueci agora a palavra, [entrevistadora fala: subnotificação] mas é, que eles não colocam os dados, e mesmo eles não colocando, nós tivemos 14% de violências de estupro nacional era de mulheres lésbicas, imagina nesse processo de pandemia, que as mulheres estão dentro da casa, onde o pai, quando não tem mãe que é criada pelo pai, que mora com o primo e o primo que é o estuprador, se você pegar os dados de violência contra mulher, os agressores a maioria, a grande maioria são conhecidos (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

⁴¹ “[...] um exercício político que se expressa na capacidade de determinar não só quem pode viver, como também quem e como deve morrer, sobretudo a partir da exposição de tecnologias mortíferas que produzem zonas de morte” que se utilizam de discursos generizados (enquadramento das tecnologias de regulação de gênero) para acoplar populações-alvos (Nunes, *et al.*, 2023, p. 5).

Sobre isso, dialogo aqui com Jota Mombaça a partir da possibilidade de redistribuir essa violência. Mombaça (2021) propõe que a violência não é apenas um fenômeno direto e explícito, mas também está incorporada nas estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam desigualdades e marginalizações. Essas estruturas não apenas permitem, mas também legitimam e incentivam formas de violência contra corpos dissidentes, como pessoas LGBTQIA+. Ao aplicar a ideia de redistribuição da violência, podemos entender que a violência não é distribuída de maneira igualitária na sociedade. Em vez disso, ela é concentrada e exacerbada em certos grupos e indivíduos que são percebidos como desviantes das normas dominantes de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros aspectos identitários.

No contexto das mulheres lésbicas ou de modo geral com a população LGBTQIA+, a redistribuição da violência implica reconhecer como esses grupos são desproporcionalmente alvo de violência estrutural, como demonstrado pelos altos índices de violência LGBTQIA+ no Ceará. Isso ocorre não apenas por ações individuais de ódio, mas também devido às políticas de matabilidade que hierarquizam e excluem certas identidades. Portanto, ao confrontar e desconstruir essas estruturas, a redistribuição da violência propõe não apenas mitigar os efeitos da violência, mas também transformar as próprias bases sobre as quais ela é construída. Isso inclui desafiar normas cisheterossexistas, sexistas e racistas que sustentam a marginalização e a violência contra minorias sexuais e de gênero, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva onde todas as pessoas possam viver sem medo de discriminação ou violência baseada em sua identidade.

Neste tópico foi discutido acerca da interseção entre identidade lésbica, resistência social e as normas cisheteropatriarcais que moldam nossa compreensão de gênero e sexualidade. Algumas narrativas revelam a evolução da identidade lésbica como um processo fluido e multifacetado, desafiando as categorias rígidas e promovendo uma maior

autoaceitação e resistência contra normas opressivas. A afirmação pública da identidade lésbica surge como um ato significativo de resistência, desafiando normas sociais e forçando a sociedade a confrontar preconceitos e discriminação. Esse processo de "sair do armário" é uma prática de resistência que não apenas contribui para a visibilidade das pessoas lésbicas, mas também para a luta por igualdade e respeito. O ato de se afirmar publicamente desafia a naturalização da cisgeneridade e questiona os dispositivos de poder que perpetuam normas normativas.

A discussão sobre a confissão, elaborada sobretudo a partir de Foucault e complementada por Butler, revela como o processo de sujeição molda a identidade através da regulação e controle social. A confissão, historicamente foi/é usada para controlar a sexualidade, evolui para um meio de subjetivação, onde a identidade é formada pela interação entre saber e poder. Esse controle se manifesta em práticas normativas que definem o que é considerado normal, e a resistência pode ocorrer dentro dessas relações de poder, desafiando ou reafirmando as normas estabelecidas. Sobre isso, Viviane Vergueiro (2016) oferece uma crítica à cisgeneridade como um conceito que perpetua normas normativas e marginaliza identidades de gênero não conformes. Essa normalização da cisgeneridade contribui para hierarquias de poder e violência contra identidades divergentes.

Por fim, estudos recentes, como os de Silva et al. (2022), mostram que a violência e marginalização enfrentadas por pessoas LGBTQIA+, especialmente em territórios periféricos, são persistentes e intensificadas por discursos de ódio e necropolítica genderizada. Jota Mombaça (2021) argumenta que a violência não é distribuída igualmente, mas concentrada em grupos que desafiam normas dominantes. A redistribuição da violência, ao reconhecer e confrontar essas estruturas opressivas, é crucial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. A resistência e a re-existência - (r)existência - das comunidades LGBTQIA+ são fundamentais para a transformação das normas sociais e a construção de

novos espaços de dignidade e expressão. Portanto, a partir dos apontamentos a afirmação da identidade lésbica e a (r)esistência contra normas normativas são elementos centrais na luta por uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A evolução das identidades sexuais e o desafio às categorias fixas promovem uma maior compreensão da fluidez e diversidade das experiências humanas, subvertendo as estruturas opressivas e oferecendo novos caminhos para a auto aceitação e a igualdade.

5 “EU ME RECONHECI COMO NEGRA ANTES DE ME RECONHECER COMO SAPATÃO⁴²”: LESBIANIDADES E INTERSECÇÃO COM QUESTÕES RACIAIS

Neste capítulo, explora-se como a lesbianidade e o marcador racial se entrelaçam e moldam as vidas de quatro participantes da pesquisa: Luanna, Lídia, Lila e Snoh. Através das suas narrativas, analisamos como essas identidades interagem e como cada uma enfrenta e negocia essas intersecções em contextos variados, mas igualmente desafiadores. O objetivo é demonstrar que a experiência de ser lésbica não é universal ou abstrata. Em vez disso, ela está profundamente influenciada por fatores raciais, de classe e territoriais. Ao considerar essas experiências interseccionais, buscamos destacar a complexidade e a singularidade das vivências de cada uma, enfatizando a importância de uma abordagem que reconheça e valide essas múltiplas dimensões da identidade.

A análise dessas experiências revela que a lesbianidade não pode ser compreendida de maneira abstrata ou universal. Ao contrário, ela está profundamente entrelaçada com questões de raça, classe e território. A literatura e as vozes de lésbicas negras evidenciam que a identidade lésbica é imersa em contextos específicos e não pode ser dissociada das realidades raciais e socioeconômicas das mulheres que a vivenciam. A abordagem interseccional é fundamental para entender as singularidades das experiências de lesbianidade e para desafiar a normatividade e a hegemonia que muitas vezes tentam simplificar ou invisibilizar essas vivências complexas.

Snoh narrou sobre a dificuldade de nomear e mesmo compreender seus sentimentos e experiências desde a infância:

⁴² Fala proferida por Lídia.

Uma coisa que me atravessou muito profundamente, além da lesbianidade foi... **depois eu me reconhecer enquanto uma mulher lésbica e negra.** Então, esse foi um processo, foi um dos processos mais difíceis para mim. E isso tem a ver, obviamente, com o próprio racismo que eu tinha internalizado também, no sentido que eu tinha muito nítido que não queria estar nesse lugar de mulher negra. Eu sempre disse, 'ah, eu sou uma mulher não branca, mas negra...'. Então assim, desse processo foi muito importante também o meu diálogo com as mulheres negras e as mulheres negras me interpelando. As várias mulheres negras, lésbicas, não lésbicas, mulheres trans negras, enfim... pessoas do movimento negro... passaram a me interpelar muito. E eu não queria, meio que inconscientemente eu tinha aquela coisa 'ah eu já tenho um marcador no meu corpo, eu já sou lésbica'. Então eu tinha muito isso, trazer um outro marcador. Mas ele estava ali. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Importante salientar que Luanna durante a entrevista reiterou que algumas convicções sobre o passado e seus modos de subjetivação como uma mulher lésbica, negra e feminista foram compreendidas um tempo depois. Já adulta, revisitando sua própria história, refletiu que primeiro se entendeu enquanto lésbica (sobretudo a partir de sua inserção no LAMCE) e depois sobre se perceber como negra (após sua inserção nos Tambores de Safo). E que mesmo assim, ao relatar tais memórias eram momentos que ainda refletia sobre o desenho de sua trajetória. O fato de Luanna ser uma militante e também formada em direito, contribuiu para que a mesma tivesse uma leitura social e política acerca da sociedade e de como o racismo funda modos de se reconhecer no mundo a partir da branquidade. Ainda ressaltou que ter a compreensão de que tais marcadores não podem ser lidos de forma separada, já que atuam simultaneamente, foi mais doloroso.

Teve muitas situações que eu passei, né? Também na minha infância. Vinha na memória forte a sexualidade, a questão da lesbianidade, mas eu passei também a desbloquear e ver também as questões raciais que estavam impressas ali na minha vivência. Inclusive nas vivências de discriminação, relacionado ao meu cabelo, nariz. Então tudo isso eu passei e foi uma coisa que quis bloquear, acho que meu foco era ali a sexualidade. Então, isso foi um processo também muito forte para mim, **deu me reconhecer enquanto uma mulher lésbica negra e perceber que isso faz parte da minha trajetória** também, né? No judiciário, por exemplo, vivi situações em que a, essa questão racial estava ali escancarada. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

O entendimento tardio de Luanna sobre sua identidade negra, após ter inicialmente se compreendido como lésbica, ilustra a complexa interseção entre raça e sexualidade na formação de sua subjetividade. O fato de Luanna ter se identificado como negra posteriormente não apenas enriqueceu sua compreensão de sua própria identidade lésbica, mas também ampliou a percepção sobre as nuances e desafios enfrentados por ela. A experiência de lesbianidade de Luanna foi profundamente moldada pela intersecção de racismo e heteronormatividade, configurando uma vivência distinta em comparação com outras mulheres lésbicas que não compartilham da mesma identidade racial. A compreensão de que raça e sexualidade não são categorias isoladas, mas que operam simultaneamente e interagem de formas complexas, ajudou Luanna a integrar essas dimensões em sua narrativa pessoal e militante. Na sociedade colonial brasileira, marcada por uma herança histórica de opressão racial e sexual, a interseccionalidade revela como as experiências de discriminação são multifacetadas e interligadas. O racismo e a heteronormatividade se sobrepõem, criando

uma experiência única para as mulheres negras lésbicas. A análise interseccional permite reconhecer como a experiência de lesbianidade para Luanna não pode ser dissociada das experiências de discriminação racial, moldando uma vivência particular que reflete as complexas interações entre as diversas formas de opressão presentes na sociedade colonial brasileira. Assim, o reconhecimento da negritude e da lesbianidade como dimensões interligadas proporciona uma compreensão mais abrangente e crítica das experiências vividas por Luanna e outras pessoas na mesma posição.

A raça é uma importante categoria social, ela está presente na estruturação e relações brasileiras que produz diferenças, hierarquizações e subjugação de diferentes grupos marcados fenotipicamente. Fanon (2008) coloca a raça como uma ficção, usada historicamente para hierarquizar e classificar os sujeitos não brancos. Essa ideia é importante para entendermos como os processos raciais são inventados e passíveis de transformação ao longo da história, embora essas mudanças não sejam fáceis.

Eu me reconheci como negra antes de me reconhecer como sapatão. Eu sou de uma família interracial, então minhas duas irmãs, elas são brancas, e eu sou a preta do rolê. Então, isso teve que marcar fortes, isso construiu processos na minha infância/adolescência que fez muito, óbvio, a construção dessa identidade. Apesar de ser muito dolorido saber que, né, ser fazer, se construir como negra, trazem aí outras questões. Não tinha para onde correr porque tava colocado essa vivência, ela meio que foi colando e demarcando. Um outro momento da minha negritude, que eu percebi, foi quando eu fiquei careca. Porque eu tinha um cabelo cacheado e tal, mas **quando eu fiquei careca, parece que a minha estética negra gritou** (Lídia, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Enquanto para Lúdia essa processualidade foi mais interna e coletiva diante de sua própria vivência visceral e afirmação de sua negritude. As experiências de Luanna e Lúdia ilustram como a interseccionalidade entre raça e sexualidade atravessa de forma distinta, mas não menos complexa, identidades e vivências. Enquanto Luanna se reconheceu primeiro como lésbica e, posteriormente, como negra, Lúdia experienciou o processo inverso, identificando-se primeiramente com sua negritude antes de reconhecer sua sexualidade lésbica. Essas trajetórias revelam como a interseção entre negritude e lesbianidade se configura de maneira única para cada indivíduo, influenciando a construção e a vivência dessas identidades.

Para Luanna, o reconhecimento da negritude surgiu após a compreensão de sua identidade lésbica, um percurso que permitiu uma integração mais profunda entre as dimensões de raça e sexualidade. Sua experiência destaca como a identificação inicial com a lesbianidade facilitou um espaço para posteriormente explorar e compreender sua negritude, possibilitando uma análise mais crítica e abrangente das interações entre opressões. Ao se inserir em movimentos como o LAMCE e os Tambores de Safo, Luanna pode integrar essas dimensões de forma mais coesa, apesar da dor associada ao reconhecimento das múltiplas camadas de discriminação que enfrenta.

Em contraste, Lúdia se reconheceu como negra antes de se identificar como lésbica, um processo que delineou fortemente sua identidade e experiências desde a infância. Para Lúdia, a negritude não era apenas um aspecto da identidade, mas uma realidade vivencial constante e imposta, refletida em aspectos visuais e sociais como seu cabelo e sua cor de pele. A vivência da negritude precedeu e moldou sua percepção de sexualidade, com o reconhecimento de sua identidade lésbica emergindo dentro do contexto já solidificado de sua negritude. Essa vivência inicial como negra, conforme destacado por Leila González, contribui para uma compreensão da identidade racial como uma construção social e histórica,

que, ao interagir com a experiência de lesbianidade, revela uma profundidade particular de resistência e adaptação. Portanto, é destacado a importância de considerar a interseccionalidade como um princípio analítico fundamental para compreender a diversidade das vivências de pessoas negras e lésbicas.

Segunda a feminista negra Leila González (2020), não se nasce negro, já que a raça é uma ficção, mas torna-se negro ao entender-se como parte de um grupo identitário que vivencia experiências semelhantes diante o racismo à brasileira. É nesse sentido que a autora pensa negritude, embora a raça seja algo inventado para classificar e hierarquizar os sujeitos, ela tem sido tomada por movimentos antirracistas, enquanto uma identidade racial que luta contra o racismo (González & Hasenbalg, 1982). González (2020) defendia que a população negra deveria construir pensamentos sobre questões raciais no Brasil, sobretudo no tocante às mulheres negras, que por vezes eram ignoradas enquanto “objeto de estudo” nas teorias europeias.

É importante salientar que Leila González (1984) é precursora da articulação do gênero, classe e raça entendendo que no Brasil, o racismo atua em conjunto com a desigualdade de classe social e de gênero, ou seja, a imbricação do machismo, sexismo, raça e classe. Conforme aponta Schucman (2010), embora a noção de raça seja quem fabrica o racismo, a luta antirracista deve perpassar a categoria política de raça, entendendo ela enquanto uma categoria construída. Ou seja, tomando a raça para pensar enquanto uma linha de fuga ou ferramenta para dismantelar o sistema estrutural vigente. Sendo assim uma saída ou uma “arma” de luta contra esse sistema.

Faço aqui um parêntese teórico para poder ser entendido como funciona o racismo à brasileira, sobretudo ele imbricado ao sexismo atuando diretamente nos corpos de mulheres negras (González, 1984). A burguesia europeia, consolida sua subordinação imperialista buscando “cientificar” para justificar sua superioridade a partir da noção de raça e,

consequente, inferioridade e estratificação do outro (Góis, 2015). No século XIX algumas mudanças ocorrem no sistema econômico que impacta diretamente nas relações sociais e na escravização, paradoxalmente, ocorre um financiamento em pesquisas que visassem atestar diferenças entre os diversos povos a fim de justificar uma inferioridade inata surgindo assim escolas com ideologias racistas, das quais destacamos o darwinismo social por influenciar a ideologia eugenista e teóricos da degenerescência no Brasil tem o racismo como constitutivo de história e aplicação no país, sobretudo a partir de Nina Rodrigues.

Em suma, desde a década de trinta no Brasil, a raça estava associada a um fenótipo, remetendo à ideia de origem. A partir da teoria da eugenia, a raça foi perpetuada como um dado natural e biológico (eugenia positiva ou eugenia negativa⁴³) (Guimarães, 2003). Na análise quase que genealógica de Weber Lopes Góes (2015), a ciência eugênica proposta por Francis Galton e incorporada por Renato Kehl toma uma nova dimensão no Brasil, vindo a tornar-se um movimento forte e que até hoje mantém atualizado a subjugação da população negra, apoiada pelo racismo científico. Assim, a eugenia era uma ciência que tinha como finalidade o melhoramento genético humano, com base em ideias darwinistas, ao catalogar os sujeitos inferiores (pobres, doentes, negros etc.), Kehl acreditava que estava comprovando cientificamente a inferioridade e superioridade entre grupos.

Na perspectiva ainda de Góes (2015), o movimento eugenista encontra no Brasil um território propício já que o país não precisou construir leis segregacionistas como nos Estados Unidos, ao contrário, já se operacionalizava uma forte política de esterilização, a segregação racial geográfica, a racionalização proletária com a política de imigração e representação social de periculosidade por parte de determinados grupos. A proposta era que a

⁴³ Faz-se importante salientar que já fazia presente a inferiorização e políticas segregacionistas dos que foram denominados de degenerados. Essa seria uma percepção negativa da eugenia, por outro lado, havia uma eugenia “positiva”, em que não entendia a miscigenação como desequilíbrio ou uma forma de “sujar” a raça pura (branca), surgia a ideologia do branqueamento racial, o qual impulsionou a imigração de europeu para o Brasil baseada nas ideias eugênicas positivas (Góes, 2015).

pureza da raça branca iria prevalecer ao longo dos anos, impulsiona a relação inter-racial, ou seja, o processo de branqueamento a partir da miscigenação.

Nesse ínterim, o estudo da raça também foi pensado a partir dos estudos culturais. No clássico *Casa Grande e Senzala: a formação da identidade do homem brasileiro*, de Gilberto Freyre (2003), aborda a questão da raça enquanto pilar da formação de uma cultura brasileira. Em sua narrativa sobre uma ideia de modernização brasileira, a cultura europeia e logo, o homem branco, são o centro e as demais camadas sociais e “civilizações”, marginais. Apesar disso, com Freyre (2003), saímos da ideia de raça biológica, sobretudo a partir das teorias eugenistas, para o entendimento da raça enquanto construção cultural e social brasileira na qual a identidade nacional seria pensada a partir da miscigenação como um ponto de partida de uma democracia racial. No globo, depois das grandes guerras, nas quais a raça aparece atrelada a eugenia negativa, o Brasil passa a ser visto como um país em que há uma harmonia racial, sobretudo a partir dessa visão freyriana, em que organizações internacionais, como ONU e UNESCO, investem em pesquisas sobre relações raciais no Brasil. Na análise de Maio (1999), essas agências buscavam detalhes da experiência das relações raciais julgadas como bem-sucedidas, postulado por Artur Ramos, segundo o autor, como país ‘laboratório de civilização’. Podemos ver que atualmente a raça é um conceito carregado de ideologia e que, no campo semântico, é determinado pela estrutura global e das relações de poder que a governam (Munanga, 2004).

Outro olhar investigativo para questões raciais se deu pelos estudos das desigualdades, a qual raça é uma construção social. Para Hasenbalg (2005), raça é um marcador de desigualdade e não só, a desigualdade racial possibilita uma estratificação social, criação de mecanismos de controle, mas também de estruturação de classes, que por sua vez, retroalimenta as desigualdades sociais no país. Ou seja, a desigualdade social se estrutura na raça. Hasenbalg (2005), aponta que a raça posiciona as pessoas partindo não somente do

legado da escravidão, mas em seu recorte de classe também. Por exemplo, a mobilidade econômica de pessoas brancas cresce em poucas gerações e o mesmo não acontece com pessoas de famílias racializadas, nesse caso, não é o trabalho que permitiria essa mobilidade ou a transferência de riqueza herdada pela geração, mas o lugar de estratificação social ou simbólico da raça, pessoas não brancas, que impossibilita essa mobilidade. Florestan Fernandes (1978), aponta que a brancura centraliza esse capital simbólico, restando ao não brancos o não lugar, operando assim como um dispositivo da estratificação racial.

Posteriormente e diante das críticas e denúncias do movimento negro frente à essas violações e estratificação da dignidade humana; a ideia de democracia racial brasileira é vista como um mito, posto que a democracia racial é um mecanismo ideológico que produz uma falsa ideia de harmonia racial em que pessoas negras teriam o mesmo acesso e direitos que pessoas brancas. Para Hasenbalg (2005), a raça é uma arma ideológica produzida e sustentada por intelectuais da elite branca brasileira para manter intacta a estrutura de privilégio branco e, concomitante, a subordinação dos não brancos. Ao passo que evita uma construção identitária e mobilização política de pessoas negras, perpetua a ausência de conflito racial aberto no Brasil e até mesmo a invisibilidade da questão racial nas formulações das desigualdades geradas pela raça. Embora Kamel (apud Schucmann, 2010, p. 50), denuncie a democracia racial enquanto projeto político, “a tese produzida nesses estudos é que o mito da democracia racial produz, de fato, democracias e uma identidade nacional brasileira”. A sustentação da democracia racial encobre um processo de discriminação racial brasileira.

Para essa compreensão, além de entender a raça enquanto produção social historicamente construída com o intuito de demarcar diferenças e subordinação - desumanizados, coisificados, o Outro. É necessário entender que os marcadores da diferença estão presentes até hoje e marcam a diferença daquilo que é hegemônico, embora não

necessariamente estruturam desigualdades, gera outras estratificações sociais e mecanismos de controle (Hasenbalg, 2005).

Esse breve histórico contribui para entendermos a construção do racismo à brasileira e pensarmos o porquê, mesmo anos depois da abolição, pessoas negras têm mais chances de morrer do que uma não negra ou porque continuam sendo a parcela brasileira mais pobre e com menor probabilidade de ascensão social e econômica (mobilidade social). O racismo é uma construção ideológica sistematizada a partir de ideais e valores "civilizatórios" europeus ao entrarem em contato com diferentes culturas e diversidade humana no século XVI, esse racismo se consolida por meio de ideais científicos acerca do conceito de raça no século XIX e atualmente tem se atualizado (Schucman, 2010).

Mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (Schucman, 2010, p. 44)

O racismo no Brasil desenvolveu-se de forma específica, velado e sutil, embora nem sempre seja assim, encontra-se presente nas práticas sociais e nos discursos. Silvio Almeida (2019, p. 32) define racismo como “uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”. É importante ressaltar que a categoria de raça até hoje opera no imaginário social e produz discursos racista. Ainda é presente a noção de raça produzida pela ciência

moderna, a qual serve para “classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, que têm características fenotípicas comuns, sendo estas tidas como responsáveis pelas determinações das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas” (Schucman, 2010, p. 47-48), situando assim valores desiguais a partir de cada grupo social.

O racismo à brasileira, desse modo, atinge sujeitos que têm em sua aparência traços considerados de origem africana (ideia da raça enquanto origem), combinado com a cor de pele escura (fenótipo), aliada às representações e estereótipos raciais como perigoso (racismo científico) e a construção subjetiva e reconhecimento de diferença no quesito negativo, contribui para o não reconhecimento enquanto sujeito negro. Vale salientar, como será visto, que o racismo não é o único eixo de poder que estrutura a sociedade brasileira, como já salientado, a classe social, o gênero e a sexualidade, são produtores de opressões que podem atuar de forma inseparável a depender de como é e do que atravessa o sujeito. Por exemplo, mulheres lésbicas, notoriamente são perpassadas por generizações e sexualização, quando pensado em mulheres lésbicas negras, entende-se que a racialização e seus efeitos também perpassam essas mulheres produzido outras formas de sociabilidade.

Então, foi assim, um dos processos mais complicados para mim porque eu já estava em outra fase. Eu já era militante lésbica, a Luanna militante lésbica feminista, ponto. Ter essa consciência de que inclusive, por exemplo, eu não namorava mulheres negras antes. Eu nunca me questioneei sobre isso. Então porque é que o corpo de mulher negra, por que que eu não sentia atração? O que é que está acontecendo? E isso foi muito a partir dessas interpelações, né? E repensar também a minha lesbianidade, que eu acho que foi uma das maiores provocações também e me ver desse lugar foi uma questão muito forte. E foi uma questão que passo muito a abordar...e não só abordar, mas me fortalecer muito a

partir das Tambores de Safo. **Que a gente passa a abordar a partir das lesbianidades negras e me reconhecer nesse lugar de mulher lésbica e negra.**

Essa convivência, essa coisa intensa do debate político com as outras, foi ao longo da minha vida o que mais de fato fortaleceu mesmo eu pensar sobre o mundo, sobre mim, sobre as minhas identidades (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

O “ser lésbica” e o ser negra é um duplo constrangimento, ocasiona sofrimento ao saber que seu corpo é desumanizado por ambas as questões. Fanon (2008) fala sobre o processo de desumanização e animalização que as pessoas negras vivenciam. Alinhar essa perspectiva ao que González (1984), a imbricação do sexismo e racismo à brasileira, é tornar visível o quanto mulheres negras são ainda mais violadas e violentadas. Reconhecer sua negritude é entender que estórias foram contadas como verdades e que estruturas instrumentalizadas desde a colonização, fundamentam formas de ser e estar no mundo, classificando e coisificando-as. Snoh também percebeu algo do tipo que está alinhado diretamente com o racismo “[...] tem muito tempo que eu tenho cabelo curto, mas quando eu raspei, a ojeriza subiu extremamente mais, o jeito das pessoas olharem foi bem maior. Normalmente isso não me incomoda muito, eu fico tipo “foda-se”, por que eu já me aceito (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista).

Neusa Santos Souza (2021), em seu livro discute sobre os efeitos psíquicos do racismo na identidade de pessoas negras. Segundo ela, tornar-se negra é um processo por qual sujeitos negros, especialmente os nascidos pós-abolição, confrontam e internalizam complexas dinâmicas sociais e psicológicas por conta do racismo e da desigualdade racial. Isso está ligada à política de embranquecimento e a ideologia de que o branco é um sujeito superior e logo, o negro está em uma posição inferior a ele. Dessa forma, o

embranquecimento, um tentáculo do racismo à brasileira, envolve não apenas negar a própria identidade negra (ou não pensar sobre isso, já que o universal é ser branco, assim como o universal é ser hétero), mas também perpassa por adotar características associadas à branquitude na tentativa de se distanciar do teor negativo associado ao preto e tentar ascender socialmente, como só brancos o conseguem. O auto ódio é uma prática psíquica que o racismo fomenta para negar essa identidade negra, colaborando para pensamentos de conotação negativa e que diminui a autoestima dessas pessoas, com base em normas e valores impostos pela sociedade dominante.

O tornar-se negra é então a compreensão psíquica de afirmar a identidade negra, de reconhecer-se dentro da negritude, é uma reconciliação consigo mesmo. Envolve reconhecer e aceitar, incluindo abraçar a cultura, história e características associadas à negritude; superar o auto ódio e vergonha comumente internalizados por formas de dominação que criam subjetividades que sustentam o sistema racista, envolvendo a valorização de suas características negroides, e, por fim; fortalecimento da identidade, na qual envolve a celebração da herança africana e a construção de uma autoimagem positiva. Além disso, a autora traz à tona que se trata de um processo coletivo que implica empoderamento coletivo, criação de espaços seguros, educação e ativismo (Santos, 1983).

Reconhecer-se nesse lugar, não é fácil, pois remete também ao sair desses enquadramentos ontológicos coloniais e pautar a negritude enquanto força e de perpetuação de um espaço seguro, educativo e comunitário. Lila fala com alegria o fato de ter suas raízes reconhecidas por outra pessoa que entende como ser humano, características negras que ela tomou para si como ancestral.

Tem um processo de desconstruir mentalmente as mentiras que nós crescemos acreditando como verdades. São contadas muitas mentiras. Muitas estórias sobre a

negritude. E essas mentiras vão forjando no tempo a realidade e os indicadores sociais, né? Então se assume em um lugar de ódio coletivo. Há um ódio coletivo sobre a negritude, que é a produção do racismo, mas até a construção dessa ideia racial ela é uma ficção da branquitude, né? Do mesmo jeito essa divisão social a partir das nossas genitálias. É como se nossas potências, nossas possibilidades no mundo fossem determinadas por fatores biológicos que fogem completamente do nosso controle, do nosso poder social. E a partir disso é como se tivesse em um lugar predeterminado. Então para que o reconhecimento como negro, como lésbica, como mulher, ele gere um lugar potente e transformador, antes tem toda um processo de renunciar a muitas ideias que foram criadas quase como se fossem parte da gente e não fazem assim. (Lídia, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Sobre a imbricação da lesbinidade e da raça, Lídia monta uma análise de como essa intersecção compõe atravessamentos singulares e a construção de uma coletividade. hooks (2019b) discute a complexidade do pertencimento para mulheres negras em uma sociedade patriarcal, supremacista branca e colonial, e essa análise pode ser estendida às mulheres sapatonas. Para essas minorias, frequentemente excluídas e marginalizadas, encontrar um "lugar" pode ser impossível sem uma reconexão com a ancestralidade e o fortalecimento coletivo. hooks (2019a, 2019b) sugere que o retorno às raízes, ao meio ambiente e às estéticas de resistência, bem como a união com pares, facilita a identificação e promove o cuidado e a cura das feridas coloniais.

A composição disso com a **sapatonice**, ela é muito... tem uma das teóricas que eu mais curto, a Ochy Curiel, ela faz um debate que ele vai, não é na contramão, mas um aprofundamento dessa ideia da interseccionalidade. Ela fala da imbricação de

processos de opressão, né? **Ser negra é uma coisa, ser negra lésbica é outra. Não só por conta da intersecção, mas como essas duas coisas que parecem semelhantes, constroem uma outra coisa que é muito particular, né?** E a falta dessa questão de classe, ela vai rebater diretamente também nos acessos, no acesso à saúde, no acesso à educação, no acesso à segurança. Então, são questões muito específicas, né? E ao mesmo tempo que são específicas, são muito globais porque são coisas que rebatem diretamente na nossa dignidade (Lídia, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Ao trazer Ochy Curiel (2019), recordo que essa autora pensa a partir da noção de reflexividade no prisma decolonial da inseparabilidade da raça e classe ao fazer-se uma leitura social. Essa autora problematiza a inseparabilidade entre racismo, classicismo e sexismo entrelaçado ao sistema de dominação, exploração e colonialidade atual (capitalismo) para refletir o lugar marginalizado que certas existências ocupam. Leila González e Carlos Hasenbalg (1982), fazem uma excelente análise sobre as estruturas de dominação no Brasil que organizam o espaço físico brasileiro sobre quem ocupa este espaço e que tipo de trabalho essas pessoas podem exercer diante da baixa qualificação, de modo que é impossível não fazer a análise racial junto à classe social. Leila González (1984) e Sueli Carneiro (2011) são pioneiras ao pensar a inseparabilidade do gênero e da raça, sobretudo da forma como o racismo à brasileira atinge mulheres negras.

A imbricação das lesbianidades e da negritude são singulares para cada uma, marcada por vivências específicas, mas que se assemelham, sobretudo, na formação subjetiva de quebrar amarrar e ódios internalizados, de reconhecer-se/aceitar-se, amar-se e ter espaços seguros e comunitários. A negritude é essa fazer singular afrocentrado no Brasil, a partir da realidade aqui tecida, a partir do candomblé, capoeira e outras expressões da cultura negra.

É importante comentar que a literatura e as lésbicas negras em certa medida denunciam essa higienização que é feito com a categoria lésbica, sobretudo atrelado à racialização. Mulheres negras são lidas como sapatão mesmo quando não performam signos e três jeitos atrelados ao masculino. E como já dito, as questões raciais devem ser pautadas junto à de classe. Não à toa que integrantes das Tamabores de Safo pautam muito em suas falas e músicas sobre ser lésbica ou bissexual negra periférica, pois essa vivência é atravessada pela raça, classe e território. Lídia até canta uma estrofe da música “Sapatão de favela” que tenta, em certa medida, mostrar as singularidades e pluralidades nas lesbianidades periféricas:

Sou sapata de favela Negra, mãe e sou artista / Minha arte me compõe / Sou uma ruma de coisa / Que nem cabe nessa lista / E quando sou vista / E sou como caminhão / Ando de bonde na quebrada / E bagunça somos não (2x) /Somos mesmo é barricada / Alegria colorida colando racha com racha (Sapatão de favela, Tambores de Safo⁵⁰)

No caso de Lila, por seu corpo desestabilizar a cisnormatividade de uma outra maneira, a violência racial ocorre de uma outra forma. Esse recorte é sobre a narração de como ela sofreu diferentes violências quando se candidatou pelo Mandata Nossa Cara:

[...] há são três mulheres pretas e esse cara aqui e esse homem, teve algumas coisas nessa perspectiva, mas eu acredito que a dificuldade maior foi por se tratar da candidatura de mulheres negras porque a ideia de que as mulheres não fazem política, logo às mulheres pretas que não fazem mesmo (Lila, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Em outro momento ela fala sobre essa imbricação diante de sua abordagem policial, na qual foi primariamente lida como homem negro, depois como mulher negra que nega a feminilidade. É sobretudo como isso atinge sua existência de diferentes formas, o racismo velado e escrachado que vivencia.

Toda errado [os policiais], assim, por que eles achavam que eu era um homem, quando eu comecei a falar eles ficaram um pouco destreinados, tá ligado, como se eles tivessem muita certeza que eles iam dar um baco no meu corpo e naquele momento eles não poderiam mais, sei lá, e a violência acaba mudando, porque ao invés... é muito dolorido sabe mana, porque é tipo assim, né, eu primeiro sou abordada como um homem negro e possivelmente irei apanhar enquanto homem negro e quando eu falo né, quando eu demonstro em alguma atitude que não se trata de um homem negro cis e sim de uma mulher sapatão, a violência já vai vir de outra forma, porque vai deixar de ser um racismo e vai ser uma lesbotransfobia. As meninas brincam assim “Lila tu usa muito esse termo, tu se vê como? Sabe, você se vê como não binário? Tu se vê como trans?” Não, mas eu vejo que a minha violência é essa sabe? Assim também, eu digo, não, assim, mas é uma parada que eu tô buscando em mim, me entender, me reconhecer né, mas eu sei que a violência que eu sofro ela é racista-lesbo-transfóbica (Lila, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

É interessante que esse reconhecimento de si é apontado pela mesma como um processo doloroso e ao mesmo tempo libertador, que por vezes é interpelada por pessoas que dizem ter um pensamento à frente, mas que a tenta colocar em um lugar (não lugar) na

tentativa de reenquadrar a uma norma. Ou você é lésbica e minimamente ainda performa alguma feminilidade ou você é um homem trans, porque é necessário enquadrar Lila⁴⁴? São fatos que mexem com sua própria relação com seu corpo, que lhe dá uma sensação de insegurança e que por fugir dessas normas, as pessoas não vão se interessar por ela.

É, ainda demarca muito sabe, da minha sexualidade, com relação ao medo né, de se, a certeza de achar que não vai ficar ainda me ronda, uma insegurança, alguém paquera comigo ai eu já digo “Ixi, ta nada a ver mermão, nada a ver”, eu tenho algumas inseguranças, mas pra mim é muito feliz entender isso sabe, entender quando eu sinto que eu to ansiosa, entender quando eu sinto e paro pra observar melhor sabe, assim, “será que ela ta afim ou será que eu tô afim?” [...] Não é essa caminhada, essa caminhada não é uma caminhada que realmente existe um fim né, pelo contrário, nessa caminhada até porque eu tenho que fazer muitos exercícios também, de parar e me reconhecer e me conhecer, não é uma coisa tão fácil também, eu não vou mentir aqui e dizer que tá na terapia “tá tranquilo, tá favorável”, pelo contrário, **é essa batalha de desmistificar os olhares, os apontamentos, as certezas que as pessoas e a sociedade deram pra esse corpo e como retomar ele e a propriedade dele, desse corpo, desse sentimento, que é meu** (Lila, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Já falamos que ser lésbica não é algo homogêneo, a lesbianidade está em constante construção, que ora é também atravessada por marcadores de opressões que são tomados também como modos de identidade: racial, ser preta/negra; de classe, ser pobre/periférica; homossexual, ser lésbica/sapatão. Ao pensar a identidade enquanto coletiva,

⁴⁴ Abro um parêntese para dizer que perguntei a ela como preferia ser tratada e a mesma disse que no feminino, pois se reconhece como uma mulher lésbica. Não há uma tentativa de enquadrar Lila, mas de respeitar como ela se reconhece, afinal, sexualidade é um movimento e não estático.

observa-se que um grupo semelhante pode vivenciar violações e violências parecidas. Isso acontece com mulheres negras, periféricas e que não necessariamente performam integralmente a feminilidade.

[...] **eu cortei o cabelo bem baixinho**, acho que tu chegaste a ver né, agora ele tá mais maiorzinho já de novo, mas eu cortei bem raspado, raspei a cabeça, ficou bem no 1 e foi **quando ficou muito mais nítido, duas coisas, o racismo, fui bem mais perseguida nos cantos e a lesbofobia**. Eu estava caminhando, e um homem bateu em mim de propósito, não foi porque ele tava querendo, não foi sem querer não, ele bateu em mim e me chamou de sapatão e tal e ficou gritando, aí veio outro rapaz e ficou lá gritando me defendendo. E na hora, eu sou muito valente, quando eu passo por situações assim eu costumo revidar sabe, mas nesse dia eu tava tão assim, tão sei lá, acho que minha mãe rezou muito nesse dia, e os anjos seguraram minha cabeça. Eu só botei o fone e continuei andando, depois que o sangue esfriou que eu fui elaborar o que tinha acontecido, essa violência. (Snoh, 07/03/2021, transcrição de entrevista)

Algumas pesquisas já fazem uma relação interessante entre sapatão e marcadores de raça e classe, as autoras colocam o termo sapatão referente às vivências de negras periféricas que constroem outra forma que não a hegemônica de experimentar a feminilidade ou mesmo, acrescento, de performar atitudes e estética mais para os signos masculinos. Essa pesquisa é interessante pois aponto o marcador racial como precursor da distinção entre lésbica (branca) e sapatão (negra). As autoras salientam a intersecção de outros marcadores, sobretudo o racial junto à classe social, gênero, sexualidade e território periférico. Amplio um pouco esse debate a partir de uma cena de Lídia:

Eu me lembro de uma viagem que eu fiz e que o cara do outro lado da rua me viu e começou a gritar ‘África’. Então, essa imagem da negritude, ela ficou muito impressa no meu corpo depois que eu me tornei também uma mulher careca, né? (Lídia, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

O que quero refletir é que esses corpos negros não precisam estar na periferia para serem lidos como periféricos/marginalizados, não precisam ser pobres para serem deslegitimados, ou seja, a imbricação desses marcadores acompanha o corpo dessa mulher negra, mesmo que ela resida em um bairro nobre, como atualmente Lídia está. Ela é lida como periférica por historicamente pessoas negras serem marginalizadas e em condição de empobrecimento, desde quando “acabou” a escravidão e foram deixados à margem. O conceito de periferia se desdobra em dimensões sociais e existenciais. Ambas experimentam a periferia como uma resposta às normatizações centradas na branquitude, evidenciando como essas identidades interagem e se transformam mutuamente em um sistema que define o padrão de experiência dominante. (González & Hasenbalg, 1982; Rios & Matos, 2004).

Estou falando de como esse corpo encarna essa imbricação. É ele quem chega primeiro, antes que Lídia fale onde ela mora, é tida como pobre e de periferia, antes que Lila fale e diga que é uma mulher, é seu corpo associado ao estereótipo do homem negro perigoso que chega. Antes que Snoh e Luanna relatarem suas experiências acadêmicas e ativistas, suas inteligências são primeiramente nem pensadas e depois deslegitimadoras. Desde o nascimento, as pessoas negras nascem em uma sociedade racista e vão lidar com isso em suas trajetórias. As entrevistadas falam sobre o processo terapêutico para reconhecer-se, fortalecer-se e partir daí, afirmar-se como lésbicas negras. Fátima Lima (2018a), aponta que a raça é a espinha dorsal em diferentes situações de opressões e violências, inclusive na

comunidade LGBTQIA+, dizer que é uma espinha dorsal refere-se que a raça produz singularidades nos corpos e nos processos de subjetivação de mulheres negras e lésbicas. Em suas palavras:

É impossível enfrentar o debate dos modos de vidas das lésbicas negras sem enfrentar as questões raciais. As formas como as relações sociocracias foram construídas e são vivenciadas nos diferentes contextos brasileiros constituem o que tenho chamado de espinha dorsal, na qual a raça, enquanto uma ficção materializada nos corpos e processos de subjetivação, produz processos singulares, pigmento cráticos, interseccionalizados com território, origem, idade, escolaridade, entre outros, marcados pelo comum da exclusão. É necessário tomar o marcador raça como a espinha dorsal pela qual as práticas discursivas racistas perpassam os corpos- subjetividades, evidenciando o engendramento e sexualização da raça, bem como a racialização das performatividades de gênero e sexualidades (Lima, 2018a, p. 74).

As mulheres negras não foram entendidas como sujeitos feminino, historicamente, a categoria mulher centralizava em um sujeito universal (Davis, 2016). Mesmo com os avanços, sobretudo com o feminismo negro, ainda se observa raça como elemento classificatório e de hierarquização entre mulheres brancas e mulheres negras. No tocante às mulheres lésbicas, a raça comumente coloca essas mulheres, mas ainda mais à margem, essa espinha dorsal impossibilita que sejam lidas como lésbicas, sendo colocadas como sapatão no sentido de aproximação com o masculino e distanciamento do feminino. Veja que não se trata de uma resignificação, mas de um não lugar ou o lugar de a-bjetificação que essas sapatonas se encontram. A raça é quem estrutura essa relação assimétrica que enquadra os marcos de

reconhecimento de cada sujeito. Por exemplo, a raça nega o lugar de mulher desta, o que implica não adentrar nas estatísticas do lesbocídio já que não se há um recorte racial nas estatísticas apresentadas por instituições de segurança pública dos estados.

Conversando depois com Val sobre isso, ficamos problematizando sobre as atualizações do que chamarei de necro–bio-tecnologias de gênero⁴⁵. e de como a intersecções dos marcadores de opressões simultaneamente agem comprimindo as vivências destas, encaixotando duas demarcações que as vulnerabilizam ainda mais.

A outra coisa que queria comentar ainda, é sobre que você falou o lésbico vs sapatão. Esse é um debate interessantíssimo. Há um tempo, faz um tempo, faz uns cinco/seis anos, estava em sala de aula. Uma aluna minha negra, acho que era moradora da [oculto] [...] deve ficar a 20/30 km daqui do Plano Piloto, digamos é uma periferia. E ela dizendo, 'Val, é muito tranquilo colocar-se enquanto lésbica aqui dentro da sala de aula na UNB, aqui no Plano Piloto, em uma região tranquilo de Brasília, enfim.. ou muito tranquilo falar isso nos espaços acadêmicos, mas lá em Samambaia não dá'... oh, falar que é lésbica não, falar que é sapatão “é muito tranquilo chegar e me afirmar aqui, mas o sapatão lá em Samambaia é um xingamento”, “não dá para eu chegar lá e dizer eu sou sapatão”, porque o sapatão, eu faço essa analogia, embora essa analogia seja bem deficitária, com a teoria queer dos Estados Unidos. Quem fala disso aqui é Larissa Pelúcio. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

⁴⁵ Junto às ideias de biopolítica de Foucault, necropolítica de Mbembe e colonialidade de gênero de Lugones, compreendo que a regulação em torno das práticas sexuais é tecidas de forma imbricada. Apresento o necro na frente, por entender que no tocante às dissidências sexuais, as tecnologias de matabilidade são mais aviltantes do que a de gestão de formas de viver. Faço isso na intenção de visibilizar ainda mais o quanto o gênero é a força motriz da manutenção de como certas vidas devem viver e sobretudo quais e como devem morrer.

O debate entre "lésbica" e "sapatão" revela uma complexidade significativa. Val ilustra como o termo "sapatão" pode ser carregado de conotações negativas de forma mais aviltante em determinados contextos sócio-políticos-culturais, refletindo uma hierarquia de aceitação e visibilidade, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIA+. Ela tenta articular uma analogia com a teoria queer, mas reiterando que não é a palavra queer que traz essa forma ressignificativa ou resiliente, são os termos historicamente e igualmente tidos como pejorativos, tais como viado sapatão e travestir.

E até o próprio movimento, não sei se isso ainda é uma tônica, digamos assim, o "quem você é?" Se é gay, é trans, é isso, é aquilo, né? Preencher quem você é das letras. Porque é louco isso, as pessoas não querem mais a luta pelo nome social, né? A luta pra casar. Mas você vê hoje em dia quantos casamentos existem no meio LGBT, casamento mesmo, de ir lá no cartório e casar. A luta pelo nome social, todo mundo lutando, querendo nome social, a mudança, vai política vem política, briga com um, briga com outro. Aí chega a Pablo: [...] "Não, não quero mudar meu nome não, mas eu quero ser respeitada enquanto a Pabllo Vittar", né? E não muda o nome, entende? Essa fluidez, hoje, tá muito mais presente. E aí, o movimento social tem que dar conta disso. (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Sem adentrar nas discussões *queer*, as quais pouco tenho leitura, penso aqui com Fátima Lima (2018a, 2018b), posto que nos baseamos nos mesmos autores Foucault (1998), Mbembe, (2017) e Butler (2018, 2019); e por ela ainda ampliar esse debate para os processos de subjetivação de mulheres lésbicas negras e os efeitos da imbricação do racismo e lesbofobia. Ao problematizar que as necro-bio-tecnologias de gênero são formas de gestão de

vidas que mesmo não sendo elegíveis a uma possível vida, ganham uma certa passabilidade por não distorcerem em certo grau dos intitulados papéis de gênero; e já outras, a partir das necro-tecnologias, por serem “desvirtuadas em excesso”, suas vidas ganham contornos em gestão de formas de matá-las. No entanto, esses corpos são entendidos como a-bjetos, ou seja, corpos que não fazem sentido em nossa matriz colonial de gênero, então, há sempre uma tentativa, em última instância, de aniquilamento e/ou apagamentos de suas existências. Segundo Butler (2017) corpos a-bjetos são aqueles que não possuem uma existência legítima e qualificada como desimportante.

Observa-se diferenças tecidas na vivência de lésbicas negras e lésbicas brancas, Val por exemplo, fala sobre a abordagem policial ser diferente.

Eu acho que é muito diferenciado essa abordagem comigo e outras companheiras negras que vem da periferia [...] **embora eu venha da periferia, eu não venho da periferia onde eu precisei trabalhar e estudar, eu não precisei ser "abrigo" de família** (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista).

A branquitude é uma posição de poder possibilitada por um pacto não verbal de preservação de um grupo sob os outros. Essa branquitude posiciona um ideal hegemônico do ser humano, o qual naturaliza a violência em corpos não brancos e pactua narcisicamente posições de poder e privilégios entre a própria branquitude brasileira (Bento, 2002). Lia Schucman (2014), faz uma ótima análise sobre como a categoria de raça e racismo fazem parte da produção de subjetividade brasileira. O imaginário social de que a pessoa branca é moralmente correta, intelectualmente superior e esteticamente mais bela (padrão de beleza) é estruturante. Para ela, o racismo é produto e produtor do racismo, a qual entende como “qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação,

hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseados no conceito de raça” (Schucman, 2014, p. 85). Portanto, ser branco é um lugar de conforto, aonde as violências não chegarão da mesma forma que nos corpos negros. É importante salientar que embora o Estado não tenha legitimado o racismo, ele é presente em suas práticas sociais e discursos. A partir de Curiel (2002, 2019), observa-se que às sociedades latino-americanas que vivenciaram a escravização, se utilizam de discursos sobre democracia racial e mestiçagem como tecnologias de poder, formas atualizadas da operacionalidade do racismo colonial.

Algumas feministas lésbicas e negras como Audre Lorde (2019), já apontava para a imbricação do ser mulher e ser lésbica. Ao vermos como a raça está atrelada a formação da própria cultura brasileira e que historicamente houve diferentes formas de genocídios aos não brancos (González, 1984, Carone, 2002, Figueiredo, Grosfoguel, 2009, Carneiro, 2011); compreende-se melhor os impasses e negações internas que é reconhecer-se como esse sujeito negro.

A questão racial e o “tornar-se” negra, também foi apontado por Rebeca a partir de uma namorada e o quanto ela considera essa experiência como transformadora para ela, como mulher branca reconhecendo essa posição privilegiada diante de experiências outras de opressão que sua namorada na época vivenciava. Rebeca relatou que ela vivenciou essa experiência subjetiva que é ser alguém negra, na qual inicialmente ela é anunciada (lida) como tal e posteriormente reconhece como pertencente a raça negra, como foi para por Snoh e Lúdia, em suas próprias vivências desse reconhecimento.

Em relação a questão interracial, ela me ensinava muito em relação ao racismo, eu acho que de todas as formações teóricas dentro do PSOL, não se iguala ao que eu aprendi na prática com a vivência da Conceição⁴⁶, ela conta todo o processo de

⁴⁶ Nome fictício.

transformação dela, de se reconhecer como mulher negra que tem uma influência com amigas, mas também é uma transformação dela, cabelo, corpo, auto afirmação, enfim, muita coisa eu aprendo e as coisas do cotidiano, coisas pequenas mesmo de ter cuidado mesmo, “ó você cuidado com isso aí que não é bem assim, olha o que você fala, olha a palavra” (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

Snoh, no entanto, foi a namorada negra de uma menina branca e ela conta isso como um marco, pois foi nessa experiência que ela percebe o quanto é nítido a diferença de vivenciar a lesbianidade de uma mulher negra para uma mulher branca.

Se você é uma mulher lésbica, negra na sua família que é interracial, que tem pessoas brancas e é misturada, eu percebo que é um lugar que eles esperam da gente um lugar de cuidado e de disponibilidade muito maior. Isso eu tava discutindo muito com minha amiga, ela é mulher lésbica, mora na casa dela e tal, mas a família dela tem muito isso, ela fica até perguntando "Ah, as vezes eu me pergunto se eu fosse casada com uma mulher se isso ia mudar", uma amiga que é negra também e tava em um relacionamento interracial, o relacionamento dela acabou porque ela não conseguiu se desvencilhar da família, separa família e relação. Então eu acho que isso de uma forma muito forte isso nas mulheres racializadas LGBTQs. Inclusive fica até a reflexão sobre isso, é um papel que fica muito duplicado, isso eu percebo muito nas pessoas que eu conheço [...] São duas coisas né, porque junta com a questão de já ser uma mulher lésbica e junta com ser uma pessoa negra, esse senso, esse senso de recompensar, ter que

recompensar, ter que recompensar, ter que, você apreendeu bem direitinho, esse senso de recompensa (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista).

Um dos principais pontos é sobre a disponibilidade diante de uma certa “síndrome da escrava”, a qual, em conversa, compartilhamos esse sentimento de ter que estar disponível para pedidos familiares e um certo sentimento de ter que recompensar diante de algo que até então não tínhamos percebido o que era, ou mesmo achar que devemos ser subservientes aos outros, mesmo que não seja solicitado. Esse aspecto de inferioridade foi apontado por Fanon (2008) e Kilomba (2019) como estratégia racial de subalternização e desumanização de nossas vidas, na qual nosso valor por ser entendido como menor, precisa ser compensado de alguma forma. Foi conversando com Snoh que nos damos conta desse mecanismo intrapsíquico que é se entender como subalterna e, portanto, ter que estar apostos para o “cuidado”, sermos prestativas. É interessante compreender como os mecanismos psíquicos funcionam de tal forma que não nos sentimos encaixadas em nossas próprias vidas, esse sentimento de não pertencimento, cada vez mais afínco, criando um sentimento de inferiorização.

Desde então, tenho até praticado, embora muitas vezes falhando miseravelmente, romper essa lógica. No caso de Snoh, ela tem tomado as questões raciais como bandeira de luta, na qual ela inicia na própria clínica, no seu fazer de Psicologia.

Eu já tinha racializado minha clínica, começado a racializar meu olhar de tudo, das coisas, entro no Denegrída. Ai o trabalho do Denegrída com questões LGBT a gente tem muito mais um cuidado de sempre ter autoras e autores LGBT dentro do trabalho, então sempre na nossa bibliografia tem alguém que trabalhe gênero

raça e homossexualidade, o Lucas Veiga é alguém que a gente já trabalhou bastante (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista)

Uma prática de enfrentamento à lesbofobia e o racismo para Snoh foi racializar sua clínica. Ela enfatiza a inclusão de autoras e autores LGBTQIA+ na bibliografia do Denegrida, garantindo que as questões de gênero, raça e homossexualidade sejam abordadas com sensibilidade e conhecimento especializado. Esse cuidado demonstra um compromisso não apenas com a diversidade, mas também com a qualidade e a pertinência do atendimento às pessoas LGBTQIA+, especialmente aquelas que também são racializadas.

E ai é muito nesse sentido, **meu trabalho hoje no denegrida ta muito ligado a grupos de estudo, a gente faz grupo de estudo e pra gente é muito importante que tenham sempre pessoa que não sejam heteros e porque na verdade nenhumade nós é hetero, tem uma mulher bi, um homem bi e eu lésbica.** O que ocorre bastante de ter pessoas que são lésbicas, que chegam pedindo um acolhimento, falam sobre essa questão de "ah, eu estou me sentindo fragilizada, você tem alguém pra me indicar?" Se a gente fizer essa ponte, isso ocorre bastante para unir profissionais, inclusive pessoas que atendem de graça, assim "olha você tem como fazer um acolhimento a essa pessoa aqui, porque ela tá se assumindo (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista)

Snoh pensa uma abordagem clínica que reconhece e integra as interseccionalidades. Isso significa considerar como a identidade racial e a orientação sexual interagem para moldar as experiências individuais e as necessidades terapêuticas dos pacientes. A presença de profissionais não heterossexuais no Denegrida não apenas oferece

um ambiente de acolhimento para indivíduos LGBTQIA+, mas também destaca a importância de uma rede de apoio e referência que entende profundamente as complexidades dessas vivências.

A importância de racializar a clínica está em reconhecer que as práticas tradicionais da Psicologia foram desenvolvidas com um modelo de sujeito universal branco, cisheteronormativo. Ignorar essa questão pode resultar na reprodução de preconceitos, discriminação e atendimento inadequado. Racializar a clínica implica descolonizar a prática, desafiando modelos normativos e capacitando os profissionais a reconhecer suas próprias posições de privilégio e suas consequências para os pacientes. Isso não se resume a uma inclusão superficial da diversidade, mas exige uma transformação fundamental na prática clínica para torná-la mais justa, inclusiva e eficaz. A racialização envolve a revisão da formação dos profissionais e a reestruturação dos espaços de atendimento, assegurando que todos os pacientes se sintam validados, compreendidos e apoiados em suas jornadas terapêuticas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou raça. No Brasil, observa-se um desenvolvimento, ainda que limitado, na integração do racismo nas discussões sobre saúde mental e psicologia no Brasil. Isso inclui a tentativa de criar uma "clínica implicada" que se engaje com questões raciais e busque formas de promover uma saúde mental antirracista como coloca Snoh.

Especificamente sobre a Psicologia, é necessário fortalecer nossa identidade profissional com base nos princípios éticos de atuação profissional, em especial na formação, regulamentação/orientação e fiscalização do exercício profissional a fim de refutar práticas não condizentes com a Psicologia brasileira, que compreenda as intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe; é necessário entender que as vivências lésbicas e o enfrentamento à lesbofobia não deve ocorrer sem aliança dessas lutas anti racistas, anti capitalistas, anti proibicionista, antimanicomial, anticolonialista e todas as demais formas imbricadas de

opressões que atinge, desigualmente, às diferentes experimentações de sujeitos não normativos, em especial lésbicas

Observou-se no que se refere às questões raciais, merece um destaque posto que reconhecer-se enquanto lésbica e negra, são processos de subjetivação dolorosos diante do duplo constrangimento e do não lugar que ocupam e violência experienciada perante o racismo à brasileira aliado à lesbofobia, logo também causam processos de adoecimento mais singulares, e; ainda no que se refere às questões raciais, as entrevistadas, embora não todas, apontaram para a importância de tensionar o lugar da branquitude nesse debate, sobretudo na tentativa de produzir um feminismo lésbico antirracista.

Faustino (2019) aponta que o diálogo interdisciplinar é necessário, desde que sejam embasados em pesquisas rigorosas e com compromisso ético-político. Além disso, o debate da subjetividade não deve deslocar-se do debate em que o ser humano é (não)produzido como (não)humano. Veiga (2019) ressalta ainda que a subjetividade das pessoas, especialmente negras, continua marcada por estigmas e restrições impostas pelo passado escravocrata. No que tange ao racismo e o impacto para a subjetividade, o duplo narcisismo apontado por Fanon (2008), compreende que o colonialismo cria uma imagem fixa e distorcida dos negros e brancos, afetando a percepção de si em ambos os grupos. Nesse sentido, brancos se veem como sujeitos intocáveis e superiores e negros se vejam apenas por atributos estereotipados.

O sofrimento psíquico não deve ser compreendido isoladamente do contexto social e histórico do sujeito. Essa é a perspectiva sociogênese de Fanon, a influência das condições sociais e históricas no desenvolvimento do sujeito. Sobre isso, Veiga (2019), psicólogo citado por Snoh, coloca que o sofrimento não é individual, mas aponta que o sofrimento psíquico tem sua dimensão política, afirma que o fato de a Psicologia ser dominada historicamente por perspectivas brancas e europeias, precisa ser descolonizada.

Dessa forma, a descolonizar a Psicologia é descolonizar o Inconsciente (ele parte de uma linha psicanalítica, assim como Fanon), deve, portanto, incluir a realização das noções de saúde mental e sofrimento psíquico, adaptando-a a experiência de pessoas não brancas. Ele ainda coloca que é necessário que profissionais da Psicologia brancos reconheçam suas limitações e o impacto de sua própria branquitude na prática terapêutica.

Deivison Faustino (2019), aponta que o racismo vai além da simples inferiorização e estigmatização de pessoas não brancas; é uma forma de estranhamento que impede o reconhecimento das pessoas negras como seres humanos plenos, tanto em sua singularidade quanto em sua dimensão universal. Segundo ele, Fanon contribuiu para entender que o racismo e o colonialismo são essenciais para a compreensão do capitalismo global e que eles causam uma distribuição desigual de bens, representação, afeto e até mesmo da morte. O racismo nega a reciprocidade necessária para o reconhecimento humano, tornando a dor e a morte dos negros menos suscetíveis à empatia e indignação. Essa falta de solidariedade pode refletir na formação das profissões de saúde mental, onde a ausência de conhecimento sobre o racismo e a cultura negra pode resultar em uma prática clínica insensível. O desafio político é reconhecer o racismo como uma forma de violência sistêmica que afeta profundamente o sofrimento psíquico e garantir que os dispositivos de cuidado não reproduzam a lógica colonial de negação e violência.

Ainda na perspectiva desse autor, a sociedade brasileira continua reforçando ideais patriarcais de feminilidade, masculinidade e de família. Aliado a isso, a ausência de uma ruptura radical com o legado escravocrata e militar resulta em permanências de traumas e injustiças históricas. Faustino (2019) ainda sinaliza que o sentimento de desorganização psíquica e insegurança é uma repetição de traumas históricos que remontam os genocídios de minorias sociais. Sobre isso, Jota Mombaça (2021), problematiza sobre a luta pessoal e coletiva contra um sistema de opressão que gera sofrimentos, invisibilidade, silenciamento e

desamparo das pessoas negras; dessa forma a autora afirma que o mundo é seu trauma, já que é este mundo colonial traz uma sensação de ser inescapável a dor da exclusão, que desumaniza e descarta corpos negros. Como aponta Faustino (2019), o racismo impede o reconhecimento das pessoas negras como seres humanos plenos, tanto em sua singularidade quanto em uma dimensão universal.

É preciso dizer que tive uma certa dificuldade de chegar até as mulheres lésbicas negras, tanto que das 13, quatro se autointitulam como pretas. Lembro da fala de Mitchell sobre a importância de visibilizar o racismo e que ela, enquanto uma mulher branca, recebia um privilégio social que limitava sua localização vivencial, em suas palavras: “tu faz esse recorte porque é importante, a gente sabe que a mulher preta, negra, lésbica, ela também tá aí muito mais, e os assassinatos que a gente vê de mulheres lésbicas é bem mais, a maioria são mulheres negras” (Mitchell, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Rebeca também entende que as questões raciais devem ser pautadas, reconhecendo seu papel enquanto branca, integrante de um partido de esquerda, para ela a militância deve ser antirracista.

Não dá pra secundarizar essas pautas e essas lutas. Elas não são mais, elas já foram por muito tempo secundarizadas, inclusive gente do PSOL e da esquerda dizem que as questões de classe são maiores que as questões de raça, sexualidade e gênero e não são. Elas são juntas e elas são inescapáveis. A gente tá sempre associando, tanto no cotidiano, tanto no trabalho de educação, quanto na militância, dentro do PSOL, dentro da organização que eu faço parte, do setorial da educação e da política em geral (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

O que Rebeca aponta é de extrema importância, pois tomar a classe, por exemplo, como categoria central pode ser um padrão racial presente em muitos movimentos sociais, sobretudo a partir do racismo institucional (Figueiredo & Grosfoguel, 2009; López, 2012;

Moraes, 2014). Ou seja, ocorre a manutenção dos privilégios brancos a partir do pacto da branquitude (Bento, 2002). Schucman (2010, 2014), salienta que é comum a branquitude achar que o racismo é um problema dos negros, já que estas não refletem sobre a própria estruturação da branquitude é o lugar de vantagem, colocado pela sociedade em um papel de superioridade. Importante destacar que não existe uma opressão mais importante do que a outra, embora cada movimento social se centralize em uma opressão diante das demais, especialmente por conta das aproximações identitárias. Por exemplo, movimentos feministas tendem a partir do gênero para análise das demais opressões, movimentos de esquerda em geral da classe, étnico-raciais da raça e LGBTQIA+, da sexualidade.

Ao centralizar somente em uma pauta, se corre o risco também de fazer uma inclusão perversa dessas minorias sociais, em que não se há uma mudança das relações de poder, não se muda as matrizes de dominação, exploração e subalternização. O que se tem observado é a crescente articulação de tais movimentos às ideias interseccionais (Nogueira, 2018; Akotirene, 2019) na tentativa de compreender o modo inseparável que tais categorias são estruturantes das opressões. Porém, mais uma vez, é necessário refletir com cautela, colocar em pauta essas imbricações de opressões e a forma como atuam, não direciona de fato uma política inclusiva. Explico melhor, a partir de dois exemplos. Tem sido comum pautar a representatividade dessas minorias ao “incluir ela em um suposto lugar de posição de poder”, mas incluir uma pessoa que representa um grupo em um ambiente, não faz das pautas desse grupo de fato estarem sendo levadas em consideração. Outro exemplo, é que ao olhar para história observamos homens tentaram roubar o protagonismo de mulheres no tocante ao movimento feminista, o mesmo entre o movimento feminista branco e negro, ou seja, apontam pautas sem mudar quem comanda essas pautas.

Esse giro também é apresentado por teorias críticas ao colonialismo/colonialidade, sobretudo a partir do feminismo decolonial (Lugones, 2014). Espinosa-Miñoso (2022) e

Lugones (2012), ao criticarem os universalismos dos feminismos brancos no tocante às questões que afetam as mulheres. Nas palavras de Lugones (2012, p. 134)

Raza, género, y sexualidad se co-constituyen. El paso de colonización a colonialidad en cuestión de género centra la complejidad de las relaciones constitutivas del sistema global capitalista de poder (dominación, explotación). En los análisis y prácticas de un feminismo descolonial, “raza” no es ni separable ni secundaria a la opresión de género, sino co-constitutiva.

Elas preferem nomear a inseparabilidade dos marcadores de opressões de “co-constituição da opressão”, visto que dominação e exploração em suas diferentes dimensões são co-constituídas dentro da mesma matriz de poder que se estruturam desde o período colonial e atuam de forma distinta.

Geralmente as mulheres negras são chamadas na academia geralmente para debater racismo, mas porque não para debater economia? Por que não para discutir política pública social? Porque não para discutir engenharia, sei lá, microbiologia. Então, acho que eu enquanto lésbica, não quero me reafirmar somente nesse nicho, por ser lésbica sei falar sobre isso. Não, eu sou lésbica e sei falar sobre ética profissional dentro Serviço Social. Sou lésbica e sei falar sobre, enfim, outras dimensões. Então, acho importante a ocupação desses espaços das referências e das vivências para além de nossas identidades. Embora reconhecendo a identidade, ela também é política. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Sobre isso, Val ainda salienta que as pessoas devem ganhar notoriedade e serem chamadas para além das bandeiras que elas levantam. Por exemplo, lésbicas negras não devem ser lembradas somente por isso. Ao fazer isso, lembrar dela por ser lésbica faz-se uma inclusão perversa desta.

Penso junto à tal ideia de Sawaia (2013) sobre exclusão/inclusão perversa em culminância ao identitarismo rígido e fixo. Como disse antes, entendemos identidade como composição dos modos de elaborar o “ser” do sujeito, mas ele é muito mais que isso. O fragmentarismo dos atuais movimentos sociais acaba por enclausurar um grupo social em uma identidade que é permeada por uma determinada opressão, ou pela sobreposição dessas opressões, e retiram das pessoas outras facetas singulares sobre si. A inclusão perversa para Sawaia (2013), desconsidera a possibilidade de sujeitos serem reconhecidos enquanto dignos e sujeitos de direitos. Tal reflexão é feita pela autora a partir da forma como as políticas públicas são tomadas para manutenção das mesmas engrenagens sociais. Ou seja, grupos antes excluídos, agora são incluídos e controlados em uma lógica perversa que não tem interesse em contribuir de fato para uma transformação radical da sociedade, acabam inertes em uma tecnologia de inclusão-exclusão perversa. Diante disso, as minorias sociais que chegam a posições estratégicas devem ter cuidado para terem a mesma atitude.

As meninas das Tambores, por exemplo, a Lila que é minha amiga pessoal, não penso que a Lila só saiba falar de racismo... Lília pode ser chamada para dar uma oficina de Tambor, uma oficina de Rap. Óbvio que esse assunto vai cortar, vai atravessar. É disso que estou tentando falar, A gente enquanto lésbica, professora, pesquisadora, médica, enfim, **as ocupações desses espaços a meu ver deveria ser para além da lesbianidades, mas não retirando ela. Não vetando ou eliminando** (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Ao escrever essa tese, recordo que chamei Lila para uma oficina sobre música em uma atividade escolar do Projeto Artes Insurgentes (na época eu era integrante dele). Agora voltando a essa cena trazida por Val, vejo que o quanto a pesquisa é também uma linha subjetiva que atravessa quem ocupa essa posição difícil que é articular teoria e prática e não “cair” nas armadilhas científicas dos enquadramentos do suposto saber e objeto da pesquisa.

Neste capítulo, exploramos a interseção entre lesbianidade e negritude, sobretudo a partir das narrativas, sobre suas experiências, de quatro participantes: Luanna, Lídia, Lila e Snoh. As narrativas dessas mulheres revelaram que a compreensão da lesbianidade não pode ser universalizada, sendo profundamente influenciada pelas realidades raciais, socioeconômicas e territoriais. As histórias de Luanna e Lídia destacam a complexidade de integrar suas identidades negras e lésbicas, mostrando que aceitar e afirmar simultaneamente essas dimensões é crucial para superar a marginalização e a auto rejeição. Esse processo de integração é essencial para o desenvolvimento pessoal e político, evidenciando que a experiência de ser lésbica é moldada pelo reconhecimento e pela afirmação de múltiplas dimensões identitárias.

Além disso, as experiências relatadas por Lila e Snoh ilustraram como a interseção entre racismo e lesbofobia intensifica as violências e o preconceito que enfrentam. Lila, ao relatar sua experiência de candidatura e a subsequente abordagem policial, e Snoh, com seu relato de agressão e reflexão sobre sua aparência, demonstram como essas violências são amplificadas pela sobreposição de seus marcadores sociais. Esses relatos evidenciam a necessidade de uma abordagem interseccional para entender as múltiplas camadas de opressão e resistência que essas mulheres enfrentam.

Destaco, portanto, a importância de afirmar as experiências de lesbianidade e negritude diante das tentativas de aniquilamento das existências dissidentes, que são frequentemente marginalizadas por um projeto político e social cisheteronormativo. As experiências das participantes sublinham como o sistema social e político vigente busca apagar ou silenciar identidades que não se conformam às normas estabelecidas. Ademais, é fundamental reconhecer as diversas formas pelas quais as relações de poder historicamente regulam, invisibilizam e produzem processos de criminalização, patologização e desumanização dos corpos dissidentes. Essas práticas não apenas perpetuam a opressão, mas também reforçam estigmas e preconceitos que intensificam as dificuldades enfrentadas por mulheres lésbicas negras.

Neste contexto, a disputa e o tensionamento das ciências, especialmente da Psicologia, tornam-se cruciais. Muitas vezes, essas ciências são utilizadas para justificar e perpetuar os processos de criminalização e patologização das identidades não normativas. Portanto, questionar e desafiar essas disciplinas é essencial para promover uma compreensão mais inclusiva e justa das experiências vividas, e para contribuir para a construção de uma sociedade que valorize a diversidade e respeite todas as formas de existência. A análise dessas experiências confirma que a lesbianidade não pode ser compreendida de maneira abstrata ou universal. Ao contrário, ela está intrinsecamente entrelaçada com as realidades específicas de raça, classe e território. A interseccionalidade se revela como uma ferramenta essencial para captar a multiplicidade das experiências e desafiar a normatividade que frequentemente busca simplificar ou invisibilizar vivências complexas. Assim, uma abordagem interseccional não apenas oferece um entendimento mais aprofundado das dinâmicas de opressão e resistência, mas também promove uma inclusão mais genuína nos contextos sociais e políticos.

6 “SABER QUE EU AJUDEI ALGUÉM A VIVER, NÃO TEM PREÇO QUE PAGUE⁴⁷”: EXPRESSÕES DE LESBOFOBIA COTIDIANA

O feminismo lésbico, surgido como uma reação crítica às normas patriarcais e androcêntricas, buscou criar um novo paradigma fora das hierarquias tradicionais de gênero e sexualidade, enfrentando resistência tanto interna quanto externa. No Brasil, o feminismo lésbico foi marginalizado e estigmatizado, e movimentos como a Facção Lesbofeminista surgiram para visibilizar essas pautas.. A pesquisa de Vezzosi et al. (2019) revela que práticas psicológicas ainda patologizam a diversidade sexual, refletindo uma cisheteronormatividade persistente. O contexto sociopolítico atual no Brasil, marcado por um discurso antigênero e um fortalecimento do conservadorismo, agrava a lesbofobia e desafia a inclusão e os direitos das identidades não normativas, exigindo resistência e estratégias contínuas de afirmação das mulheres lésbicas e outras identidades marginalizadas.

6.1 Família, Religião e Psicologia: expressões de lesbofobia e/ou acolhimento familiar

Este capítulo tem como objetivo explorar as complexidades da lesbofobia e suas manifestações dentro dos contextos familiar e religioso, através da análise de experiências pessoais e entrevistas. Utilizando narrativas de figuras como Snoh, Rebeca, Edna, Lídia e Marcynha, buscamos entender como essas experiências se entrelaçam com dimensões mais amplas de opressão e resistência. O texto examina como a lesbofobia se manifesta e evolui ao longo das décadas, impactando a vida cotidiana das pessoas LGBTQIA+, e discute o impacto da infância e das expectativas de gênero, bem como a biopolítica e o controle social sobre essas experiências. A partir da análise do feminismo lésbico e dos desafios enfrentados no Brasil, pretendemos destacar as diversas estratégias de enfrentamento e resistência. Esta

⁴⁷ Frase proferida por Alice.

abordagem visa proporcionar um entendimento mais profundo da lesbofobia e enfatizar a necessidade de resistência contínua e estratégias de afirmação em um contexto sociopolítico marcado por um discurso antigênero e conservadorismo crescente.

Durante a entrevista com Snoh, ficamos conversando ao término e até percebemos que nossas famílias têm o mesmo comportamento, aceitam, mas acham desnecessário partilhar carinho na frente das demais pessoas. É inadmissível essa realidade que nos priva de demonstrar afeto, essa sociedade não nos aceita e querem nos empurrar para o lado vergonhoso e vexatório que era o armário nos anos 1970. Nossa vida é um ato de resistência a cada suspiro e respiro que damos, desde que percebi isso, andar de mãos dadas com alguém que estou é demarcar um espaço político.

Snoh tinha na figura da sua avó uma genitora, e ela por ser religiosa, poderia ser mais uma pessoa que a atacasse por sua lesbianidade. No entanto, fugindo um pouco da “regra”, sua saída do armário para ela foi acolhida e o mais interessante é que seus pais também, anteriormente, tiveram atitudes semelhantes de acolhimento ao tornar público sua lesbianidade. Essa afetividade nesse momento faz muita diferença, Snoh ao narrar sua trajetória mostra o quanto isso a deixou mais forte para encarar as violações e violências que sabia que a esperava nos outros espaços.

Eu falei pra minha vó né e eu acho que foi o momento mais bonito da saída do armário, foi ter saído pra minha vó e a coisa que ela me respondeu foi tipo assim, quando eu me assumi pra ela eu disse 'olha vó eu gosto de uma menina, eu gosto muito dessa menina', pra ela eu nem falei que era bissexual, nem tratei de rótulo nem nada e ela 'agora que você está me contando sua verdade eu acho você muito mais bonita' (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista).

Tomo essa narrativa como materialidade para iniciar esse capítulo para apresentar uma experiência de suspiro, de que embora seja comum a instituição familiar recusar experimentações de sexualidade outras, ainda há as que reflitam e acolhem.

Em um texto que escrevi com colegas, tomamos a escrevivência como dispositivo de escrita trazemos cenas autobiográficas para enunciar nossa saída do armário, não só sobre, e discutir teoricamente um outro lugar epistemológico de fazer pesquisa (Gomes Filho, Nunes & Lavor Filho, 2021). É interessante elucidar, como foi conversado em diferentes momentos com esses colegas e com as entrevistadas, o quanto essa saída do armário, por mais que definimos um marco, ela é cotidiana já que o véu da cisnormatividade marca os corpos sexuados como cisgêneros e heterossexuais. Ao mesmo tempo, tomando mais uma vez emprestado a ideia de escrevivência, em que ficção e realidade transbordam a linha tênue entre o fictício, a fantasia, o desejo e a vivência. As entrevistadas não escreveram, narraram e fizeram novas ligações nesse ínterim entre passado, presente e futuro.

Rebeca compartilha sua experiência de violência doméstica em um contexto familiar, onde a orientação sexual foi um gatilho para ataques físicos e emocionais por parte de seu pai. Este relato destaca como as dinâmicas familiares podem ser profundamente afetadas pela intolerância e como as pessoas LGBTQIA+ enfrentam riscos adicionais de violência dentro de seus próprios lares e privam essas mulheres de terem relações profundas não somente na família, mas provocam traumas que dificultam que tais relações sejam construídas com outras pessoas.

Muitas de **nós foram privadas de relações profundas na família pela lesbofobia**. Mesmo as que são "aceitas" [faz aspas enquanto dita a palavra] pela família, tem aquela marcação assim, algumas dificuldades por serem lésbicas. E

tem algumas que a família rompe mesmo. Ou que tem rupturas nesse nível de pequenos momentos. Eu, por exemplo, meu pai passou seis meses falando comigo depois que eu comecei a me relacionar com mulheres. Então, essas rupturas vão marcando a gente a partir de processos traumáticos mesmo. Essas rupturas vão marcando a agente a partir de processos traumáticos mesmo, né? Então, entre nós a gente se sente mais acolhida, mais... que pode confiar, que pode contar. Então, e tem os processos de lesbofobia institucional, o acesso à saúde, o estar em um espaço público, enfim, uma série de coisas. O grupo é como esse lugar, de segurança também. (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

No caso de Edna, ela experimentou uma outra possibilidade no contexto familiar. Articulando essas temáticas, família e religião, Edna é um dos exemplos que passou lesbofobia intrafamiliar. Um dos seus maiores ressentimentos, foi não ter contado para sua avó que gostava de mulheres, ou seja, não ter sido sincera com alguém que ela admirava por ter medo de sua reação. Essa culpa ainda é presente como uma cicatriz que vez por outra volta e dói.

Ela faleceu antes, sem eu assumir, eu não consegui assumir a minha orientação, assim olhar como eu olhei nos olhos dos meus tios, da minha mãe e dizer "mãe eu sou lésbica, eu gosto de mulher" isso eu disse pra minha mãe, pra minha vó já não deu tempo eu dizer isso pra ela, eu tive muito medo da reação dela e é isso. (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Edna teve medo de não ser mais amada por alguém que ela tem como base. A família opera no contexto das micro relações (parentesco e coabitação), a qual não está isenta

de reproduzir modelos hierárquicos e opressões a partir da heteronorma. Se os laços familiares, como destacam Perucci, Souza e Vieira (2014), ocupam lugar de destaque na forma como a pessoa reconhece a si mesma, ou seja, constitui sua própria subjetividade, a legitimação da violência nesse contexto é despontencializadora de vidas LGBTQIA+, além de ser comum a vivência de violência lesbofóbica, homofóbica e transfóbica intrafamiliar.

Infelizmente, isso ainda é comum. Snoh e Edna são nascidas depois da década de 1990, diferente de Alice, Cláudia e Fernanda, embora seja possível ver semelhanças, o período histórico e o que acontecia no Brasil diante do início das conquistas das quais elas fizeram vivenciaram ou fizeram parte dele. Já as mais jovens, vivenciam uma repressão diferente, uma reação diante dessas poucas aberturas conquistadas. Enquanto há 30 anos atrás era quase impossível dizer que era lésbica na sociedade, e por isso as relações eram ocultas, hoje até se diz ser lésbica, mas já espera o não acolhimento e repressão intrafamiliar e social. E provavelmente se eu tivesse entrevistado alguém nascida depois dos anos 2000 teria outras processualidades em torno de suas lesbianidades e vivências de violências, assim como alguém nascida de 2018 para cá terá.

Sobre esses pontos, Butler (2019b), em um artigo, faz uma retrospectiva dos avanços em torno da temática gênero no tocante às conquistas para as mulheres e pessoas LGBTQIA+, diante disso, essa categoria foi sendo entendida como uma ameaça às tradições moralistas e religiosas em torno da família, entendida como cristã e natural. A instituição religiosa contribuiu e contribui significativamente para a manutenção de estruturas de poder que historicamente privilegiam uma parcela hegemônica da população.

Ela em todas as suas dimensões, corrobora para produção de subjetividades, regulando a partir do gênero e sexualidade, a abjeção de pessoas que fogem das normas e reduzindo à demonização qualquer possibilidade de existências outras. No tocante ao gênero, inicialmente a igreja católica e depois as evangélicas, foram as principais disseminadoras da

ideia (absurda) da ideologia de gênero, ao afirmarem existir uma “ditadura gayzista” e que o discurso de gênero nas escolas seria uma afronta à família brasileira. Muitas informações falsas “fake news” foram divulgadas, sendo também uma manobra em tempos de votações políticas, tornou-se comum a aversão ao gênero e um controle mais coercitivo no tocante a essas questões. Para Butler (2019a), o reacionarismo frente às questões de gênero, são efeitos das transformações sociais, políticas e econômicas, sejam por conquistas ou pela própria apropriação e projeção do ódio à temática diante da maior precarização postulada pelo sistema neoliberal.

Algumas pessoas cresceram dentro de igrejas, ouvindo discursos de ódio, dentre outros, contra as minorias sociais. Em conversas paralelas, conhecendo pessoas e suas trajetórias de vida e mesmo em falas das participantes, sabemos que nas igrejas existem pessoas que não conseguem “ser elas mesmas”, por isso ir de encontro com algo base de suas subjetividades, sua fé e os dogmas pregados em cada religião. Ser LGBTQIA+ e perceber isso estando dentro de uma instituição que repugna isso, é adoecedor.

Eu gostava muito do Lumen⁴⁸, eu gostava muito, eu não queria sair e tinha uma coisa espiritual mesmo, não era só a comunidade, era uma questão espiritual, eu acreditava, acredito hoje em outra medida, mas naquela época eu era, como eu sou né, eu mergulho de cabeça nas coisas, então eu acreditava e gostava e me envolvia mesmo, não só simplesmente com as pessoas, mas espiritualmente mesmo, então foi muito difícil pra mim continuar ali. Eu estava me sentindo incoerente. Incoerente com aquilo que era dito ali dentro, que era pregado [...] eu não estava confortável. Eu chorava muito nas orações. Doía muito, me sentia uma pecadora, fazendo um grande erro. Mas ao mesmo tempo eu estava feliz com nome (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

⁴⁸ Comunidade católica.

No entanto, aqueles que não se enquadram na norma, também procuram buscar possibilidades de escapes, tais como a igrejas inclusivas que alguns amigos e amigas fazem parte e o que me remete às experiências partilhadas publicamente pela minha namorada quando relata sua infância e adolescência frequentando assiduamente uma igreja evangélica pentecostal, tal qual a entrevistada Lídia. Ela relata:

Sobre minha trajetória, assim, eu sempre acho importante, principalmente falando sobre lesbianidade e porque eu conheci muitas lésbicas sapatonas, que isso foi uma questão muito forte na adolescência. Na minha adolescência não foi, inclusive tinha uma certa heterossexualidade compulsória. **Eu era de uma igreja evangélica durante toda adolescência, não tinha essa dimensão da lesbianidade nem como uma possibilidade** [...] E foi com 21 anos de idade, já inserida em movimentos, que eu fiquei afim da primeira mulher (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Outra entrevistada fala sobre a imbricação da família, igreja, repressão à mulher, imposição patriarcal e suas implicações para uma vida complexa no ambiente familiar, o qual será melhor abordado depois.

Eu nasci numa família em que os meus pais eram evangélicos, né? Ainda tenho mãe, mas meu pai já é falecido. Mas, quando eu nasci, os dois já estavam na igreja evangélica e pertenciam a uma denominação pentecostal, uma das mais radicais possíveis, né? E eu sempre digo que a igreja, ela foi a perdição da minha família, né? Porque foi uma igreja muito repressora, muito conservadora, daí, tudo que

você fazia era questão de pecado, você vai pro inferno, né? Então, se você usasse um brinco, usasse uma calça comprida, né? Então, tive todas essas questões na minha infância, né? E eu só observava aquilo achando uma coisa muito... por exemplo, o radicalismo, e fundamentalismo na verdade, era tão forte, tão grande, que nós não tínhamos rádio, nem televisão em casa, né? (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Marcynha diz que aprendeu muito sobre a militância com Alice, embora pense que a revolução não precisa acontecer só em movimentos sociais, mas também em pequenos agrupamentos e motivações micropolíticas. “Eu lembro muito claramente, por exemplo, quando Luizianne foi se candidatar, uma jovem que já estava atenta às questões dos direitos das pessoas LGBTs. Então isso era discutido, quem a gente ia votar, né?” (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista). Marcynha, ao relatar sua aprendizagem com Alice, destaca que a revolução não se limita aos movimentos sociais massivos, mas também se realiza nos pequenos agrupamentos e nas motivações micropolíticas. Isso é especialmente relevante quando observamos como candidatos como Luizianne, desde jovens, já se preocupavam com os direitos LGBTQIA+, iniciando debates sobre em quem votar com base nessas questões. Ao discutir sua própria identidade lésbica, Marcynha reflete sobre como desde a infância, questões de sexualidade e gênero são implicitamente normatizadas na sociedade, impondo padrões rígidos que podem alienar e estigmatizar aqueles que não se enquadram. A imposição de papéis de gênero desde cedo, muitas vezes reforçada pela família e pela ideologia dominante, não apenas limita a expressão individual, mas também perpetua uma visão estreita e excludente da sexualidade.

Ela iniciou sua entrevista assim, posicionando-se: “há 20 anos eu me coloco como uma mulher lésbica, mas se você me perguntar em que momento, se foi na infância ou

adolescência, [...] a gente nunca pensa ‘ah na infância você vai pensar na sua sexualidade’, você só sente” (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista). Interessante esse retorno para a infância. Conversando com algumas entrevistadas, durante as entrevistas mesmo, como com Snoh; é comum ser “tirada do armário” por terceiros ainda na infância. Explico melhor, existem os padrões de gênero e os papéis que devem exercer em conformidade com eles, ao não fazer isso, automaticamente você é enquadrada como diferente (para dizer o mínimo), e em uma sociedade conservadora que acredita em uma “ideologia de gênero”, sexualizam as crianças quando dizem quem será homossexual por não performar de forma condizente seu papel de acordo com o gênero. O que nem sempre está correto, não é por aquela pessoa não ser podada diante das regulações de gênero que ela “irá ser homossexual”, mas aos LGBTQIA+ que vivenciam isso em sua trajetória de vida, sabe-se, como sei, o quanto é violento.

Pensar a infância junto às questões de gênero e sexualidade é um grande tensionamento. Desde o surgimento da categoria infância, ela tem sido colocada como um lugar de santidade e de controle, já que ela é um elo entre o ideal civilizatório a partir de uma família tradicional. A infância, frequentemente vista como um espaço sagrado e controlado, é também onde se manifesta uma das formas mais insidiosas de biopolítica: a imposição de normas de gênero que negam a diversidade e impõem sofrimento àqueles que não se conformam. Este controle, muitas vezes justificado pela chamada "ideologia de gênero", não só cerceia as possibilidades de autodescoberta, mas também expõe crianças e jovens LGBTQIA+ a vulnerabilidades e violências, incluindo exploração e abuso.

Em um artigo sobre políticas de matabilidade demarcadas por regulações de gênero a pessoas transexuais (Nunes, *et al.*, 2023), a infância era tida nos comentários como um lugar sagrado, onde a “ideologia de gênero” com sua “ditadura gayzista” não podia alcançar. Inviabilizando várias pautas importantes para alguém da orientação sexual ou

identidade de gênero, mas até a própria exploração e abuso sexual na infância. A imposição de regulações de gênero são violentas e possibilitam tecnologias mortíferas que atuam não só no fazer morrer, mas no criar mecanismos de impossibilitar, adoecer e violentar vidas ininteligíveis. Se os corpos são sexuados desde o nascimento e rotineiramente a imposição de gênero reitera os modos como se deve agir para caber na norma, os que apresentam “desvios” ainda na infância recaem ainda mais violência.

O gênero é um marcador que atravessa a vida das entrevistas sobretudo pela heterossexualidade compulsória e por definir esses papéis/comportamentos que homens e mulheres devem ter. A família enquanto uma instituição, ocupa um papel primordial no exercício da biopolítica sobre os corpos. Edna ao falar de sua mãe, diz: “Ela sempre me reprimia, colocando, menina isso é coisa de homem, ela não era de bater, mas sim de reprimir em palavras mesmo e aquilo ali foi me deixando um pouco reprimida, retraída” (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Edna, ao recordar a repressão de sua mãe em relação à sua expressão de gênero, ilustra como a família e as normas sociais operam como agentes de controle sobre os corpos e identidades. Esse tipo de disciplina biopolítica, enraizada em ideais patriarcais, continua a moldar e limitar as vidas de muitas pessoas LGBTQIA+, destacando a urgência de políticas que não apenas protejam, mas também celebrem a diversidade humana em toda a sua complexidade.

Edna integra a Associação da Diversidade do município que reside, contou-me que é uma filha adotiva, que foi entregue para sua família com 24h após o nascimento e que isso, somado ao ser lésbica, foi um peso a mais em sua trajetória de “sair do armário”. Quando “se assumiu” lésbica aos 15 anos, ouviu de familiares que ela precisava se internar para tratar sua “doença”. Mas ela diz que desde os cinco anos sentia que era diferente a forma como admirava o feminino. “[...] assim que eu completei 18 anos conheci a minha atual esposa, que também foi uma luta árdua pra gente viver esse sentimento, esse amor não foi fácil, nada

fácil” (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Mesmo tendo 24 anos, ou seja, ela contou sobre sua sexualidade depois dos anos 2000; seus familiares na época ainda se embasaram em discursos médicos retrógrados e na igreja que ainda hoje abomina a homossexualidade.

Algumas das participantes relataram que se relacionaram com homens ou que achavam que tinham que exercer tais papéis para poder vivenciar um relacionamento com outras mulheres.

Isso era muito repetido dentro da minha família, “Ah, eu queria ter nascido homem”, mas não era porque a gente era lésbica, era porque os homens podiam ficar a noite toda fora de casa, eles namoravam, levavam as namoradas pra casa, eles bebiam, podiam ter a turma deles, né? E por que nós mulheres não podíamos? Por que nós éramos obrigadas a ir pra igreja? E os homens, depois de uma certa idade, que já tinham a sua turma, não iam mais pra igreja? (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

A família e a igreja foram relacionadas pelas entrevistadas, duas instituições com grande impacto na produção de subjetividade, já que elas em conjunto regulam os modos de ser sujeito na modernidade (Foucault, 2008, 2010, 2012). Não irei discutir sobre a formação histórica da família e a imbricação de religiões cristãs nesse processo, sobretudo no Brasil, indico Strücker e Canabarro (2019), dedicarei aos relatos das entrevistadas e como a relação que elas apontam para a relação entre cisnormatividade e às instituições familiar e religião, de modo que em conjunto ao sistema patriarcal e científico, corroboraram para a demonização, criminalização e patologização delas.

Em suma, o pecado, a criminalização e a patologização instauraram mecanismos de inexistências, sofrimentos que culminam em adoecimento e até mesmo de matabilidade,

sendo a família e a igreja instituições que regulam e como tal, produzem adoecimento, diminuição da autoestima e despotenciamento das existências lésbicas. A primeira luta foi por definição, a luta identitária pela legitimação da existência. Hoje se afirmar é possível, mas ainda continua sendo árduo, inclusive por produzir o auto ódio.

Eu sentia que eu acho que eu tinha muito medo da questão de se assumir, o **auto ódio** era muito grande, mas eu tinha muito medo que a minha vó paterna não me amasse mais, era a pessoa que eu mais tinha dificuldade, assim de pensar, porque a minha mãe, eu pensava 'ela já me trata mal muitas vezes, se ela não gostar de mim, foda-se', mas a minha vó em especial, a minha vó paterna, era muito importante pra mim que ela me aceitasse (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista).

De todas as histórias, no tocante à família a da Edna foi a que mais me afetou, até tentativa de assassinato ela sofreu de um familiar e posteriormente, anos depois, ela o ajudou durante uma doença muito severa e que o vitimou. Segue a cena:

Eu tinha um tio irmão de minha mãe que hoje também já é falecido, ele era mais preconceituoso ainda, onde aconteceram alguns fatos em que eles perceberam a minha orientação sexual e que eu estava gostando dessa moça que é minha atual esposa. meu tio me chamou na casa de outros tios e me colocaram assim dentro de uma roda e começaram a indagar, fazendo perguntas “porque você gosta de mulher mesmo?” e eu “gosto, estou apaixonada e vou viver meu amor” meu tio assim “ela tá louca ela precisa ser internada [...] Eu comecei a relatar que sabe... pra viver o meu amor, *peitei* ele. Ele era tido como um homem muito sério, muito

machista, extremamente machista e um pouco violento e eu tive o peito de olhar pra ele e dizer “olha é o seguinte, pode ser feio para os seus olhos eu gostar de mulher e pelo menos eu sou solteira não sou uma mulher casada, não vou fazer isso com minha vida de arranjar um homem porque vocês querem, ter filhos e logo mais estar separada e separar os filhos do pai dele” [...] “E desde já, eu estou dizendo a você que eu vou viver minha história e vou passar por cima do que for preciso e eu vou lutar, da forma que for preciso eu vou lutar”. E eles sempre ali na grosseria dele e na forma grosseira dele de falar que não era normal e que eu era uma pessoa doente e que eu tinha que largar disso (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Essa é uma cena que retrata um pouco o que Edna sofreu para poder viver sua sexualidade, são fatos que até hoje refletem em suas ações, marcas de traumas que como ela diz “Já vivi tanta repressão familiar que eu me travei mesmo. Acho que ninguém nunca nem viu a gente pegando em mão” (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Esse mesmo tio que a perseguiu durante anos ficou adoecido, Edna estava em Fortaleza e por ter alguns contatos a partir de sua companheira, ele veio ficar com ela e o acompanhou em seu processo. Não tenho intenção nenhuma em romantizar o perdão, mas me emocionou a forma como Edna introjeta em si o cuidado e reconciliação com seu tio, para ela foi um momento libertador.

Nós fomos, ele já ruinzinho, puxando de uma perna, deu metástase, foi bem dolorido o CA dele e eu estive com ele, pode-se dizer em todos os momentos, até o fim e aí nós **nos perdoamos nos olhares, ele chorava, eu chorava e assim foi,** a vida fez isso (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Como eu disse, outras entrevistadas relataram sobre sua família em momentos dolorosos de suas vidas e outras nem tocaram nesse assunto, o que me faz pensar que estão ainda em uma fase mais primitiva na reelaboração de suas vivências traumáticas. "A gente sofre LGBTfobia todo tempo, toda hora, inicialmente dentro da própria casa, própria família" (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista).

A família é a instituição por meio da qual os valores culturais e crenças são perpetuadas no seio familiar, nesse espaço, regulações objetivas são incorporadas, portanto, a cisnormatividade e heterossexualidade compulsória, “ao contrário, como um eficiente dispositivo de reprodução e reiteração da norma e da repetição das formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral” (Peruchi, Souza & Vieira, 2014). A casa não é um ambiente seguro para todas, os familiares podem ser violentos e intimidadores que fazem determinadas perguntas com o intuito de constranger a pessoa. O processo subjetivo da lesbianidade é perpassado por essas experiências que podem adoecer ou fortalecer como colocam Marcynha e Cláudia.

E aí, a gente começa... eu começo a me entender de uma outra forma, né? Que havia sim essa necessidade de estar mais visível, né? **Até pra não ficar refém das pessoas, até mesmo refém dentro da minha própria família**, porque começavam a questionar, "Cadê o namorado? Não vai casar? Não vai ter filho?", não vai isso, não vai aquilo? Então, **esses questionamentos**, sempre que a gente chegava nas festas da família, né? **Existia, e, isso era muito ruim. Então, ter a minha visibilidade era não estar refém de algumas situações**, né? (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Vejo uma diferença geracional nesse sentido, pois para Alice, Cláudia e Fernanda, a possibilidade não foi uma questão. Até pelo o já citado, tudo em torno da mulher era

podado, sobretudo no que se refere a sexualidade e possibilidade de prazer (algo tido como pecado).

O preconceito, ele dói. É uma ferida, mas não é na carne, é na alma [...] O ferimento na carne ele cicatriza, mas na alma ele nos deixa muito ruim mesmo, muito mal mesmo. Eu graças, nunca pensei em tirar minha vida, mas é *punk* viu [...] por um tempo isso me machucou, machuca. **É que hoje eu criei uma crosta de proteção pra isso, mas machuca muito**, você ser questionada quanto a sua capacidade, quanto a sua responsabilidade, por você ser de uma orientação sexual diferente, você ser colocada em dúvida. Eu costumo dizer que nós mulheres lésbicas LGBTQIA+ mata um leão por dia e deixa o outro amarrado para o dia seguinte, lutar novamente e mostrar do que nós somos capazes (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Observa-se que é negado não só a dignidade humana ou a possibilidade de ser reconhecido como uma vida, mas a própria capacidade de mulheres lésbicas. Mais adiante Cláudia remonta uma cena de um conhecido que pediu para ir ao banheiro de sua casa, embora eles estivessem em um bar e ele pudesse ir lá. Ela disse que cedeu e o levou, foi então que percebeu que o que ele queria era saber como era sua casa, como se uma mulher lésbica não fosse capaz de ter uma casa, entendida nos moldes tradicionais. Casa arrumada é algo entendido nos moldes cisnormativos como algo possível por uma mulher, é a lésbica uma mulher? Capaz de cuidar, reproduzir, interpelada por um papel relegado à cuidadora, mãe de família e do lar.

Eu morava com minha mãe e disse que não ia mais, que eu ia me mudar e minha mãe ia ter que morar com meus irmãos e foi complicado, todo mundo foi contra. E é engraçado, se eu fosse sair de casa para conviver com um homem vocês iriam aceitar de boa e como é com uma mulher vocês estão fazendo tudo isso. (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Não é só o não reconhecimento, é a negação que está em jogo. É negado o direito de constituição de família e casamento, embora ambos tenham sido reconhecidos judicialmente, culturalmente ainda são sobretudo aliado ao discurso de incapacidade reprodutiva entre duas mulheres, do pecado por ser um sexo baseado em prazer e do entendimento do casamento como sacramento. É negado o lugar de esposa, como aconteceu com Fernanda que sofreu lesbofobia institucional e familiar por parte dos pais de sua companheira na época e o quanto isso ainda a afeta atualmente, a negação do reconhecimento do seu casamento.

Eu não fui entendida enquanto uma esposa que o marido estava na clínica e isso pesava muito. E ainda pesa, sabe Larissa? [...] Eles internaram a Camila⁴⁹ e não me deixaram ir lá, disseram 'não, não, não venha'. Era minha esposa, como assim? A gente não dormiu durante 4 anos um dia separadas, imagina Larissa (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista)

A lesbofobia, enquanto forma de discriminação, está intrinsecamente ligada à colonialidade de gênero, que perpetua normas e hierarquias de poder estabelecidas pela colonização. Esta relação se manifesta na silenciamento e apagamento das experiências lésbicas, que são frequentemente marginalizadas e estigmatizadas como desvio das normas

⁴⁹ Nome fictício.

heteronormativas e patriarcais. A colonialidade de gênero impõe uma visão eurocêntrica e binária sobre identidade e sexualidade, onde a mulher lésbica é desconsiderada como um "outro" desviante e, portanto, sujeita a uma dupla marginalização: não apenas por sua sexualidade não normativa, mas também pela forma como sua identidade desafia as construções de gênero estabelecidas. Este apagamento e estigmatização resultam em uma negação sistemática das experiências lésbicas e, por conseguinte, em uma perpetuação da exclusão e opressão.

É importante reiterar que essas categorizações enquadram mulheres de formas diferentes e são violentadas, também, desigualmente, já que as que se distanciam do ideal representativo de feminilidade sofrem mais preconceito (Nunes & Barros, 2022; Nunes, Cavalcante, Barros & Lavor filho, 2024). Por isso, observa-se que os enquadramentos que são associados às pessoas que fogem ainda mais da normatividade do feminino, ao performarem padrões e papéis sociais outros, são tidos como mais desqualificadas e desumanizadas. A cisnormatividade é esse dispositivo que regula e produz sentidos nos processos de constituição e reconhecimento dos gêneros sustentada na relação identidade x sexo (Fuchs, Hining & Toneli, 2021). Vergueiro (2016) problematiza a cisgeneridade em sua relação com os processos de colonização dos corpos e subjetividades, essa norma cisgênera instaura modos de ser sujeito e contribui para que estes próprios se autorregulam.

É interessante refletir que a cisgeneridade também capturou as famílias de nossas entrevistadas, assim como para elas é um processo o entendimento de suas próprias lesbianidades, desconstrução de achismos e ideologias cristalizadas, para alguns familiares também pode vir a ser. Cada familiar e sobretudo as pessoas que cumprem as funções maternas e paternas, terão uma forma singular de lidar com a diversidade que lhe é apresentada. Diante disso, são tecidos “novos” laços (e nos piores casos, de não aceitação, são

desfeitos). Como o tio de Edna que em última instância criou uma outra relação com ela, assim como nos casos a seguir de Rebeca e Val.

Minha mãe é muito influenciada pelo meu pai, mas ela não foi violenta, ela ficou muito triste quando soube, também bem conservadora, religiosa e tal. [...] Ela hoje é totalmente diferente. Eles mudaram por uma insistência minha, uma insistência prática, da vida prática e porque eu comecei a me impor através da fala e aí eles mudaram, mudaram bastante. Hoje se dá muito bem com a minha esposa, gosta muito dela, ele a chama de filha, mas enfim, foi um processo bem difícil até chegar aonde está hoje. Foi um processo, de uma transição, foi um processo bem doloroso, mas hoje é totalmente diferente [...] Acho que o mais marcante mesmo foi dentro do universo familiar, a própria violência física, o sofrimento e o próprio processo de aprender a enfrentar aquilo, porque pra mim eu me recolhia (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

No caso de Val, é algo mais velado, embora menos violento a curto prazo. Ela conta que tanto suas namoradas, quanto a da sua irmã sempre puderam frequentar seu ambiente familiar, mas que eram reconhecidas como amigas. Um dia, na cena, ela narrou o único caso de lesbofobia mais direta, quando ela e sua namorada na época chamaram a atenção de algumas crianças para eles não brigarem entre si, atitude que seu pai não gostou:

[...] meu pai falou com minha companheira “não se meta que você não é da família”. Então, negar naquele momento e eu li aquilo como uma violência lésbica [lesbofobia], um não reconhecimento da nossa relação. Porque eu já convivia com ela a muito tempo, a gente era uma família, ela tem uma filha. Então, éramos nós três e aí eu me senti violentada e ofendida... por ele não reconhecer a minha

relação e tão pouco a nossa família. Foi o único e primeiro momento que falei “não pai ela é minha companheira, a gente é uma família, se ela não é da família eu entendo também que passo a não ser”. Já aconteceu a alguns anos, hoje já tenho uma leitura diferenciada desse momento, classifico como um limite dele enquanto um homem cis. branco, católico, um homem e com pouco estudos, um homem que vai fazer noventa anos e quando isso aconteceu ele devia ter oitenta e pouco, mas um homem que não teve acesso a tantas informações e enfim, mas fora isso eu nunca me senti violada, a não ser por esse não falar. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Ela conta que ao fazer terapia de cunho psicanalítico, foi entendendo ainda mais sua constituição enquanto lésbica.

O impacto da lesbianidade hoje ele já ocupa, impacto positivo tá, ele também ocupa a subjetividade... do reconhecimento, do gostar do corpo, do gostar do processo de ser mulher... quando eu falo do processo de ser mulher, é do processo mensal, do ciclo da mulher, de repente de ser mãe, de ser mulher e de gostar de outra mulher. Gostar do corpo da outra mulher. Gostar da dimensão social da mulher (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Infelizmente, nem todas as entrevistadas tiveram uma boa relação ou a primeira impressão boa de profissionais de psicologia. Luanna foi uma das que foi levada para a “terapia de reversão” por sua mãe, já que ela entendia que se tratava de uma doença. O debate sobre sexualidade e identidade de gênero na psicologia brasileira é um reflexo das tensões socioculturais e políticas do país. Em linhas gerais, essa discussão gira em torno da luta entre

práticas progressistas e conservadoras dentro da psicologia, influenciadas por diferentes visões culturais e religiosas.

Importante ressaltar que essa atitude, como de tantas outras, é efeito do período que a medicina chancelou a homossexualidade como doença desde os anos 1930. Em 1973, a homossexualidade deixa de ser considerada um transtorno mental pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) e é retirada em 1975 do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Na década de 1990 ela foi retirada pela Organização Mundial de Saúde do manual de Classificação Internacional de Doenças (CID). Ambas as decisões foram tomadas após o olhar biomédico compreender que a sexualidade não deve ser compreendida como uma patologia, já que ela é uma manifestação da subjetividade humana.

O primeiro acesso que eu tive a uma psicóloga, ainda na minha adolescência, foi justamente por conta desse *boom* de um dos meus namoros, **minha mãe achou que era importante me levar para um psicólogo e que eu voltasse a ser normal**. Então, ela conversou muito com a psicóloga sobre isso e **a psicóloga vivenciava alguns conflitos também, se ela tinha ou não que fazer isso**. Só que, obviamente, **essa psicóloga me trouxe sequelas...** Primeiro, em uma versão ao longo da minha vida, depois adulta... Essa parte que estou te contando, eu te conto a partir de uma fala, de uma reflexão que tenho hoje em dia. Na época eu não tinha reflexão sobre. Essas reflexões vão vir com a minha militância, com o meu feminismo lésbico, na realidade. Então, eu vou ter uma experiência em que anos depois eu vou refletir o que significava psicólogas na minha vida. Então eu **tive durante um bom tempo um rechaço profundo de ter que ir para psicóloga**. Para você ter ideia, eu nunca vou esquecer uma sessão onde essa minha psicóloga, detalhe eu tinha 16 anos, **essa psicóloga perguntou se eu**

queria ter filhos, como eu imaginava minha vida futuramente e tal... Eu falei, uma menina de 16 anos ter que imaginar a vida dela, “eu não quero. Não tenho vontade de ter filhos”. **Ela olhou para mim e falou assim “mas você não tem medo de terminar sozinha?”**. Então, assim, cara aquilo trouxe um estrago para mim. Eu como adolescente... Eu pensei, “meu Deus, será que vou ser uma pessoa sozinha? Será que vou ficar sozinha? Mas não quero ter filhos, mas também não quero terminar uma pessoa sozinha”. Sabe, **aquilo processou em mim de uma forma terrível**. Continuei sem querer ter filhos, mas **foi uma reflexão que doeu muito profundamente** [...] Gosto de mulher, não consigo inverter isso em mim, nem queria fazer isso comigo, inclusive achava a psicóloga ultra atraente... Achava ela... nossa que mulher atraente... eu só continuava indo para a psicóloga para vê-la do que para escutá-la, então eu passei a ficar só em silêncio, passei a não falar mais sobre, sobre mim, até que um dia eu deixei de ir. Minha mãe continuou pagando, ela pagava para mim, e aí eu montei a minha primeira poupança (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Esse momento relatado foi antes da Resolução 001/1999⁵⁰, que mesmo após a retirada dos manuais classificatórios de doenças, a homossexualidade ainda era vista por alguns profissionais da saúde como “distúrbio” mental e mortal ou um desvio de comportamento que deveria ser readequado. Essa resolução, foi um marco importante, proibindo a prática da "cura gay" ou terapia de conversão, que visava mudar a orientação sexual de indivíduos. Esta resolução defende a dignidade e os direitos humanos, mas não sem resistência. Dentre outros posicionamentos, diversas entidades, além do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Associação

⁵⁰ Dispõe sobre normas de atuação para profissionais de psicologia em relação à orientação sexual. Afirma que a sexualidade faz parte da subjetividade do sujeito e por isso não deve ser entendido como um distúrbio moral, uma doença ou perversão.

Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), defendem o compromisso ético da psicologia com os Direitos Humanos. No entanto, ainda há “profissionais” que se opõem a essas diretrizes e defendem práticas que violam os Direitos Humanos, especialmente no que se refere a gênero e sexualidade. Grupos com uma perspectiva cristã desafiam essa resolução, alegando que ela limita a liberdade religiosa e de expressão. Essa resistência é alimentada por uma visão conservadora que encara a homossexualidade como um desvio a ser corrigido. Esses conflitos refletem uma tensão maior entre as normas científicas e as crenças religiosas predominantes. Em 2017, um grupo de psicólogos/as cristãos/as, apoiados por alguns legisladores, atacou a resolução, evidenciando essa persistente disputa.

Até hoje a gente é classificado como monstro e como doente. Você da Psicologia sabe disso. Teve um juiz desgraçado aqui, foi daqui de Brasília. Queria desarquivar a proposta, o projeto da "cura gay", da chamada cura gay. Embora o Conselho Federal de Psicologia já tenha determinado isso a tanto tempo atrás. Então assim, tratado como doente pela medicina, ciência. O pecador é até hoje pela igreja de alguns outros dogmas, mas especificamente dando nome aos bois, os neopentecostais. A religião não é uma coisa que falo muito. Não tenho muita proximidade, não me afeta, não sigo nenhum credo religioso. Me simpatizo com o Candomblé, mas não consigo falar de sexualidade no Candomblé. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

A cisnormatividade, ou a ideia de que todos devem se encaixar nas normas tradicionais de gênero, também afeta profundamente as pessoas LGBTQIA+. Mulheres lésbicas e outras pessoas que não se conformam com essas normas enfrentam desafios únicos,

incluindo discriminação e falta de reconhecimento. Essas questões pessoais e profissionais estão no cerne do debate sobre a prática da psicologia no Brasil.

Sobre a relação entre Psicologia, orientações sexuais e identidade de gênero é necessário contextualizar um pouco para compreender esse campo de tensão, caso quisesse um aprofundamento mais teórico sobre a história da sexualidade, sugiro a coleção do Foucault “História da sexualidade”, dividido em quatro livros, assim como Judith Butler em seus mais diversos livros. Da coleção foucaultiana, em que boa parte dessas autoras partem teoricamente suas formulações, o mais conhecido é o “História da sexualidade I: a vontade do saber”, nele Foucault (1976/1998) destrincha sobre a presença na história de outras possibilidades de vivenciar a sexualidade para além do homem com mulher, observa-se uma tentativa de apagamento de tais vivências. A partir do século XVII, a sociedade ocidental passa a regular e reprimir a sexualidade sob uma norma específica, sobretudo com o fortalecimento do cristianismo. Com o advento do saber da medicina e seu sistema de classificação, foi-se incentivado a “confessar” os diversos tipos de sexualidades para serem estudadas. Já salienta que durante um certo período, visando uma normatividade biológica, as homossexualidades foram classificadas como anormais, posteriormente retiradas dos manuais. O autor ainda salienta que é sobretudo a partir do século XIX que a relação entre identidade e sexualidade se estreita os laços.

Garcia e Matos (2019), fazem uma interessante análise sobre como a sexualidade foi um elemento-chave para a psiquiatria alienista. A psiquiatrização das sexualidades não é uniforme e atua de modo distinto no corpo das pessoas, por isso o gênero é uma das categorias que dita que corpos podem estar mais suscetíveis à “loucura”. Segundo eles

Em torno do conceito de “instinto”, todos os seres humanos passam a ser psiquiatrizáveis, passando-se a se buscar em seu interior, seja qual for a

“anormalidade”, as causas de ordem sexual subjacentes. Passa a haver uma explosão do campo sintomatológico, tendo como referência os “desvios” sexuais (Garcia & Mattos, 2019, p. 51).

Um outro autor dos estudos da sexualidade é Preciado (2022). Ele oferece uma crítica radical às tecnologias de poder que regulam os corpos e as identidades sexuais contemporâneas. Ainda sob sua perspectiva, as práticas farmacológicas e tecnológicas moldam e transformam os corpos, propondo uma reinvenção corporal como forma de resistência às normas biomédicas e farmacopornográficas (Preciado, 2022).

No que se refere à psicopatologização da experiência lésbica, entendida também como um tema central na luta pelos direitos e reconhecimento da comunidade LGBTQIA+, a homossexualidade, incluindo a experiência lésbica, foi classificada como um transtorno mental, refletindo uma perspectiva patologizante que via essas identidades como desvio ou anomalia. Embora a homossexualidade tenha sido removida dos principais manuais diagnósticos, como o DSM e o CID, essa lógica ainda persiste em várias esferas sociais. O movimento para despatologizar a homossexualidade envolveu um esforço significativo por parte de profissionais da psicologia e ativistas para que essas expressões de sexualidade fossem reconhecidas como variações normais da experiência humana, e não como doenças a serem tratadas

A resolução de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que condena a chamada "cura gay", foi um marco importante nesse processo, reafirmando o compromisso da psicologia com os Direitos Humanos e a ética profissional. No entanto, mesmo com avanços legais e teóricos, a psicopatologização persiste em micropolíticas do cotidiano. Preconceitos e estigmas continuam a operar de forma insidiosa, influenciando a maneira como as experiências lésbicas são percebidas e tratadas na sociedade. As mulheres lésbicas frequentemente enfrentam questionamentos sobre sua capacidade e legitimidade, tanto em

contextos pessoais quanto profissionais. A persistência de estereótipos e discriminação contribui para uma experiência contínua de marginalização e invisibilidade. Essas dinâmicas mostram como a patologização da experiência lésbica não apenas sobrevive em práticas e atitudes individuais, mas também continua a ser uma força que molda a interação social, as políticas públicas e até mesmo instituições como uma classe trabalhadora.

Partindo especialmente da leitura foucaultiana, os autores tomam a análise de que a patologização dos comportamentos e desejos homoeróticos deve ser entendida como desse processo de patologização das alteridades (Garcia & Mattos, 2019). No Brasil, a psiquiatria, fundamentada na teoria da degenerência, ou seja, a raça como fundante desse saber, se utiliza também do gênero e sexualidade como elementos importantes no processo da patologização. Mais recente, é perceptível mundialmente o avanço do (neo)conservadorismo atrelado a uma racionalidade capitalista que tem utilizado as instituições como forma de controle social e modos de produção de subjetividades (Brown, 2019), inclusive as novas capturas das orientações sexuais e identidades de gênero de modo a re-enquadrá-las na binaridade de gênero. Com as lesbiandades, isso é perceptível quando tenta-se colocar o papel masculino e feminino no relacionamento entre mulheres e até mesmo no ato sexual, em que passivas são mais femininas e ativas ocupam o papel do homem na relação. São distorções que parte da fixação do que é mulher e homem e não do entendimento de lesbianidades.

Nesse ínterim, surgiram as “terapias de reorientação” sexual nos Estados Unidos na década de 1970, em contextos religiosos diversos (Garcia & Mattos, 2019). Como exemplo, falo da *Exodus*, maior organização de terapia de reversão sexual, fundada por pessoas que se diziam “ex-gays” em 1976 nos Estados Unidos. O que se observa é que a concepção de patologia, mesmo atualmente sem fundamento científico, foi e tem sido utilizada como “pano de fundo” por instituições religiosas para tratar o “distúrbio moral e natural” que é negar que homem e mulher como única relação possível diante da ordem de

Deus (Garcia & Mattos, 2019). Essas “terapias” ganham força no Brasil, visto o avanço de ideologias religiosas em diferentes espaços, desde o legislativo com numerosos vereadores, deputados e senadores ligados à igrejas, à inserção em profissões-chaves que corroboram para o olhar regulador sobre a sociedade, como a Psicologia.

Até o fim da década de 1980 a Psicologia não se implicava criticamente com tais questões, o termo homossexualismo foi utilizado e foi comum em outras profissões, guiados pelo olhar psicopatológico da psiquiatria. Tornou-se comum, em conjunto com igrejas evangélicas, psicólogas e psicólogos prestarem serviços de [falsa] cura à homossexualidade a partir de uma suposta recuperação baseada em preceitos cristãos (Garcia & Mattos, 2019, Vezzosi *et al.*, 2019).

Na história da Psicologia, sobretudo ao pensar em uma psicologia social, é possível observar que os próprios profissionais de Psicologia, “surfando” nos movimentos sociais, sanitários, antimanicomiais e democráticos, passaram a refletir sobre o papel político da psicologia, em especial diante da ideia de compromisso social da profissão (Silva, 2005). Diante disso, a Psicologia historicamente tem se posicionado e disputado o saber/fazer acerca dos gêneros e sexualidades (Pizzanato, Almeida-Segundo & Uziel, 2020).

De modo geral, os movimentos sociais estiveram à frente das mudanças legislativas no Brasil, a resolução supracitada por exemplo, 01/1999, foi fruto de denúncias que movimentos LGBTQIA+ à época fizeram para o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Importante destacar que o fazer ético-político da Psicologia está também em potencializar e apoiar os movimentos sociais, uma *práxis* psicológica que ocorre em aliança entre movimentos e coletivos junto à academia. Como Val reitera ao falar do seu ativismo intelectual e acrescento, fazer ético também:

[...] eu entendo que a militância ela precisa ir para a rua, e a gente vai para a rua, mas **ela precisa de uma formação também**, por que **se não se torna uma militância espontaneista**. Então de vivência, militância, hoje eu me classifico mais como uma militante acadêmica a partir dos meus estudos e da reprodução deles e da socialização de ideias. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

A partir da literatura estudada, ainda é presente profissionais da Psicologia considerarem as diversas orientações sexuais, ou seja, os relacionamentos homoafetivos, como doenças, distúrbios morais ou desvio de uma norma celestial (Melo, 2018; Cavalcanti, Carvalho & Bicalho, 2019; Silva, 2020; Vezzosi *et al.*, 2019; Garcia & Mattos, 2019, Santana & Melo, 2021). A terapia de reversão sexual continua sendo “vendida” mesmo que de forma mascarada, sobretudo por pessoas que consideram possível atuar enquanto psicólogas cristãs e psicólogos cristãos. O próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) diz que não existe psicologia cristã e nem que relações homoafetivas são doenças ou desvios de comportamentos para serem tratadas.

A sexualidade é uma categoria importante, com diferentes possibilidades de entendimentos epistemológicos e ontológicos. Para a medicina, ela foi entendida como um componente da subjetividade humana, sendo a homossexualidade uma variante da sexualidade, e, dessa forma, retira o entendimento de doença do “homossexualismo”. Primeiramente essa mudança foi feita pela Associação Americana de Psiquiatria, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), posteriormente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), retirando o diagnóstico da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). Este último foi feito na década de 1990, embora as práticas de “reorientação sexual” tenham prevalecido no Brasil.

Foi comum nos últimos anos a tentativa de derrubar o posicionamento ético da psicologia diante o atendimento às orientações sexuais, como em 2017 com a tentativa de mudar a **Resolução 01/1999** de forma a dar abertura a práticas que ferem os princípios dos direitos humanos, dentre elas, uma suposta “cura gay” a partir da readequação à heterossexualidade. Em 2019, a **Resolução CFP nº 03/2019** reforçou o compromisso com os direitos humanos e a não discriminação, destacando a necessidade de práticas inclusivas e respeitadas. Além disso, o CFP publicou o manual “Direitos Humanos e Psicologia” e diversas cartilhas que orientam sobre o respeito à diversidade e combate à patologização. A **Resolução CFP nº 09/2018** estabelece diretrizes específicas para a atuação com pessoas trans e travestis, garantindo reconhecimento de identidade de gênero e respeito às demandas de nome social. Essas normas e documentos orientam a prática profissional, promovendo um ambiente de acolhimento e respeito para todas as identidades.

A noção de sexualidade está em disputa, o feminismo lésbico, por exemplo, destaca a importância da sexualidade como uma dimensão política essencial na crítica ao patriarcado, enfatizando a autonomia das mulheres na definição de suas identidades sexuais e românticas, além de valorizar as relações entre mulheres como formas legítimas de intimidade fora dos padrões heteronormativos.

Sobre o feminismo lésbico, este emergiu como uma contracorrente que desafiou normas patriarcais e androcêntricas não apenas em esferas públicas, mas também nas esferas privadas e pessoais. Este movimento, enriquecido por pensadoras como Audre Lorde e Adrienne Rich, e caracterizado por sua crítica ao patriarcado e sua valorização da identidade feminina, introduziu conceitos como o "pessoal é político", frase célebre do movimento feminista como um todo. As feministas lésbicas rejeitaram hierarquias sociais e enfatizaram a construção de um novo mundo fora da dicotomia tradicional de gênero e sexualidade. No entanto, enfrentaram resistência, tanto dentro do próprio movimento feminista quanto em

outras esferas sociais, por suas reivindicações específicas e radicalidade. Dessa forma, o feminismo lésbico é uma ramificação desse descontentamento e experiências de lesbofobia dentro do próprio movimento de mulheres.

O feminismo lésbico emergiu na década de 1970 como uma resposta crítica tanto ao movimento feminista dominante quanto ao movimento LGBT da época. Embora tenha contribuído significativamente para a visibilidade e o reconhecimento dos direitos das mulheres e da diversidade sexual, enfrentou várias tensões. O movimento feminista tradicional frequentemente negligenciou as questões específicas das lésbicas, priorizando temas relacionados a mulheres heterossexuais. Por outro lado, o movimento LGBT, embora tenha promovido a visibilidade de gays e travestis, não integrou completamente a crítica ao sexismo e à subordinação das mulheres no seu discurso. Isso resultou na marginalização das lésbicas e na perpetuação de uma hierarquia interna dentro do movimento LGBT. A interseção entre esses movimentos revela a necessidade de um questionamento mais profundo da heteronormatividade e do androcentrismo para uma transformação mais efetiva nas relações de gênero e sexualidade. (Soares & Costa, 2014).

Soares e Sardenberg (2011) ao analisarem sobre a temática no campo feminista brasileiro explora as tensões entre feminismo e lesbianidade no Brasil, destacando como o movimento feminista frequentemente estigmatiza e marginaliza as questões lésbicas. Muitas feministas foram desqualificadas ao serem associadas à lesbianidade, o que reforça estereótipos negativos e enfraquece suas propostas. Embora o feminismo tenha promovido a “liberdade sexual” e permitido que muitas mulheres se assumissem lésbicas, o movimento resistiu a integrar plenamente a questão lésbica em sua agenda política, devido a pressões sociais e necessidade de manter alianças políticas.

Essa movimentação ocorre no mundo, na pesquisa de Magalhães (2010) há uma análise da evolução do feminismo lésbico em Portugal, destacando como o Grupo de

Mulheres do Porto não via sua luta como uma batalha contra os homens, mas contra o sexismo e a misoginia predominantes. As mulheres envolvidas no grupo enfrentavam a acusação de serem lésbicas como um insulto, mas as mais novas aceitavam essa identidade sem constrangimento. Através de um ativismo político, rejeitaram a heterossexualidade compulsória e criticaram o modelo dicotômico da sociedade patriarcal. O grupo promoveu discussões sobre a sexualidade feminina, a crítica da linguagem e a produção cultural feminina, ampliando as possibilidades de expressão e resistência dentro da sociedade patriarcal. A articulação e a presença de lésbicas foram essenciais para o desenvolvimento e a radicalização do movimento feminista. Algo que Alice citou que foi frequente também no movimento de mulheres no Brasil encontra dificuldades em visibilizar as pautas das mulheres lésbicas e que por isso foi necessário construir a Facção Lesbofeminista, dentre outras que surgiram no mesmo período.

As autoras brasileiras Guacira Louro e Berenice Bento também fazem suas apostas. Louro (2000) contribui para essa discussão com uma abordagem interseccional, que reconhece as complexas interações entre gênero, raça e classe na configuração das experiências sexuais. Ela desafia as normas sexuais dominantes e promove uma sexualidade política que não apenas confronta o patriarcado, mas também critica as estruturas de poder coloniais e racistas. Já para Bento (2017) propõe uma análise queer que questiona as normas heteronormativas e cisnormativas, enfatiza as experiências de pessoas trans e as complexidades de suas identidades sexuais dentro de um contexto de resistência e afirmação.

As práticas psicológicas também é um território em disputa. Na pesquisa de Vezzosi *et al.* (2019), dos 692 participantes dessa, 29,48% dos profissionais de Psicologia possuem “atitudes corretivas” (correção de manifestações espontâneas das orientações sexuais não heterossexuais) quando solicitado por pacientes e 12,43% o fazem mesmo quando não solicitado pelo paciente; sendo mais comum, segunda a amostra em psicoterapeutas

cognitivos/comportamentais e de abordagens sistêmicas. No tocante a isso, apresento na íntegra o resultado:

Os(as) terapeutas familiares/sistêmicos apresentaram os maiores escores na maior parte dos pressupostos, dentre eles o de que a homo/bissexualidade é resultado de dinâmicas familiares patológicas/disfuncionais (53,33%, $n = 32$), de que são causadas por um trauma (45,00%, $n = 27$) e de que seriam produtos de uma falha de identificação com o próprio papel de gênero (48,33%, $n = 29$). Por outro lado, os(as) terapeutas cognitivo-comportamentais apresentaram maior prevalência na crença de que a homo/bissexualidade é uma patologia (11,43%, $n = 20$) e de que uma pessoa homossexual/ bissexual deve experimentar contato físico ou sexual com uma pessoa de outro gênero para ter certeza de sua homossexualidade/bissexualidade (30,29%, $n = 53$). Os(as) terapeutas de abordagens psicodinâmicas/psicanalíticas, por sua vez, obtiveram altas frequências nas crenças de que a homossexualidade/bissexualidade é consequência de uma identificação maior/excessiva com um dos genitores (69,04%, $n = 165$) e de que existe uma causa para estas orientações sexuais (54,39%, $n = 130$) (Vezzosi *et al.*, 2019, p. 180).

Esses dados são dos profissionais com conselho de classe ativos que fazem "atitudes corretivas" em seus atendimentos psicológicos. Observa-se que os profissionais que se baseiam em abordagens sistêmicas são os principais profissionais que aplicam atitudes corretivas à homossexualidade quando não solicitado pelos pacientes. O estudo ainda aponta que as próprias abordagens têm bases patologizantes sobre variantes que desvirtuam à normatividade para além das sexualidades, o que corrobora para que com elas, também seja

exercido pensamentos retrógrados e já sem base científica como o entendimento da homossexualidade como desvio de comportamento de que pode ser reparado. Portanto, mostram que alguns profissionais não caminham junto às transformações da sociedade e acabam por cristalizar suas próprias teorias, sobretudo quando aliam elas à crenças religiosas. Os profissionais de psicologia devem se basear no Código de Ética Profissional que toma como base os Direitos Humanos e a Constituição Federal brasileira. Os autores finalizam o estudo remetendo a uma atuação com base ética que deve compreender as orientações sexuais, acolher as pessoas que chegam em busca de cuidado e não patologizar ou criminalizar tais sujeitos (Vezzosi *et al.*, 2019).

Tal pesquisa apresentada é preocupante por mostrar o quanto ainda está ativo uma percepção errada sobre as orientações sexuais e identidades de gênero, mesmo depois de muitos anos da Resolução 01/1999, Resolução 001/2018 que dispõe sobre a despatologização das transexualidades e da Resolução 08/2022, a qual estabelece normas de atuação para profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não-monossexuais. Complementando tal estudo, embora essa amostra seja pequena diante do número de profissionais de Psicologia no país, é necessário visibilizar a cis-hétero-norma que está na base da Psicologia, visto que ela contribui historicamente para os arranjos cisnormativos (Fuchs, Hining & Toneli, 2021). Ou seja, a Psicologia tem ainda muito a aprender no tocante ao atendimento ético, acolhedor e político diante da diversidade acerca dos gêneros e sexualidades.

Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado um crescente fortalecimento do discurso antigênero, um fenômeno que está intrinsecamente ligado à ascensão da extrema direita tanto no país quanto em outras partes do mundo. Este movimento conservador tem buscado deslegitimar as questões de gênero e reverter os avanços significativos em políticas de igualdade e direitos de diversidade sexual e identidade de gênero.

O discurso antigênero que tem ganhado força no Brasil é caracterizado por uma retórica frequentemente chamado de “ideologia de gênero” (Butler, 2019a, 2019b). Cabe ressaltar que não existe uma ideologia de gênero como é ela “vendida”, uma tentativa de subverter os papéis tradicionais de gênero e a estrutura familiar, promovendo uma agenda que, segundo eles, prejudica a coesão social e a moralidade. Essa perspectiva frequentemente se baseia na ideia de que a aceitação da diversidade de gênero e sexualidade é uma forma de “imposição de ideologias”, que ameaça a “natureza” das relações humanas e a estabilidade da sociedade. Se falássemos de uma ideologia de gênero, seria pela imposição hegemônica do gênero e sexualidade ao longo da formação do ocidente como temos apresentado aqui. Nesse sentido, o discurso antigênero que emerge no Brasil pode ser visto como uma tentativa de reafirmar e rigidificar normas de gênero tradicionais, em resposta às pressões para a mudança e para a inclusão de novas perspectivas sobre identidade, portanto é uma estratégia para manter estruturas de poder e controle que beneficiam grupos conservadores e hegemônicos.

O fato é que o termo tem sido usado para desqualificar e rejeitar debates e políticas que envolvem identidade de gênero e sexualidade, alegando que essas discussões representam uma ameaça aos valores tradicionais e à moralidade familiar. Essa falácia é tão inapropriada que um anencéfalo não deveria ser capturado por isso, mas em um país em que há muitos alienados, não é difícil acreditar nesses absurdos. Esse discurso, promovido por políticos e movimentos conservadores, sugere que as políticas de gênero e a educação sexual são formas de doutrinação ideológica que corroem os fundamentos da sociedade. Um dos exemplos para compreender a força desse discurso é a eleição presidencial de 2018, em que foi veiculado fake news sobre a instauração de uma “ditadura gayzista” caso o candidato do PT ganhasse as eleições. Lembro que na época criaram imagens de uma Kit Gay que seria distribuído nas escolas, tendo até uma “mamadeira de piroca” e que o objetivo era tornar as crianças gays. Esse discurso divulgado sobretudo em grupos de WhatsApp foi essencial para

o enfraquecimento da campanha do PT em várias localidades do país. E desde então, ainda fortalece campanhas que pautas temas do tipo, não à toa que temos em 2024 um dos cenários mais reacionários no legislativo, embora Lula tenha retornado para a presidência. Um país democrático, as políticas públicas e leis passam pela Câmara de Deputados, Senado e afins. Mesmo a participação popular sendo reativada, ainda vivemos períodos de retrocessos.

Neste tópico, discuti sobre a interseção das identidades lésbica e negra através das experiências de Luanna, Lídia, Lila e Snoh. Foi, então, analisado como a intersecção entre lesbianidade e negritude molda as vivências dessas mulheres, destacando a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender a complexidade dessas experiências. Além de abordar as opressões enfrentadas, enfatizamos a capacidade de resistência e re-existência dessas mulheres frente a cenários adversos. As narrativas revelaram o papel crucial da religião na formação das experiências de lesbianidade. Em muitos casos, instituições religiosas conservadoras promovem discursos de ódio e exclusão, intensificando a lesbofobia e a discriminação. A análise mostra que, para muitas participantes, a religião funciona como um espaço de opressão e violência, que nega e marginaliza suas identidades. No entanto, a religião também pode servir como um espaço de acolhimento e reconfiguração, onde algumas participantes encontram apoio e comunidades de resistência. Esse duplo papel da religião está imbricado no contexto sociopolítico de ascensão neoconservadora, que utiliza a defesa de valores cristãos como uma forma de reforçar normas cisheteronormativas e atacar pautas de gênero e sexualidade. A família, como espaço de socialização primária, também desempenha um papel ambíguo. Por um lado, é frequentemente um local de lesbofobia e rejeição, especialmente em contextos conservadores onde a heteronormatividade é rigidamente imposta. Por outro lado, a família pode oferecer suporte e aceitação, dependendo das dinâmicas e das mudanças nas atitudes familiares. A capacidade de (r)existência das participantes se manifesta na maneira como elas navegam e transformam essas experiências

familiares adversas. O contexto sociopolítico atual, caracterizado por discursos de ódio e defesa da "família tradicional", agrava esses conflitos, mas também impulsiona a formação de novas estratégias de afirmação e apoio dentro e fora do ambiente familiar. O cenário sociopolítico brasileiro, marcado por um aumento no discurso de ódio e na defesa da heteronormatividade, tem um impacto significativo nas experiências das participantes. A ascensão do conservadorismo e a ênfase na "defesa da família" e dos "valores cristãos" contribuem para a intensificação da lesbofobia e da violência de gênero. Esse contexto reforça a necessidade de estratégias de resistência e afirmação das identidades não normativas.

A Psicologia brasileira tem sido um campo de disputa, com a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) enfrentando ataques de setores conservadores que buscam reverter avanços na despatologização da homossexualidade e legitimar práticas de "cura gay". O embate entre práticas psicoterapêuticas inclusivas e patologizantes reflete a polarização social sobre gênero e sexualidade. A psicologia pode ser uma aliada fundamental na resistência e na promoção de um entendimento mais inclusivo das identidades sexuais, mas também está sujeita a pressões para alinhar-se com discursos conservadores. Apesar das opressões vividas, as mulheres entrevistadas demonstram notável capacidade de (r)existência. Elas desenvolvem estratégias criativas e táticas para afirmar suas identidades, desafiar normas opressivas e criar espaços de apoio e visibilidade. A análise ressalta como essas mulheres utilizam suas experiências para subverter normas, enfrentar a lesbofobia e promover uma inclusão mais justa, evidenciando a complexidade e a resiliência das suas lutas.

Este capítulo explorou as complexidades da lesbofobia e suas manifestações no contexto familiar e religioso, utilizando experiências pessoais e entrevistas para análise. As narrativas de Snoh, Rebeca, Edna, Lídia e Marcyinha ilustram as respostas e estratégias de enfrentamento diante da intolerância e da violência, destacando como essas experiências pessoais se entrelaçam com as dimensões mais amplas de opressão e resistência. A análise

proporciona um entendimento mais profundo da lesbofobia e das formas de resistência em contextos familiares e religiosos, evidenciando como essas questões evoluem ao longo das décadas e impactam a vida cotidiana das pessoas LGBTQIA+. Além disso, o texto aborda como a infância e as expectativas de gênero impõem uma carga significativa sobre essas pessoas, discutindo a violência e repressão enfrentadas desde cedo e mostrando como a biopolítica e o controle social moldam suas experiências.

6.2 Expressões de lesbofobia: uma análise socioinstitucional

O objetivo deste tópico é investigar as múltiplas facetas da lesbofobia na vida cotidiana das mulheres lésbicas, examinando como essa forma específica de discriminação interage com outras estruturas de opressão, como o machismo, o capitalismo e a homofobia. Busca-se revelar a interconexão entre a lesbofobia e essas formas de opressão, demonstrando como patriarcado e capitalismo contribuem para a marginalização das mulheres lésbicas. A pesquisa também analisa a variação da lesbofobia em diferentes contextos geográficos, culturais e socioeconômicos, destacando suas manifestações específicas em locais como o Ceará. Além disso, investiga a criminalização e estigmatização das mulheres lésbicas, enfatizando a influência de estereótipos negativos e práticas legais discriminatórias. Outro aspecto abordado é a internalização de normas patriarcais pelas próprias mulheres lésbicas, que podem reproduzir essas normas como uma estratégia de adaptação e sobrevivência. Finalmente, o tópico analisa as estratégias de resistência empregadas pelas mulheres lésbicas para enfrentar a lesbofobia e outras formas de discriminação, oferecendo uma visão crítica das dinâmicas de poder e das práticas de resistência e adaptação.

O **machismo**, ele é **um tentáculo**, ele é um suporte, ele é uma pirâmide, uma coluna **para esse sistema capitalista que aniquilador**, sabe? Um sistema

classista. E que nós LGBTs, nós mulheres lésbicas estamos sendo invisibilizadas, sendo atacados na sociedade (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

A análise das falas das mulheres lésbicas revela uma leitura crítica e profunda das estruturas sociais que permeiam suas vidas, destacando como o machismo, o capitalismo, o racismo, a homofobia e a lesbofobia se entrelaçam para marginalizá-las e inviabilizá-las na sociedade brasileira contemporânea.

Cláudia identifica o machismo como um pilar fundamental que sustenta o sistema capitalista opressor. Ela descreve o machismo não apenas como uma forma de discriminação direta, mas como um suporte estrutural que perpetua a invisibilidade e os ataques contra pessoas LGBTQIA+. Essa análise ressalta como o sistema patriarcal não só reforça a dominação masculina, mas também marginaliza e oprime mulheres lésbicas e outras identidades não heteronormativas.

Alice, por sua vez, aponta o Ceará como um lugar onde experimentou o maior nível de discriminação e preconceito. Em suas palavras: **"O Ceará foi o lugar que até então eu mais fui discriminada,** o lugar onde mais sofri preconceito." (Alice, 23/10/2021, entrevista). Isso ilustra como contextos geográficos específicos podem intensificar as experiências de exclusão e violência para mulheres lésbicas, mesmo em comparação com outras regiões do Brasil. Essa observação sugere que as dinâmicas locais, culturais e socioeconômicas desempenham um papel crucial na percepção e tratamento das identidades LGBTQIA+.

Cláudia continua sua análise ao contextualizar a vivência das mulheres lésbicas dentro de uma sociedade que é simultaneamente capitalista, racista, machista, patriarcal, homofóbica e lesbofóbica. Ela enfatiza como esses sistemas interconectados não apenas impõem normas restritivas de gênero e sexualidade, mas também afetam profundamente a

vida pessoal e social das mulheres lésbicas, exigindo delas constantes estratégias de adaptação e resistência.

Mitchelle adiciona uma camada de complexidade ao discutir a criminalização das mulheres lésbicas. Ela observa como o sistema legal e penitenciário brasileiro frequentemente marginaliza essas mulheres, associando-as a estereótipos negativos e impondo-lhes uma carga desproporcional de criminalização e punição. Isso revela como as mulheres lésbicas são vulneráveis não apenas a formas diretas de discriminação, mas também à criminalização injusta e ao tratamento desigual perante a lei.

Diziam, mas vocês têm os dados sobre as mulheres lésbicas, se **as mulheres lésbicas são expulsas de casa**, elas vão ser exploradas, pelo mercado do corpo, mercado de drogas, muitas mulheres são mulas, levam drogas e tal, e aí é outra coisa. Se você for no presídio feminino aí você vai ver outra realidade também sobre a questão da lesbianidade em privação de liberdade, é muito doido isso, se você for ver quem são as mulheres lésbicas e os crimes que elas cometeram, ou é tráfico de drogas ou se envolveu em uma briga e matou alguém por conta de alguém que ia matar ela, é isso, não tem assim, poucas estão no sentido de crime organizado, não é essa a pegada, as lésbicas que estão presas é por outra coisa (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Esse machismo atua de diferentes formas, Cláudia aborda a questão das mulheres que reforçam o machismo em suas atitudes sem culpabilizá-las, mas reconhecendo que também são subjetivadas dessa forma, traz à tona uma reflexão importante sobre como as estruturas sociais moldam não apenas as experiências das pessoas marginalizadas, mas

também influenciam as percepções e comportamentos daqueles que aparentemente se beneficiam dessas estruturas.

E quantas de nós não temos essas posturas machistas, porque ela é tão forte, ele é tão sutil esse sistema, que a gente vai perpetuando, a gente vai criando nossos filhos e a gente se torna às vezes tão..., pra lidar com isso, porque somos bombardeados 24h. **A gente tem essas posturas machistas.** E é isso, a minha jornada e de muitas mulheres é tripla, são várias, são muitas e nós queremos só sermos felizes (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Cláudia faz uma leitura social sobre como muitas mulheres acabam reproduzindo atitudes machistas devido à sutileza e à onipresença desse sistema opressor. A subjetividade é produzida também por estruturas sociais, dispositivos complexos como o patriarcado, instituições disciplinares como ideia de família nuclear, pela internalização de normas e papéis sociais, age também na produção de desejos e identidades construídas e limitadas por estruturas de poder-saber.

Isso nos leva a considerar como a socialização e a educação dentro de um sistema patriarcal podem internalizar normas de gênero que perpetuam desigualdades. Mulheres, mesmo as que são vítimas do machismo em diferentes graus, podem reproduzir comportamentos machistas devido à pressão social, à falta de educação crítica sobre questões de gênero e à busca por aceitação dentro de um contexto que valoriza padrões tradicionais de masculinidade e feminilidade.

Além disso, a perpetuação do machismo por parte de mulheres também pode ser uma forma de reproduzir a própria sobrevivência dentro de um sistema que as marginaliza. Isso ocorre porque desafiar as normas estabelecidas pode significar enfrentar sanções sociais,

econômicas ou mesmo físicas. A manutenção desses comportamentos pode ser percebida como uma estratégia de adaptação para garantir segurança e aceitação em um contexto onde as consequências de desafiar o status quo podem ser severas.

As provações das participantes por vezes convidam para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder e das influências estruturais que moldam as identidades e comportamentos das mulheres dentro de uma sociedade patriarcal. O sistema cisheteropatriarcal, por exemplo, requer não apenas responsabilizar indivíduos, mas também desafiar e transformar as normas e instituições que perpetuam desigualdades de gênero. Isso implica em promover uma educação crítica desde cedo, criar espaços de diálogo e reflexão sobre as relações de gênero e trabalhar para construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Em uma sociedade patriarcal, os mecanismos de opressão são não apenas perpetuados, mas frequentemente atualizados para se adequarem às mudanças sociais e culturais. Um desses mecanismos é a LGBTfobia, que reflete não apenas o preconceito contra pessoas LGBTQIA+, mas também a tentativa de reforçar normas de gênero e sexualidade dentro de um sistema hierárquico e tradicionalmente masculino. Essa forma de discriminação se manifesta não apenas em atos individuais de violência e exclusão, como descrito nos relatos anteriores, mas também através de políticas e estruturas institucionais que marginalizam e desempoderam aqueles que desafiam as normas heteronormativas estabelecidas.

E o preconceito pra mim que sou uma mulher lésbica, mãe e uma mulher que a gente vive em uma sociedade capitalista e que nós **não temos nenhum valor monetário pra esse sistema**, somos taxadas de tudo, de safada, sem vergonha,

‘como é que uma velha dessa não se dá ao respeito, né se agarrando com mulher.

(Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

As falas de Cláudia ilustram vividamente como a LGBTfobia se manifesta em diferentes esferas da vida pessoal e profissional, refletindo a maneira como uma sociedade patriarcal institucionaliza mecanismos de opressão. No ambiente de trabalho, Cláudia enfrentou discriminação e exclusão após revelar sua orientação sexual, experienciando desde o isolamento social até a demarcação de eventos sociais por antigas amigas.

Passei muito preconceito. Passei preconceito no local de trabalho, de amigas que me convidaram para um evento, mas depois, quando essas amigas descobriram a minha orientação sexual, desconfiavam, não marcavam, quer dizer, demarcava o evento. E por um tempo isso me machuca. (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Essas atitudes revelam como a LGBTfobia não apenas marginaliza indivíduos LGBTQIA+, mas também serve para manter normas heteronormativas e de gênero dentro de estruturas sociais estabelecidas. Além disso, Cláudia menciona a lesbofobia institucionalizada dentro do seu ambiente de trabalho, onde mesmo os novos estagiários podem ser alvo de preconceito. Esta forma de discriminação, enraizada em práticas e cultura organizacional, não apenas prejudica o bem-estar emocional dos indivíduos, mas também perpetua a exclusão sistemática de pessoas LGBTQIA+ no ambiente de trabalho.

Eu trabalho em uma secretaria [oculta], tem uma questão também da **lesbofobia e da homofobia institucionalizada** e ela é muito cruel, muito cruel e eu às vezes

fico vendo os funcionários falando dos estagiários que chegam e eu já me meto. Quando chega um estagiário eu já me meto, quando chega um estagiário eu já me meto. tem aquela história, uma estrela conhece outra e eu já me aproximo e digo, **olha se tiver algum problema pode me chamar** (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Cláudia também menciona a dualidade de sua identidade lésbica e sua posição como mãe, destacando como essas identidades são estigmatizadas dentro de uma sociedade capitalista que desvaloriza aqueles que não se encaixam em normas de família tradicionais. Portanto, as experiências de Cláudia sublinham a importância de reconhecer e desafiar a LGBTfobia tanto em níveis pessoais quanto institucionais para promover uma verdadeira igualdade e inclusão. As experiências de lesbofobia ao longo da vida são diversas, elas podem ser veladas ou mais explícitas. Os relatos das entrevistadas trazem algumas dessas diferentes experimentações:

Eu sei que tive muita sorte, dentro do meu contexto eu tive muita sorte... À época eu acompanhei todas as minhas amigas adolescentes passando pela mesma coisa, algumas sendo expulsas de casa, outras surradas, outras chantageadas até dizer chega, eu vou lhe dar empresa pra quem era classe A, vou lhe dar uma empresa desde que você saia disso, detetives e detetives pra quem era classe (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

O jornal, acho que lá de São Gonçalo do Amarante fez uma matéria, e eu fiz uma observação, e aí o cara... Um outro eleitor colocou dizendo: "Eu só espero que vocês não venham acabar com a família", e eu resolvi nem responder, porque ia

ficar naquele bate boca. Eu não minto, não vou gastar minha energia nisso (Alice, 23/10/2021, entrevista, transcrição de entrevista)

E quando chega uma piada, uma outra coisa, alguma fala, porque parece que as pessoas esquecem, né? Que a gente tá ali no meio e se acham no direito de fazer algum comentário, alguma gracinha, né? Alguma piada, um comentário... E aí, quem se posiciona rebate logo isso, vai falando sobre (?) essa fala preconceituosa e tudo mais. Agora quem não é assumido, infelizmente tem que receber aquilo ali, recebe aquela dor e internaliza, né? As pessoas que se colocam naquele momento, já faz sim uma fala de defesa (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Então, eu nunca apanhei na rua. Eu nunca fui xingada. Eu acredito que sou uma mulher lésbica com a "passabilidade" (entre aspas), diferentemente das companheiras que são masculinizadas, ou das fame [inaudível], as sapatão caminhoneira, como a agente fala... eu tenho esse passe digamos social, mas que, não é por isso que eu não sofra porque a violência gênero, a violência sexual, ela é algo pluriclassista, pluriracial.. eu só coloco que a dimensão dela, a carga de mais ou menos violência, ela vai depender do corte de raça, do corte de classe, do corte cultural, do corte social. Então, eu acho que isso é um ponto importante (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Com a conjuntura, ele melhorou um pouco, mas sempre defendeu ideias, inclusive já exaltou até a própria ditadura. E quando ele soube ele se fingiu de morto, mas em momentos de embriaguez ele já chegou a quebrar a porta do meu quarto, já

chegou a ir pra cima de mim pra me bater e só não bateu porque meu irmão o segurou (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

Os relatos evidenciam uma realidade complexa e multifacetada de enfrentamento à lesbofobia e outras formas de discriminação. Renata destaca sua sorte dentro de um contexto em que suas amigas enfrentaram consequências severas, como expulsão de casa, violência física e chantagem para abandonar sua identidade sexual. Isso sublinha como a vulnerabilidade às consequências da lesbofobia varia amplamente, influenciada por fatores socioeconômicos e culturais. Alice, ao decidir não responder a comentários preconceituosos durante sua campanha política, ilustra a escolha de não se engajar em confrontos que apenas perpetuariam o ciclo de ódio e desinformação. Sua postura mostra a resolução de não desperdiçar energia em debates infrutíferos, refletindo uma estratégia consciente de preservação emocional e foco em objetivos maiores.

Marcynha ressalta a dualidade de experiências entre pessoas LGBTQIA+ que são assumidas versus as que não são. Ela aponta como pessoas que se assumem frequentemente enfrentam a responsabilidade de defender sua identidade contra comentários e piadas preconceituosas, enquanto aqueles que não são assumidos internalizam a dor e a discriminação, o que pode ser profundamente danoso para o bem-estar emocional e psicológico. Val traz à tona a questão da "passabilidade" e suas complexidades dentro da comunidade LGBTQIA+. Ela reconhece os privilégios que vem com a aparência e comportamento que se alinham mais com as expectativas sociais de gênero, contrastando com os desafios enfrentados por pessoas que não se enquadram nesses padrões. Val também destaca como a violência de gênero e sexual é influenciada por intersecções de raça, classe e cultura, enfatizando a necessidade de uma abordagem interseccional na compreensão e enfrentamento dessas questões.

Apesar disso, essas são experiências de vivências em uma sociedade mais avançada no que se refere à legislação que resguarda as pessoas LGBTQIA+ como aponta Rebeca:

Naquela época havia sim um preconceito maior, uma discriminação maior, havia um olhar diferente, **não era como hoje**, que as coisas estão mais abertas, mais aceitáveis, as pessoas se revelam mais e a sociedade vem aprendendo a ferro e fogo a lidar com isso, nem sempre a respeitar, alguns a respeitar, nem todos, alguns ainda têm resistências, mas ao mesmo tempo eles tem que aceitar porque enfim muitas coisas mudaram, a própria lei a própria questão estatal, institucional (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

A lesbofobia também se expressa no ambiente institucional, um caso que Rebeca compartilhou em um bar de samba foi semelhante a uma que vive, ela disse: “A gente tava no samba uma vez e a gente sofreu uma lesbofobia, [...] **as pessoas da mesa vizinha veio reclamar que a gente tava se beijando**, que a gente tava se amostrando muito” (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista). No meu caso, eu estava em uma pizzaria com minha namorada na época, sua prima e um amigo. Fomos lá para nos divertir, essa minha ex-namorada tinha contado para sua prima que gostava de meninas e a mesma foi acolhedora, então o sentimento era de celebração. Essa pizzaria era em frente a uma igreja evangélica, enquanto esperávamos a pizza, dei um beijo no rosto dela e foi quando uma pessoa que trabalhava no estabelecimento veio dizer que aquele se tratava de um ambiente de família e que uma família da mesa ao lado (tinham acabado de sair do culto) estavam incomodados. Geralmente eu paraliso, mas nesse dia nos levantamos, pois me neguei a consumir no estabelecimento e na rua, em frente ao local em que a família estava, puxei minha ex e dei um

beijo na frente deles que ficaram apavorados com a cena. Renata também vivenciou algo semelhante, expressando inclusive outra forma de reagir:

E uma vez, eu tava lá no aniversário de um amigo meu gay, era uma mesa cheia de viado e sapatão. Aí, o [oculto] chegou, abraçou a mim e a outra pessoa que tava ao meu lado e disse assim: "eu adoro ver gente jovem aqui, eu só não gosto é quando vem aqueles viado e sapatão". Todo mundo era, né? E aí, eu tava com minha namorada na época, aí o aniversariante disse "Eu me senti ofendido", aí minha namorada disse "ofender é tu vir aqui na bodega desse velho e beijar na boca, viado". Enfim, não dou razão a ela, mas eu acho que aquele ali é um espaço dos velhos, da boemia velha da cidade. (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

É importante ressaltar que agora temos uma lei estadual nº 17.480 sancionada em 17 de maio de 2021, que proíbe esse tipo de prática nos estabelecimentos comerciais, fruto das movimentações de ativistas LGBTQIA+ do Ceará, inclusive da Michelle que atua diretamente com esse setor no governo que a implantou.

As experiências narradas por Renata, Snoh e a recente implementação da lei estadual nº 17.480 ilustram a dinâmica complexa e desafiadora das vivências LGBTQIA+ em diferentes contextos e como essas experiências são moldadas pela geografia e pelas normas sociais locais. Renata relata uma situação de resistência e visibilidade ao beijar sua namorada em um ambiente onde a presença de pessoas LGBTQIA+ é marginalizada, destacando uma forma de enfrentamento que busca transformar a percepção social através da afirmação pública de sua identidade. Em contraste, Snoh descreve uma experiência em Teresina, onde a sensação de medo e a necessidade de ocultar as afeições públicas são muito mais intensas do

que em Fortaleza, refletindo um ambiente mais hostil e menos acolhedor para a visibilidade LGBTQIA+. Essas narrativas evidenciam como a aceitabilidade e a inclusão de identidades LGBTQIA+ podem variar significativamente de uma cidade para outra e como o ativismo local, como o promovido por Mitchell e a nova lei que proíbe discriminação em estabelecimentos comerciais, são essenciais para promover mudanças e assegurar direitos.

Apesar de Alice, quando chegou nos anos 1990 em Fortaleza, ter dito que aqui foi o espaço em que ela mais sofreu preconceito, Snoh conta que em Teresina ficou abismada como o medo de represália lá é mais intenso do que em Fortaleza.

Quando eu cheguei em Teresina, eu saía com as minhas amigas, tem um casal de amigas lá, elas são casadas, a gente ia em bares e eu sempre sentia muito uma delas muito agoniada, muito agoniada e eu "bicha porque tu tá assim?" aí ela "não, é porque eu tô com muita vontade de beijar (a esposa dela, que era minha amiga), porque aqui em Fortaleza você vê a galera de mãos dadas, se beijando, em alguns bares, a maioria dos bares e lá até os bares assim, lá em Teresina, quando eu cheguei lá, lá já melhorou bastante, mas quando eu cheguei lá em 2013, os bares homossexuais LGBT eram extremadamente periférico (Snoh, 07/03/2021, transcrição de entrevista)

A disparidade entre os espaços sociais seguros em Fortaleza e a marginalização em Teresina sublinha a necessidade contínua de políticas inclusivas e da visibilidade de movimentos ativistas para garantir a equidade e a segurança para a comunidade LGBTQIA+ em diferentes contextos. Os espaços frequentados por pessoas LGBTQIA+ eram escassos e periféricos, e a visibilidade pública de casais do mesmo sexo era muito limitada em comparação a lugares como Fortaleza. Isso evidencia como a aceitação e inclusão de pessoas

LGBTQIA+ podem variar significativamente de uma região para outra, influenciando diretamente o conforto e a segurança dessas pessoas em seu ambiente social. Em outra situação, ela relata que descreve como foi agredida verbalmente por um homem, que a chamou de "sapatão" de maneira pejorativa. Mesmo com a coragem de revidar normalmente, ela optou por ignorar e continuar, mostrando como situações como essa podem afetar profundamente a pessoa, levando-a a refletir sobre o ocorrido após o choque inicial.

Realmente elaborar, elaborar o que tinha acontecido, essa violência, e eu fiquei com muito ódio, ódio de mim porque eu não revidei na hora. E aí, eu, a minha tia, eu contei pra minha tia, a minha tia não queria mais que eu saísse, não fosse mais caminhar no mesmo horário, e aí eu disse "Ah não, **não vou me acuar não**, foda-se, vou continuar fazendo minha caminhada" e continuei, eu tive um certo medo de reencontra a pessoa, de reencontrar a pessoa, mas não reencontrei, só aconteceu esse caso. (Snoh, 07/03/2021, transcrição de entrevista)

Outros espaços também são comuns às experiências de lesbofobia, como escolas, faculdades, dentro da família e afins.

Como também já sofri bullying, **já sofri lesbofobia na escola**, meus amigos mesmo **me chamavam de sapatão, Maria macho**, isso mesmo nos meus 10/11/12 anos, nessa minha transição da minha infância para minha adolescência. [...] Por exemplo, eu me apaixonei por uma menina, a mãe dela descobriu que a gente tava namorando e a mãe da menina levou a situação para o diretor da escola, eu fui chamada na diretoria, fui chamada atenção, porque eu estava iludindo a filha da menina e não pode, porque **essa questão de mulher com mulher não era**

admitida na escola, era justo isso que eu escutava do diretor (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Desde festa a momentos não, é... como eu falo, **de festa de nascimento a velório assim, nos espaços familiares ela era respeitada e convidada como a minha amiga. Assim como a "amiga" da minha irmã. Minha irmã se relacionava e a família toda sabia, mas não era falado. Não era verbalizado, as companheiras, as namoradas [...]** Ouvei só um momento que isso foi falado de forma mais torcida que foi uma situação que uma outra companheira minha, isso anos depois, tava na minha casa e teve uma situação, uma briga boba entre meus sobrinhos e a gente foi tentar intervir. A gente foi tentar intervir para conversar 'não briguem'.. e aí isso tomou uma proporção que meu pai ah, falou com minha companheira 'não se meta que você não é da família'. Então, negar naquele momento e eu li aquilo como uma violência lésbica [lesbofobia], um não reconhecimento da nossa relação. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

E como mulher lésbica eu fui desrespeitada totalmente, porque os pais não me ouviram, me enganaram, eu pedi ajuda a eles, quando eles me procuraram pra saber se tinha alguma coisa errada e a gente foi arrancada uma da outra, 16 de fevereiro de 2018 [...] Na clínica eu sofri lesbofobia, eu dizia que era a esposa, e eles diziam 'companheira' e eu 'esposa', 'companheira' e eu 'esposa', eu digo, entenda, eu trabalho com direitos humanos, sou mulher da Roberta e eu não vou permitir que nada de ruim aconteça, os pais inicialmente me agradeceram muito, muito, muito porque eu contei, e lá eles fazem tipo uma lavagem cerebral (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista)

Eu tenho esse olhar do movimento como um movimento de ruptura também com esse sistema capitalista, que é o sistema que oprime, é a parte do patriarcado, a parte do machismo, o racismo ele vem todo estruturado dentro desse sistema patriarcal também, e aí eu me encontro nesse lugar (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Diante dessa lesbofobia cotidiana, como produzir formas de continuar existindo? É quase como falar de sobrevivência e existência apesar de, como coloca Mombaça (2021). Vidas negadas, amores rotulados, sentimentos silenciados e experiências invisibilizadas. Tantos maus encontros que padecem a vida (Espinosa, 2009), a produção do gueto, da sapatônica, do ambiente seguro passa a ser o nós, você por si só, ou você com as demais.

Em Fortaleza, onde os espaços sociais seguros para pessoas LGBTQIA+ são mais visíveis, a militância pode se focar na afirmação pública e na transformação das normas sociais. Renata exemplifica essa resistência ao desafiar diretamente comportamentos discriminatórios em eventos sociais, enquanto Snoh destaca a escassez e a marginalização dos espaços LGBTQIA+, o que intensifica a necessidade de estratégias de sobrevivência e visibilidade. Luanna e Val relatam a lesbofobia em contextos como a escola e o ambiente familiar, onde a negação e a violência simbólica refletem uma tentativa de invisibilizar e silenciar suas identidades. Fernanda, por sua vez, enfrenta a lesbofobia em contextos institucionais, evidenciando a necessidade de uma militância que também aborde as violências estruturais e sistêmicas. Mitchelle oferece uma perspectiva crítica sobre a militância como uma forma de ruptura com sistemas opressivos mais amplos, como o capitalismo e o patriarcado, e como uma construção coletiva de resistência e visibilidade.

Então, isso pra mim era bem, a escola era um espaço, que eu não aguentava muita homofobia, eu brigava com os meninos direto, quando eu via com os outros. Então eu tinha muita resistência com esse parâmetro da escola do jeito que é, entendeu, não tinha proteção, não tinha esse negócio de proteção, e os professores que eu sabia que eram gays eles tentavam se esconder, esconder a sexualidades deles [...] Eu venho me fortalecer a partir de um debate de movimento social, de um debate de movimento político, de um debate feminista, me envolvo com o feminismo, me vejo nesse lugar, vejo o machismo no movimento gay, no movimento LGBT, não é porque é LGBT que não é machista, muito pelo contrário, muitos deles reafirmam isso, não é porque é travesti que não é machista, muitas reafirmam isso. Hoje a gente consegue diferenciar, travesti de transsexuais, mesmo que internacionalmente não existe, travesti só existe no Brasil (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Neste tópico, investigamos as múltiplas facetas da lesbofobia que permeiam a vida cotidiana das mulheres lésbicas, revelando como essa forma específica de discriminação interage com outras estruturas de opressão, como o machismo, o capitalismo e a homofobia. Os relatos das entrevistadas evidenciam como a lesbofobia não apenas marginaliza indivíduos LGBTQIA+, mas também serve para sustentar normas heteronormativas e de gênero estabelecidas.

A análise das experiências compartilhadas ilustra que a lesbofobia pode manifestar-se de maneira velada ou explícita, afetando diferentes aspectos da vida das mulheres lésbicas, desde ambientes educacionais e familiares até instituições e espaços públicos. A discriminação não se limita a um contexto específico, mas varia significativamente de acordo com o local e o ambiente socioeconômico. A disparidade

observada entre cidades como Fortaleza e Teresina, por exemplo, destaca a necessidade de políticas inclusivas e visibilidade de movimentos ativistas para garantir a equidade e a segurança para a comunidade LGBTQIA+.

Os relatos de Renata e Snoh evidenciam como a resistência e a afirmação pública da identidade são estratégias de enfrentamento crucial para lidar com a lesbofobia. Enquanto Renata desafia diretamente comportamentos discriminatórios, Snoh se depara com a necessidade de estratégias de sobrevivência em ambientes mais hostis. Por outro lado, Luanna e Val enfrentam a lesbofobia em contextos mais íntimos, como a escola e o ambiente familiar, onde a violência simbólica e a negação das suas identidades refletem tentativas de invisibilização e silenciamento.

Fernanda destaca como a lesbofobia também pode ser institucionalizada, revelando a necessidade de uma militância que aborde não apenas as violências pessoais, mas também as estruturais e sistêmicas. Mitchell, por sua vez, oferece uma perspectiva crítica sobre a militância como uma forma de ruptura com sistemas opressivos mais amplos, como o capitalismo e o patriarcado, propondo uma construção coletiva de resistência e visibilidade.

Essas experiências, desde a discriminação explícita em espaços públicos até as formas mais sutis de violência simbólica, ressaltam a importância de uma abordagem interseccional na luta contra a lesbofobia. A militância, tanto em seus aspectos pessoais quanto institucionais, surge como uma ferramenta fundamental para desafiar e transformar as estruturas de opressão que perpetuam a marginalização das mulheres lésbicas. Assim, a construção de ambientes mais inclusivos e a promoção de uma verdadeira igualdade requerem um esforço contínuo para enfrentar e dismantelar as diversas formas de discriminação que essas mulheres enfrentam diariamente.

O que foi colocado pelas entrevistadas é que o ser político, o ser coletivo no fazer político feminista ou estudantil, quando não ambos em conjunto, tem sido a principal

estratégia de enfrentamento à todas as necro–bio-tecnologias de gênero que almejam aniquilar alteridades, sobretudo essas mulheres que rompem com os padrões de gênero e sexualidade.

7 “EU VENHO ME FORTALECER DENTRO DESSE PROCESSO POLÍTICO⁵¹”: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA NO CEARÁ

A militância de lésbicas é atravessada pela necessidade de enfrentar e resistir a contextos de lesbofobia e marginalização. Essas experiências sublinham a importância da militância como um meio de garantir reconhecimento e proteção, e de lutar contra o apagamento das identidades lésbicas e suas relações. A militância, assim, não é apenas um espaço de afirmação identitária, mas um campo de luta política e social que enfrenta as múltiplas camadas de opressão e busca criar ambientes mais seguros e inclusivos. Essas narrativas destacam a militância como um processo dinâmico e multifacetado que envolve não apenas a visibilidade e a resistência, mas também a construção de redes de apoio e a transformação das condições sociais que perpetuam a lesbofobia e a marginalização. Em suma, a militância surge como uma prática essencial para enfrentar a lesbofobia, garantir a segurança e a inclusão, e promover mudanças estruturais na sociedade.

Essa militância lésbica tem uma trajetória rica e significativa, refletindo tanto conquistas notáveis quanto desafios persistentes. O Grupo Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará (LAMCE), o Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais do Ceará (CLESC), Tambores de Safo e o Coletivo Parada na delas exemplificam o impacto e a importância da luta por visibilidade e inclusão das mulheres lésbicas na cidade e no estado do Ceará. Desde a sua fundação em 2004, o LAMCE desempenhou um papel crucial na ampliação da presença e do reconhecimento da população lésbica, através de iniciativas como a criação do Centro de Referência LGBT e a organização de eventos marcantes. O Parada na Delas, por sua vez, surgiu da necessidade de um espaço específico para abordar as demandas e desafios únicos enfrentados pelas mulheres lésbicas e bissexuais, promovendo ações como o Dia da

⁵¹ Frase proferida por Michelle.

Visibilidade Lésbica e engajando-se com instituições locais para garantir um suporte mais abrangente.

Esses movimentos refletem um esforço contínuo para enfrentar a invisibilidade e a discriminação que as mulheres lésbicas frequentemente encontram, tanto dentro do próprio movimento LGBTQIA+ quanto na sociedade em geral. A complexidade da visibilidade e os desafios enfrentados são evidentes nas ações e nas estratégias desses grupos, que buscam não apenas o reconhecimento, mas também a transformação social necessária para garantir justiça e equidade. A análise da trajetória desses movimentos oferece uma visão abrangente sobre o avanço da militância lésbica em Fortaleza e a necessidade contínua de esforços para superar barreiras institucionais e socioculturais.

O movimento lésbico no Ceará, ao longo das últimas décadas, tem desempenhado um papel crucial na luta por visibilidade e inclusão, enfrentando uma série de desafios e obstáculos significativos. Desde a resistência inicial à falta de reconhecimento dentro de movimentos mais amplos até a necessidade de uma estrutura organizada e formalizada, as ativistas têm mostrado uma notável determinação em avançar a causa das mulheres lésbicas e bissexuais. Esta trajetória é marcada pela criação de grupos como o LAMCE, Tambores de Safo, Coletivo Parada na Delas e o CLESC, bem como pela realização de eventos emblemáticos como o "Agosto Delas", que destacam a importância da mobilização coletiva e da inovação na promoção dos direitos e da presença das lésbicas na sociedade. No entanto, apesar dos avanços, a luta continua a ser complexa e multifacetada, revelando a necessidade contínua de apoio institucional e uma transformação social profunda para garantir a verdadeira inclusão e equidade para as mulheres lésbicas e bissexuais.

A trajetória de desconstrução pessoal e política das mulheres lésbicas é amplamente moldada pela participação em movimentos feministas e coletivos, que transformam a percepção das suas identidades e práticas. Inicialmente voltadas para a

inclusão, essas mulheres passam a focar na transformação social e na luta por direitos mais amplos. Espaços coletivos desempenham um papel crucial, oferecendo suporte emocional e intelectual, promovendo o autoconhecimento e facilitando a resistência contra a lesbofobia e outras formas de opressão. A militância é essencial para a construção de autoestima e visibilidade, e embora haja avanços legais, desafios persistem, especialmente em regiões fora dos centros tradicionais de visibilidade. A importância da visibilidade e da representação no movimento LGBTQIA+, bem como a necessidade de continuar a luta contra a despolitização e a resistência à implementação de direitos, são evidentes na experiência das mulheres lésbicas e na evolução do ativismo contemporâneo.

Particularmente, esse capítulo é produzido com meu último fôlego é mais descritivo do que analítico, é mais memorístico, narrativo, vivido, é o próprio devir sapatão das linhas de forças que constituem, a partir dessas mulheres, o rizoma entre lesbianidades, (r)existência, subjetividade e militância. Que do fôlego, constitua respiro.

7.1 “Nenhum amor na minha vida pode ser maior do que a minha militância⁵²”: desafios e possibilidades da organização política a partir das narrativas das experiências de militância de mulheres lésbicas

O objetivo desse tópico é analisar e sintetizar a trajetória e o impacto dos movimentos lésbicos em Fortaleza, destacando o papel fundamental do Grupo Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará (LAMCE) e do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais do Ceará (CLESC). O texto visa oferecer uma compreensão abrangente das conquistas, desafios e estratégias desses grupos ao longo do tempo, evidenciando a importância de suas ações para a visibilidade e inclusão das mulheres lésbicas e bissexuais na cidade e no estado. Além disso, busca refletir sobre a evolução da militância lésbica, as complexidades da

⁵² Fala proferida por Alice.

visibilidade e a necessidade de continuar lutando contra a discriminação e a invisibilidade dentro do movimento LGBTQIA+ e na sociedade em geral.

O cenário de enfrentamento à lesbofobia na cidade de Fortaleza, foi concomitante ao enfrentamento da LGBTfobia, caracterizando assim um movimento misto. Essa luta nasce primeiro na capital e depois se espalha para as demais cidades cearenses, ao longo das décadas tem sido construído algumas estratégias de formação e fortalecimento da luta em diferentes dimensões, sobretudo no campo político e dos movimentos sociais, feministas e estudantis. No contexto das mulheres lésbicas, elas gradualmente ganharam visibilidade à medida que suas experiências foram reconhecidas dentro do movimento mais amplo. Algumas das entrevistadas desempenharam papéis fundamentais na construção do movimento contra a lesbofobia e na consolidação da base política LGBTQIA+ em Fortaleza e no Ceará como um todo.

E quando acabou a ILGA, eu vim direto pro Ceará, e trouxe squi a exposição da visibilidade lésbica... Essa exposição foi montada na ILGA, né? E foi um momento muito legal, muito interessante, aqui no Ceará também, por quê? Porque até então não tinha tido nada, nunca tinha tido nenhuma atividade, nenhuma reunião, mas tinha os bares... (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Quando Alice chega à Fortaleza, ela encontra uma conjuntura muito aquém do que estava acostumada, afinal aqui não tinha necessariamente um movimento de mulheres lésbicas oficialmente formado. Nesse sentido, Alice traça dois momentos que esteve a frente como marcos para a movimentação de lésbicas na cidade, o primeiro se trata da exposição de ativistas lésbicas no Anexo do Teatro José de Alencar e o segundo, o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE).

E aí, era onde acontecia o Beck, ali no anexo, né? E aí, nós fomos lá, conversamos com o pessoal, eles na hora toparam, aí, nós levamos a exposição pra lá. Por um lado, foi maravilhoso, porque o anexo ficava na parte da tarde, a partir de uma hora da tarde já ficava aberto, e ia até à noite. Então, a gente pôde ocupar dois espaços com a exposição, a imprensa deu uma cobertura muito legal. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Alice menciona que, após o fim da ILGA, trouxe para o Ceará uma exposição sobre visibilidade lésbica, algo inédito na região. Esse evento marcou o início de uma série de atividades voltadas para a organização e visibilidade das lésbicas no Ceará. A importância desse evento é destacada pelo fato de ter atraído cerca de seis mil visitantes, o que demonstra um significativo impacto na conscientização e visibilidade do tema.

E aí, nós fomos lá, conversamos com o pessoal, eles na hora toparam, aí, nós levamos a exposição pra lá. Por um lado, foi maravilhoso, porque o ficava na parte da tarde, a partir de uma hora da tarde já ficava aberto, e ia até à noite. Então, a gente pôde ocupar dois espaços com a exposição, a imprensa deu uma cobertura muito legal. [...] A gente colocou um livro, e aí pelo cálculo deles, disseram que passaram cerca de seis mil pessoas para ver a exposição, isso tem um impacto legal, né? Então esse foi o primeiro ato que fiz, a primeira semente jogada de organização para o movimento de lésbicas aqui no Ceará. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Para ela, essa exposição ocorrida em 1996 foi a primeira semente de um movimento lésbico no Ceará. Alice distingue entre os bares, que serviam como locais de lazer e interação social, e a necessidade de espaços para discussão política. Essa diferenciação é crucial para entender como a falta de espaços formais de discussão e organização pode limitar o potencial de mobilização política e social.

Esse foi um momento muito importante né, eu o considero, porque assim você ter os bares os espaços, os chamados guetos são muito importante né, mas ali é um espaço que praticamente é de lazer, onde as pessoas vão se encontram, conversam, brincam, mas ali não se discute política, que tenha um espaço ali **onde você possa discutir política**. Tinham alguns bares, mas não nesse sentido, mas eu acho que isso já de certa forma ajudava a fortalecer as pessoas pra lá na frente ficar já se articulando. (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista)

No que se refere a esses espaços de encontro Marcynha diz o seguinte sobre sua percepção de agrupamentos e como isso também é importante para pautas coletivas e mudanças estruturais:

Ah, na década de 80, existiam grupos?" Eu diria que sim, mas não uma formatação, de um grupo que se coloca ali, até mesmo porque a construção do movimento social brasileiro é algo recente, né? Não é algo também de décadas e décadas. E isso é um progresso, é uma construção, este fortalecimento dos grupos, fortalecimento das pessoas, também é um progresso, é algo que não é de uma hora pra outra, né? Eu discuto um pouco com a Alice, a gente debate sobre essa formatação, formalização de grupos aqui em Fortaleza, ou então no estado do

Ceará, mas também é uma construção, por exemplo, quando eu tinha esses encontros com esse grupo, com essas minhas amigas lésbicas, a gente discutia política, mas não existia uma política pública, não existia esse espaço do movimento social ainda, né? (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

O SENALE (Seminário Nacional de Mulheres Lésbicas) realizado em 2001, conforme descrito por Alice e Michelle, foi um evento significativo. Nas palavras de Alice, foi um grande desafio fazer esse evento em uma cidade que ainda não tinha um movimento de lésbicas formado: “Quando foi em 2001, as meninas me chamaram, lá do Rio, pra dizer que eu tinha que fazer o SENALE aqui. Eu já morava aqui... em 95 mesmo acabei vindo morar aqui, mas pro final do ano acabei vindo” (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista). Para ela, esse foi um segundo grande marco para a construção de um movimento lésbica cearense: “Foi o segundo momento em que a gente jogou a sementezinha da organização das lésbicas aqui pro Ceará, que foi bem impactante, porque nós trouxemos cerca de 100 mulheres do Brasil todo”. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

A descrição do evento revela o esforço em reunir mulheres lésbicas de todo o Brasil, oferecendo uma plataforma para discutir suas realidades e fortalecer o movimento. A aplicação de questionários e a coleta de dados foram passos importantes para a pesquisa e para fornecer subsídios ao Ministério da Saúde.

Em 2000, 2001, teve o SENALE, aí é onde entra a minha militância, tem que montar a porra de um grupo, tem que montar um grupo de sapatonas da cidade, não tem condição de não ter, e os meninos fazem tudo, nas viagens eu viajava porque eu era atrevida. [...] A Alice viaja e consegue, e traz o SENALE pra cá dizendo que era o SENALE, aí ela vai explicar melhor, era cerca de 200 mulheres de todo o Brasil com bolsa, com tudo, com hospedagem, a gente ficou hospedada

no Aquiraz ali num hotel perto do Beach Park, ai eu fiquei na coordenação, tipo assessoria de coordenação [...]É justificado, as meninas ficaram hospedadas, a gente começa a ter uma relação de conversa, vendo como é o movimento. A gente vai trazer mulheres de todo o Brasil, mulheres que já tem grupos, já estão nos grupos e tal, eu conhecia o grupo lésbico da Bahia, eu conheci a galera já, é esse negócio, 99 para 2000, eu viajei, todos os encontros eu tava, então eu comecei a conhecer a galera (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Alice e Mitchelle destacam a importância do SENALE para a organização do movimento lésbico no Ceará. A vinda de cerca de 100 mulheres de diferentes partes do Brasil foi um marco na construção de uma rede nacional de apoio e articulação. Isso também ilustra a criação de laços e a troca de experiências entre diferentes grupos e ativistas.

Então foi toda uma caminhada e em 2001 a gente acabou fazendo o SENALE lá no porto das dunas, lá no hotel, nós fechamos o hotel e nós aplicamos um questionário nas meninas, exatamente pra desenhar o perfil que são as mulheres. Quem são, onde estão e esse questionário, essa pesquisa, ela serviu de subsídio para o ministério da saúde desenvolver todo um trabalho uma pesquisa em cima (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle expressa uma sensação de urgência em formar grupos locais de lésbicas para fortalecer a militância. Essa urgência é refletida em sua participação ativa e na necessidade de uma estrutura organizacional sólida para apoiar o movimento.

Começa a ter uma dinâmica, a gente fez algumas reuniões, fomos atrás de reunir, de dizer, meninas a gente precisa ter um grupo e não conseguíamos, não conseguíamos de forma alguma de ter agenda, aí é questão das mulheres, como as mulheres tem outras responsabilidades que não seja a política, é muito mais o privado, é muito mais a sua vida do que o público, não é nem a política é o que é público, você se organizar, se auto organizar é muito difícil pra as mulheres, principalmente as mulheres se auto organizarem num movimento lésbico, 'você vai pra onde?' 'Ah, eu vou pro movimento X que é feminista', até vai né, mas você vai, é tipo um movimento clandestino pra vida dessas meninas (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna ressalta o impacto dos encontros, como o SENALE e posteriormente, o SENALESBI (Seminário Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais), no fortalecimento de lésbicas e mulheres bissexuais na promoção de visibilidade nacional para mulheres que se relacionam afetivo e sexualmente com outras mulheres.

Então, veja que fascínio, só pensando aqui o quanto o encontro é uma coisa potente, né? Pra pensar, repensar, e perceber, e eu acho que até hoje é a nossa maior estratégia, maior estratégia das mulheres lésbicas, quando elas fazem o SENALEs, os seminários nacionais de mulheres lésbicas que depois vira SENALESBI, seminário nacional de mulheres lésbicas e bissexuais, em 2014. Tem esse giro também, né? Mas **o que vai mesmo fortalecer as mulheres, sua visibilidade nacionalmente, também, vão ser os seminários de mulheres lésbicas, e a gente perceber que tem outros, que foi como eu me fortaleci também, foi chegando em fortaleza e vendo que tem mulheres que beijam**

outras mulheres, foi vendo mulheres que beijam mulheres que são negras, vendo mulheres que beijam mulheres que fazem performance masculina para não serem estupradas na periferia, né? Veja a loucura de mundo, caos de mundo que a gente tá, e quanto a gente realmente precisa fortalecer e promover mais os encontros (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Esses seminários são vistos como uma estratégia central para promover a visibilidade e criar uma rede de apoio nacional, mostrando como encontros e eventos podem ser catalisadores para mudanças e fortalecimento do movimento. A experiência de Alice em coordenar eventos e a participação de Michelle em várias reuniões e eventos nacionais mostram a construção de uma rede de apoio e a formação de alianças estratégicas que foram essenciais para o progresso do movimento lésbico.

No SENALE de São Paulo, que eu acredito que foi o quinto, depois do daqui foi o de São Paulo, nós lançamos um grupo chamado, nós articulamos nacionalmente o primeiro movimento de lésbicas nacional, já existia a ANTRA, já existia a ABGLT, mas lésbicas não tinha nenhum nacional, aí nós fizemos uma conversa sobre a LBL, que é a Liga Brasileira de Lésbicas (Michelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

A experiência de Alice em coordenar eventos e a participação de Michelle em várias reuniões e eventos nacionais mostram a construção de uma rede de apoio e a formação de alianças estratégicas que foram essenciais para o progresso do movimento lésbico. Posteriormente, ela segue compartilhando sobre suas movimentações como militante.

Eu fui para a ABL que é outra moçada, que também tem pegada feminista, mas não acha que partido é problema" e também se insere na Marcha Mundial das Mulheres e começa a pautar o debate das mulheres lésbicas e trans no movimento. Nós da Marcha das Mulheres criamos um espaço entre nós, mas não sendo segregador (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

A transformação de espaços informais de lazer em plataformas para discussão política e a formação de redes nacionais são elementos centrais para a construção e fortalecimento do movimento lésbico. A criação de estruturas organizacionais e a articulação nacional foram fundamentais para criar uma base sólida para a mobilização e advocacy das questões lésbicas no país.

Aí tinha mulheres e tinha combate ao racismo, mas não tinha LGBTs. Aí comecei a andar com a moçada e conhecer a moçada também do movimento LGBT fora do partido, mas também ali do entorno que aí vem a Lei do Val que é a Lei 8811/98. Foi do Val Ferraz que era um vereador do PT ligada as Ceses (Cese | Coordenadoria Ecumênica de Serviço), galera das igrejas. O projeto de "lei é de 88, mas o Val começa a debater isso em 95/96 quando eu me filiei ao PT com essa galera, a turma que estava discutindo esse projeto de lei [...] (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle narra como esse começo foi difícil, embora tenha criado a primeira lei que criminaliza o que no futuro viria ser a LGBTfobia, a movimentação de lésbicas ainda era pequena. Alice que tentava fortalecer o movimento lésbico e ela tentando tomar à frente a pauta dentro dos movimentos mistos.

Eu conheço a Janaína, conheço o GRAAB, conheço a Alice, a Alice é uma militante partidária, política partidária também, eu também sou do partidos desde sempre, e conheci a Alice quando chegou no Ceará, mas a gente não tinha muita proximidade, porque era gerações totalmente diferentes, eram coisas, eram outros mundos, As coisas que eu curtia não eram as mesmas, eu tinha proximidade com o público da cidade, porque eu era, curtir as baladas, conhecia toda a galera, os promoters, as festinhas que tinham, então assim (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Ela narra como foi difícil essa movimentação e que ao mesmo tempo como foi fortalecer a pauta com a comunidade LGBTQIA+, “Nós fizemos um momento, um evento, um encontro, para debater o plano de governo para população LGBT em Fortaleza. Nunca tinha acontecido isso também. O que tinha vinha da nacional e da nacional pegávamos aqui” (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista). E ainda mostra como mesmo montado os movimentos, como GRAB, ainda mostra como era uma pauta invisível no legislativo.

E eu chamei, eu chamava muitas reuniões principalmente com esses setores mais conservadores no gabinete que é pra mostrar que tinha poder, tinha que mostrar que ali era uma gestão, que quem tava mandando ali era a Prefeita, que a Prefeita sabia o que a gente tava fazendo. Ai a gente fez a primeira capacitação, um guarda foi me dizer que uma vez ele tava fazendo uns salvamento na praia de Iracema e que quando ele tirou a pessoa era um gay, mais pra travesti do que pra gay, ai quando ele foi fazer os procedimentos, um é a respiração boca a boca, a população, a população começou a dizer, 'sai daí, deixa morrer, tu vai morrer, vai

pegar AIDS, não faz isso não, num sei o que num sei o que' ai ele disse que olhou para o outro colega se ele fazia ou não fazia, se ele ia pegar, ele não sabia nem como pegava esse negócio dessa tal de AIDS e diz ai que ele fez o salvamento, ele ficou amigo dessa pessoa, era uma travesti, e essa travesti foi morar na casa dele, era menor de idade que família tinha expulsado de casa (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

É importante destacar que esse movimento no Ceará acompanha o cenário nacional, o primeiro mandato do Lula trouxe importantes conquistas, com o Brasil sem Homofobia e o fortalecimento na saúde para a prevenção do HIV/AIDs. O Partido dos Trabalhadores está associado à ascensão das causas LGBTQIA+, em Fortaleza, uma pessoa toma para si essa pauta, mesmo com os desafios.

Luizianne foi pioneira e uma importante aliada nas conquistas LGBTQIA+ em Fortaleza, “foi um marco para a política LGBT municipal, no Estado na verdade” (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Mitchelle e Luanna destacam a importância da mobilização política e da implementação de políticas públicas para a população LGBTQIA+, destacando que Luizianne foi a única candidata, na época, que discutia sobre sexualidade, “era a única parlamentar que transgride com esse tema, pois era um tema transgressor” (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

Eu acho que foi muito envereda, agora eu lembro, foi muito enveredar pelo primeiro ano de... ou antes disso, na campanha da Luizianne Lins em 2004. Eu acho que esse grupo de amigas acabou se envolvendo também politicamente com a campanha e Luizianne foi eleita e parte das meninas acabaram entrando no próprio Governo, em algumas assessorias. Ali com o Governo da Luizianne,

enquanto prefeita, possibilitou muito trazer esse debate para dentro do Estado, para dentro do Governo. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Obviamente, por se tratar de um tema que nacionalmente ainda estava começando a tomar forma, em Fortaleza, essa temática sofria forte oposição diante do conservadorismo que ameaçava não a apoiar, sobretudo no segundo turno em que a campanha opositora aproveitou-se da temática LGBT em seu plano de governo para atacar e desqualificar seu trabalho como possível gestora. Relata Mitchell que a história da pauta LGBTQIA+ em Fortaleza foi possível a partir dos mandatos da Luizianne Lins:

Eram dois programas muito pesados, um era de capacitação dos professores, que diziam “eu não quero que meu filho estude diversidade sexual na escola, meu filho só tem 4 anos, você quer?”, aí jogava pro público. Pra você ter ideia chegou a vir uma comissão pra cá do PT, um povo evangélico ligado ao PT, tem uma turma forte principalmente do Rio de Janeiro que vieram pra cá pra debater com os evangélicos que estavam debatendo com a Luizianne, e o [suprimido] é mórmon e chegaram a cogitar que a Luizianne que teria que tirar do plano de governo esses temas polêmicos [...] Só que a Luizianne ao mesmo tempo, só que chegou isso pra ela, ela disse “não, meu programa de governo foi o que me levou pro segundo turno, se for pra perder a gente perde com ele, não vamos recuar, deixa eles falarem, nós vamos enfrentar o debate, se eles vierem nós vamos pra cima (Mitchell, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Luizianne se destacou por trazer esses temas à tona de maneira aberta e direta, enfrentando resistências e desafiando normas estabelecidas. Ela foi fundamental para a

visibilidade e o avanço das questões LGBT, marcando uma mudança significativa no discurso e na política local. E quando ela ganha para prefeitura de Fortaleza “pela primeira vez o tema LGBT foi abordado de forma escancarada” (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)). Em primeiro momento foram feitas conferências sobre a temática e com notória participação popular, além disso teve um GT de segurança pública para debater os elevados números de assassinatos “Então, a gente muito o olhar das pessoas sobre a pauta LGBT. A gente tinha um GT de Segurança Pública na Guarda Municipal” (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Ou “na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa a gente inclui direitos LGBTs, não tinha” (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Eu fui e fiquei naquela de meio que GRAAB, mas eu viajava muito, porque eu tava, tava rolando também as conferências, eu fiquei nas conferências nacionais, estaduais, acompanhei algumas conferências estaduais, fiquei na comissão de organizar, acabou que eu fiquei muito mais no movimento, mesmo não sendo mais gestora e tava no movimento, mas era reconhecida porque já conhecia o espaço de gestão, já tinha, coordenei duas conferências em Fortaleza, conferência LGBT, nós fizemos duas conferências em Fortaleza com orçamento participativo (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Então, a gente tem incidência, desde a conferência de saúde, uma conferência LGBT, que é criada depois, uma conferência de educação. Então, se você for nesses vários documentos, vai ver ali as várias demandas das mulheres lésbicas, tanto municipal, como também, estadual e nacional. E isso só foi possível porque a gente estava conseguindo se organizar. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna conclui com uma observação sobre a importância das conferências na organização e expressão das demandas da comunidade LGBTQIA+, especialmente das mulheres lésbicas. A criação de conferências específicas reflete um processo de articulação e organização que permitiu a coleta e a apresentação das demandas de forma estruturada e visível, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais direcionadas.

A política pública voltada para a população LGBT, **é uma política que vai se construindo nesse processo [...]** Esse **ambiente favorável tem a ver com a ascensão de Lula** aí, em 2002, e, em 2004, em termos nacionais, a gente vai ter o programa "Brasil Sem Homofobia", do Governo Lula, trazendo também, como a gente chama, as demandas das mulheres lésbicas. E a gente vai ter no contexto de Fortaleza, a eleição da **Luizianne Lins**, que vai assumir como prefeita, e que quando ela assume, **implementa uma assessoria da diversidade sexual**, que depois vira uma **Coordenadoria da Diversidade Sexual**, para pensar em políticas públicas voltadas para a população LGBT (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

E foi instaurado o Centro de Referências em Direitos Humanos, o primeiro Centro de Referência para dar conta das demandas LGBTQIA+ municipal, Centro de Referência Janaína Dutra, importante equipamento e marco para a política LGBTQIA+ na capital do Ceará.

E na Prefeitura, e a gente queria que o Centro, nós queríamos que o Centro de Referência, que era uma coisa que eu discutia muito com a Luanna, nós tínhamos

a ideia de que o Centro de Referência fosse municipalizado, que não ficasse mais como programa esperando dinheiro Federal porque no dia que não tivesse mais, não ia ter mais e acabou o Centro, acabou. Pensávamos no Centro de Referência dentro do organograma da Prefeitura e que era importante a Luana tá lá pra aprender como era a dinâmica do Centro e tal, aí construção da rede e a gente conversar e assim foi feito, tanto é que o centro de referência de 2005, em 2006 o Centro de Referência acaba, sem dinheiro, não teve mais programa, na realidade teve mais um, até 2007 [...] Pegava muito a pauta juventude e uma que entrava que era a questão da redução de danos, que a gente trabalhava muito que era a questão do uso de álcool e drogas lícitas e ilícitas com a questão da redução de danos, porque a gente sabe que as populações vulneráveis, as LGBT, as travestis, as pessoas trans que vivem em situação de prostituição ou não, o uso de drogas é muito alto e a gente queria fazer também essa pegada da redução de danos (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

Essas falas ilustram o esforço para garantir a sustentabilidade e a continuidade das políticas e serviços voltados para a comunidade LGBTQIA+. A ideia de municipalizar o Centro de Referência para que ele não dependesse exclusivamente de fundos federais mostra uma visão de longo prazo para garantir que as políticas continuem a beneficiar a comunidade mesmo com mudanças no governo.

A gente começa a fazer editais pra população LGBT, só não dava pra fazer edital pra lésbica porque não tinha o grupo de lésbicas. No poder público, os editais precisam ter 2 anos de funcionamento com CNPJ para ter recursos, então não dava, não tinha. Então vamos fazer em parceria, então rolou um monte de coisa e

eu fiquei no gabinete [...] e aí a gente começa a colocar, nós fizemos a primeira caminhada lésbica aqui com as meninas das Tambores, convocamos as Mães pela Diversidade e daí a gente fez a primeira caminhada lésbica no período da Parada, um dia antes da Parada nós fizemos o futebol feminino, no dia da visibilidade lésbica nós fizemos um torneio de futebol feminino na praia de Iracema, nós começamos a compor a coordenação dos 8 de março (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

A presença e o papel de Luanna são destacados como essenciais para a continuidade do trabalho, enfatizando a importância de ter pessoas comprometidas e com experiência em cargos chave.

As coisas se cruzaram, não foi um momento dividido, bem separadinho não, então quando eu estava no LAMCE, eu entrei para gestão de Luizianne, na coordenação, isso em 2005, ainda. Então, eu fiquei na prefeitura de Fortaleza, acho que de 2005 a 2013, até o começo de 2013, atuando no primeiro momento, na coordenação da diversidade sexual. Então, lá, eu passei a coordenar também o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra com a Michelle, foi possível também a gente captar recursos para implementar o centro de referência LGBT, era o primeiro em Fortaleza (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna enfatiza a importância do LAMCE e de sua atuação no contexto das políticas públicas. O surgimento e o impacto de grupos de trabalho específicos, como o sobre a saúde da mulher lésbica, indicam um avanço na inclusão e no tratamento das necessidades específicas da população LGBTQIA+. “Então, esse acaba se tornando um marco importante, um marco fortalecedor, e a gente vai ver que o LAMCE, surge com esse marco dentro das

políticas públicas” (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista). A atuação forte no executivo municipal demonstra um modelo de como o ativismo pode influenciar diretamente as políticas públicas.

Eu passei a fazer militância pela visibilidade LGBT, na época era GLBT.. as letrinhas... Mas entrar mesmo em um coletivo organizado, eu passo a entrar somente em 2004, porque **foi em 2004 que a gente fundou o LAMCE** (Grupo Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará). Eu fui uma das fundadoras juntamente com a Michelle, Alexandra Guerra, Vivi... principalmente a Michelle, Vivi e Eveline, eram mulheres lésbicas ligadas ao PT. Então, era uma época que também, no cenário de eleições para prefeitura lá em Fortaleza. Então, **a gente vê que essa questão de ter uma discussão mais avançada dentro de um partido político de esquerda, como era na época, para a gente foi importante justamente nesse sentido também de nos pesarmos... pensar no quanto era necessário ter um coletivo específico de lésbicas.** De vários partidos, de não partidos, ou que eram de outros movimentos como sindicatos, enfim, perceber que nós precisávamos nos fortalecer enquanto lésbicas, que era um debate que ainda não tinha em Fortaleza. Nós tínhamos ativistas lésbicas, nós tínhamos os ativismos, por exemplo, da Alice, uma das fundadoras do grupo SOMOS lá em São Paulo que tinha seus projetos... a gente tinha a Michelle e outras mulheres fazendo militância dentro do partido político, mas **a gente não tinha um coletivo de lésbicas.** Foi a partir daí que a gente refletiu e resolveu criar o grupo LAMCE. Então, tinha professoras universitárias, tinha estudantes do serviço social, de pedagogia, enfim... um grupo que **ele foi surgindo muito para estar ali dialogando a parada LGBT,** a parada da diversidade sexual de

Fortaleza, mas que sentimos que era de fato a hora de nos fortalecer enquanto movimento e claro a gente não tinha noção de muita coisa. [...] O LAMCE antes ia se chamar Lésbicas de Atitude no Ceará, então antes era com N. A gente fez todo um debate. Lésbica era uma palavra muito forte, tinha isso nessa época, “então sei lá, vamos falar de amor”. Acaba sendo, fazendo hoje uma reflexão, é um debate mais higienizado. Onde a gente já podia ter falado naquela época já da **lesbianidade como uma identidade política importante**, mas a gente também não tinha essa dimensão. Então, acabamos ficando com Liberdade do Amor Entre Mulheres, LAMCE com M e a partir daí a gente foi criando toda uma identidade visual, uma identidade política forte, já enquanto coletivo. Nós éramos ativistas, mas ativistas dentro de movimentos sociais (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna destaca a evolução do ativismo lésbico no Ceará, exemplificado pela fundação do LAMCE em 2004. Inicialmente, a militância LGBT era mais genérica, mas a criação do LAMCE marcou um avanço significativo ao estabelecer um grupo específico para mulheres lésbicas. Com o envolvimento em partidos políticos de esquerda e o nome "Liberdade do Amor Entre Mulheres", o LAMCE procurou conciliar visibilidade e aceitação, refletindo as sensibilidades da época. Com o tempo, o grupo se expandiu para uma influência nacional, participando de projetos como o "SOMOS LES", e demonstrou como o ativismo lésbico local pode crescer e impactar a esfera política e social mais ampla.

O LAMCE, por exemplo, passa também, a aprovar alguns projetos, ou a participar de alguns projetos a nível nacional, por exemplo, o projeto SOMOS, projeto da BJLT, onde o LAMCE virou o grupo que coordenou a região nordeste, que era um

projeto voltado para o fortalecimento das mulheres lésbicas, o nome era "SOMOS LES". E o LAMCE esteve diretamente envolvido, nessa questão, nos debates para o fortalecimento dos movimentos de lésbicas do nordeste. Então, um ano, dois anos depois, da criação do LAMCE, a gente, também, já estava em um outro patamar, tanto de discussão política, mas também de incidência, a nível nacional, e a nível nordeste, dialogando diretamente com as mulheres do nordeste. Já estava um grupo bem fortalecido nessa época. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle que estava a frente, sobretudo por fazer parte da gestão municipal que pautava as demandas da população LGBTQIA+ relata sobre a primeira vez que na parada da diversidade de Fortaleza, as lésbicas conseguiram galgar maior visibilidade:

Na reunião da Parada dizia assim “olha o ministério doou 3, tem grana aqui, a gente pode contratar 3 trios”. Seria um do GRAAB, que é o que coordena, um da ATRAC, [...] e outro a gente não sabiam o que a gente iam fazer, estavam pensando em dar pra alguém das boates e tal, a eu viro e digo assim, “não, o que é isso, nós não vamos dar para as boates não, dê para as lésbicas que a gente vai atrás de ver como é que a gente bota isso aí na rua [...] A gente organizou pela primeira vez várias meninas para parada, o nome do carro 'Parada na delas' pela primeira vez na avenida. E aí a gente começa a se organizar. Isso foi uma virada de chave para as meninas compreenderem que o negócio é muito maior e que há necessidade disso [...] E aí, é, começa a discussão do LANCE que é o primeiro grupo de lésbicas do estado, com as meninas que estavam em torno desse carro, as meninas que se organizaram em torno dessa pauta que começaram a vivenciar e

saber que era importante está organizada e aí tinha gente da universidade, tem a Val que hoje é professora da UNB (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

O LAMCE nasce em um importante momento em que há um cenário nacional e agora municipal favorável, em que pessoas LGBTQIA+ estão cada vez mais entendendo sobre a força motriz da militância e do entendimento indispensável que é ocupar espaços públicos e políticos.

De movimento mesmo eu consigo datar de 2004 para 2005 e depois o grupo diluiu. Ademais, outros campos de militância minha passou a ser muito mais acadêmica. Então, hoje eu me classifico mais como uma militante acadêmica. Eu acho que isso não é problema. Algumas pessoas dizem 'ah, você é professora e militante. **Sou, sou professora e sou militante, não vejo incoerência nisso**'. Então, a minha militância, ela mais hoje nas entidades de Serviço Social, nas entidades de Pesquisa que é a ABEPSS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social. A partir também dos Grupos de Estudos.. de formação política com alunos e também partilhando com outros pesquisadores e outros professores de Serviço Social. Com outros pesquisadores. Porque isso... **eu entendo que a militância ela precisa ir para a rua, e a gente vai para a rua, mas ela precisa de uma formação também, por que se não se torna uma militância espontaneista.** [...] A gente formou no primeiro momento o LAMCE. Acho que a Mitchelle que falou de você, compôs. Luanna Marley, que era uma das fundadoras da Tambores de Safo. Tinha a Eveline, enfim, outras meninas. Glauciane. vieram na época da campanha da Luizianne duas companheiras nossa

de São Paulo que também já viviam uma militância lésbica em SP. **Então, nos ajudou a fundar o LAMCE. LAMCE com M, Liberdade do Amor entre Mulheres do Ceará. E aí a gente fez alguns trabalhos de formação política.** (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

É interessante fazer uma análise sobre o surgimento do LAMCE e, posteriormente, Tambores de Safo, e mais atual, com o Coletivo Parada na Delas. Todas são atravessadas pela Parada do Orgulho LGBTQIA+, conhecida em Fortaleza como Parada da Diversidade. "Foi um grupo que ele foi surgindo, muito também ali pra tá dialogando com a parada LGBT [...] a gente sentiu que é chegado o momento de fato da gente se fortalecer enquanto movimento". (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Uma das primeiras coisas que a gente [Coletivos de Jovens Feministas e LAMCE] fez foi uma intervenção na parada da Diversidade Sexual. A gente tinha uma crítica muito forte a como a parada da diversidade sexual era tratada, primeiro porque era a parada gay, todo mundo tratava como parada gay, segundo porque tinha e tava no tempo - e esse tempo não passou, ainda é muito forte - de dimensionar a parada como evento turístico [...] de atrair turista, de ser aquela festa. **E a gente achava que era um momento de muita luta e que tinha que ter uma visibilidade para as pautas, para as questões políticas e que isso se perdia no debate amplo da sociedade, pois o que a gente queria dizer e o que as pessoas viam, era muito diferente.** E aí a gente decidiu não sair em trio na parada, mas de fazer uma movimentação no chão. Aí nesse ano a gente alugou um carro de som, fez vários chapéus de bruxa, foi a galera do movimento feminista em peso. **A gente saiu com uma faixa dizendo 'nós não queremos ser atração**

turística' uma coisa assim. E foi muito interessante, mas a gente ficou apagado na parada com aquela ruma de trio, né? E a gente ali na frente quase não era vista. Não teve um impacto que a gente esperava. No ano seguinte, a gente queria seguir a mesma sequência. No ano seguinte a gente vai fazer uma coisa no chão, 'como a gente vai fazer para chamar atenção?' (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

As paradas da diversidade são tido como ponto estratégico por Lídia, sendo um espaço de atuação de sua militância. Para Lídia, esse momento era ímpar no que se refere ao poder de visibilizar as demandas e de romper os estereótipos e a coisificação criada sobre as lésbicas.

Ai do LAMCE foi construído as Tambores de Safo, as Tambores começavam a se organizar, que era um movimento de mulheres negras lésbicas, lésbicas e bissexuais e aí as Tambores também começam a querer, aí elas através do toque, da música e tal e aí as tambores começam a se organizar. Hoje as Tambores ainda existem, o LANCE as meninas estão meio que desarticuladas, mas as Tambores ainda existem e elas tocam, tem um trabalho junto com o fórum de mulheres, são feministas, e aquela história, não querem, aquela história, não se veem no movimento LGBT, o movimento LGBT é muito difícil (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Da Parada da Diversidade e do LAMCE, surge na cena de Fortaleza outro movimento que trouxe à tona as demandas de mulheres lésbicas negras e moradoras da periferia, Tambores de Safo. Lídia narra como Tambores de Safo se constitui.

Eu trabalhava em uma ONG no Bom Jardim e tinha conhecido um sapatão que sabia fabricar tambores. Eu achei isso genial. E aí conversei com essa galera, conversei com essa galera, a gente começou a conversar com essa galera que já articula com o movimento que essa sapatão não era de movimento e tal, e surgiu a ideia **“vamos fazer um processo preparatório, vamos construir os instrumentos ao tempo que a gente chama as sapatonas, as lésbicas para construir esses instrumentos, a gente vai fazendo um processo também de vivência política, sobre nossas realidades. Vamos fazer um processo de preparação com formação política”**. E aí a gente construiu os instrumentos, tinha pouquíssimos tempo para aprender a tocar, pois a maioria era militante e eram poucas as musicistas, acho que tinha três pessoas que sabiam tocar a gente era um coletivo de mais de trinta lésbicas. E aí a gente aprendeu a tocar alguns ritmos e saiu na parada com esse tamborzão. Tocando o mesmo ritmo a parada inteira, mas foi superlegal. E aí a gente disse 'nossa, o que nós vamos fazer com isso que a gente fez? E foi assim que surgiu as Tambores de Safo em 2010. (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

As Tambores, um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais, emergiu como uma força importante na cena cultural LGBT ao criar um repertório musical totalmente autoral e engajado com questões de identidade e pertencimento. O surgimento desse grupo, portanto está ligado a ação das mulheres negras e moradoras de periferias de Fortaleza que atuavam no Fórum de Mulheres. No segundo ano do grupo, dedicaram-se a definir sua identidade e, na 11ª Parada, ocuparam a frente do trio com uma batucada poderosa, misturando letras como "fora homofobia, homofobia fora" com suas batucadas.

A criação da música "Lésbica e Negra" marcou uma fase crucial, refletindo a identidade do grupo que inicialmente focava na negritude, mas posteriormente incorporou a expressão da sua sexualidade. Participaram ativamente de conferências e eventos, utilizando sua música para dialogar sobre a vivência das mulheres negras e lésbicas.

E aí a gente pensava o que assim, o discurso político sobre a orientação sexual e identidade de gênero, muitas vezes ele não acessa as pessoas porque ele é discurso muito... que envolve questões complexas da teoria de gênero e de sexualidade, enfim, que mexe com as emoções, com a moral, e é um discurso muito difícil de chegar nas pessoas. Então se a gente conecta com a arte, a gente conecta com nossas histórias, vamos fazer então política a partir da arte como uma ponte para falar disso que nós queremos falar. E assim surgiu as Tambores de Safo. (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

A experiência com as Tambores ensinou aos membros a reconhecer e valorizar sua sexualidade e identidade através de um processo coletivo e artístico, mostrando como a militância cultural e a construção de uma voz autoral podem fortalecer a presença e o impacto social das comunidades marginalizadas. “Como um pensamento nosso, mas a ideia de fortalecer a luta feminista foi também uma forma da gente dar visibilidade as lésbicas e bissexuais que construíram o movimento feminista, então a gente vai nessa perspectiva aí e vai né” (Lila, 08/11/2021, transcrição de entrevista).

Lila também fala sobre essa criação da Tambores e da importância que foi pensar em uma ação que possibilitasse outras ações no futuro:

Então a gente canta o Funk da Solução ecoando o primeiro verso que é justamente 'a 10ª Parada é da diversidade e não de uma ONG específica da cidade, pela visibilidade', ai tipo, tem esse e tem o outro que são os mais fortes para esse momento 'lésbicas e bi querem visibilidade na letra desse Funk reafirmar identidade, pela visibilidade reafirmar identidade' e o Funk é uma coisa grande, mas nesse ano a gente apresenta né, dentro de uma agenda LGBTQIA+ o Funk da Solução nesse formato, então no outro ano, e isso na Pré-Parada e na Parada a gente vai sair e é o primeiro ano que a gente ocupa a frente do primeiro trio, tinha o primeiro trio oficial e a gente ocupa a frente do primeiro trio, tendo como marcador da visibilidade chapéus de bruxas, então a mulherada com uma faixa vai abrir a Parada, literalmente, porque a gente vai pra frente do primeiro trio, logo depois da nossa fala, a gente sobe no trio oficial faz a nossa fala das lésbicas e convida as sapatão pra ir pra frente do trio e isso todas com chapéu de bruxa [...]

A gente pensou justamente assim, na coletividade, pô massa, Lídia trouxe a ideia de que conheceu a Cláudia, para nós a maior força seria investir o dinheiro em instrumentos que não seriam usados só na Parada da Diversidade Sexual, seriam instrumentos usados para fortalecer a atuação das mulheres durante todo o ano, afinal de conta a nossa luta é todo dia, a gente tem aí 8 de março, 25 de julho, 25 de novembro, são muitas datas então a gente tinha muito essa perspectiva, a gente investe, ao invés de pagar um trio que sai ali na hora e não sai mais, a gente investe em um tambor que vai ficar ai pra gente fazer barulho, aí que se inicia o processo dos Tambores de Safo (Lila, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

As conquistas, maior visibilidade, diminuição do preconceito e novas políticas de enfrentamento à LGBTfobia possibilitaram a ocupação de novos espaços dentro da própria cidade.

[...] dando salto para 2006, teve um bar que ficou bastante famoso porque lá teve **uma situação de violência lesbofóbica da polícia**, que foi o bar Cafofo do Barão. Não sei se as meninas chegaram a mencionar o cafofo.. Acho que tem uma reportagem, posso ir atrás depois, tu me lembra. Sou uma pisciana pedindo para outra piscina me lembrar, mas tudo bem [risos]. O Cafofo do Barão foi um barzinho que foi inaugurado em 2006, ficava ali na Barão do Rio Branco, e foi um bar que passou a ser bastante frequentado por pessoas LGBTs, principalmente jovens. Era uma época também onde houve um *boom* de adolescentes e jovens indo para a pracinha da Gentilândia. É interessante, isso o que, **um ano depois da gestão da Luizianne... tendo a coordenadoria da diversidade sexual**.. Então assim, migraram. **Adolescentes e jovens que antes se encontravam nas suas casas, eram amiguinhos/amiguinhas de colégio e tal, passaram a se encontrar na pracinha da Gentilândia**. Então, nós tínhamos ali como espaço de convivência. Dez anos depois, nós tínhamos a pracinha da Gentilândia, né, todas as duas, a que fica perto do Cantinho Acadêmico e a outra, mas sobretudo a que tinha perto do Cantinho Acadêmico. E a gente vai ter a Praça Portugal, que vai ser outro espaço que passa a ser frequentado por adolescentes e jovens LGBTs e muitas meninas lésbicas, muitas meninas lésbicas. Acho que Fortaleza, minimamente, sem foi a cidade com mais lésbica do Brasil, a gente a té brincava sobre isso. Todas as atividades que a gente faz/fazia na época e tudo, sempre tiveram ali a forte presença das mulheres lésbicas, das jovens, sobretudo das

jovens lésbicas. Então isso foi uma questão muito importante a se destacar. Ah, e a pracinha do North Shopping, por traz do North Shopping. Isso 2006/2007. Então assim, **a gente sai do ambiente escuro que é a praia, né? Escuro porque? Porque em geral a gente ia namorar a noite. A gente ia depois da escola ou os cafofos e os inferninhos e vai ocupar as praças públicas.** Dez anos depois. Isso na minha vivência depois que chego em Fortaleza dez anos depois. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna fala sobre a evolução dos espaços de socialização e segurança para a comunidade LGBT em Fortaleza, destacando a importância desses locais na vivência e expressão das sexualidades. Ela faz uma análise da transformação significativa na forma como a cidade foi sendo movimentada, reinventada e ocupada. A mudança dos encontros dos bares e cafofos para praças públicas, como a pracinha da Gentilândia e a Praça Portugal, simboliza um avanço na visibilidade e aceitação social, refletindo o impacto positivo das políticas inclusivas da gestão de Luizianne Lins. Isso representou não apenas uma mudança na dinâmica social, mas também uma conquista significativa para a presença e a expressão das lesbianidades em Fortaleza.

Daí em 2009 eu sou convidada a partir do que a gente desenvolveu aqui, sou convidada pra ir pra o Governo Federal pra ser **Primeira Coordenadora da Política Nacional LGBT do Brasil** e desenvolver um trabalho lá que eu me vi, lá vi o preconceito de ser uma gestora lésbica porque lá eles estavam acostumados sempre com os meninos, sempre com homens, por eu ser ouvida era muito difícil, foi o momento mais difícil da minha vida, fiquei um ano e meio lá, participei da campanha da Dilma, passei a metade do ano de 2009 e passei o ano

de 2010 inteiro até a eleição da Dilma e foi muito difícil pra mim, porque foi um momento que a gente, eu vinha de um lugar que eu conseguia implantar a política, e falando com todo mundo e não tendo nenhuma forma de, hierarquia, porque lá as hierarquias eram muito fortes e eu era muito desenrolada e eu queria muito que as coisas acontecessem e os meninos, o movimento dos gays nacional, era muito de ir pra cima mesmo. teve um momento que foi o boom, que eu dei uma grana pra o SENALE, eu dei uma grana pra o SENALE igual que eu dei a grana para os homens, era um encontro internacional e eu disse, olha eu tenho essa grana aqui, metade vai pra vocês e metade vai pra as meninas, os caras foram pra cima foram me denunciar porque eu tava dando dinheiro e ali eu vi a lesbofobia dentro, forte (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Mais recentemente, com outras movimentações de lésbicas e mulheres bissexuais, Fernanda apresentou o CLESC (Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais do Ceará), que atualmente funciona apenas de forma virtual. O objetivo do CLESC é dar visibilidade às mulheres lésbicas, que são frequentemente invisibilizadas.

É a gente apresentar essa mulheres, as mulheres lésbicas são muito invisibilizadas, por isso mesmo que a gente tá com a história do CLESC, por que as pessoas trans tiveram muito protagonismo e o movimento lésbico se confunde muito com o feminista, só que as demandas das mulheres lésbicas são diferenciadas de mulheres heteros, nós temos demandas específicas, nós sofremos preconceito duas vezes, por ser lésbica e por ser mulher, é pesado, é bem pesado (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista)

Fernanda destaca que, apesar do movimento feminista e do protagonismo das pessoas trans, as demandas das mulheres lésbicas são específicas e distintas das das mulheres heterossexuais. Ela ressalta que as mulheres lésbicas enfrentam preconceito duplo: por serem lésbicas e por serem mulheres. Mitchell sinaliza que com essa movimentação coletiva, é perceptível como o aparelhamento político se transforma, isso me fez pensar que uma das coisas que aprendi com ela é que se não tiver um movimento social cobrando mudanças por parte do governo não bastará ele por si só ser aberto, é a pressão popular que leva a mudanças efetivas.

Ai a gente começa, Renata conversa comigo, conversa a Fernanda comigo, a gente começa a se organizar e 'gente vamos pegar esse grupo que foi pro evento e vamos chamar as meninas pra formar um grupo', ai a gente faz uma reunião e forma um grupo agora que é chamado CLESC Coletivo de Lésbicas no Ceará, o CLESC ele só existe por enquanto virtualmente, nós já fizemos várias reuniões virtuais e inclusive nós tivemos presente nessa última visibilidade nós fizemos de novo, junto com o movimento, então nós temos, tem a Érica também, ela é uma jornalista que teve uma revista se eu não me engano, uma revista lésbica, não lembro agora o nome da revista [...] O movimento e que agora nós fizemos inclusive as ações do dia da visibilidade, nós fizemos algumas coisa presenciais, nós fomos na secretaria de saúde, CLESC foi na secretaria de saúde, nós fomos no, nós tiramos um grupo que foi na Casa da Mulher Brasileira, nós construímos uma pauta do movimento, então nós fizemos algumas coisas, já ta criando personalidade, força, nesse sentido (Mitchell, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Luanna, Val e Alice falam da importância que é ter um movimento social, mas que dialoga com epistemologias que possibilite uma leitura crítica da realidade, por exemplo “A gente não tinha noção por exemplo de discussão feminista” (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista). Michelle também trouxe a dificuldade que foi criar o movimento de mulheres, mesmo dentro do movimento feminista: “As meninas se mobilizavam dentro do movimento feminista e muitas vezes elas eram discriminadas no movimento” (Michelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Perguntei a ela Luanna, pois na entrevista com Michelle ela já tinha pontuado algo parecido, como era essa questão das mulheres do LAMCE que não tinham uma leitura sobre o feminismo, ela respondeu:

Então, nós tínhamos um grupo com mulheres que já eram feministas, que tinha noção, que estava em outro nível de discussão política e nós tínhamos mulheres que não se diziam feministas porque eram femininas e não feministas, para você ter uma ideia que era esse nível de discussão teórica. Nós tínhamos mulheres ... Tô dizendo isso para falar bem da diversidade do grupo que foi se construindo muito politicamente. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

A militância nas práticas acadêmicas tem um papel crucial na transformação tanto do meio acadêmico quanto das realidades sociais das entrevistadas. Ao integrar questões políticas e sociais com a pesquisa acadêmica, a militância não apenas enriquece a produção do conhecimento, mas também desafia e reconfigura os paradigmas estabelecidos. Luanna menciona a diversidade e as diferentes perspectivas dentro do grupo de mulheres feministas, ou seja, a militância pode criar um espaço de aprendizado e debate contínuo e múltiplo, onde diferentes níveis de compreensão e identidade se encontram. Para ela, é importante um alinhamento teórico sobre algumas dimensões da realidade. Por isso, uma das dificuldades de

montar o LAMCE foi a falta de formação política, o que alinha a fala de Val sobre a importância de ter uma leitura crítica da realidade que o estudo, sobretudo o acadêmico, dar, e o ativismo a partir dos movimentos sociais; ambos precisam serem vistos como indissociáveis, além disso, existiam os desafios internos e jogos de poder e disputa, como colocou Michelle

Nesse meio tempo eu comecei a ver que **não tinha lugar para mim no movimento gay porque não tinha movimento lésbico**, tinha a Alice que pontualmente ela fazia algumas coisas, mas a gente não tinha as meninas em um movimento só. Ou estava no movimento da juventude, ou no movimento de mulheres, mas não queria discutir, e isso é um problema nacional, não era só aqui no Ceará. [...] Existia uma política que agregava a população LGBT, que acolhia a população LGBT que era dentro da saúde, mas assim, não era muito LGBT, eram principalmente pessoas gays e mulheres trans e travestis. Não tinha uma política para lésbica, não tinha uma política para pessoas bis, não tinha uma política integrada a outras secretarias era mesmo a saúde e principalmente na luta contra AIDS [...] Aí porque que eu falei da Janaína no início, porque quem mais me escutava era a Janaína, Janaína era da ATRAC, tinha os projetos do GRAB, e eu ia muito conversar com ela sobre a política, sobre a necessidade de entrar das coisas, como entrar nas coisas a demanda das coisas e tal e ela era a figura que mais me acolhia, mais me acolhia, que falava com a gente muito (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

A disputa e a discriminação entre os movimentos LGBTQIA+ são fenômenos históricos e profundamente enraizados na estrutura patriarcal e no machismo que permeiam

não apenas a sociedade em geral, mas também os próprios movimentos de luta por direitos. A complexidade dessas disputas revela como o patriarcado e o machismo moldam não só as relações sociais amplas, mas também as dinâmicas internas de grupos que buscam igualdade e justiça. O machismo dentro desses movimentos não é um fenômeno recente, mas sim uma continuidade de um sistema social mais amplo que privilegia a masculinidade e marginaliza outras identidades e expressões de gênero. A hierarquia de poder, que favorece homens cisgêneros, também se reflete dentro desses espaços, resultando em uma luta constante por reconhecimento e igualdade por parte de lésbicas, pessoas trans e outras identidades não hegemônicas.

Aí a gente sempre fazia essa discussão, e era muito complicado isso, a gente sempre tinha que tá demarcando o espaço, e aí pô, se a gente já tá dentro de um grupo que é discriminado, um grupo onde o preconceito é muito grande, e dentro dele, nós também temos tudo isso, são os gays com as lésbicas, entende? Então, essa foi uma militância muito pesada, que nós pudéssemos tá fazendo. Dentro do SOMOS, quando teve a facção lésbico feminista, e posteriormente, houve um racha mesmo, o grupo se separou... as mulheres se separaram, eu naquele momento ainda fiquei dentro do SOMOS, outras mulheres saíram e foram fazer o GALF, que era o "Grupo de ação lésbico feminista". Daí eu fiquei um pouco... depois saí, fui com outras companheiras e montamos o Terra Maria opção lésbica, certo? Aí, ficou muito pouco tempo nesse grupo, porque as pessoas que estavam na linha de frente saíram, saíram de São Paulo na realidade. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista, transcrição de entrevista)

Alice destaca as dificuldades enfrentadas por lésbicas dentro do movimento LGBTQIA+, como evidenciado pelas disputas internas e a necessidade de lutar por visibilidade. Ela menciona como as lésbicas tiveram que batalhar para que seus interesses fossem reconhecidos e representados, como no caso do "sétimo encontro brasileiro de homossexuais", que foi renomeado para incluir explicitamente as lésbicas. Essa luta constante pela inclusão mostra como o machismo pode se manifestar na minimização das vozes femininas e na resistência a uma representação equitativa dentro do movimento.

E fui também fazendo a militância dentro do movimento, né? Por exemplo, a questão da visibilidade e invisibilidade... Lembra que eu falei pra você do primeiro EBHO? Então, teve o primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto... O sétimo voltou a ser em São Paulo, lá no Cajamar. E aí, nós lésbicas já estávamos até às tampa (?), né? De ter que ficar brigando pela visibilidade, aí nós falamos "nós queremos que entre lésbicas", porque o termo que se usava era homossexual. Aí, é o que eu começo a dizer, a grande responsabilidade de hoje você ter o festival de letrinhas é quando nós lésbicas reivindicamos que, ao invés de ser "sétimo encontro brasileiro de homossexuais", passaria a ser 'sétimo encontro brasileiro de lésbicas e homossexuais". Você não faz ideia a briga que foi, a briga de norte à sul, de leste à oeste, as lideranças gays descendo o "sarrafo" na gente, dizendo que a gente queria separar o movimento, foi uma briga medonha (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista).

O conflito entre gays e lésbicas dentro dos movimentos é um exemplo claro de como as estruturas patriarcais moldam as relações dentro do próprio grupo marginalizado. Alice e outras militantes enfrentaram resistência significativa por parte de lideranças gays

que, muitas vezes, detinham mais poder e visibilidade, demonstrando a dificuldade de alcançar uma verdadeira solidariedade dentro de uma estrutura que ainda mantém hierarquias de gênero e sexualidade. Alice comenta sobre como a invisibilidade dada às questões lésbicas é histórica, desde a formação dos primeiros movimentos sociais da população LGBTQIA+ e que em um determinado momento histórico, foi preciso nomear as lésbicas, pois elas estavam englobadas no homossexual, mas não eram visibilizadas.

Mas a gente bateu o pé, e dissemos "Não, é assim que vai ser, é assim que queremos, e vocês tratem de se chamar como querem". E aí, teve o sétimo encontro de lésbicas e homossexuais, no Cajamar. O oitavo já entrou como "oitavo encontro brasileiro de gays e lésbicas", os gays deram um capote na gente, e botaram o nome deles primeiro, e a gente em segundo, mas tudo bem. E assim, esse processo foi indo até chegar na primeira conferência nacional, na época "GLBT", aí virou "LGBT", foi a primeira conferência que entrou o LGBT (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

A gente não deixa de registrar que ainda há limites para isso. Ainda há limites no sentido de que, no próprio movimento LGBT, ele parte muito dos homens gays, né? E a gente sabe da pluralidade de pensamentos do movimento LGBT e muito recentemente é que as mulheres lésbicas... sei lá... em 2008, é que as mulheres lésbicas.. mudou a sigla de GLS para LGBT, tirando o L do meio para poder trazer essa visibilidade política, inclusive, das mulheres lésbicas (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

A luta pela visibilidade das lésbicas e outras identidades dentro do movimento também é um reflexo das tensões entre diferentes grupos. Val observa como, historicamente, a visibilidade das mulheres lésbicas foi sistematicamente ignorada e como a mudança da sigla de GLS para LGBT foi uma conquista importante para reconhecer a pluralidade dentro do movimento. No entanto, como evidenciado por Mitchell, mesmo com mudanças na sigla, a visibilidade e a inclusão real ainda são limitadas, especialmente para as lésbicas e outras identidades não dominantes.

Eu conseguia passagem, eu ia atrás, eu pedia pelo gabinete e tal, nunca tinha passagem, 'taqui uma passagem pra você ir representando as mulheres', a Alice coitada, era do mesmo jeito, dando os pulos dela pra conseguir, mas o meninos sempre tinham passagem aérea, hospedagem, tudo direitinho e eles sempre tinham bolsas pra viajar, e nós sempre indo de ônibus, passando perrengue, alugando, indo pra outro hotel, articulando com as meninas Nacional, pra ver se a gente ficava em um hotel mais barato junto [...] Naquele momento os espaços políticos majoritariamente eram ocupados por gays, hoje a gente já vê travestis e trans, mas as lésbicas não estão nesse lugar não. [...] O que a gente tem de invisibilidade do governo, que aí é importante a gente colocar isso, a **invisibilidade das instituições do governo**, a não obrigatoriedade de muitas coisas, por isso que estamos com o LESBOCENSO. O LESBOCENSO, é pra gente, aqui no Ceará nós queremos fazer 40mil questionários em uma população de mais de 8 milhões de habitantes (Mitchell, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

O relato de Mitchell sobre a desigualdade no acesso a recursos, como passagens e financiamento, revela como o machismo e a heteronormatividade influenciam a distribuição

de apoio e visibilidade dentro dos movimentos. A dificuldade em conseguir recursos para viagens e representação é um reflexo de uma estrutura que privilegia certos grupos sobre outros, perpetuando a marginalização de mulheres lésbicas e outras identidades não conformistas. O sistema patriarcal, com suas normas e expectativas rígidas sobre gênero e sexualidade, continua a impactar significativamente a dinâmica dentro dos movimentos LGBTQIA+, especialmente no que diz respeito às lésbicas. A estrutura patriarcal favorece a masculinidade e, portanto, frequentemente marginaliza as mulheres, incluindo as lésbicas, dentro dos próprios movimentos que deveriam promover a igualdade. Como coloca Alice: "O movimento de lésbicas sempre teve um problema muito sério, um problema de muitas disputas, lamentavelmente, essas disputas seriam na realidade a não divulgação de informações." (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista). Rebeca também apresenta essa dificuldade:

Me aproximar das mulheres de forma que a gente tem que dar uma batalha e é uma batalha mesmo, não é romantismo não, **esse negócio de sororidade não é fácil, dá uma batalha pelo fortalecimento das mulheres e pela essa unidade das mulheres**. Há muitos feminismos, há muitos conflitos também dentro do feminismo, há muitos conflitos também entre as mulheres, há muitas subjetividades, entre nós mulheres sobretudo e a gente vai nesses conflitos a gente vai tanto se encontrando como aprendendo muita coisa (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

As mulheres, especialmente as lésbicas, enfrentam barreiras significativas na militância e na visibilidade, refletindo as estruturas patriarcais e elitistas que moldam o movimento social. Lídia destaca a importância de uma identidade lésbica autêntica, onde a

"sapatonice" representa um rompimento com a heteronormatividade e uma escolha consciente de priorizar relacionamentos baseados em respeito e sinceridade. Esta perspectiva ressalta a busca por uma forma genuína de vivenciar a sexualidade e relacionamentos, contrastando com a visibilidade e aceitação que muitas vezes são filtradas por normas sociais e estruturas de poder dominantes.

Val e Mitchelle ampliam essa análise ao reconhecer que a dificuldade em obter visibilidade e reconhecimento para as mulheres lésbicas está profundamente enraizada no patriarcado. Val argumenta que a opressão enfrentada por mulheres lésbicas não pode ser dissociada da opressão mais ampla contra todas as mulheres dentro de um sistema patriarcal. Essa dificuldade é exacerbada pela falta de reconhecimento e suporte nas esferas políticas e sociais, e pela necessidade de priorizar cuidados e responsabilidades que muitas vezes afastam as mulheres do engajamento ativo na militância.

A sabe como é a condição das mulheres em um país que foi formado dentro de um padrão, de uma estrutura hétero, cis, patriarcal. Nós mulheres somos.... **nosso caminho é mais longo para nossa visibilidade para mulher cis, para mulher trans, para mulher lésbica. Então, eu acho que a dificuldade advém antes de ser lésbica, trans ou cis, seja lá o que for, é a dificuldade de nós mulheres sermos potencializadas dentro do Estado Patriarcal, de estrutura patriarcal.** (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle complementa isso ao observar que as responsabilidades de cuidado frequentemente recaem desproporcionalmente sobre as mulheres lésbicas, impedindo-as de se organizarem e engajar plenamente em movimentos sociais. A ausência de apoio e a

necessidade de equilibrar responsabilidades pessoais e militância criam barreiras adicionais para a visibilidade e o reconhecimento efetivo.

Então eu fecho aqui dizendo que as dificuldades de nós mulheres nos organizarmos ela vem dentro desse conceito, primeiro que a vida inteira nós somos colocadas como rivais e nós estamos com o cuidado, como cuidadora sempre. E nessa pandemia, as mulheres lésbicas, a gente tá fazendo agora o lesbocenso, nós mulheres lésbicas ficamos o tempo inteiro... todas as reuniões que íamos marcar 'não, não posso não porque estou com minha mãe', 'não, não posso não porque vou levar meu para par ao médico', 'não, não posso não porque meu primo ficou doente'. Sempre o cuidado está com a gente. E esse cuidado nos tira do espaço de auto-organização. [...] **A nossa dificuldade de nos auto organizarmos, ela vem de uma construção histórica e de estrutura social. Não é sozinha, não é má vontade. Os homens são acostumados a se associar muito rápido, nós mulheres somos acostumadas a ser rival da outra. Então isso já é uma dificuldade entre nós, né? Os caras são acostumados desde cedo a que o outro vai se juntar, e vão se juntar, e vão fazer uma coisa coletiva. Nós não, nós vamos construir família. Nós vamos ter nossa família, vamos cuidar da nossa família e vamos isso e nada mais. Nenhum incentivo social, dentro da estrutura social e cultural para a gente fazer isso e o único lugar que a gente ver isso é o movimento feminista e por isso o movimento feminista ainda existe. Mas nós, por exemplo da Marcha, durante a pandemia fizemos ações nos territórios, para nossas mulheres que estavam lá passando necessidade, para nossas companheiras da marcha, para família das companheiras da marcha, quando a gente ia lá elas diziam 'não posso sair daqui porque eu tô**

cuidado dos meus' [...] As mulheres em si acabam não tendo essa pegada. E como a gente consegue se organizar? Agente consegue se organizar fazendo encontros, viagens e a viagem é fundamental porque a gente tirar a mulher daquele lugar de cobrança. Vamos viajar para a Marcha das Margaridas, elas se organizam nem que sejam dois dias viajando, um dia e meio viajando, uma dia láe outro dia e meio viajando. São quatro dias que a gente consegue conversar com essas mulheres, que a gente consegue falar sobre nossa vida, que elas conseguem falar sobre elas. Porque se você discutir com mulheres, elas vão conversar sobre o s outros e falar sobre elas é a coisa mais difícil que tem a não ser na terapia. Mas no dia a dia é muito difícil esse espaço para nós mulheres lésbicas também é muito difícil esse espaço. Esse espaço da troca, esse espaço do reconhecimento, esse espaço de vivências. É muito difícil porque sempre tem algo mais importante do que nossa auto-organização. E isso mostra que desde 2001 do bum do SENALE aqui até hoje, tá fazendo vinte anos, que a gente vem tentando (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Outro ponto, é a competição por espaços e incentivos financeiros é uma área onde a discriminação patriarcal também se manifesta. As lésbicas e outras identidades não dominantes frequentemente enfrentam dificuldades para acessar recursos e apoio, como evidenciado pela dificuldade de obter financiamento e suporte para eventos e projetos. A falta de reconhecimento e apoio financeiro pode limitar a capacidade desses grupos de se organizar e visibilizar suas questões, perpetuando um ciclo de marginalização e invisibilidade dentro do próprio movimento.

Eu sempre, eu nunca fiz militância 100% direcionada a comunidade LGBTQIA+ entende, eu só vou trabalhar com bicha, com lésbica não, primeiro porque eu acredito é importante que não haja separação, mas a inclusão, você tem que sempre ta incluindo todas as partes, todos tem que aprender a conviver com a gente e **a gente tem que aprender a conviver com todos**. Então por isso que eu sempre quero ir nessa linha. Segundo, porque era muito complicado, a briga que a gente comprava era muito pesada, e ninguém comprava briga por eles, ninguém. Então eram 140 projetos, se eu não brigasse e brigasse ali sozinha, nenhum outro projeto queria alguma quantidade de LGBT entendeu, não teria, se dependesse só daquele projeto. Tinha que ter esse outro projeto (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista)

A influência patriarcal perpetua uma hierarquia onde a voz e a experiência das mulheres lésbicas são frequentemente minimizadas. Isso se reflete em disputas internas, onde líderes gays, que geralmente têm mais poder e visibilidade, podem resistir à inclusão plena das lésbicas. Essas disputas revelam como o machismo e a heteronormatividade continuam a moldar as interações e a estrutura dos movimentos. Os gays, frequentemente, se beneficiam do machismo enraizado na estrutura patriarcal. Eles podem ocupar posições de maior poder e visibilidade dentro do movimento, enquanto as lésbicas e outras identidades não normativas enfrentam obstáculos adicionais para alcançar o mesmo nível de reconhecimento e influência. Uma das estratégias de conseguir recursos, é participar de movimentos mistos e fazer alianças não só entre a população LGBTQIA+, mas também com parlamentares aliados/as.

E ai a gente faz uma PL chamada Dandara que é sobre o LGTBcídio⁵³ no Brasil, nós construímos esse PL que hoje ta na comissão de direitos humanos, que é o

⁵³ Aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, ainda segue em trâmite.

7292/2017 e aí a gente consegue, aí eu começo a viajar pelo Brasil com esse projeto pra dizer o que existe, isso na minha militância, que hoje existe um genocídio da população LGBT que essas mortes são direcionadas, essas mortes não são por acaso, elas são de uma população que é negada a existência e aí a gente começa a rodar, vou pra congresso de UNE, sou chamada pra bancas de debates de seminários e tal pra falar sobre (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Sobre isso, em um determinado momento, ocupando um cargo de gestão no governo da Luizianne Lins, Mitchelle foi convidada a ocupar outro cargo em que ganharia mais, no entanto, ela recusou diante de seu posicionamento ético em continuar seu trabalho na pauta LGBTQIA+ e por medo da próxima pessoa que assumisse a gestão invisibilizar as demandas das lésbicas que ela conseguiu fortalecer desde que assumiu tal posição.

Um das coisas que senti muito forte assim que cheguei no movimento LGBT é que é um movimento muito de pessoas, naquela época principalmente, já que hoje tem uma marca mais forte da periferia chegando aí no movimento LGBT, **naquela época, há dez anos atrás, era muito marcado por pessoas classe média, pessoas que tinham grana. Começa ali uma outra zona de exclusão, mesmo discutindo ali a orientação sexual.** Até assim uma crítica que eu fazia muito as pautas hegemônicas do movimento LGBT é que às vezes era muito marcado pelas construções de certa forma da classe média, era adoção, era casamento, era... A gente dizia assim, nossa, essas não são nossas questões, né?! A própria criminalização da homofobia não era uma questão. Porque quem é preto de favela tem é discutido como despenalizar algumas coisas, criar uma justiça

penal que seja mais restaurativa, porque essas pessoas que são penalizadas por seus crimes são pessoas pretas. Então, essa forma de como as pautas eram levadas por dentro do movimento LGBT e que tinha esse recorte de raça e classe, pra gente é... foi inclusive um grande demarcador para gente Tambores de Safo para construir muito mais próximo do movimento feminista do que do LGBT. **No movimento feminista a gente conseguia perceber as nossas questões sendo efetivamente tratadas.** Aí isso era mais forte! (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Outro ponto apresentado pelas mulheres no que se refere aos movimentos LGBTQIQA+, especialmente o de mulheres lésbicas, para além do machismo, é sobre o classicismo e racismo também estruturando-os. Os movimentos históricos e predominantes têm sido frequentemente dominados por indivíduos de classe média e alta, que definem as pautas e prioridades, muitas vezes ignorando as realidades e necessidades das lésbicas e outras identidades de classes mais baixas e raciais minorias. Isso cria uma hierarquia de visibilidade e acesso dentro do próprio movimento, onde questões como adoção e casamento são priorizadas em detrimento de outras preocupações mais urgentes para as comunidades periferizadas.

Eu me considero periférica porque a gente sai da periferia, mas a periferia não sai de nós. E como sou sou lida nos lugares também. A dimensão de classe, é uma dimensão muito estrutural, que ela, **ela se relaciona até com acessos que você não teve na vida. E raça, classe, moradia, elas formam aí um outro campo de outras zonas de exclusão.** (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Lídia aponta que, ao ingressar no movimento LGBTQIA+, percebeu uma predominância de indivíduos de classe média e alta, o que criou uma zona de exclusão adicional para pessoas de classes mais baixas. Essa estrutura hegemônica frequentemente não aborda questões críticas, como a criminalização da homofobia, que impacta desproporcionalmente as pessoas negras e periféricas. Embora ela tenha colocado que se sentiu mais acolhida no movimento feminista, já foi pontuado que também haviam dificuldades sobre as demandas das lesbianidades.

A crítica de Lídia reitera que a consequência é que as pautas do movimento frequentemente não refletem suas realidades, já que ignoram uma realidade da qual a classe média não tem acesso vivencial e que na realidade as demandas são outras, até mais básicas como a sobrevivência como Marcyinha colocou. As pautas racial e de classe não podem ser analisadas separadamente, “eu acho que nós ainda somos muito brancas e muito classistas, talvez pelas formas como a gente tá se aproximando” (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista). A visão interseccional é essencial para entender como raça, classe e gênero interagem e moldam a experiência dessas mulheres. As Tambores de Safo, ao se unirem, pautam essa intersecção e usam a arte como linguagem para dar conta da complexidade que é refletir sobre tal imbricação.

Não dá para a gente estudar violência LGBT sem ter um corte racial, sem ter um classista. Eu não consigo fazer isso e eu oriento as minhas alunas que jamais vamos fazer isso porque fica enviesado, fica particularizado e fica limitado. Ainda nesse corte de classe, eu acho que isso tem que ser bem importante, tem que ficar bem-marcado sabe Larissa... é... às vezes a gente vive numa bolha.... Eu me classifico às vezes **dentro de uma bolha**. Tenho amigas da academia, professoras,

funcionárias públicas, em um país onde a miséria está crescente, a fome, revoltante, é... tenho pelo menos quatro casais de amigas que ou estão grávidas, ou engravidaram... ou estão grávidas ou estão tentando engravidar ou pariram recentemente. O que eu quero dizer com isso? Primeiro, as lésbicas podem sim ser mães. Segundo, as lésbicas/ sapatão que são mães, é imprescindível ter uma condição, quase que imprescindível ter uma condição sócio financeira muito avantajada. Por quê? Tenho umas amigas que estão tentando, fertilização, inseminação... Cada banco de sêmen custa 3 mil reais. Se no mês não deu certo, é mais três mil reais no outro mês. Se no outro mês não deu certo, junta mais um pouquinho de dinheiro e faz daqui a dois meses. Mas isso requer uma condição financeira. **Três mil reais, por um sêmen. Literalmente, que porra cara.** Então assim, 'ai que legal as mulheres lésbicas estão podendo ser mães e tem aquela',,, a legal, as pretas periféricas casal que querem ser mães como elas vão fazer? Vai ser inseminação artificial? Porque para ter o nome das duas tem toda uma legislação. **Vai ser pela via de fato “a vou transar com um homem”, pode, mas só que a justiça não reconhece a legalidade da maternidade dupla se for dessa outra... se for da forma caseira ou tradicional. Entendeu? Então não dá! Não dá para falar de vivência lésbica, as nossas identidades, as nossas resistências, né, sem tangenciar a classe e a raça.** Então, muito nítido as minhas amigas, uma é advogada, a outra é professora universitária, o casal. O outro casal, uma é jornalista e a outra é advogada. O outro, é professora, assim, são mulheres que tem uma condição... são classe trabalhadoras? São. Uma classe trabalhadora que tem a condição de bancar a inseminação, depois a maternidade, ou seja, são maternidades pensadas, programadas, planejadas, né?! Estão nascendo crianças lindas de duas mães, né?! Agora me lembrei da música 'mãe de duas', da Lanlan e

Nanda Costa, que também é lindo, é fantástico. Mas a gente precisa problematizar o outro lado, né? Que a gente não pode perder de vista essa intenção que tem outras mulheres que não vão conseguir isso. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Val e Renata complementam essa visão ao destacar como a invisibilidade racial e de classe dentro dos movimentos LGBTQIA+ pode levar a uma compreensão enviesada e limitada das questões enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ negras e periféricas. Val observa que não é possível estudar violência LGBT sem considerar as dimensões racial e de classe, e Renata ressalta a diferença entre as realidades de visibilidade e acesso que variam significativamente entre pessoas com diferentes condições socioeconômicas.

Quando eu digo que o movimento social é muito branco e classe média, é preciso que a gente saiba onde dói mais, porque estatisticamente, por exemplo, é na zona rural que mais tem lesbocídio, não é no meio urbano... E a maior parte dos lesbocidas são conhecidos e familiares da vítima, né? Às vezes, a gente fica nesse discurso da visibilidade: "eu quero poder beijar na boca no restaurante", gente, jura? É sobre isso que a gente luta? Eu reconheço a importância, mas quem quer poder beijar na boca tem dinheiro pra ir em restaurante. (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Renata critica a falta de uma perspectiva inclusiva ao abordar a visibilidade dentro dos movimentos LGBT, argumentando que enquanto algumas questões são debatidas amplamente, outras, como o lesbocídio nas zonas rurais, são frequentemente ignoradas. A dificuldade de acesso aos recursos financeiros é um exemplo claro dessa exclusão. Val

menção que a fertilização e a maternidade planejada, muitas vezes vistas como opções para lésbicas, são acessíveis apenas para aquelas com condições financeiras privilegiadas, deixando de fora muitas mulheres que não têm os mesmos recursos.

Essas estruturas de poder que fundamentam o racismo, classicismo e machismo e a forma como agem na vida das mulheres, trazem efeitos também na formação e continuidade de movimento de mulheres. Marcyinha aponta para uma contradição na militância ao destacar que, embora se fale em retornar à base e engajar grupos periféricos, muitas vezes esses grupos são invisibilizados ou desconsiderados nas estruturas de poder e visibilidade do movimento. Ela menciona que movimentos mais periféricos, como o Arte de Amar, têm uma importância significativa, mas frequentemente não recebem o reconhecimento adequado, em parte devido à sua falta de formalização e ao elitismo que permeia os espaços políticos mais visíveis.

Agora assim, é por isso, Larissa, que é um pouco contraditório essa questão da militância. Existe uma resistência muito forte em agregar, digamos assim, agregar grupos que não estão nesse meio político, não sei expressar isso pra você, eu tenho medo de sair uma interpretação equivocada. Mas assim, existe algo muito elitizado, você é agregado quando você faz parte de um movimento político, entende? Mas todo mundo fala da base, né? Todo mundo fala: "Tem que retornar para a base, "Tem que fazer ações para base", Mas quem é essa base, né? Se você perguntar quem é, me dê um nome de alguém que tá lá na base, não vão falar pra você, entende? Então, esses grupos que estão na periferia e que não estão dentro dessa militância política existem, o tempo todo. (Marcyinha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Sobre o LAMCE Marcynha fala que ganhou visibilidade por estar em espaços políticos, mas movimentos sociais mais periféricos, sobretudo por não disputar esse espaço, não tem a mesma notoriedade:

Nós tivemos o LAMCE, né? Foi um grupo de meninas que começaram a se reunir e discutir sobre feminismo, sobre a homoafetividade. Não chegou a ser formalizado, mas a gente não pode desconsiderar que era um grupo que, sim, reunia mulheres lésbicas. Posteriormente, a gente sabe do Arte de Amar, que acho que é pouco falado, pouco citado até, mas o Arte de amar é um grupo que trouxe também esse agrupamento de meninas da periferia, que estavam nesse momento de entender a sua orientação sexual e tiveram apoio nessa instituição, né? E poucas pessoas falam do Arte de amar. Assim, me incomoda muito desconsiderar que existem outras formas de militância, entendeu? "Ah, quando surgiu o primeiro aqui no Ceará?" Acho que a primeira vez que uma sentou com outra, ali já formou, né? Nem que seja em uma mesa de bar, que era o espaço que a gente tinha. Mas, não podemos desconsiderar isso, que as pessoas sim discutiam, mesmo que em uma mesa de bar. [...] E aí, todo mundo fala da base, "A gente tem que conversar com as bases", "Tem que dialogar com as bases", "Tem que fazer políticas públicas para base", mas quem é? Me fala. O Arte de amar já existe há 20 anos, e é a primeira vez que você está escutando sobre esse grupo, né? E elas estão lá, na periferia. A sede do grupo fica... posso te falar depois, não saberia o bairro agora exatamente, mas tenho os contatos deles, a Alice também, posso te passar depois. Mas é um grupo que fica na periferia, assim como tem tantos outros, e não tem essa formatação, não tem essa formalização de grupo. Mas eles existem, entende? Estão lá, tendo todas as suas dinâmicas. E aí, te digo uma coisa,

elas são sim visíveis para a comunidade delas. Essas minhas alunas são todas assumidas, elas assumem a sua orientação sexual, muitas até já vivem, têm uma relação estável, uma união estável, já vivem com suas companheiras e tudo mais, né? Então, estão lá, dentro das periferias vivendo, vivendo e tendo toda essa dinâmica, vivendo enquanto mulher lésbica em uma periferia que, muitas vezes, é bem "punk". [...] Então, acho que é importante também ver onde elas se encontravam, por exemplo, a cena cultural, aqui em Fortaleza, sempre reuniu muito o público do segmento LGBT, sempre. Talvez, pela arte não ter uma definição também (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Sobre isso, Marcynha traz uma importante análise sobre movimentos sociais, a importância que é reconhecer e valorizar as diversas formas possíveis de fazer militância. Val aborda a dificuldade das mulheres em geral, e das lésbicas em particular, em obter visibilidade e reconhecimento dentro de uma estrutura patriarcal.

A gente sabe como é a condição das mulheres em um país que foi formado dentro de um padrão, de uma estrutura hétero, cis, patriarcal. Nós mulheres somos.... nosso caminho é mais longo para nossa visibilidade para mulher cis, para mulher trans, para mulher lésbica. **Então, eu acho que a dificuldade advém antes de ser lésbica, trans ou cis, seja lá o que for, é a dificuldade de nós mulheres sermos despotencializadas dentro do Estado Patriarcal, de estrutura patriarcal.** [...]tem um limite disso, mas não é uma condição.. o limite não vem da condição de lésbica, mas eu acho de sobretudo de ser mulher. Então, para algumas mulheres lésbicas, antes de ser lésbicas, elas são mulheres e a gente sabe como é a condição das mulheres em um país que foi formado dentro de um padrão, de uma estrutura

hétero, cis, patriarcal. Nós mulheres somos.... nosso caminho é mais longo (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Ela argumenta que a opressão enfrentada por mulheres lésbicas é amplificada pela condição de serem mulheres em um sistema patriarcal, o que agrava os desafios que enfrentam. Essa dificuldade é, portanto, um reflexo da estrutura patriarcal mais ampla, e não apenas uma questão específica da identidade lésbica.

É muito difícil manter um coletivo de lésbica. Quando você vai estudar a história do coletivo de lésbica ao longo dos anos você vai ver que são marcados por rupturas, desarticulações. Porque a gente está tentando construir uma coisa muito revolucionária, antipatriarcal, sendo que muitas das construções do patriarcado elas permeiam nossas existências como a heterossexualidade compulsória. A heterossexualidade compulsória ela não se trata simplesmente de se relacionar heterossexualmente, não se trata só de disso, tem um *modus operandi* dessa relação, tem uma divisão de papéis sociais, tem a perspectiva da monogamia dentro de uma ideia de posse e não de 'a nós podemos construir uma relação de exclusividade e isso vai nos fazer plena' que isso não necessariamente é monogamia. Monogamia é um sistema político bem-marcado pela opressão e pelo controle dos corpos com vulva para a reprodução. E aí nesse processo os nossos afetos nos levam para muitos lugares de contradição, né? Aí você imagina quantos rebuceteios teve tendo do grupo, processos de traição, casamentos dissolvidos. Eu era casada quando o grupo começou, tinha vários foguetes no meio da história com outras pessoas do grupo. Isso gerou rupturas, o tempo passou.. aí no tempo a

gente vai fazendo reconexões. Isso gerou muitos aprendizados para o grupo e hoje nós somos um grupo de 15 pessoas. (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Lídia descreve as dificuldades inerentes à manutenção de um coletivo lésbico, apontando que, apesar dos esforços para construir um espaço revolucionário e antipatriarcal, as estruturas patriarcais e a heterossexualidade compulsória frequentemente geram rupturas e desarticulações. Manter um grupo de lésbicas é desafiador devido ao patriarcado que controla os corpos femininos e fomenta rivalidade entre mulheres. Este sistema patriarcal não só limita a autonomia feminina, mas também impõe expectativas de cuidado que podem desviar a atenção das questões principais do grupo. Além disso, a visão patriarcal de relacionamentos baseados em posse pode gerar tensões internas. Esses fatores tornam a formação e a continuidade de grupos lésbicos complexas e exigem uma resistência constante para criar um ambiente coeso e solidário. A tensão entre os ideais revolucionários e a realidade de práticas patriarcais dentro dos próprios grupos ressalta a dificuldade de criar uma comunidade coesa e sustentável.

Cadê essas lésbicas? O que que a gente precisa tentar ser capaz de construir como um ponto importante e ao mesmo tempo diferencial para luta, né? Para que a gente não caia em determinados princípios que possam ser muito caros pra outros grupos, que poderiam ser considerados minoritários, como os negros (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Renata reflete sobre a necessidade de construir um movimento que seja significativo e diferenciador, abordando a importância de evitar princípios que possam ser prejudiciais para grupos minoritários, como os negros. Essa perspectiva sugere que a luta pela

visibilidade lésbica deve ser cuidadosa para não se sobrepor ou competir com outras lutas importantes, mas sim encontrar uma maneira de contribuir de forma única e relevante.

Marcynha observa que muitos indivíduos ainda estão mais preocupados com a sobrevivência do que com a autoidentificação ou o engajamento em movimentos políticos. Ela também menciona a preferência das jovens lésbicas por se envolver em movimentos de juventude, onde encontram oportunidades de auto-organização e recursos, contrastando com a dificuldade de captar apoio e recursos para o movimento lésbico. Marcynha (09/11/2021, transcrição de entrevista), destaca: “Mas, o que eu percebo é, as pessoas ainda estarem lutando pelo trabalho, pela sobrevivência, entende? Mas não estão tão preocupadas em se autodefinirem, elas estão mais preocupadas em se sentirem, né?”. Será por isso que lésbicas periféricas enfrentam uma dificuldade ainda maior para permanecer em movimentos sociais e, quando participam, raramente se inserem nos movimentos dedicados exclusivamente às lésbicas? A tensão entre a luta por visibilidade e as estruturas que perpetuam a exclusão e a invisibilidade pode explicar essa realidade. As barreiras econômicas e sociais, juntamente com a falta de recursos e de apoio institucional, muitas vezes afastam essas mulheres dos espaços mais visíveis e influentes do ativismo. Além disso, a dificuldade em encontrar uma representação que verdadeiramente aborde suas realidades específicas contribui para que essas mulheres permaneçam marginalizadas mesmo dentro dos movimentos sociais mais amplos.

Encontro uma possível resposta desses questionamentos apontados por Michelle:

A gente tem que ainda formar, trazer, por exemplo as meninas da juventude, tem várias L,B, muitas meninas jovens lésbicas e bissexuais, mas elas pra militar no movimento lésbicos, elas preferem, elas tão militando no movimento de juventude, elas estão fazendo tarefas do movimento de juventude, porque? porque

o movimento de juventude pra elas, têm como elas viajarem, tem como elas se auto-organizarem, e aqui no movimento lésbico elas vão ter que começar a ter tudo isso, por isso que a gente tenta montar um coletivo que a gente possa captar um recurso para trazer essas mulheres pra fazer formação política, não no sentido partidário, mas formação política sobre o que é o feminismo, o que é sócio ativismo, o que são nossas dores, como é que a gente consegue fazer um enfrentamento social sobre o lesbocídio. Hoje no Brasil se você pegar os dados de lesbocídio no Brasil, é alto, se você pegar os dados de estupro pelo SINAN, que é o sistema nacional de agravos da saúde, o índice de estupro não tem os dados de mulheres lésbicas (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Sobre essas demandas, Snoh reconhece os avanços, inclusive nas demandas raciais dentro do movimento lésbicas e suas conquistas.

Acho que muita gente andou, eu acho que ainda falta muito né, na representatividade, são as representatividades não brancas, acho que a representatividade das lesbianidades hoje, eu acho que inclusive o próprio movimento lésbico assim, ele é muito, ele dá muito mais valor a coisa que tenham mulheres brancas do que tenham mulheres negras no geral, e isso já é algo que eu já comprovei da própria vivência, porque eu tenho muitas amigas, e a gente tá sempre indicando, "fulana assiste esse filme aqui, esse filme aqui que vai lançar que é lá de não sei da onde", porque tem isso também, porque quando você é lésbica você assiste um filme lá de não sei da onde, do oriente médio e assiste um que é e tal, mas assim, quando vai chegar um Rafic da vida, que foi um filme muito famoso, agora mais recente, a galera bota muita banca, a galera do

movimento bota muita banca, não é todo mundo que quer assistir, então é uma coisa muito engembrada do próprio racismo dentro do movimento lésbico e é muito louco, é uma das críticas que eu mais faço (Snoh, 07/03/2021, transcrição de entrevista)

Ela destaca que mulheres negras frequentemente recebem menos valorização e visibilidade comparadas às mulheres brancas, para isso se baseia em experiências pessoais e observa como o movimento, apesar de lutar pela igualdade, ainda reproduz padrões raciais que favorecem representações brancas, enquanto marginaliza as contribuições e histórias de mulheres negras.

Daí a importância da gente discutir a questão das mulheres lésbicas e o lesbocídio, e a violência contra as mulheres lésbicas, isso é grande no país e isso é invisibilizado, aí tá a a nossa invisibilidade, nossa invisibilidade está nesse processo do não reconhecimento nem das estruturas que nós temos, inclusive pra você ver uma coisa, a Polícia Federal ela tem um acordo com, devido ao tráfico de mulheres, ela tem um acordo com alguns países, é uma bilateralidade, acordos bilaterais, que é com a Espanha, com a Itália e França, que eram os países que mais traficavam mulheres do Brasil (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Sobre isso, Luanna analisa que é importante produzir uma sociedade menos violenta, ou como já apontamos a partir de Mombça (2021), é necessário redistribuir a violência.

Isso aí não alcança, não supre esse, assim, eu passo a parar de pensar somente em inclusão, ou seja, eu quero me incluir na sociedade, pra invés de falar de inclusão, pensar em transformação social. Então, isso é um giro em vários sentidos, né? De militância, no sentido da militância, no sentido teórico, epistemológico, né? Eu já não trabalho mais com a ideia de inclusão, não quero me incluir numa sociedade extremamente violenta, extremamente lesbofóbica, né? Então, enfim, a luta aí vai ser uma luta por uma transformação mesmo, profunda, uma transformação radical nessa sociedade, porque nessa sociedade, se a gente só for incluída nela, entre aspas, a gente vai continuar vivenciando processos de violências, como a gente já vivencia. Se a gente for pensar, em algumas coisas, já existem algumas inclusões, e com elas, também vêm violência, porque tem muita coisa a transformar, então esse é um ponto chave (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Isso reflete um problema estrutural de racismo que limita a inclusão e a equidade dentro do próprio movimento, indicando a necessidade de uma abordagem mais interseccional e inclusiva. Ainda sobre isso, Renata relaciona com a realidade e luta por visibilidade norte-americana, sobretudo como uma (in)visibilidade perversa pode trazer efeitos negativos.

Porque nós ainda estamos lutando por visibilidade. E quando você pega, por exemplo, Audre Lorde, que é uma lésbica negra, ela tá extremamente preocupada em como a visibilidade pode foder um preto gay no movimento negro, porque na hora em que ele se mostra gay no movimento negro, ele tá fodido entre os irmãos negros do movimento dele. Então, às vezes esses conceitos são colonizados, que é o conceito do movimento LGBT branco, masculino, norte-americano. Ao mesmo, eu também compreendo como foi importante os

processos de visibilização para que a própria causa fosse colocada, pra mim, o movimento sobre, aí a gente pode pegar a própria que diz assim: "A gente continua falando do movimento de minoria, não estaria na hora de sair da posição de minoria, e de mostrar a fragilidade da heterossexualidade para todos?". Que tipo de embate a gente vai enfrentar? Por que se multiplicam tantas fraturas? Porque tantos coletivos... então, eu tenho uma curiosidade muito grande. Um tensionamento da invisibilização, dentro de quatro paredes, e olhe lá, talvez alguém seja feliz assim, mas normalmente era não, inclusive ia degenerar tanto que a pessoa poderia ficar louca, e cometer crimes, né? Era essa a ideia. Então, de fato, é muito difícil que isso seja uma atitude socialmente natural (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Renata destaca que, enquanto a visibilidade é crucial para a luta por direitos, ela também pode ter efeitos negativos e complexos, especialmente para identidades marginalizadas como as de lésbicas negras. A visibilidade pode expor essas pessoas a críticas e exclusões dentro de suas próprias comunidades. Isso reflete um tensionamento entre a necessidade de visibilidade e a realidade de que, em contextos colonizados e dominados por uma perspectiva branca e masculina, a visibilidade pode não necessariamente traduzir-se em inclusão ou apoio efetivo. Além disso, Renata observa que a luta por visibilidade dentro dos movimentos pode se transformar em uma batalha constante para destacar a fragilidade da heterossexualidade, o que pode levar à criação de múltiplos coletivos e fraturas internas. Isso indica uma complexidade maior no reconhecimento das diversas formas de invisibilidade e como elas são amplificadas por estruturas de poder predominantes.

E eu acho que o momento é esse, o momento é esse pra Associação da diversidade pra ela deslanchar, o momento é esse pra classe LGBT entender de uma vez por todas que ela unida tem muita força gigantesca, então assim, são coisas que hoje eu me sinto mais à vontade. E hoje a nossa luta maior, né? Aí, hoje eu faço parte como eu já falei para vocês, da Associação da Diversidade de Itapipoca, alguns anos atrás eu havia sido convidada, era muito nova e acabei não me engajando como deveria, aí no ano passado fui convidada a participar da diretoria da Associação e esse ano nós fizemos a eleição, teve a nova diretoria a qual eu estou hoje presidente. É a onde começa a história de luta, a luta pela classe LGBT e hoje aos 42 anos eu sou mais preparada, mais madura para participar desses momentos. A nível de interior aqui é bem diferente, hoje nós temos um gestor aberto, hoje nós temos um gestor com a cabeça mais aberta, diferente de outros que passaram, então eu acho que o momento pra classe LGBT a nível de município Itapipoca ela tem essa abertura e a gente tem conquistado sim, mas com a luta, sempre levando nossas propostas, nossos objetivos e isso nos deixa mais aliviado [...] E juntamente com algumas pessoas, membros da diretoria, a gente tem buscado muitas conquistas, uma delas nós conseguimos homenagear um colega que faleceu de COVID ano passado, e ele trabalhava no banco aqui em Itapipoca e nós pedimos duas faixas, uma em frente à onde ele trabalhava, uma faixa nas cores do arco-íris e a outra do lado (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

O movimento lésbico em Fortaleza, assim como em outras regiões, tem sido um campo de batalha contínuo pela visibilidade e pelo reconhecimento. A capital cearense, apesar de ser um centro de ativismo mais formalizado, não é a única localidade onde ocorrem movimentações significativas; o interior também vê esforços importantes, embora com

desafios distintos. Edna, por exemplo, reflete sobre a evolução de sua própria jornada no ativismo, desde o início de sua participação até sua atual posição como presidente da Associação da Diversidade de Itapipoca. Ela destaca que, apesar das conquistas, como a legalização do casamento homoafetivo e a crescente visibilidade da classe LGBT, a luta ainda é uma constante.

O ativismo lésbico enfrenta múltiplas camadas de dificuldade, incluindo o preconceito e a resistência local. Mitchell, por exemplo, menciona episódios de vandalismo e a hostilidade que enfrenta, ressaltando como essa violência é um reflexo da resistência ao reconhecimento das lésbicas e de suas causas. A frustração é palpável quando ela fala sobre a falta de apoio visível e a necessidade de enfrentar os desafios com coragem e determinação.

Aqui, até agora não tem um grupo de lésbicas organizadas, com CNPJ. Eu tô numa luta aqui pra criar esse grupo, tô conversando com um grupo de mulheres pra gente fazer um estatuto, mas tá um caos, porque cada uma vem com uma coisa "não sei o que, não sei o que", e eu "tá bom, minha filha". A gente vai fazer esse grupo, porque esse grupo vai ser a diferença na questão da criação de políticas públicas, esse grupo vai sentar-se com o governador, vai sentar-se com o prefeito, porque aí a gente tem uma instituição. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Alice também expressa sua indignação com a falta de estrutura formalizada para o movimento lésbico, sublinhando sua luta para criar um grupo organizado que possa influenciar políticas públicas. Ela vê a formalização como uma estratégia crucial para a criação de políticas inclusivas e para garantir que as necessidades específicas das lésbicas sejam adequadamente representadas.

Mas eu acho que é fundamental falar sobre o movimento lésbico, e não só sobre o movimento, mas sobre a vida das pessoas, a gente tá vivendo um momento de retrocesso e de violência muito grande nesse momento político que a gente vive hoje é um momento histórico e fazer isso vira uma coisa histórica de registro, de tanto que a gente viveu e do que a gente vai ver pra frente porque esse ódio plantado, esse conservadorismo da direita ultraconservadora, esse processo que vem colocando pra gente, de colocar as mulheres de novo num lugar de subalternidade, com as mulheres, com LGBT nem se fala, porque aí é a violência generalizada, a arma generalizada, a gente que tem contato com alguns, não só com parlamentares, mas a gente tem contato com essa turma dentro do congresso, parece assim, o ódio voltou, os discursos mais esdrúxulos que a gente nunca mais tinha escutado na vida a gente volta a escutar, então a gente começa ver a reverberação disso socialmente que é pesado (Mitchelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Em suma, o movimento lésbico no Ceará continua a enfrentar desafios significativos, mas também encontra oportunidades de progresso através da mobilização coletiva e da persistência. A resistência contra o conservadorismo e a violência, combinada com a luta constante por reconhecimento e direitos, destaca a importância de uma ação contínua e a necessidade de uma estratégia unificada para alcançar avanços substanciais.

A trajetória do movimento lésbico em Fortaleza, como destacado por Alice, ilustra uma luta contínua por visibilidade e reconhecimento que, até hoje, permanece cheia de desafios e contradições. O sentimento de frustração expressado por Alice é emblemático das dificuldades enfrentadas pelas lésbicas na cidade.

Todo ano é um momento trágico que é quando a gente vai fazer a discussão sobre a visibilidade lésbica, a gente faz a discussão e nós mesmas estamos invisíveis, não tem grupo aqui, o grupo que tem é "tambores de safo" que pega na linha artística, musical, mas o restante não tem. Então há muito tempo eu já venho indignada, sempre falo "porra não tem um grupo não tem não sei o que". Há um tempo foi montando um grupo, chama-se CLESC, nesse grupo foi montado, mas assim, ninguém tem ânimo pra nada. Ai quando começou essa discussão do dia nacional da visibilidade lésbica e ai nós tínhamos uma programação muito extensa, tanto virtual quanto presencial e ai a gente pensou não dá, comecei a ficar indignada de novo de ver que ninguém fazia nada, ninguém tinha uma atitude e ai eu fui falar, falo com um, falo com outro e ai teve um dia que eu cheguei pra um e disse " eu tô puta da vida, que a gente não consegue montar" "pois é Alice" "então eu disse "pois a partir de hoje eu vou fundar um grupo de lésbicas você quer ta dentro?" "com você Alice eu tô dentro". Aí eu fui ligando para as outras que são pessoas interessadas e comprometidas e todas elas disseram que sim aí então tá, legal, então agora vou preparar o estatuto, tudo devidamente registrado e agora nós estamos no fechamento do estatuto (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista)

Depois da entrevista em 2021, ainda durante o confinamento por conta da pandemia por COVID-19, eu encontrei Alice, que me convidou para uma formação de mulheres lésbicas e bissexuais, encontro Michelle na primeira reunião da XXI parada da diversidade, Lila e Lídia nos dia do “Grito do orgulho” na praça da Gentilândia (no bairro Benfica, Fortaleza-CE) e encontrei até pessoas que eu tinha convidado para participar da

pesquisa e não me responderam antes de decretar que já tinha muitas entrevistas. Quando Michelle me contou sobre sua trajetória me senti tão instigada, desde então sempre que posso tento colaborar com as atividades para o público LGBTI+, sobretudo para as lésbicas (como as atividades do mês de agosto de 2022 em alusão ao dia da visibilidade lésbica e o próprio trio Parada na Delas). Vê-la no dia a dia, e agora ocupando um espaço como secretária, continuando a lutar por nós, é admirável. Sobre o dia da visibilidade lésbica, desde 2022 o Coletivo Parada na Delas tem feito diversas atividades em agosto, nomeada por “Agosto delas”, junto com as representantes da ABL tem produzidos atividades em parceria com o Governo do Estado do Ceará, sobretudo com a SEDIV, e com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Coordenadoria da Diversidade.

O Coletivo Parada na Delas surgiu em resposta à falta de visibilidade e representação para lésbicas e mulheres bissexuais no Ceará, especialmente após um período de enfraquecimento dos movimentos sociais de mulheres. Desde 2022, o coletivo tem se destacado por suas iniciativas para fortalecer a presença e as demandas dessa comunidade. Composto inicialmente por 14 mulheres. A dificuldade encontrada para realizar tal atividade mostrou a necessidade de reativar o movimento de lésbicas e mulheres bissexuais. Por isso, no mesmo ano, no mês de agosto, realizamos um momento cultural e com ações sociais de promoção à cidadania nomeado “I OCUPA SAPATÃO”. Esse evento ocorreu na praça da Gentilândia situada no bairro do Benfica de Fortaleza, em alusão ao dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto). Tivemos no local testes de doenças IST's, corte de cabelo, feira com empreendedores LGBTQIA+ e apresentação artísticas de lésbicas e mulheres bissexuais, da mesma forma que no trezinho da parada, essas pessoas se voluntariaram. Mais de 200 pessoas foram atingidas diretamente e indiretamente, estima-se um número bem maior. O evento atraiu mais de 200 participantes e demonstrou a capacidade do coletivo em mobilizar a

comunidade. Ao longo de 2022 as integrantes do Parada na Delas foram participando de outros momentos e se fortalecendo cada vez mais como grupo.

Em 2023, as ações continuaram, novamente ocupamos a Avenida Beira Mar na XXII Parada da Diversidade, infelizmente ainda com o trenzinho. No entanto, mesmo com as dificuldades conseguimos fazer divulgações das nossas demandas de gênero e de orientação sexual. Mais uma vez, em agosto, mês celebrado a visibilidade lésbica, construímos um calendário coletivo com outros movimentos LGBTI+ das quais as mulheres fossem as representantes. O protagonismo de lésbicas e mulheres bissexuais têm sido restabelecido, inclusive em outros setores e não somente no cultural. Esse calendário foi denominado de “Agosto Delas”, em que diversas entidades fizeram ações formativas, de cuidado em saúde e/ou promoção de cultura sobre e com lésbicas e mulheres bissexuais. Compondo o calendário do “Agosto Delas”, especificamente o Coletivo Parada na Delas realizou o II Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, onde contamos com mais de 100 mulheres presentes, com o apoio do Governo do Estado através da Secretaria da Diversidade do Estado do Ceará. Esse evento foi realizado no dia 26 de agosto de 2023 no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto ligado ao Movimento Sem Terra (MST) de Fortaleza-Ce, instituição parceira na construção do “Agosto Delas”. Por fim, no dia 29 de agosto, realizamos o nosso “II OCUPA SAPATÃO”, dessa vez com o apoio da Prefeitura de Fortaleza, através da Coordenadoria Especial da Diversidade de Fortaleza e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), na Praça da Gentilândia, mesmo local do primeiro. As ações do “II Ocupa Sapatão” atingiram diretamente aproximadamente 700 pessoas com diversas atividades e com parcerias com outras instituições e movimentos de lésbicas e mulheres bissexuais ou mesmo mistos.

Agora em 2024, em janeiro seguiu compondo o calendário nacional “Justiça por Carol”, também estive à frente de mais uma parada da diversidade, ainda não foi um trio, mas com um ônibus de dois andares. Em agosto mais uma vez fez o “Agosto Delas” com um

calendário com diversas atividades, finalizando com o III Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais e finalizou o mês com o “II Festival da Visibilidade Lésbica” no Teatro José de Alencar.

A trajetória do Coletivo Parada na Delas é marcada por sua inovação, mobilização e criação de espaços de visibilidade para a comunidade lésbica e bissexual. O coletivo continua a ser uma força vital na promoção da equidade e diversidade no Ceará, estabelecendo-se como um pilar fundamental na luta por uma sociedade mais inclusiva e justa. Esse cenário reflete uma realidade em que apesar das dificuldades lésbicas e mulheres bissexuais têm se unido para produzir transformação social e não somente em Fortaleza, mas na região metropolitana e mesmo nas cidades mais interioranas. Em 2023 o Agosto delas mostra a potência dessa aliança capital-interior, com atividades em Russas, Limoeiro do Norte, Itapipoca e outras. No entanto, apesar dos esforços, ainda enfrenta obstáculos substanciais. Assim, o movimento continua a ser uma arena onde a busca por visibilidade se entrelaça com a necessidade de superar barreiras institucionais e socioculturais, para que as lésbicas possam verdadeiramente ocupar o espaço que merecem na sociedade e no ativismo.

Este tópico analisou a trajetória do movimento lésbico no Ceará, com foco nos desafios e conquistas dos grupos e ativistas que têm trabalhado para aumentar a visibilidade e promover a inclusão das mulheres lésbicas e bissexuais. A análise revelou que, apesar dos avanços significativos, como a criação do Coletivo Parada na Delas e a realização de eventos como o "Agosto Delas", o movimento ainda enfrenta barreiras substanciais. As dificuldades em mobilizar e organizar a comunidade lésbica, a falta de estrutura formalizada e a resistência local são obstáculos que persistem. No entanto, a determinação de ativistas como Alice e Mitchelle tem sido fundamental para superar essas dificuldades, criar novos espaços de visibilidade e promover a inclusão. A formalização de grupos como o CLESC e a realização de eventos culturais e de saúde destacam o progresso na promoção dos direitos das lésbicas,

mas também evidenciam a necessidade contínua de apoio institucional e reconhecimento formal. A importância da mobilização coletiva e da persistência em um contexto de resistência e retrocesso político é clara. O movimento lésbico no Ceará tem demonstrado uma capacidade notável de adaptação e inovação, buscando não apenas visibilidade, mas uma transformação social profunda. As ações contínuas e a colaboração entre grupos e instituições são essenciais para garantir que as mulheres lésbicas e bissexuais possam conquistar uma presença sólida e influente na sociedade e nos movimentos sociais. Enquanto o movimento continua a enfrentar desafios, a perseverança e a organização estratégica são vitais para alcançar uma sociedade mais justa e inclusiva. A trajetória do movimento ressalta a necessidade de um compromisso contínuo com a igualdade e o reconhecimento, destacando a importância de avançar além da mera inclusão para promover uma verdadeira transformação social.

7.2 “A gente é reconhecida como sapatão e essa é a minha identidade política⁵⁴”: lesbianidades militantes cearenses

O objetivo deste tópico é analisar como a participação em movimentos feministas e coletivos impacta a trajetória de desconstrução pessoal e política das mulheres lésbicas, destacando o papel fundamental desses espaços na transformação da percepção das identidades e práticas dessas mulheres. Busca-se compreender como a militância contribui para a afirmação pessoal, a resistência contra a lesbofobia e a luta por direitos mais amplos, além de examinar os desafios persistentes enfrentados, especialmente fora dos centros tradicionais de visibilidade. Este tópico visa também explorar o impacto da visibilidade e da representação no movimento LGBTQIA+, destacando a importância de manter o ativismo

⁵⁴ Fala preferida por Lídia.

político e a necessidade de superar a despolitização e a resistência à implementação de direitos para promover uma transformação social abrangente e eficaz.

Digamos assim, eu me desconstruí mesmo em relação à mente hétero e tal, e isso veio muito fortemente mesmo com o movimento feminista. Então, quando eu estava nos meus 18, 19, 20 anos, que eu passo a compor o movimento feminista, né? Isso é um marco na minha vida, isso é um giro, inclusive [...] pensar meu corpo, pensar as minhas práticas sexuais, minhas práticas militantes, enfim. Então, na realidade, pra mim, o grande giro mesmo, 360, eu vou ter com o feminismo, né? Os feminismos, atuando dentro do movimento feminista e estudando sobre o feminismo. [...] Então assim, e aí, obviamente, você vai, "ah, não é só mais uma questão de amor livre, é outro rolê, é uma luta pela existência, é uma luta pelas várias dimensões dos direitos das mulheres", enfim. Então, eu passo a olhar outras questões, né? E não somente a questão básica de ter direitos iguais, andar de mãos dadas, porque isso aí não alcança, não supri. Assim, eu passo a parar de pensar somente em inclusão, ou seja, eu quero me incluir na sociedade, pra invés de falar de inclusão, pensar em transformação social. Então, isso é um giro em vários sentidos, né? De militância, no sentido da militância, no sentido teórico e epistemológico. Então, eu já não trabalho com a ideia de inclusão. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

A importância dos espaços coletivos para a formação subjetiva das mulheres, especialmente para desconstruções e desamarras pessoais, é crucial e profundamente significativa. Esses espaços não são meramente físicos; eles se tornam territórios de resistência, autoconhecimento e fortalecimento psicológico e emocional. A saber: “A

militância para mim foi assim, uma libertação. Porque eu pude compreender essa diversidade, pude compreender e pude ajudar outras pessoas. É o que me dá forças. É o que me dá... Seria o meu... **Eu sou 24 horas uma militante**” (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Esse processo é do campo subjetivo, é sobre o ser, implica em um processo de autoconhecimento e aceitação; envolve a articulação de uma consciência política, é uma agente de mudança que busca não apenas afirmar sua própria identidade, mas também desafiar e transformar as normas sociais que perpetuam a invisibilidade e a discriminação. Diante disso, reconhecer-se e se amar são estratégias ímpar de enfrentamento à essa lesbofobia cotidiana.

Essa palavrinha **reconhecimento**, você deve saber disso, ela não é uma palavrinha à toa, ela é uma categoria, ela é um conceito. Ela é uma categoria trabalhada na Sociologia, ela é uma categoria trabalhada na Psicologia... e isso é muito importante Larissa para nossas vivências por que na minha época, na minha época é ótimo, há algum tempo atrás, sei lá, na minha adolescência... sei lá, eu fui adolescência nos anos 90... a gente não tinha uma Pablo Vittar, a gente não tinha uma Fernanda Gentil, a gente não tinha uma Lalan e uma Nanda Costa, a gente não tinha uma Ana Carolina. A gente tinha Cássia Eller, mas a Cássia Eller ela é ovacionada por nós, mas ela era meio que , sei lá, um perfil digamos, que era um perfil X para mulheres lésbicas e que em algum momento usaram algum aspectos de que as lésbicas tinham que ter cabelo curto, vozeirão, ser aquela coisa...Ser o MACHO FÊMEA, como a gente chama do Ceará.[...] Eu lembro que logo **no início da minha vida profissional**, em 2009, **eu ainda tinha um certo limite de chegar e me assumir enquanto lésbica. Hoje não**, isso é extremamente tranquilo (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Em muitos contextos sociais, nós lésbicas enfrentamos invisibilidade, estigmatização e até mesmo violência. Assim, a descoberta e a aceitação da própria lesbianidade frequentemente envolvem lidar com pressões familiares, sociais e culturais que tentam silenciar ou marginalizar essa identidade.

[...] **a maior estratégia de militância e de ativismo, que eu vejo hoje, é o encontro.** A gente pode se encontrar. Não à toa uma das primeiras coisas atacadas realmente em termos das estratégias das pessoas é o ataque ao encontro. Não se permite um encontro das temáticas. Não se permite um encontro com as outras. O próprio retirar o gênero da educação, é riscar o encontro. Porque a partir desse debate, do encontro nesse debate, as pessoas vão se fortalecer, vão se reconhecer uma nas outras e vão identificar violências, lutar contra violência e violações. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Nesse sentido, os espaços coletivos desempenham um papel crucial nesse processo, proporcionando um ambiente seguro e de apoio onde as mulheres lésbicas podem compartilhar suas histórias, desafios e conquistas. Esses espaços não apenas validam as experiências individuais, mas também conectam as pessoas a uma comunidade que compartilha vivências semelhantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento e solidariedade.

Eu acho importante, né? **Esse ser político, politicamente você se coloca perante a sociedade, perante aos grupos, porque você fortalece outras pessoas, né?** É algo meio que se alimenta nesse espaço, né? Você se fortalece e fortalece,

também, outras pessoas [...] São agrupamentos importantes, sem sombra de dúvidas. Porque é nesse momento que você se entende, como um ser político, acho que você encaixa uma figura, a mulher lésbica, mas também é esse ser político, que você tenta ter essa congruência do seu ser e da sua luta, do seu espaço visível dentro de uma sociedade (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Tem sido fundamental compor para essas mulheres os espaços coletivos não somente para estar em grupo, mas sobretudo para a própria formação subjetiva, desconstrução e desamarras internalizadas.

Tambores de safo, esse grupo né, é o meu grupo de referência, que eu tenho pra mim como referência de construção política, como construção de identidade como mulher sapatão, como construção da minha identidade política, sabe, de ação, então não tem como contar minha história de lésbica, de sapatão, sem passar pelas Tambores de Safo, pra mim tá muito ligado [...] No grupo a gente tem prática de fazer música, a gente tem composição coletiva, faz poesias, que falem dessa construção de realidade. Inclusive que tire dessa construção que somos só... nós somos muito e somos também sapatonas e bissexuais, mas também somos muitas coisas. Acho que uma música bem emblemática é o SAPATO DE FAVELA. [...] A letra diz assim, 'sou sapato de favela, negra, mãe, artista. Sou uma ruma de coisa que nem cabe nessa lista' porque a gente é muita coisa [...] O grupo acabou sendo... tem uma coisa muito forte que é a referência familiar, então teve todas essas rupturas, depois a gente se conectou, fez DR. Tem gente que estava nas rupturas do começo e retornou. (Lídia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

O pertencimento à uma coletividade sapatão é portanto mais uma linha de enfrentamento à lesbofobia, como Lidia mesma coloca, “a gente é reconhecida como sapatão e essa é a minha identidade política. Assim, eu sou sapatão!” Encarar diariamente essa bandeira é árduo, isso significa compreender não apenas as dinâmicas pessoais e interpessoais da lesbianidade, mas também como essas experiências são moldadas por estruturas mais amplas de opressão e discriminação. Ela continua sua análise: "São muitos agravos psicossociais que o racismo, lesbofobia e o patriarcado produz em nós e a gente tem feito esse debate que cuidar uma das outras, cuidar de si mesma é lutar, são muitos assassinatos e a-suicídios de lésbicas” (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista). O fortalecimento individual e coletivo, entendendo a vida como política, perpassa por desterritorializar os estigmas e territorializar-se na sapatonicidade. E uma das formas de manter esse grupo é promover o autocuidado:

O grupo se constitui como esse lugar, de segurança também. Recentemente, faz alguns anos que a gente tem uma parceria com o Fundo Elas para pensar a dimensão do cuidado e autocuidado, né? E como militantes feministas lésbicas... porque são muitos agravos,,, é psicossocial que o racismo, a lesbofobia, o patriarcado produz em nós. E a gente tem feito esse debate que cuidar das outras e cuidar de si mesma, é lutar. É lutar, porque enfim a gente tem visto muitas situações, a gente tem visto muitas de nós ser assassinadas, ou suicidadas, porque os suicídios das lésbicas também é um assassinato social. E a gente precisa viver! Para lutar a gente precisa estar viva e precisa estar bem. Essa tem sido uma das grandes questões das nossas pautas. (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

O autocuidado é também fortalecer a auto-estima, como diz Alice (23/10/2021, transcrição de entrevista) “o básico é você sempre tá com a sua autoestima fortalecida, bem no eixo mesmo, tu ter o controle disso, porque você sabe onde deve colocá-lo. Tu segura teu eixo, ninguém pega nele. É isso que as pessoas precisam ter!” . Ela diz que é às vezes é um preço alto a se pagar “a gente tem que saber como se fortalecer pra sair desses processos [...] sair de casa, construir sua vida, viver um outro processo. Não importa se você vai viver num kitnetzinho, pague o preço que você tiver que pagar” (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista). No entanto, ela mesmo fala que essa condição psicológica para lidar com as adversidades não é fácil de manter, reconhecendo sua experiência e condição de lidar de modo mais agressivo com as situações:

Eu sei que tenho um pouco mais de condição do ponto de vista psicológico, também de estrutura, isso me dá condições de falar mais tranquilamente, posso sentar-me em mesa que for, que não vou amarelar, não vou me tremer, com relação ao que venham me falar sobre a questão da minha orientação, não vou. Se eu me sentar numa mesa de evangélicos, não tenha dúvida, uma das primeiras coisas que eu vou dizer é "Pra mim, vocês são tudo mal resolvidos. (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

A militância lésbica frequentemente se estende para além das questões individuais para abraçar lutas coletivas por direitos humanos, igualdade de gênero, justiça social e inclusão. Mas aqui, é essa militância que fortalece psicossocialmente essas mulheres para o desafio que existe na sociedade. Isso pode incluir a participação em movimentos sociais, ativismo político, educação comunitária, produção cultural e outras formas de engajamento que visam ampliar o reconhecimento e os direitos das pessoas lésbicas. "E a vida é uma luta.

Independente que sejamos lésbicas, fazemos parte da classe LGBTIAP+, só que eu sei que para LGBTIAP+ ela é bem mais árdua” (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

Ser uma pessoa LGBT no nosso país é muito, mesmo, **tem que ter muita coragem**. Tem que ter muita resistência mesmo, porque a gente sofre LGBTfobia todo tempo, toda hora. Inicialmente dentro da própria casa, da própria família. Depois a gente tem as questões dentro da escola, né. Enfim, trabalho, vida social também. E eu sou advogada, que é um outro local que tem muito preconceito. Ainda bem que hoje a OAB tem sua comissão da diversidade, então existe todo um combate a LGBTfobia nacional e apoio aos advogados, advogadas e advogades. Então pela minha própria profissão, pela própria ordem eu me sinto amparada (Fernanda, 13/10/2021, transcrição de entrevista)

É importante ressaltar que essa construção subjetiva não é estática nem uniforme. Cada pessoa lésbica podem vivenciar esse processo de maneira única, influenciada por suas próprias experiências de vida, identidade racial, classe social, localização geográfica e outras características que moldam suas perspectivas e trajetórias. Portanto, afirmar sua identidade é como uma força motriz para a transformação individual e social.

É importante para isso, ter gestão nas três instâncias de poder que colaborem para essas mudanças, por isso, entrar na política partidária é uma possibilidade de ocupar esses espaços e produzir novas narrativas.

Esse casamento não foi só sentimento, ele também foi precaução, porque com a família que eu tenho eu não posso brincar, eu não posso, como é que se diz, me sentir tão à vontade, porque uma parte dela também que além do preconceito é

muito capitalista, nós conversamos e resolvemos oficializar nosso casamento (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista)

As leis são materialidades dessas transformações políticas e mesmo com leis ainda se encontram barreiras preconceituosas. Segue o relato de Luanna e Val sobre o casamento, este inclusive usado por Edna como estratégia de enfrentar a lesbofobia intrafamiliar.

Veja bem, em 2011, eu estava em reunião com o ministro Ayres Britto, né? Tentando convencê-lo a votar a favor do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Eu era uma das 10 pessoas do grupo de juristas que foram, né? [...] Em 2011, o Supremo Tribunal reconheceu a união estável. Quando é em agosto, o STJ reconhece não só a união estável, mas o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, os cartórios, eles precisam estar preparados para as pessoas irem lá se habilitar e casar, pronto, tivemos duas decisões importantes, beleza. De 2011 a 2013, foi uma dor de cabeça porque os cartórios não estavam querendo admitir as pessoas casadas mesmo tendo a decisão do STJ e STF, né? É tanto que o conselho nacional de justiça teve que fazer uma resolução própria para isso, pra dizer "Ei cartório, perai, quem manda em vocês somos nós, vocês têm que aceitar as pessoas a se casarem, né? Beleza, 2013, tá? Quando é agora, 2021, eu vou me casar, né? Passo por todo aquele rito, o cartório, nossa, galera gente boa, tranquila, nos cadastrou e tal, mas vamos para o rito, né? O momento com a juíza de paz (a juíza de paz que faz o casamento). A juíza de paz pegou, e foi esclarecer dizendo que 'olha, a gente sabe que hoje é um direito, mas na hora que eu for falar que eu considero vocês casados, eu vou dizer marido e mulher', oxi,

na hora a gente até quebrou o protocolo, a gente: ‘não pô, são duas mulheres, e quer falar marido e mulher?’, e ela ‘Ah, mas tá na lei’, e realmente tá na lei, no código civil tem lá o textinho que a juíza de paz tem que falar, e ele fala ‘marido e mulher’ [...] a gente questionou na hora, quebrou o rito, a gente: "Olha, nós temos a decisão do STF, do conselho nacional de justiça, você vem insistir marido e mulher? São duas mulheres que estão aqui na sua frente". Então, veja só, olha a loucura que é. Ou seja, a pessoa se utiliza de um dispositivo legal, ou seja, tá ali estritamente na lei para poder ser lesbofóbico, porque foi isso que ela fez. Claro que ela ficou nervosa, porque acho que nunca foi questionada, mas você imagina, quantos casais passaram por isso, quantos casais ainda vão passar enquanto aquela mulher tiver sendo juíza de paz. Então, assim, acabei de casar, mas lá vou eu, ter que entrar no judiciário, ter que fazer um processo. A gente vai processar a juíza de paz, porque ela sabe que não pode fazer isso, mas não é mais por mim, já passou, mas porque outros casais levam o preço, fazer militância na hora do casamento, pô. Então, isso diz muito sobre o tipo de sociedade que a gente tem, como eles se sentem à vontade. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Avançamos? Avançamos. O STF reconhece? O STF reconhece. Mas para você ter uma ideia, há exatamente um mês atrás, eu fui madrinha de um casamento de uma grande amiga minha [...] Entramos lá no cartório, a Juíza disse o seguinte 'bom como o Código Civil não mudou, eu ainda tenho que ler a letra da lei e a letra da lei diz declaro marido e mulher. Então de mão já vou dizer que vou falar isso tá, declaro marido e mulher [...] Como a gente já tinha conhecimento que essa juíza fazia isso com casais LGBTs, a gente já tava com discurso preparado para enfrentar. E a Luanna é uma exímia advogada, eu admiro bastante, advogada dos

movimentos populares, está agora no CNJ. [...] e aí a Luanna disse 'só não tem a letra, mas tanto o CNJ já tem legislação quanto o STF, então embora a senhora diga isso, logo após a senhora terminar eu vou refazer a repetição mulher/mulher, companheira/companheira, esposa/esposa'. A juíza no final se embananou e não falou. Só falou 'declarados casados', não falou marido e mulher. Então assim, a justiça avançou? Avançou. Não há mudança no código Civil do marido e mulher. Então assim, as mudanças... é muito... é isso, são processos longos. Fico feliz que eu acho que a geração futura vai poder. [...] Eu tenho esperança que a gente vai nesse movimento de avanços e retrocessos, mas a luta nunca finda. Eu só tenho impressão e faço votos de esperança que a geração futura receba uma sociedade um pouco mais aberta e com mais referência e reconhecimento sejam individuais ou seja dos movimentos. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Outra estratégia de enfrentamento à lesbofobia é disputar discursos e narrativas, assim como produções de verdades e até mesmo espaços físicos e virtuais. Primeiramente, há uma crítica contundente em relação à centralização histórica das narrativas e das memórias LGBTQIA+ nos eixos Rio-São Paulo. Essa centralização não apenas influencia quais histórias são conhecidas e valorizadas, mas também perpetua a marginalização de experiências e vozes de outras regiões do Brasil, como o Nordeste, e especificamente do Ceará. Luanna e Michelle destacam como as histórias e memórias das lésbicas cearenses, assim como de outras minorias dentro da comunidade LGBTQIA+, muitas vezes são negligenciadas ou sub representadas tanto na sociedade em geral quanto dentro do próprio movimento. Resquícios de uma colonialidade que ainda se faz presente no país.

Sobre como se conta a história e as pessoas, até porque, dentro dos movimentos LGBTs do Brasil a gente sabe que está muito focado no eixo Rio e São Paulo. Então, as histórias que a gente conhece, as memórias que a gente conhece... aliás, as memórias que têm uma visibilidade digamos assim de uma certa forma, vão ser as memórias situadas ali no sudeste. Então, você, por exemplo, a sua pesquisa que é, tem uma outra localização, outra territorialidade, outros corpos também, falando sobre e passada também por situações de discriminação e lesbofobia... Então, obviamente nos interpela também a pensar outras questões e a partir desses territórios que são territórios, inclusive, historicamente invisibilizados. Não somente na sociedade cearense, mas às vezes dentro do próprio movimento LGBT. Como se conta essa história e quem conta essa história. Isso é um ponto importante e que bom que às vezes você chega nos mesmos nomes. [...] é bom saber que nós nos lembramos e assim vamos construindo nossa memória. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

A ocupação de espaços públicos por mulheres lésbicas em Fortaleza ao longo dos anos é ressaltada por Luanna como um ponto de virada significativo. Inicialmente reclusas e silenciadas, essas mulheres começaram a se empoderar ao ocupar bares e praças públicas, desafiando normas sociais e expandindo a visibilidade lésbica na cidade. Esse processo não apenas transformou o cenário urbano, mas também redefiniu as dinâmicas de gênero e sexualidade no contexto local.

Os ambientes, os espaços públicos, sempre foram espaços muito ocupados por homens gays, né? Espaços públicos, que eu digo assim, público-privado, né? Uma sauna, alguns bares, né? E ao longo dos anos, isso foi dando um giro, lá em

Fortaleza, né? Ao longo dos anos que eu digo, na década de 90, começando os anos 2000, foi dando esse giro. Então, a gente vai ver que as mulheres que, antes estavam mais reclusas, silenciadas, elas vão ocupar os espaços, elas vão se sentindo, inclusive, empoderadas por ocupar esses espaços públicos, como eram os bares, ou, depois as praças públicas, né? Então, isso é um marco importante, um giro importante, ao pensarmos a cidade, a sexualidade. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Mitchelle complementa essa visão ao abordar as lacunas dentro do próprio movimento LGBTQIA+, onde a representação das lésbicas é muitas vezes insuficiente ou secundária. A falta de um movimento lésbico organizado é destacada como um problema nacional, refletindo a necessidade de reconhecimento e inclusão das pautas específicas das mulheres lésbicas dentro das agendas políticas e de direitos humanos. Esse efeito é histórico, pois como foi apontado, os recursos financeiros por vezes vieram da Saúde e ele ficava mais próximo dos homens gays por conta das campanhas de prevenção do HIV/AIDS.

As entrevistadas apontam para a invisibilidade e a discriminação sistemática enfrentadas pelas lésbicas em diversas esferas da sociedade, incluindo dentro de movimentos mais amplos como o feminista e o LGBT+. A falta de políticas públicas e de apoio específico para lésbicas é ressaltada por Michelle como uma lacuna crítica, onde as políticas existentes muitas vezes privilegiam homens gays e pessoas trans, deixando as lésbicas à margem. “Não tinha uma política para lésbica, não tinha uma política para pessoas bis, não tinha uma política integrada a outras secretarias era mesmo a saúde e principalmente na luta contra AIDS” (Michelle, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

A violência policial e a repressão durante eventos públicos de visibilidade lésbica, como descrito por Luanna, exemplifica as dificuldades enfrentadas pelas lésbicas na busca por

visibilidade e reconhecimento. A agressão física e verbal por parte das autoridades demonstra não apenas a LGBTfobia institucionalizada, mas também a resistência contínua das lésbicas em reivindicar seu espaço e direito à existência pública.

A gente resolveu fazer a festa da visibilidade lésbica, então, teve uma festa que foi promovida por nós, grupo LAMCE, uma festa que coincidiu, a visibilidade lesbica é em 29 de agosto, coincidiu com o início do periodo eleitoral para governador(a), né? Coincidiu com o início das eleições. E, a gente queria, nessa festa, apresentar a plataforma política da comunidade lésbica, então, a gente chamou candidatos e candidatas a governador(a), né? Desses candidatos, acho que a única pessoa que foi, foi o Renato Roseno, que naquela época se candidatou a governador. E aí, tivemos parlamentares que foram também, pra esse barzinho, prestigiar também o evento, e a gente poder lançar nossa plataforma política, né? A gente optou por fazer essas coisas em festas e eventos porque a gente sabia que ia poder comunicar melhor com outras pessoas, com outras mulheres. Então, assim, vamos para onde tenha sinuca, um canto que seja conhecido. Então, ao invés da gente convidar as pessoas para um espaço conhecido, uma sede de, sei lá, algum lugar, uma sede de partido, o que for, a gente ia até os lugares públicos pra gente poder fazer o evento, e aí, criar realmente uma comunicação com outras mulheres, para outras mulheres conhecerem o LAMCE. Então, nessa época especificamente, pra gente não tinha lugar melhor do que o cafofo do barão, porque era um bar que estava iniciando, um bar que tava fazendo muito sucesso com a juventude, né? [...] "Obviamente, o cafofo do barão tinha uma vizinhança extremamente LGBTfóbica, e muito lesbofóbica, né? Era um bar, frequentado predominantemente por mulheres. Então, nesse dia na plataforma, da festa da

visibilidade, chamaram a polícia, chamaram várias vezes a polícia, e aí, a polícia simplesmente chegou, nossa, chegaram 6 viaturas de uma vez, entrou no bar e fechou a porta do bar pra ninguém sair, né? Então, eles cercaram ali, né? Por mais que o cafofo do barão, esse bar, tivesse um horário de funcionamento, licença em relação ao uso de som, etc, mesmo assim os policiais começaram a xingar as mulheres que estavam lá, "Ah, sua sapatão, quer ser macho? então vai a pé a cubo macho", e agredir também as mulheres lésbicas, que estavam no cafofo do barão, inclusive, uma tenta sair do local, sai no carro dela, e é perseguida pela polícia, a polícia dispara tiros quanto o carro dela, o carro dela tem os tiros de bala, a gente chegou a fazer a perícia e tudo, né? Quando ela ouviu os dois disparos, ela para o carro dela, no que ela para, a polícia vem e passa a espancá-la. Então, de todo mundo, ela foi a pessoa que foi mais espancada, porque ela, na verdade, estava tentando sair daquela confusão, né? Então, ainda foi presa, passou mais de 30 minutos dentro do carro da polícia, dentro do camburão [...] Então, assim, a gente vivenciou, enquanto lésbicas, sobretudo, enquanto coletivo, uma extrema violência policial, aí, em 2006, numa data que, que era uma data importante, a data da visibilidade, que a gente tava lançando nossa plataforma política. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

É um contexto de luta persistente contra a invisibilidade, discriminação e marginalização das mulheres lésbicas dentro do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Por isso, é fundamental que os Conselho de Classe também se posicionem, como coloca Luanna:

O Conselho Federal de Psicologia foi o primeiro conselho de classe, que, de fato, teve uma resolução concreta sobre a questão da orientação sexual no seu código

de ética, a resolução 0189 (Mulher no fundo: "Foi necessário"). Exatamente, foi muito importante, depois do CFP veio o CFESS, vieram outros conselhos de classe, que são muito importantes estratégicos, como era o de psicologia, veio o de serviço social, e depois, por último, lá no final, a OAB, e olhe lá, né? Enfim, mas quem estava, realmente (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Por fim, ela fala da **militância acadêmica** que também deve ser ativa, ela inicialmente se sentia distante da academia, enfrentando dúvidas sobre seu lugar nesse ambiente. Esse processo de autodescoberta e aceitação como pesquisadora ocorreu durante seu mestrado, especialmente ao se envolver com o Núcleo de Diversidade Sexual e Gênero da UNB (MEDIG). Esse período foi crucial para sua formação tanto intelectual quanto pessoal, moldando sua visão como pesquisadora comprometida com questões sociais e de gênero. Uma experiência enriquecedora, não apenas em termos acadêmicos, mas também como uma mentora e conselheira em momentos pessoais.

Te agradeço, estar fazendo a pesquisa, fazendo esse giro, para falar sobre a questão das lesbianidades, né? Trazer um pouco dessas questões, conflitos e memórias, das mulheres lésbicas do Ceará, acho que é fundamental, a gente tá num cenário onde a gente precisa, de fato, produzir melhor, mas dentro da seriedade científica que a gente já tem. Então assim, isso é resistência, sabe? A gente tá nesse cenário, em meio a uma crise sanitária e, também, crise ética, que a gente vivencia dentro do cenário brasileiro, né? E tá nessa resistência, de um doutorado, tentando escrever, pesquisar, tentando se encontrar com as pessoas, para de fato produzir algo, que com certeza será muito importante pra nós todas as

mulheres lésbicas, bissexuais, enfim. A gente precisa de fato das produções e teses de resistência nesse cenário. (Luanna, 27/10/2021, transcrição de entrevista)

Ao abordar essa pesquisa de doutorado, Luanna enfatizou a importância de produzir conhecimento sério e cientificamente fundamentado sobre as lesbianidades. Ela vê a pesquisa não apenas como um exercício acadêmico, mas como um ato de resistência em um contexto de crise sanitária e ética no Brasil. Essa perspectiva ressalta a urgência de visibilizar e estudar as experiências das mulheres lésbicas e bissexuais, contribuindo para um corpo de conhecimento que fortaleça essas comunidades. No caso de Snoh, foi a partir de seu TCC que ela toma a lesbianidade não só no âmbito da experiência, mas como um fenômeno que precisa ser compreendido e analisado, inclusive por mulheres lésbicas: "O tema do meu TCC e eu achei que era o meu dever de fazer sobre lesbianidade, fiquei muito tocada a fazer sobre lesbianidades e aí comecei a realmente pesquisar e perceber várias coisas que você vai percebendo no processo" (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista).

As narrativas das entrevistadas oferecem um mergulho profundo na intersecção entre identidade, militância e desafios enfrentados nesse processo. A inscrição nas coletividades ocorreu de diferentes formas, mas em geral, encontraram nos movimentos estudantis, de juventudes e sobretudo feministas, espaços para compartilharem seus descontentamentos com a realidade social.

Como colou Cláudia, "A militância para mim foi uma libertação, porque eu pude compreender essa diversidade e pude ajudar as pessoas. É o que me dá forças [...] Eu sou 24 horas uma militante" (Cláudia, 05/10/2021, transcrição de entrevista). Apesar de ter sido Cláudia quem narra essa frase, qualquer uma das mulheres com quem conversei, até mesmo as que não entrevistei, tive a oportunidade de conhecer depois; a militância compõe a forma singular de como elas elaboram suas experiências no mundo. Embora suas trajetórias de vida

sejam distintas, as vivências de privilégios e opressões também o são, essas mulheres são atravessadas pela lesbianidade e é a partir dessa tomada de consciência que as coisas como são colocadas passam a não fazer sentido; o giro perceptível de que não são seus desejos, afetos ou comportamentos que são errados, mas a forma como a sociedade foi constituída que o é e por isso, pautam cotidianamente a construção de um novo mundo.

O ser militante engloba não aceitar o estado das coisas como são colocadas, é estar pronta para responder uma lesbofobia, é negar o véu do estereótipo, é burlar o discurso que colocam as sexualidades divergentes da heterossexual como inviáveis e criar uma outra narrativa em que suas vidas também encontrem possibilidades de existir. Por isso, a militância e a lesbianidade não podem ser vistas de forma individual, mas transversal aos modos como são subjetivadas.

Cada participante contribuiu de maneira significativa para uma compreensão rica e diversificada do movimento social, Renata, Michelle, Rebeca e Luanna inicialmente na educação e na mobilização estudantil, Lidia e Lila a partir dos movimentos sociais ligados à infância e também no movimento feminista, Alice, Edna, Cláudia e Fernanda nessa aliança entre movimento LGBTQIA+ e movimento feminista, Snoh no movimento antirracista e na educação, Marcynha mais ativamente no movimento lésbico e na educação. Todas com experiências particulares. Essas histórias individuais e coletivas, pois não tem como não refletir sobre vidas pessoais que implicam em transformações coletivas; não só ilustram o impacto pessoal do ativismo, mas também mostram como diferentes trajetórias e experiências convergem para fortalecer e enriquecer as movimentações que oferecendo uma visão abrangente das complexidades e das aspirações do ativismo contemporâneo.

As vivências de Renata, Lidia e Lila oferecem uma perspectiva multifacetada sobre o engajamento e a formação dentro dos movimentos sociais, cada uma destacando

diferentes motivações e trajetórias pessoais e em geral, tem sua gênese ainda na adolescência/juventude.

Então, eu fui uma pessoa que, com meus 15 anos de idade, era diretora da união metropolitana dos estudantes secundaristas [...] Eu era uma pessoa que saía com o carro de som, puxando greve, paralisando greve na escola. Então, eu sempre tive também essa sede muito grande de rebeldia, e de justiça social (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

A compreensão das complexidades interseccionais frequentemente emerge das experiências pessoais vividas durante a adolescência e juventude. Renata, por exemplo, desde jovem se destacou como diretora da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, engajando-se ativamente em greves e movimentos por justiça social. Sua experiência inicial com a militância reflete uma profunda sede de rebeldia e de transformar injustiças, moldando sua compreensão sobre os múltiplos e interligados aspectos das opressões. Lídia, por outro lado, iniciou seu envolvimento com movimentos sociais na adolescência, ao enfrentar a violência sexual infantil. Esse contato com a luta contra a violência a levou a um maior entendimento das complexidades das opressões, a reconhecer sua identidade negra e a aprofundar sua compreensão do feminismo. Sua participação no Fórum Cearense de Mulheres e a criação do coletivo de jovens feministas em 2017 ilustram como suas vivências pessoais ajudaram a formar uma visão mais abrangente sobre as interseccionalidades entre raça, gênero e sexualidade.

Eu conheci os movimentos sociais a partir do movimento da infância, especificamente a partir no enfrentamento à violência sexual na infância quando

eu tinha 15 anos para 16 anos de idade. E foi a partir desse movimento que eu fui conhecendo muitos debates, que **eu fui me reconhecendo como negra, que eu fui compreendendo mais a complexidade das opressões, a dimensão do feminismo**. Então eu me aproximei do Fórum Cearense de Mulheres, em 2017, a partir de um coletivo que a gente criou, que era o coletivo de jovens feministas. (Lidia, 08/11/2021, transcrição de entrevista)

Alice, que militou nas décadas de 1980 e 1990, enfrentou barreiras significativas devido à sua visibilidade como ativista e a sua orientação sexual. Suas experiências revelam como a visibilidade política pode impactar os relacionamentos pessoais e profissionais, destacando a dificuldade de equilibrar a vida pessoal com o ativismo em um contexto de repressão e estigmatização. Essas narrativas demonstram como a vivência e o ativismo desde a juventude ajudam a construir uma compreensão mais rica das interseccionalidades, destacando a importância das experiências pessoais na formação de uma perspectiva crítica e multifacetada sobre as opressões.

Alice já o traz em sua vivência de militante, sobretudo nas décadas de 1980/1990, onde poucas mulheres se assumiram e por isso, muitas vezes, por ela ser militante é conhecida, seus relacionamentos no auge dos anos de chumbo, encontravam barreiras diante do seu ativismo político que a visibiliza perante sua orientação sexual.

Ela disse "Olha, eu te amo, mas nós não vamos sair mais porque eu não posso fazer isso com você. Eu quero você pra te prender na minha casa, pra te ter na minha casa, pra sempre dar aquilo que você precisa, **mas você teria que abrir a mão do seu universo, porque eu não posso viver esse universo**". Ela colocou isso claramente: "**Eu tenho uma posição a zelar, tenho um nome a zelar**, então

jamais ninguém pode saber que eu tenho esse tipo de relação". **Ela não conseguia nem dizer a palavra lésbica, por conta do tamanho grau de repressão nela.**

(Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista, transcrição de entrevista)

Sua decisão de sacrificar relacionamentos para manter sua posição pública ressoa profundamente com a tensão entre a vida privada e o engajamento político. A militância não é fácil, embora Alice a faça por entender que é uma “missão” de vida na terra (ela narra isso após uma experiência de quase morte em que teve essa intuição ao não morrer). Nesse ínterim, entre seu relacionamento e sua militância Alice tinha que tomar uma decisão e a cena seguinte narra isso:

Nenhum amor na minha vida pode ser maior do que a minha militância, por quê? Porque as pessoas precisam entender... Quem tá comigo, claro, eu sei que pagam um preço alto por conta da alta visibilidade, mas eu tô lutando pela autoestima, para cada uma de nós nos fortalecermos. Se você sofreu na sua família, tem que buscar se fortalecer (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Seu engajamento público frequentemente causou rupturas dolorosas em suas relações pessoais, evidenciando a tensão entre vida privada e engajamento político.

[...] quando eu fui no programa do Serginho Groisman, eu ainda morava em São Paulo, e aí, eu tinha uma companheira, que amava muito, era uma figura muito importante pra mim, tinha sido a primeira mulher da vida dela, né? Ela tinha um filhinho de quase 3 anos, estava separada do marido há cerca de 1 ano, e aí a gente começou a namorar. Aí, o filho dela me viu no programa, e ficou morto de feliz

que me viu, ele nem entendia o que eu estava falando, mas ele me viu. E isso foi o suficiente pra ela acabar a relação, acabar com tudo, eu fiquei muito acabada... E aí, foi quando eu disse que eu não iria mais fazer a minha militância, eu ia parar porque queria viver minha relação, não queria interromper. Aí, uns 15 dias depois do programa, a produção do programa me liga e diz "Olha, tem uma pessoa querendo falar com você", deixou o telefone e tal, e continuou "você pode anotar e entrar em contato com ela?", aí eu falei "claro", anotei o telefone, o nome dela... era uma mulher. Liguei pra ela... E era uma figura que tá aqui numa parte do nordeste, hoje eu não sei nem em que parte, mas na época ela vivia como se fosse o interior dos interiores, né? E aí, ela na hora eu a liguei perguntou "Quem tá falando?", aí eu respondi "Alice Oliveira", ela começou a chorar, chorou... chorou... marcado 30 minutos ela chorando. Quando foi pegando quase 30 minutos, ela foi voltando ao seu eixo, e eu fui falando... porque eu imaginava que ela tava chorando em cima do tema... eu fui lá no Serginho Groisman falar sobre lésbicas, mulheres que amam mulheres, preconceito e discriminação, enfim, fui falar sobre isso. Aí, quando ela voltou a si, disse "obrigado por você ter me devolvido a vida" (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista)

Essa cena que trago da narrativa da Alice não poderia deixar de estar aqui na tese, embora ela fale de como é árduo manter a vida pessoal e a militância, apesar de ter árduo, ela teve momentos de realização pessoal. Quando ela fala da ligação que teve com uma mulher, a qual relatou que iria cometer suicídio por não estar mais sabendo lidar com o peso do preconceito e o sofrimento psíquico que esse remetia a ela, foi ao ver Alice no programa, uma representatividade até então inexistente para essa moça, sentiu que não estava só e percebeu que poderia ter outras possibilidades. Em suas palavras: “Saber que eu ajudei alguém a viver,

não tem preço que pague, não tem. Então, a partir desse momento, eu decidi que jamais deixaria de fazer minha militância” (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista). O relato emocionante dessa mulher sublinha o poder transformador da visibilidade e do ativismo diante de uma experiência de vida atravessada por violações, violências e exclusão social. Além de Alice, outras mulheres aliam suas trajetórias de vida à militância e possibilidade de transformação social, tomando a militância como missão de vida “[...] o movimento vai me fortalecer mais ainda pra que eu possa ta lutando pelos direitos LGBT, porque eu acho que aqui nessa terra você tem que vir com uma missão, se você tá aqui faça história, deixe algo positivo” (Edna, 05/10/2021, transcrição de entrevista).

Desde então, sua luta, para além de tudo, é de fortalecer a autoestima das pessoas LGBTQIA+ para que elas próprias estejam fortes para sustentarem suas alteridades singulares. Eu me emocionei, ali tive certeza que o tema da minha tese mesmo me rasgando, era o que eu deveria alçar voo. Chorei e fiquei dias sendo atravessada por essa narrativa. Até hoje me emociono. A militância é difícil, mas ela realmente ajuda a salvar vidas.

Ao considerar o futuro, é essencial adotar uma visão que transcenda o egocentrismo e se volte para o bem-estar coletivo e o aprimoramento das condições para as futuras gerações. Esse enfoque exige uma reflexão crítica sobre como nossas ações e decisões contemporâneas influenciam a estrutura social e o ambiente para aqueles que ainda virão. Uma abordagem futurista que se desvie do egocentrismo busca promover um mundo mais justo, equitativo e inclusivo. Em vez de priorizar realizações pessoais e benefícios imediatos, é imperativo integrar princípios de justiça social, sustentabilidade e igualdade. Este esforço envolve a formulação e implementação de políticas públicas e práticas institucionais que garantam a equidade e a inclusão de forma abrangente. A construção de um futuro mais equitativo requer um compromisso com valores de empatia e responsabilidade social, reconhecendo a interdependência global e local. Essa perspectiva não só contribui para um

ambiente mais harmonioso e justo, mas também assegura que os recursos e oportunidades sejam distribuídos de maneira que respeite e valorize a dignidade humana em sua totalidade. Portanto, um olhar para o futuro deve englobar estratégias e iniciativas que visem o bem-estar coletivo, promovendo um mundo em que as desigualdades sejam minimizadas e a dignidade de todos os indivíduos seja preservada. A adoção de tais princípios é fundamental para garantir que as futuras gerações possam desfrutar de um ambiente mais justo e inclusivo, refletindo um compromisso duradouro com o progresso e a equidade.

[...] mas eu acho que eu já fiz coisas que sem dúvida nenhuma, assim, a grande maioria do povo desse país não fizeram, sabe e eu sei que eu já contribui para mudar o rumo da vida de muita gente, pra muita gente ser valorizada, pra muita gente ter o fortalecimento da sua autoestima e isso pra mim já é um grande ganho, saber que eu pude fazer tudo isso e que eu sei que essas pessoas elas podem até nem saber, com certeza a grande maioria não tem nem ideia de como é que aquilo aconteceu, como é que chegou, não tem, mas se um dia for pra elas ter, elas vão saber como. Agora acho que ainda tem algumas coisas pra realizar, algumas não estão muito difíceis, já teve bem difícil, mas já não tá, acho que a própria construção do Coletivo Lesbi que hoje eu vejo mais concreto e mais certo de que vai (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista)

Alice como muitas tornou a sua vida uma luta cotidiana contra a lesbofobia. Eu sou muito grata à Alice, até hoje, mesmo depois do sexagenário, ela está à frente de movimentos lésbicos no Ceará. Algumas vezes, eu entrei em contato com ela, sobretudo por estarmos nos mesmos grupos de WhatsApp. Um dia, mandei uma mensagem para ela perguntando como estava e ela disse que não bem. A escutei, indiquei alguns lugares que ela

poderia buscar uma escuta qualificada e profissional, caso ela visse necessidade. Fiquei refletindo sobre minha ideia inicial que era um grupo de escuta para lésbicas e que por alguns motivos não deu certo, ela até disse que participaria e que vê as pessoas que fazem militância adoecidas, em especial diante da pressão por estarem a frente de grandes mudanças, mas também por assuntos pessoais e militância ficarem fundidas, onde é frágil a dimensão do pessoal e político.

Então, as pessoas tinham muita dificuldade de entender, de acreditar e respeitar que o que eu estava fazendo era uma militância, elas não tinham clareza do que nós estávamos fazendo. Na realidade, eu estava lutando pelo direito de todas nós, mas muita gente não tinha essa clareza. [...] Quando aconteceu essa questão deu ter que sair às pressas daqui e ir embora do processo, a minha companheira, no primeiro momento ficou, mas depois foi lá pra Salvador, só que acabou ficando muito pouco tempo, porque ela não segurou todas as ondas... era muito complicado pra ela, e acabou retornando para São Paulo (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista)

Essa militância toma forma a partir de suas vivências, agora ela diz que pensa em outras questões “eu queri discutir um pouco a questão da terceira idade, porque eu acho que é importante [...] tem muita pessoa LGBT que ta nessa faixa, mas que não fala, então a gente precisa sair dessa situação e fazer um caminho legal” (Alice, 21/09/2021, transcrição de entrevista). Ela retoma sua fala “Lembra lá no início que eu disse pra você que fazia parte da minha missão? Então, **hoje tá muito claro que a minha missão é essa, trabalhar essa militância** (Alice, 23/10/2021, transcrição de entrevista). Reafirmando assim que o ser

político é indissociável do seu ser pessoal. Ser uma mulher lésbica, militante e sexagenária, é estar a par de muitos desafios, mas nunca largar a bandeira de luta.

Val, por sua vez, amplia a discussão ao enfatizar que sua militância como mulher lésbica transcende o movimento LGBTQIA+ formal. Ela destaca as complexidades e conflitos dentro do movimento, incluindo disputas sobre inclusão e representação. Sua abordagem enfatiza a necessidade de uma militância que reconheça e abrace a diversidade de experiências e identidades dentro da comunidade.

Para mim a militância transcende o espaço do movimento LGBT. **A gente sabe que o movimento LGBT ele não é algo único. Ele está cheio. É diverso. Ele é denso.** Ele é cheio de pontos comuns bem nítidos, a disputa do que é ser mulher dentro do movimento LGBT, as vezes as mulheres lésbicas não reconhecem as mulheres travestis ou transexuais... isso é um debate que inclusive eu me distanciei assim como do movimento, estou mais no debate da violência, só agora estou percebendo como me distanciei (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Val articula uma visão abrangente da sua própria experiência como mulher lésbica engajada em múltiplos espaços de ativismo. Ela destaca a importância do reconhecimento das identidades individuais como ponto de partida para a ação política. Afirmar a identidade todos os dias é não apenas um ato de resistência pessoal, mas também um ato político que permeia todos os aspectos de sua vida, desde o cotidiano até espaços formais de militância.

[...] quando eu falo quando eu falo que enquanto mulher, mulher lésbica, a minha militância ela não parte apenas do movimento LGBT, ela foi do sindicato, ela foi do movimento estudantil, ela está dentro da academia, ela está ali com minha

família. Ela não faz parte unicamente, exclusivamente do movimento LGBT organizado formal, então ela é ampla. E eu acho que isso é advindo Larissa desse **autoconhecimento, dessa autoidentidade, dessa resistência, que é a resistência de vida**. Não vou ser só lésbica dentro da universidade, eu sou, eu sou na portaria do meu prédio, eu sou no trânsito, eu sou em outros espaços. Nos espaços onde estou eu levo ela, eu carrego ela dentro comigo (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Val traz problematizações importantes que reflete não apenas seu compromisso pessoal, mas também a necessidade de uma militância que seja inclusiva e abrangente, incorporando todas as esferas da sua vida e da sociedade em geral. Isso demonstra um engajamento político que não se limita a uma única causa ou movimento, mas que integra diferentes lutas e contextos sociais

Sei dos rumores que há essa disputa. Antes era disputa dos homens gays e as mulheres lésbicas, hoje com a evidência da transexualidade e das mulheres travestis e dos homens e mulheres trans, já é um outro espaço em disputa. Então o movimento LGBT ele é muito diverso e às vezes.. enfim não sei se quero tratar disso de uma forma tão rápida e merece uma complexidade, mas por um tempo quando eu estava mais presente na minha formação política dentro do Serviço Social eu achava um pouco despolitizado e ele era meio um movimento identitário. Pelo menos dentro do Serviço Social quando se fala de movimento identitário parece que exclui ali a dimensão de classe, eu acho que não há como fazer análise política com a conjuntura cultural, análise política brasileira, a gente

dispensando as dimensões de raça, de classe, de gênero e sexualidade. Não dá!
(Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Val crítica a despolitização percebida dentro do movimento LGBTQIA+ em certos contextos, especialmente dentro do Serviço Social, onde movimentos identitários podem parecer excluir dimensões cruciais como classe social, raça, gênero e sexualidade. Essa crítica ressoa com a necessidade de uma análise política mais profunda e interseccional, que considere todas essas dimensões como essenciais para compreender as dinâmicas sociais e culturais mais amplas. Ela destaca a importância do processo de reconhecimento e construção da identidade lésbica ao longo da vida.

Minhas alunas também me ensinaram muito, a ir quebrando e rompendo com essa timidez, esse medo de dizer que é lésbica na Universidade. Quando eu falo que é muito tranquilo no ambiente de trabalho, não é algo que eu já nasci e "boom". Isso foi um processo. Um processo de reconhecimento e um processo também sendo construído. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Ela compartilha como suas alunas e o ambiente acadêmico foram cruciais para quebrar barreiras pessoais, como a timidez e o medo de afirmar abertamente sua identidade lésbica. Esse processo não é estático, mas dinâmico, envolvendo um constante reconhecimento e reafirmação pessoal, especialmente em contextos diversos como o ambiente de trabalho e espaços periféricos.

Na entrevista de Val, quando ela falou sobre isso, comentei que estava encontrando nos resultados a partir das vivências de mulheres lésbicas, utilizando sobretudo

falas de Snoh, Lila e Lídia, como há uma distinção entre as lesbianidades dentro das re-capturas cisheteronormativas.

Então, hoje a gente vê uma diversidade de mulheres se assumindo lésbicas que não necessariamente é aquele padrão das lésbicas Butch e que não necessariamente isso é algo ruim. Absolutamente não acho, eu acho que a pluralidade é o que deve mover a sociedade, mas o que eu estou querendo dizer é que hoje com a visibilidade, o reconhecimento, as referências que nós temos na música, nos espaços de formulação de ideias e identidades, ela é algo que realmente transcende e divide a sociedade brasileira entre o antes e o depois a partir de um determinado momento e esse momento eu coloco muito no início do século XXI, nos anos 2000 ali já primeira década/segunda década do século XXI, a partir de 2010. Então eu acho que isso traz um diferencial para a gente e por isso que eu enquanto mulher lésbica também me sinto mais a vontade. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

Val também enfatiza a evolução da representação e visibilidade das mulheres lésbicas na sociedade brasileira contemporânea. Ela aponta para um aumento na diversidade de expressões e identidades lésbicas, afirmando que essa pluralidade é essencial para o avanço social. Essa mudança não apenas transforma a percepção pública sobre identidade lésbica, mas também oferece modelos positivos e inspiradores para gerações mais jovens, como suas alunas na universidade.

Eu também me coloco, a partir disso, como uma mulher que se reconhece e que se reafirma. Para minhas alunas de 18/19 anos que acabaram de entrar na

Universidade, isso é extremamente importante para ela também verem que tem uma professora lésbica... que é possível ser lésbica, é possível falar sobre lesbianidade de uma forma "normal" [faz entre aspas com as mãos]. Então, também, é isso, essas referências, a gente troca referências... A Zélia Duncan, embora eu não a conheça, me encoraja. A Fernanda Gentil me encoraja. As artistas me encorajam. Eu encorajo nos meus pequenos espaços. Então, eu acho que mesmo sem elas saberem, elas são referências, são militantes da visibilidade. Daniela Mercury... **É disso que eu falo no processo de construção, se não muda identidade lésbica, do sujeito, da elaboração mental desse sujeito se reconhecer. Se não é isso, pelo menos vai aos poucos perdendo medo, pelo menos vai aos poucos criando uma certa identidade para a gente poder viver plenamente.** E aí quando eu falo viver plenamente Larissa, não é nem suposto que toda lésbica tem que ser militante. (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista)

As artistas não só inspiram individualmente, mas também desempenham um papel crucial como militantes da visibilidade lésbica, desafiando estereótipos e promovendo uma compreensão mais ampla da diversidade sexual na sociedade brasileira. Além disso, ela reitera o espaço da educação como um lugar de disputa e também de representatividade, fazendo deste espaço seu principal locus de militância. “A minha militância é ser convidada para espaços acadêmicos para discutir sobre esses assuntos. Mais precisamente sobre violência contra pessoas LGBTs” (Val, 09/10/2021, transcrição de entrevista), assim como as demais entrevistadas que também estão ligadas à instituições educacionais:

[...] a educação ela passa por muitas coisa, ela consegue ter uma amplitude que muita coisa atravessa ela e na escola como professora, sempre faço atividades e

sempre converso com alunos e alunas que são LGBTs e muitas alunas já chegaram a vir dar em cima de mim, de a gente conversar e 'não é assim' [...]

Apesar de eu ser da matemática, eu tenho uma disciplina chamada Professor diretor de turma, que é um professor que é responsável por uma turma e tem uma aula por semana de formação a cidadania, então a gente conversa muito sobre isso, LGBTfobia, racismo, machismo, a questão do feminismo também passa na minha vida, sobretudo nesses tempos que o feminismo está em ascensão (Rebeca, 06/10/2021, transcrição de entrevista)

Rebeca aborda sua prática educacional como professora de matemática, incluindo discussões sobre LGBTfobia, racismo e feminismo em suas aulas de formação à cidadania. Isso demonstra como questões de justiça social e direitos humanos são integradas ao currículo escolar, promovendo uma educação inclusiva e crítica.

E a gente chega a reunir, em princípio, 30 pessoas em torno desse grupo, terminando com cerca de 6 ou 7 num grupo que se desenvolveu, por quase dois anos, e começou a gerar pesquisas, a gerar algum sistema, inclusive, de referência acadêmica, sobre pessoas que estavam ali dentro da universidade, naquela região, pautando uma discussão sobre homofobia, sobre processos de produção de heteronormatividade nos espaços escolares, para os cursos de licenciatura. (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista)

Renata descreve um grupo acadêmico que se formou para discutir e pesquisar sobre homofobia e produção de heteronormatividade em espaços escolares. Ela diz que sua

militância “foi forjada nas leituras acadêmicas e sobre o tema, o que o meu próprio encontro com a militância” (Renata, 29/10/2021, transcrição de entrevista).

[...] foi onde eu realmente comecei a realmente militar como LGBT sabe, assim, tá sempre trabalhando com questões de gênero, nos meus trabalhos da faculdade e tá sempre, lá no Piauí tem uma coisa muito interessante, lá tem a primeira liga acadêmica LGBT de faculdades, foi a primeira do Brasil. Eu não fiz parte da liga porque eu fazia parte de outros projetos e não dava, mas eu sempre fiquei muito junto do pessoal que fazia parte, os meninos que fazem parte são muito queridos e tal, então foi eu acho que a minha vivência com o movimento social, com o trabalhar em CREAS e trabalhar com vítimas de violência, porque eu trabalhei por muito tempo com vítimas de violência (Snoh, 07/09/2021, transcrição de entrevista)

Snoh menciona sua experiência com a primeira liga acadêmica LGBTQIA+ do Brasil e seu trabalho com vítimas de violência. Essas experiências acadêmicas e sociais aprofundaram seu engajamento com questões de gênero e sexualidade, influenciando até mesmo o tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre lesbianidade.

Então, Larissa, **a minha militância parte muito desse espaço pedagógico, desse espaço de direito.** E aí a gente conversa, não somente a violação de direitos humanos, né? Mas também de outros direitos pertencentes às pessoas, a busca pela igualdade, a busca por uma educação de qualidade, e claro, a orientação sexual entra também dentro desse contexto, em que esses jovens não se sentem acolhidos pela família, existe um medo no ambiente de trabalho, porque trabalho

também com jovens aprendizes, porque são três dias no trabalho, dois dias comigo, na formação e a gente sempre vem dialogando, e fortalecendo esses jovens, né? **No sentido que eles sim têm direitos, não podem ficar reféns de uma situação no ambiente de trabalho, de uma piada, de uma exclusão. Então, eu acredito que isso tenha fortalecido bastante, e tem sido uma ferramenta de proteção, de reconhecimento, reconhecer quais são os meus direitos, reconhecer como me coloco dentro dessa gestão da diversidade, dentro das empresas,** como eu me vejo e como eu posso ter segurança pra me colocar perante as pessoas, né? E não estar dentro de uma situação que você vai ficar refém, sempre escutando histórias, piadas, enfim, algumas violações que não são legais, né? Claro, nenhuma violação é legal, mas digo assim, nesse âmbito, da convivência das relações humanas, dessa convivência de trabalho, escola. Eles podem sim se fortalecer. (Marcynha, 09/11/2021, transcrição de entrevista)

Marcynha enfatiza sua militância dentro da sala de aula, especialmente em cursos de formação profissionalizante e com jovens aprendizes. Ela utiliza a educação como uma ferramenta para fortalecer seus alunos, capacitando-os a entender e reivindicar seus direitos, especialmente no contexto da diversidade sexual e no enfrentamento de discriminações no ambiente de trabalho e escolar. A ocupação de espaços educacionais é fundamental para promover uma sociedade mais justa em termos de gênero e sexualidade, pois possibilita a visibilidade e a inclusão de diversas identidades. Experiências de professoras como Val, que se assumem publicamente como lésbicas, e a integração de temas como LGBTfobia, racismo e feminismo nas práticas pedagógicas, exemplificam como a educação pode desafiar normas hegemônicas e criar um ambiente inclusivo. A atuação de educadores e ativistas em contextos acadêmicos e formativos não apenas oferece modelos positivos e capacita os jovens a

reconhecer e reivindicar seus direitos, mas também contribui para a construção de uma cultura de respeito e igualdade. Assim, a educação torna-se um espaço estratégico para fomentar mudanças sociais e preparar o terreno para um futuro em que todas as identidades possam ser plenamente reconhecidas e respeitadas.

Nesse tópico foi abordado a partir das trajetórias a construção pessoal e política das mulheres lésbicas é fortemente permeada pela participação em movimentos feministas e coletivos, sobretudo a partir do ativismo lésbico. A imersão no feminismo propiciou uma transformação significativa na forma como essas mulheres percebem suas identidades e práticas, transitando de uma busca por inclusão para um foco mais amplo na transformação social e na luta por direitos mais abrangentes. Nesse processo, os espaços coletivos emergem como fundamentais, oferecendo suporte emocional e intelectual, além de promover o autoconhecimento e a resistência. Tais grupos não apenas facilitam a afirmação pessoal, mas também proporcionam um ambiente propício para enfrentar a lesbofobia e outras formas de opressão. A importância do autocuidado é destacada como essencial para a militância, reconhecendo a necessidade de fortalecimento individual para enfrentar adversidades e sustentar a luta por justiça e igualdade.

A experiência de ser LGBTQIA+ no Brasil requer grande coragem e resiliência devido à prevalência da LGBTfobia, que se manifesta em diversas esferas da vida, desde a família até o ambiente de trabalho e a sociedade em geral. A vivência LGBTQIA+ pode variar amplamente com base em fatores como identidade racial, classe social e localização geográfica. Em alguns contextos profissionais, como na advocacia, há avanços institucionais, como a Comissão de Diversidade da OAB, que ofereceu suporte, como apontou Fernanda e Luanna. No entanto, desafios e preconceitos persistem, e a implementação prática dos avanços legais, como o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, frequentemente enfrenta resistência, exemplificada por experiências negativas com juízas de

paz. Além disso, a luta contra a lesbofobia inclui a disputa por narrativas e a representação das lésbicas, especialmente em regiões fora dos centros tradicionais de visibilidade, como o Sudeste. A ocupação de espaços públicos por mulheres lésbicas e a necessidade de uma representação mais robusta no movimento LGBTQIA+ são fundamentais para garantir visibilidade e empoderamento. Luanna destaca a urgência de produzir conhecimento sério sobre as lesbianidades, considerando a pesquisa como um ato de resistência em um contexto de crise no Brasil. Da mesma forma, Snoh ressalta como seu trabalho acadêmico sobre lesbianidade despertou uma nova compreensão e a necessidade de análise crítica.

As narrativas das entrevistadas evidenciam a complexidade do ativismo e das trajetórias pessoais dentro dos movimentos sociais. Cláudia vê a militância como libertadora e essencial para ajudar os outros, enquanto Renata, Lidia e Lila compartilham como suas experiências na adolescência e juventude moldaram seu engajamento. Alice, por sua vez, enfrenta a tensão entre a vida pessoal e o ativismo, evidenciando as dificuldades de equilibrar essas esferas e os sacrifícios pessoais significativos associados a isso. Essas histórias individuais ilustram como o ativismo pode transformar vidas pessoais e fortalecer movimentos sociais, oferecendo uma visão abrangente das complexidades e aspirações do ativismo contemporâneo. A importância da militância e da visibilidade de figuras lésbicas, como Alice e Val, é significativa. Alice reafirma seu compromisso com o ativismo ao perceber o impacto positivo de sua visibilidade, enquanto Val amplia a discussão para além do movimento LGBTQIA+, enfatizando a importância de reconhecer e abraçar a diversidade tanto nos espaços formais quanto informais de militância. Ela também critica a despolitização do movimento em certos contextos e destaca a evolução da visibilidade e representatividade como um fator crucial para a quebra de barreiras e para a criação de um ambiente mais acolhedor para pessoas lésbicas. Marcyinha e Snoh exemplificam como suas militâncias e trabalhos acadêmicos impactam a educação e a formação profissional, promovendo a

igualdade e o reconhecimento dos direitos de jovens LGBTQIA+. Estas narrativas reforçam a ideia de que a militância é uma ferramenta essencial para a transformação social e pessoal, promovendo a autoestima e a visibilidade de identidades marginalizadas. Em síntese, o ativismo lésbico não apenas desafia normas estabelecidas, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

8 “EU FUI EM BUSCA DA FELICIDADE⁵⁵”: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como campo de problematização a experiência de mulheres lésbicas e as estratégias de enfrentamento à lesbofobia, para tanto participaram 13 mulheres que se auto reconhecem como lésbicas e que participam de alguma forma de movimentações políticas que pautam questões LGBTQIA+ no cenário do Ceará. Alguns achados a partir do objetivo da pesquisa: a lesbianidade, ao ser atravessada por diversos contextos históricos e culturais, não pode ser reduzida a uma única vivência, mas sim compreendida através de uma multiplicidade de narrativas interligadas pelas singularidades individuais e pelos contextos temporais; a análise histórica mostrou que locais como o Ferro's Bar em São Paulo foram cruciais para a afirmação e segurança da comunidade lésbica, funcionando como espaços de resistência contra a repressão social e policial e que no Ceará, sobretudo na capital, bares e boates também foram os primeiros lugares a comporem os espaços de diversidade; destacou-se também o impacto das diferentes gerações de mulheres lésbicas na transformação da percepção pública sobre sexualidades não normativas, desde a formação de grupos como o SOMOS até a participação ativa em movimentos feministas e LGBTQIA+ e especificamente no Ceará, a partir do LAMCE e atualmente com o Coletivo Parada na Delas.

As principais expressões de lesbofobia identificadas nas narrativas das participantes incluem a invisibilidade, a estigmatização e a violência física e emocional. A lesbofobia se manifesta em contextos variados, desde a exclusão e o preconceito no ambiente familiar e religioso até agressões diretas e discriminação institucional. As participantes relataram a experiência de serem forçadas a adotar performances de gênero mais alinhadas com normas heteronormativas e cisnormativas, e até enfrentaram tentativas de "cura" através de terapias de “reorientação sexual”, que deixaram marcas profundas e traumas duradouros.

⁵⁵ Fala proferida por Cláudia.

As expressões de LGBTfobia são diversas, perpassando por família, escola, trabalho e outros campos da vida cotidiana. As estratégias de enfrentamento reveladas incluem a construção de redes de apoio dentro da comunidade, a busca por espaços seguros e acolhedores, e a participação ativa em movimentos políticos e sociais que visam a visibilidade e a aceitação das identidades lésbicas. A análise leva a crer que a lesbofobia cotidiana despotencializa a vida dessas mulheres e que uma estratégia de enfrentamento é a composição de espaços coletivos e encontros sapatônicos.

A partir da inserção nos movimentos e das entrevistas, os principais desafios da luta política de mulheres lésbicas em coletivos e organizações incluem a resistência interna dentro de movimentos feministas e LGBTQIA+ em reconhecer e incorporar as especificidades das vivências lésbicas, sobretudo quando visibilizado outras singularidades como questões raciais, desfem e periferias. Embora tenha sido perceptível que a aliança é fundamental, a inserção em políticas e partidos políticos também, nesses mesmos espaços mais progressistas ainda se encontra desafios, muitas vezes, as agendas e as prioridades desses coletivos podem marginalizar as experiências das lésbicas em favor de uma abordagem mais ampla que não contempla suas realidades particulares.

Além disso, as dinâmicas internas das comunidades LGBTQIA+, no nível nacional o impacto de políticas públicas como o Brasil Sem Homofobia e na promoção da saúde a partir das demandas do HIV/AIDS; a nível regional a ascensão de um governo progressistas possibilitaram avanços significativos como fomento de Centros de Referências e atualmente uma Secretaria da Diversidade ligada ao Governo do Estado do Ceará. Foram essas transformações sociais, fruto dos movimentos sociais e dentre eles, o de lésbicas, que se observou mudanças significativas no que se refere aos direitos sociais e até mesmo a ocupação da cidade. No entanto, as possibilidades emergentes incluem o fortalecimento de alianças e redes de apoio que permitam a ampliação da visibilidade e a reivindicação de

direitos específicos. A luta política de mulheres lésbicas também se beneficia da crescente aceitação e reconhecimento social, fruto de uma mudança cultural desde os primeiros movimentos de minorias sociais, além de avanços legislativos que podem proporcionar um ambiente mais inclusivo. A chave está em promover uma colaboração efetiva e um engajamento contínuo para enfrentar as desigualdades estruturais e construir uma sociedade mais justa e representativa.

Uma leitura macroestrutural sobre lesbianidades no país corrobora para que o entendido que a constituição de lesbianidades ocorrem de forma desigual, já que as trajetórias de vida são atravessadas por marcadores sociais, de opressão e identitários complexifica e singularizam suas experiências. As expressões de LGBTfobia são diversas, perpassando por família, escola, trabalho e outros campos da vida cotidiana. As estratégias de enfrentamento reveladas incluem a construção de redes de apoio dentro da comunidade, a busca por espaços seguros e acolhedores, e a participação ativa em movimentos políticos e sociais que visam a visibilidade e a aceitação das identidades lésbicas. A análise leva a crer que a lesbofobia cotidiana despotencializa a vida dessas mulheres e que uma estratégia de enfrentamento é a composição de espaços coletivos e encontros sapatônicos. As narrativas de mulheres lésbicas negras mostram as interseccionalidades entre racismo e lesbofobia.

No que se refere às instituições tidas como tecnologias de controle social, a perpetuação da colonialidade nos modos de existência corrobora para que ainda seja aviltante a imposição de um modelo normativo. Essas instituições são os tentáculos que buscam moldar as subjetividades de lésbicas para reenquadrá-las na cisnormatividade. A Psicologia é uma dessas instituições que está em disputa e que, portanto, a tese sublinhou a importância de descolonizar a prática clínica e capacitar profissionais para reconhecer e confrontar privilégios e estruturas dominantes alinhadas a esse projeto político de sociedade que não aceita as alteridades.

Na conclusão desta tese, destacam-se as diversas estratégias de enfrentamento à lesbofobia identificadas nas experiências das mulheres lésbicas entrevistadas. As participantes revelaram que, individual e coletivamente, desenvolveram práticas significativas para lidar com a discriminação e promover a aceitação. Estratégias individuais incluem o fortalecimento da autoestima e a resiliência diante da hostilidade, que enfatiza a importância da militância e da defesa de seus direitos. Ela também aponta para a necessidade de enfrentar legalmente as agressões e a violência. Coletivamente, as mulheres criaram redes de apoio e espaços seguros para vivenciar suas identidades, além de utilizar a militância como uma forma de libertação e apoio mútuo. Historicamente, enfrentam desafios como a invisibilidade e a necessidade de ressignificar termos pejorativos, enquanto, atualmente, continuam a construir espaços de resistência e visibilidade, como evidenciado pela criação de exposições e eventos em Fortaleza. Essas práticas são fundamentais para a afirmação das identidades lésbicas e a luta contra a lesbofobia, sendo o encontro a principal ferramenta deste.

O estudo enfrentou limitações relacionadas ao acesso e à representatividade das participantes. A dificuldade em obter uma amostra diversificada e o desafio de abordar experiências subjetivas e diversas em um contexto tão amplo foram barreiras significativas. Além disso, a operacionalização da pesquisa, incluindo a coleta e análise de dados qualitativos, apresentou desafios sobretudo por ser um tema de grande afetação. Pessoalmente, esta pesquisa aprofundou minha compreensão das complexidades e das lutas das mulheres lésbicas no Brasil, ampliando minha implicação com a temática. Desde que conheci as 13 mulheres sempre tenho participado das atividades do Coletivo Parada na Delas, sendo uma das co-fundadoras. Academicamente, ela me desafiou a considerar as interseccionalidades e as dimensões históricas das identidades, levando a uma abordagem mais crítica na Psicologia.

Esta pesquisa pode contribuir para a Psicologia ao enfatizar a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível à interseccionalidade. A compreensão das experiências das mulheres lésbicas e negras evidencia a importância de práticas clínicas que considerem as múltiplas dimensões da identidade. Além disso, os estudos sobre lesbianidades foram enriquecidos com uma perspectiva histórica e cultural que ilumina as diversas formas de (r)esistência e afirmação das identidades lésbicas. Além disso, narra a história que por muitas vezes é silenciadas e invisibilizadas, portanto, é uma construção memorística a partir da oralidade das experiências dessas mulheres.

Novos estudos poderiam explorar mais profundamente as interseccionalidades entre identidade racial e orientação sexual, especialmente em diferentes regiões do Brasil. Pesquisas futuras poderiam também examinar o impacto das políticas públicas locais e as respostas das comunidades LGBTQIA+ a essas políticas, além de investigar como as experiências individuais das mulheres lésbicas interagem com as mudanças sociais e culturais. A ampliação da amostra e o desenvolvimento de métodos inovadores para captar a complexidade das vivências individuais seriam benéficos para avançar na compreensão das lesbianidades.

Por fim, finalizar nem sempre é por um ponto final, então que essa tese seja uma fátca, não por vir da academia, mas por ela ser essa ponte insurgente entre tantas vidas, lembranças e experiências. Para as que já se foram fica o agradecimento e admiração, para as que estão presentes, o orgulho, e para as que virão, a esperança de possibilidades outras. Que nas reticências a qual são as lesbianidades, a rebelião não cai perante o império.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, Adolfo Albán. Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 443–468.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Pista 7: Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 131–149.
- ALVES, Bruna M. A luta das sufragistas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49–63.
- ALVES, Mariana A. S.; ALCKMIN, Gabriela C. A política identitária em questão: Reflexões a partir de Judith Butler e Achille Mbembe. **Revista de Direito Público – RDP**, v. 18, n. 97, p. 632–659, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5049/pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.
- ALVES, Rafaela L. V. **“É sobre retirar nossa existência da invisibilidade”**: o curso teorias feministas e lesbianidades como ferramenta elucidadora da visibilidade lésbica. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37330>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: Uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229–236, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. La consciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704–719, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. São Paulo: A Bolha Editora, 2021.

BARBERO, Guillermo H. A despatologização da orientação sexual: o papel da resolução 01/99 e o enfrentamento da homofobia. *In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (org.). Psicologia e diversidade sexual: cadernos temáticos CRP SP. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 42–59.*

BARBOSA, Vinícius; COSTA, Adriana C. S. A percepção do impacto das eleições 2018 sobre a violência contra pessoas LGBT nos Estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. **CSOnline** - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v. 1, n. 33, p. 416–436, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2021.29394>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.

BARROS, João Paulo P.; SILVA, Daniel B.; GOMES, Cleyton J. A. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. *In: LEMOS, Flávia Cristina S. et al. (org.). Pesquisar com as Psicologias: artesanias e artifícios. Curitiba: CRV, 2020. p. 205–226.*

BARROS, João Paulo P.; NUNES, L. F.; SOUSA, I. S.; CAVALCANTE, C. B. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475–488, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a08.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.

BELLINI, Livia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial**. Salvador: Edufba, 2014.

BENEVIDES, Paulo S. **O dispositivo da verdade: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault**. 2013. 500f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6038/1/2013-TESE-PSBENEVIDES.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (org.). Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25–58.

BICALHO, Paulo P. G. Disputas em torno da regulamentação da profissão: a Psicologia em defesa das orientações sexuais e identidades de gênero. **Psicologia: Ciência & Profissão**, v. 42, n. esp., p. 1–10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264832>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.

BRANDÃO, Ana M. Da sodomia à lésbica: o gênero nas representações do homo-erotismo feminino. **Análise Social**, v. 15, n. 195, p. 307–327, 2010. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10694/3/Da_sodomita_%c3%a0_l%c3%a9sbica.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2024.

BRASETE, Maria Fátima. Homoerotismo feminino na lírica grega arcaica: a poesia de Safo. *In*: RAMOS, José A.; FIALHO, Maria do Céu de C.; RODRIGUES, Nuno S. (org.). **A Sexualidade no Mundo Antigo**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009. p. 289–300.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática do Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Política, 2019.

BRUHN, Marcos M.; CRUZ, L. **PesquisaCOM Jovens**: pistas metodológicas para narrativas ético-políticas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 15, n. 4, p. 1–23, 2020.

BRUNETTO, Daniela; TAGLIAMENTO, Gisele (org.). **Arco-íris para quem?** (in)visibilidades lésbicas e sapatônicas. Curitiba: UFPR, 2021.

BULGARELLI, Lara; FONTGALAND, André. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. Startup Jornalística Gênero e Número, 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. 2. ed. Tradução de André M. Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

BUTLER, Judith. Ideologia antigênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. **Debates NER**, v. 19, n. 36, p. 219–235, 2019b. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.99586>.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 Edições, 2019c.

BRANDÃO, Ana M. Lesbianismo, feminismo e ativismo gay: alianças difíceis. **Les Online**, v. 1, n. 1, p. 12–20, 2009. Disponível em: [<https://lesonline.files.wordpress.com/2009/12/lesbianismo-feminismo-e-ativismo-gay.pdf>]. Acesso em: 13 de agosto de 2024..

CAMASSOLA, Cátia S.; RAUPP, Luciane M. **Sexualidade em tempos de pandemia**: a experiência de mulheres em relacionamentos afetivo-sexuais. 2022. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Ânima Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

CAVALCANTE, Clara O. B.; BARROS, João Paulo P.; GOMES, Carla Jéssica A.; NUNES, Larissa F. “Direitos humanos para ‘humanos (in)direitos’”: trajetórias de vida e re-existências de jovens e adolescentes a quem se imputa o cometimento de ato infracional. **Emancipação**, v. 24, p. 1-24, 2025.

CARDONA, Maria G.; CORDEIRO, Raquel M.; BRASILINO, Júlia. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em Psicologia Social. In: SPINK, Mary Jane (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 123–149.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil. **Parlamento e Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 15–22, 2022. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/227/187>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 13–24.

CAVALCANTI, Céu S.; BICALHO, Pedro Paulo. G.; SPOSITO, Sueli E. O lugar da Psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. **Psicologia: Ciência & Profissão**, v. 39, n. esp., p. 3–5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000062019> Acesso em: 12 jul. 2023.

CAVALCANTI, Céu; CARVALHO, Marina. Wanderley. V.; BICALHO, Pedro Paulo. G. A estranha liberdade de odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a Resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. **Periódicus**, v. 10, n. 1, p. 231–249, 2019. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/a-estranha-liberdade-de-odiar-uma-analise-do-processo-de-pagpnoefsd.pdf> Acesso em: 25 dez. 2023.

CEARÁ. **Cada vida importa: relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; UNICEF; Instituto OCA, 2018. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CEARÁ. **Cada vida importa: relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; UNICEF; Instituto OCA, 2019. Disponível em:

http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf. Acesso em: 31 maio 2019.

CEARÁ. **Cada vida importa: comitê cearense pela prevenção de homicídios na adolescência – julho a dezembro de 2019**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <http://homolog.adeboaz.webfactional.com/ccpha/cada-vida-importa-relatorio-julho-dezembro-2019.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CEARÁ. **Nota Técnica 01/2021**: mais de 12 adolescentes, em média, foram assassinados no Ceará a cada semana em 2020. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2021. Disponível em: https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota_Tecnica_1_fev21.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

CEARÁ. **População LGBTQIA+ no Ceará**. Fortaleza: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://sistemas.irislab.ce.gov.br/big-data-social/analiticos/lgbtqia+>. Acesso em: 20 maio 2023.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CERQUEIRA, Daniel R. D. C. C. et al. **Atlas da violência 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CESARIO, Larissa. Polícia investiga duplo homicídio de casal de lésbicas em Aracati. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 25 fev. 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/aracati/2023/02/25/policia-investiga-duplo-homicidio-de-casal-lesbico-em-aracati.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

CLARKE, Cheryl. **Lesbianismo: um ato de resistência**. Lésbicas e Sapatões Independentes, 2015. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/lesbianismo-um-ato-de-resistencia-cheryl-clarke>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CLARKE, Cheryl. **Vivendo como uma lésbica**. São Paulo: A Bolha Editora, 2021.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: **Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde**. p. 143–153, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: Edufba, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/99, de 22 de março de 1999**. Brasília: CFP, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

CORRÊA, Sílvia F. M. Uma arqueologia da confissão: subjetivação e formas de verificação a partir dos últimos ditos e escritos de Michel Foucault. **Revista Sapere Aude**, v. 7, n. 13, p. 182–193, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2016v7n13p182>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CORRÊA JÚNIOR, Salvador Pereira.; VIEIRA, Gabriella Hernandez; GOMES, Hugo Leonardo. N.; FREIRE, Livia Almeida.; LOBO, Monique Falcão Homossexualidade e construção de papéis. **Revista de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 43–48, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/46>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 5 fev. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. Cartografiando los márgenes: interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In: PLATERO, Lucas. (org.). **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada**. Bellaterra: Bellaterra Edicions, 2012. p. 87–122.

CURIEL, Ochy. **Una (auto)crítica ante nuestras luchas políticas de cara al racismo**. 2002. Disponível em: http://webs.uvigo.es/pmayobre/master/textos/maria_jimenez/autocritica_racismo.pdf. Acesso em: 21 dez. 2018.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica en la Frontera, 2013.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, v. 22, n. 2, p. 231–245, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979/34175>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DANTAS, Ana Júlia L. **Narrativas de histórias de vida de idosas lésbicas: interseccionalidade entre velhice, gênero e sexualidade**. 2020. 200f. Dissertação (Mestrado

em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys E. Superando a análise fragmentada da dominação: uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 425–446, 2022. <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v17i1.84444>.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys E. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **MASP Afterall**, n. 8, p. 1–12, 2020. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-Giqs0qaSQ1sxGgwydI1C.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, n. 184, p. 7–12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 14, n. 33, p. 37–54, 2009.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Izabel R. (org.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 27–54.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Bruno R. Clínica e existência: sobre o fundamento e o compromisso ético-político da Psicologia. **Arquivos do IPUB**, v. 1, n. 1, p. 48–71, 2019. Disponível em: <https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/v1n1a05.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FARO, André; BAHIANO, Marilda A.; NAKANO, Tatiana C.; REIS, Camila; SILVA, Bruno F. P.; VITTI, L. S. Covid-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, v. 37, n. esp., p. 1–14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074> Acesso em: 01 jan. 2024.

FAUSTINO, Danilo. O mal-estar colonial: racismo e sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 82–94, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/clic/v8n2/07.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FEITEN, Taís F.; IRINEU, Bruna A. Mapeando a produção brasileira sobre lesbofobia: uma revisão integrativa. *In*: IRINEU, Bruna A. et al. (org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1091–1105.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Breno de Oliveira.; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022710.06422022>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 1–24, 2020. <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.

FIGUEIREDO, Ângela.; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223–234, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9096>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1975a.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69–78. (Machado, R., org. e trad.).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FUCHS, J. J. B.; HINING, A. P. S.; TONELI, M. J. F. Psicologia e cisnormatividade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1–16, 2021. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>. Acesso em: 25 mar. 2024.

GARCIA, M. R. V.; MATTOS, A. R. “Terapias de conversão”: história da (des)patologização das homossexualidades e embates jurídicos contemporâneos. **Psicologia: Ciência & Profissão**, v. 39, n. esp., p. 49–61, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta do povo em Renato Kehl**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES, Camila. Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, v. 18, n. 1, p. 65–82, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209> Acesso: 13 jan. 2024.

GOMES FILHO, Antoniel. S.; LIMA, Antônio Ailton S.; SILVA, Antônio Micael P.; NUNES, Larissa. Ferreira.; LAVOR FILHO, Tadeu. Lucas. E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminharabilidade no Brasil. **Revista Sociologia Plurais**, v. 7, n. 1, p. 276–297, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/79174/42963>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GOMES FILHO, Antoniel. S.; NUNES, Larissa. F.; LAVOR FILHO, Tadeu. Lucas. A escrivência do corpo na composição de experiências de dissidências de gêneros decoloniais. **Bagoas**, v. 14, n. 22, p. 123–154, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22850>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GONÇALVES, Joyce Amorim.; CARVALHO, Ana. Rosa. R. F. Lesbianidade e Psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática. **Gênero**, v. 20, n. 1, p. 135–156, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v20i1.38495>. Acesso em: 13. jun. 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, v. 1, n. 1, p. 223–244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALEZ%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos, v. 3).

GONZAGA, Janylle. M. S. **Narrativas sobre lesbianidades sob uma perspectiva interseccional**: um estudo com jovens lésbicas das periferias de Fortaleza-CE. 2024. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77348>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: GGB, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 5 set. 2020.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suelly. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Anderson F. P. **“Uma lésbica é uma mulher?”**: vozes e silêncios. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93–107, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008> Acesso em: 27 dez. 2024.

HARDING, Sandra A. instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7–32, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. **Em Construção**, v. 1, n. 5, p. 143–162, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41257>. Acesso em: 27 dez. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019a.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

INABA, Clara. M.; MIGUEL, Fabiano. K. Lesbianidades e feminilidade(s) na visão do Teste de Apercepção Temática. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 1–25, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.29218>. Acesso em: 24 dez. 2024.

JESUS, Jaqueline G. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**. Brasília: ABEH; Salvador: UFBA, 2012. p. 1–15.

JESUS, J. G.; GALINKIN, A. L. Gênero e psicologia social no Brasil: entre silêncio e diálogo. **Revista do Departamento de Ciências Humanas**, v. 1, n. 43, p. 90–103, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.4482> Acesso em: 23 dez. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANE, Silvia.; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LARDINOIS, André. Safo lésbica e Safo de Lesbos. In: BREMER, Jan. (Org.). **De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 27–50.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz. T. (Org.). **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35–86.

LAVOR FILHO, Tadeu Lucas.; HOLANDA, Rochelly R.; NUNES, Larissa F.; GOMES FILHO, Antoniel S. Reflexões de uma mesa-debate sobre violência social de corpos dissidentes: autoritarismo e problemas de gênero. In: GOMES FILHO, Antoniel; RIBEIRO, Isabela B.; LAVOR FILHO, Tadeu Lucas.; PACHECO, Mariana Eniana A. **Debates contemporâneos em Psicologia**. 1. ed. Iguatu: Quipá Editora, 2021. p. 150–160.

LEÃO, Rayne. **Tudo nela brilha e queima em mim**. São Paulo: Planeta, 2017.

LEMO, Ana Carla. S. Trajetória do movimento de lésbicas brasileiro: diálogos de saberes, entraves e construção política. In: **Anais do XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades (CONAGES)**. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em:

http://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2015/TRABALHO_EV046_MD1_SA1_ID1480_04052015183422.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. **Em Tempo de Histórias**, n. 7, p. 1–8, 2003. <https://doi.org/10.26512/emtempos.v0i07.20136>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LESSA, Patrícia. O feminismo-lésbico em Monique Wittig. **Revista Ártemis**, v. 7, n. 1, p. 93–100, 2007. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/RevistaArtemis/2007/vol7/10.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LIMA, Fátima. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 66–82, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646/16098>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LIMA, Fátima. Bio-necropolíticas: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. esp., p. 20–33, 2018b. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/03.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LIMA, Aluísio F.; CIAMPA, Antônio da C.; ALMEIDA, Juracy. A. M. Psicologia social ou psicologia política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane. **Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 223–236, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a04.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LÓPEZ, Laura C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, v. 16, n. 40, p. 121–134, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. **Nossos mortos em nossas costas**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado**. São Paulo: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 1, n. 9, p. 73–101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. <https://doi.org/10.1590/%25x>.

MAIO, Marcos. C. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 14, n. 41, p. 141–158, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009> Acesso em: 17 abr. 2022.

MACHADO, Frederico. V.; RODRIGUES, Cristiano. S. Movimentos negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. *In*: MACHADO, Frederico V.; MASSOLA, Gustavo. M.; RIBEIRO, Maria Auxiliadora T. (Org.). **Estado, ambiente e movimentos sociais**. Florianópolis: ABRAPSO, 2015. p. 22–45.

MARCELINO, Sandra R. S. Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro. **Gênero**, v. 16, n. 2, p. 111–129, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31236>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MAGALHÃES, Maria Joé. Feminismos e lesbianismos: derrubando o mito da *Lavender Menace*. **Les Online**, v. 2, n. 1, p. 33–49, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296430147.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MARTINHO, Miriam. Memória lésbica: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. **Um outro olhar: para mulheres lesbianas e afins** 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MELO, Miguel Angelo S. **Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Embu das Artes, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. São Paulo: N-1, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MONTEIRO, Ana Maria F. C.; PENNA, Fernando A. Ensino de histórias: saber em um lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 191–211, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15080/11518>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MONTEIRO, Luciana F.; MACHADO, Paula S.; NARDI, Henrique C. Do armário à armadura: estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo. **Polis e Psiquê**, v. 1, n. esp., p. 112–139, 2011. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.31533>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MORAES, Luís Edmundo S. Pode haver racismo na esquerda? um estudo de caso. **História**, v. 33, n. 2, p. 217–249, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920140002000011>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MORAES, Márcia. Do “pesquisar com” ou de tecer e destecer fronteiras. In: BERNARDES, Anita G.; MORAES, Márcia.; TAVARES, Gilead M.; (Org.). **Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia**. Vitória: EdUFES, 2014. p. 26–51.

MOSCOVICI, Sergio. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, Sergio. (Org.). **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 29–109.

MOTT, Luis. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

NAPOLITANO, Minisa N. A sodomia feminina na primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 3, p. 1–11, 2004. Disponível em: http://www.rj.anpuh.org/resources/download/1211372619_ARQUIVO_Asodomia.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Perspectiva; Ipeaafro, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. E as diferentes formas de pensar o quilombo. **Cadernos Intelectualidades Negras Brasileiras**, v. 17, n. 45, p. 43–50, 2023. Disponível em: https://africaeafrikanidades.com.br/documentos/Caderno_Intelectualidades_Negras_Brasileiras_ed.46.pdf#page=44. Acesso em: 22 abr. 2024.

NASCIMENTO, Letícia. C. **Transfeminismo**. São Paulo: Janda ira, 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que   lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Heterog nero: “uma categoria útil de análise”. **Educac o**, v. 35, p. 23–36, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SmFzkDRbFhLcxZQFsY5M7xL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2024.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia feminista**. Bahia: Editora Devires, 2017.

NUNES, Larissa. F.; BARROS, João. P. P. "Eu sou uma menina": performatividade de gênero e violência urbana. *In: IRINEU, B. A. et al. (Org.) Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências*. p. 716-731. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

NUNES, Larissa F. et al. Violência contra mulheres no Ceará em tempos de pandemia de COVID-19. **Revista feminismos**, v. 9, n. 1, p. 262-289, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42340/24678>. Acesso em: 22 ago. 2024.

NUNES, Larissa. F.; BARROS, João. P. P. Crossings of urban violence in the life trajectories of adolescents deprived of freedom. **Trends in psychology**, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43076-022-00198-z> Acesso em: 23 dez. 2024.

NUNES, Larissa F.; SOARES, Mayara, R. N.; LAVOR FILHO, T. ; GOMES, Carla Jéssica A.; OLIVEIRA, Marta C. N. BARROS, João Paulo P. Territorialidades periféricas e violências: narrativas de jovens lésbicas envolvidas em facções. **Revista periódicos**, v. 1, n. 18, p. 197-216, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i18.49931> Acesso em: 23 dez. 2024.

NUNES, Larissa F.; BARROS, João. Paulo P ; GOMES, Carla Jéssica A.; MIRANDA, Luciana L.; SOARES, Mayara R. N.; LAVOR FILHO, Tadeu Lucas. L. Decolonialidade e gênero: modos de fazer e pensar a Psicologia. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**, v. 7, p. 330-360, 2024. Disponível em: <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/365> Acesso em: 23 dez. 2024.

Nunes, Larissa Ferreira; Lavor Filho, Tadeu Lucas L.; Holanda, Rochelly R.; Miranda, Luciana L.; Barros, João Paulo P. **Psicologia em pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 1-34, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2023.v17.35363> Acesso em: 23 dez. 2024.

NUNES, Larissa F.; CAVALCANTE, Clara O. B. ; BARROS, João P. P. ; LAVOR FILHO, Tadeu Lucas L. Efeitos das dinâmicas da violência urbana para jovens em cumprimento de medida socioeducativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 36, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36266214> Acesso em: 23 dez. 2024.

NUNES, Larissa F.; BENEVIDES, Michelle M.; SALES, Maria Iara R. S.; BARROS, João. Paulo P. 'Eu venho me fortalecer dentre desse processo político': experiências de militâncias lésbicas feministas no Ceará. **SUR: Revista Internacional De Direitos Humanos**, v. 1, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/sda/article/view/76006> Acesso em: 23 dez. 2025.

OLIVEIRA, Cláudia. F. O Movimento Lésbico em Fortaleza – LAMCE: trajetória e ações de luta. **Cadernos de história**, v. 16, n. 24, p. 83-102, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20182/1/2015_art_cfoliveira.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

OYÈWÙMI, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERUCCHI, Juliana; SOUZA, Brune C.; VIEIRA, Hortênsia I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 167-176, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009> Acesso em: 23 dez. 2024.

PIZZINATO, Adolfo; ALMEIDA-SEGUNDO, Damião S.; UZIEL, Anna Paula. Gênero e sexualidade: análise das publicações na Revista Psicologia: Ciência e Profissão (1995-2019). **Psicologia: ciência & profissão**, v. 40, n. esp., p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003237767>

PELBART, Peter. **Ensaaios de assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

PERES, Milena C. C.; SOARES, Suane F.; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no brasil:** de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PLATERO, Luccas. ¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer? *In:* AZKUE, Irantzu M. et al. (Org.) **Otras formas de (re) conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Hegoa, Bilbao-Espanha, 2014, p. 79-95.

POLESSO, Natália. P. Eu escritora, eu lésbica. 8 abr. 2017. Disponível em: <http://gelbcunb.blogspot.com/2017/04/eu-escritora-eu-lesbica.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In:* SANTOS, Boaventura. S.; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do sul**. Portugal: Gráfica de Coimbra, 2009, p. 73-118.

RASERA, Emerson.; GUANAES-LORENZI, Carla.; CORRADI-WEBSTER, Clarissa.. Pesquisa como prática social: o pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. **Revista de pensamiento e investigación social**, v. 16, n. 2, p. 325-347, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/537/53746594014.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ROCHA, Marisa L. D.; AGUIAR, Katia F. D. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010> Acesso em: 23 dez. 2024.

ROMAGNOLI, Roberta C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & sociedade**, v. 16, n. 1, p. 44-52, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NqxkBHNRmdShkZcgZJ4zg5M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Editora, 2019.

RICH, Adriana. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista bagoas**, v. 1, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

RICH, Adriana. **Heterossexualidade compulsória & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 1, n. 5, p. 170-198, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005> Acesso em: 23 dez. 2023.

ROLNIK, Sueli. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org.) **Cultura e subjetividade: saberes nômades**.. Campinas: Papirus, 1997, p 19-24..

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista epos**, 5(1), 156-181, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/09.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SADE, Christian.; FERRAZ, Gustavo C.; ROCHA, Jerusa M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 1, n. 25, p. 281-298, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200005> Acesso em: 23 dez. 2023.

SANTANA, Alef D. S.; MELO, Lucas P. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In)visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, salud y sociedad: revista latinoamericana**, v. 1, n. 37, p. 2-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21202a> Acesso em: 23 dez. 2024.

SANTOS, Gesier R.; SILVA, Zuleide P. Lesbianidade e docência: uma revisão sistemática de literatura. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (anais eletrônicos), 19 a 30 de julho, Universidade Santa Catarina, Santa Catarina-Florianópolis**, 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613691553_ARQUIVO_f469797545164ed76d68a9259bf7a5fd.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022.

SANTOS, Neuza S. **Tornar-se negra ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise dialética entre exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética de desigualdade social**. Petrópolis: Vieses, 13. ed., 2013, p. 97-118.

SCHUCMAN, Lia V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia política**, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005. Acesso em: 22 ago. 2024.

SCHUCMAN, Lia V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia e sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010> Acesso em: 23 dez. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, v. 1, n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1533> Acesso em: 23 dez. 2023.

SEGATO, Rita L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e estado**, v. 29, n. 2, p.341-371, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003> Acesso em: 23 dez. 2023.

SEGATO, Rita L. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Argentina: Prometeo Libros, 2015.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, v. 1, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 dez. 2023.

SILVA, Dalgualberto. B. SILVA, D. B. **Devir periférico-bixa: entre alianças, movimentos e resistências de coletivos LGBTQIA'S em Fortaleza**. 2019. 83f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Dalgualberto B.; BENÍCIO, Luis F. S.; NUNES, Larissa F.; BARROS, João P. P. “EntreColetivos”: arte, cidade e política como estratégia de enfrentamento à necropolítica genderizada. **Estudos e pesquisa em psicologia**, v. 22, n. 4, p. 1622-1642, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71765> Acesso em: 23 dez. 2025.

SILVA, Dhones S. N.; MIRANDA, Marcelo H. G.; SANTOS, Mmaria C. G. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Revista Interterritórios**, v. 6, n. 10, p. 200-224, 2020.

SILVA, Rosane N. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Rosane S. A violência transfóbica no Brasil e a pandemia de Covid-19: como pensar questões de poder a partir da colonialidade de gênero? **Arquivos do cdm**, v. 9, n. 2, p. 203-226, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/download/41933/32659/123600>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, Zuleide. P. Lesbianidade política na Bahia: que ginga é essa? **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 4, n. 2, p.91-116, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cgd.v4i2.25504> Acesso em: 23 dez. 2023. Aceso em: 23 dez. 2023.

SILVA, Yzabela. P. O. **A política municipal de Fortaleza na promoção de ações afirmativas para a comunidade LGBTQIAP+ e o Plano Fortaleza 2040**. [Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Gestão Pública, Programa Avançado em Gestão Política, São Paulo], 2021. Disponível em: <http://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/5317/1/YURI%20PATRICK%20OLIVEIRA%20DA%20SILVA%20-%20Trabalho.pdf> Acesso em: 23 dez. 2023.

SIMÕES, Júlio. A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMON, Olga V. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Revista margens**, v. 1, n. 1, p. 11-16, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v1i1.2831> Acesso em: 23 dez. 2023.

SOARES, Suane F. Procura-se sapatão: histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro. *In: Anais do perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas*, 2014, 150f. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/726/719>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SOARES, Mayara R. N. **“A gente combinamos de escre(viver)”**: pesquisando gênero com estudantes numa escola pública do Grande Bom Jardim. 2024. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza-CE. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/76814/1/2024_dis_mrnsoares.pdf Acesso em: 23 dez. 2023.

SOARES, Gilberta S.; COSTA, Jussara C. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys, études féministes**, v.1, n. 1, p. 1-64, 2012. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOARES, Gilberta; SARDENBERG, Cecília, M. B. Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista. In: **Anais do XV congresso brasileiro de sociologia: mudanças, permanências e desafios sociológicos**, Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. p. 1-17. Disponível em: https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2186&Itemid=171 Acesso em: 23 dez. 2023.

SOARES, Mayana R.; FARIA, Tais.; BRANDÃO Simone. B.; (Org.) **Lesbianidades plurais: outras produções de saberes e afetos**. Simões Filho: Editora Devires, 2021.

SOARES, Mayana. R.; SOUZA, Simone. B.; FARIA, Tais. (Orgs.) **Lesbianidades plurais: abordagens epistemológicas sapatonas**. Simões Filho: Editora Devires, 2021.

SOARES, Suanne F.; DIAS, Maria Clara M.; PERES, Milena. Cristina C. Lesbocídio: as histórias que ninguém conta. In: **Anais do V seminário internacional enlaçando sexualidades**, Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30622>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SOUZA, Neuza. S. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, Simone B. Teorias lésbicas contemporâneas e a arte como ativismo e potência de resistência e visibilidade. **Cadernos de gênero e sexualidade**, v. 4, n. 2, p. 134-143, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26648/16099> Acesso em: 23 dezz. 2023.

SOUZA, Elaine B.; FIGUEIREDO, Angela. “Branca é lésbica e preta é sapatona, Oh o erro?!” um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 8, n. 4, p. 6-27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/51679>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAGLIAMENTO, Grazielle; BRUNETTO, Dayana; ALMEIDA, Raquel M. **I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil. Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)**. Brasil: Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília, 2022.

TEDESCO, Silvia H.; SADE, Christian.; CALIMAN, Luciana V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 1, n. 25, p. 299-322, 2013..Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006> Acesso em: 23 dez. 2023.

TERTO, Alexandre Pereira; SOUZA, Paulo Henrique Nogueira. De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 3, n. 6, p. 120–148, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/3452/2126>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TODXS. **Pesquisa nacional por amostra da população LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico**. 2020. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/Pesquisa%20Nacional%20Por%20Amostra%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTI%2B.2020.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

TOLEDO, Livia Gonçalves. Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista. 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/97601> Acesso em: 23 dez. 2022.

TOLEDO, Luiz Gustavo; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 729–749, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2010.891> Acesso em: 22 ago. 2024.

TOLENTINO, Juliana Gomes; BATISTA, Natália Ferreira. Gênero, sexualidade e decolonialidade: reflexões a partir de uma perspectiva lésbica. **Revista Três Pontos**, v. 14, n. 1, p. 46–51, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15229>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TORRES, Tatiana Pereira de Souza. Trajetória lésbica entre (re)invenções do silêncio na educação (escolar-família). **Revista Teias**, v. 23, n. 68, p. 104–122, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.51937> Acesso em: 22 ago. 2024.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 113–139.

VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSDER, Alexandre; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura (Org.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249–270.

VEZZOSI, Juliana Isabela; SEGUNDO, Daniel Silva Araújo; RAMOS, Marina Maciel; COSTA, Ângela Beatriz. Crenças e atitudes corretivas de profissionais de Psicologia sobre a homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. esp. 2, p. 174–193, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228539> Acesso em: 22 ago. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977> Acesso em: 22 ago. 2024.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CANCIANI, Paula. Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas? **Quaestio Iuris**, v. 11, n. 2, p. 1362–1377, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rqi.2018.30154> Acesso em: 22 ago. 2024.

WITTIG, Monique. **O corpo lésbico**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

ZANATTA, Eduardo M. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, v. 5, n. 6, p. 193–220, 1996. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2458/1868>. Acesso em: 22 ago. 2024.